

ÉRICA KARINE RAMOS QUEIROZ

**(N)OS TELEJORNAIS BRASILEIROS:
A TEXTUALIZAÇÃO LACUNAR DA NOTÍCIA**

Tese apresentada ao Departamento de Lingüística, do
Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas, como requisito para a obtenção do
título de Doutor em Lingüística.

Orientadora: Mónica Graciela Zoppi-Fontana.

UNICAMP
Instituto de Estudos da Linguagem
2008

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

Q32n Queiroz, Érica Karine Ramos.
 (N)os telejornais brasileiros : a textualização lacunar da notícia /
 Érica Karine Ramos Queiroz. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.

 Orientador : Mônica Graciela Zoppi-Fontana.
 Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto
 de Estudos da Linguagem.

 1. Telejornalismo - Brasil. 2. Textualização. 3. Análise do discurso.
 I. Zoppi-Fontana, Mônica Graciela. II. Universidade Estadual de
 Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

oe/iel

Título em inglês: In the Brazilian Television Journalism: news gap textualization.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Television journalism - Brazil; Textualization;
Discourse analysis.

Área de concentração: Lingüística.

Titulação: Doutor em Lingüística.

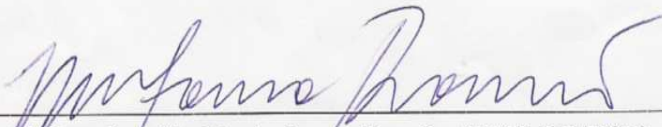
Banca examinadora: Profa. Dra. Mônica Graciela Zoppi-Fontana (orientadora), Profa.
Dra. Lucília Maria Sousa Romão, Profa. Dra. Tânia C. Clemente de Souza, Profa. Dra.
Telma Domingues da Silva e Profa. Dra. Rosângela Morello.

Data da defesa: 18/02/2008.

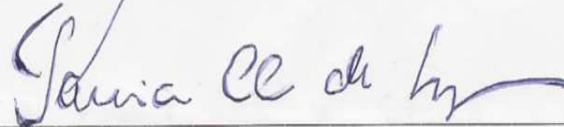
Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Prof. Dra. Mônica Graciela Zoppi-Fontana. (UNICAMP)



Prof. Dra. Lucília Maria Sousa Romão (FFCLRP/USP)



Prof. Dra. Tânia C. Clemente de Souza (UFRJ)

Prof. Dra. Telma Domingues da Silva (Univas-MG)



Prof. Dra. Rosângela Morello (Labeurb-Unicamp)

SUPLENTE

Bethânia Mariani (UFF)

Carmen Zink (Unicamp)

Maria Onice Payer (USP-SP)

**A minha família,
aos meus pais Juarêz e Valda, ao querido Mercio,
pelo apoio para alcançar os meus objetivos.
Agradecimentos**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Mônica Zoppi-Fontana pela confiança que depositou em minha pesquisa, pela oportunidade de aprendizado constante fora e dentro de sala de aula, pelos desafios impostos, pela orientação durante o mestrado e doutorado.

Agradeço à banca de qualificação do mestrado: Rosângela Morello, Lucília M. S. Romão e à banca de qualificação do doutorado: Telma D. da Silva e Tânia C. de Souza pela leitura e sugestões fundamentais para a finalização desta tese.

Agradeço aos professores Eduardo Guimarães, Suzy Lagazzi, Eni Orlandi, Cláudia Pfeiffer, Carolina Rodrigues pelo conhecimento compartilhado.

Agradeço aos funcionários exemplares do IEL: Cláudio Platero e Carlos Neres pela prestatividade fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço à Carmen Agustini pela generosidade, pelo conhecimento compartilhado ao mostrar-me os caminhos da Análise do Discurso.

Agradeço aos meus *afetados* amigos e colegas pelas escutas, angústias e alegrias compartilhadas: Ilka Motta, Adriana de Almeida, Edna André, Neuza Zattar, Lúcia Insaurralde, Geralda Zaidan, Carlos Tenreiro, Helson Sobrinho, Paulo César Faria, Evandro Salvador, Nádia Neckel, Silvana Silbert, Giovana Flores, Luiz Dias, Lúcia Insaurralde, Aurecy de Sousa, Rosângela Morello, Lucília Romão. Em especial, a Marta Assis pela constante prestatividade.

Agradeço à Vera Regina pela revisão da tese.

Aos queridos amigos Claudemir, Marlene, Rosângela e Lúcia pelo caloroso acolhimento.

Agradeço ao Mercio Botelho Faria, exemplo de sabedoria, pelo incentivo e confiança em meu trabalho, pelas escutas constantes, pelo tempo de convívio ... Palavras não conseguem expressar a grandeza dos meus agradecimentos, pois sem você esta conquista não seria possível.

Agradeço aos meus tios, a minha avó Tonica, aos meus pais pelo apoio e pela presença nessa minha caminhada. Agradeço em especial ao meu pai por ter me alertado quanto à importância dos estudos e ao meu irmão Juarez pela parceria constante.

Agradeço ao CNPQ pela bolsa concedida.

Agradeço a Deus pelas inúmeras bênçãos concedidas.

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito da teoria da Análise do Discurso (AD) francesa e brasileira e tem como principal objetivo definir a noção de *textualização lacunar* em funcionamento no discurso telejornalístico. Para avançarmos teoricamente, partimos do postulado da AD de que todo processo discursivo, na medida em que se textualize, será lacunar, porque é da natureza do simbólico a falta que é preenchida pela história. As três notícias analisadas foram recortadas com base na relação temática entre MST e Reforma Agrária, sendo a primeira sobre a ocupação dos pedágios, no Paraná, pelo MST; a segunda sobre o dizer do presidente Luis Inácio Lula da Silva de que “*só Deus o impedirá de fazer as reformas que este país precisa*”; e a terceira sobre a liberação da verba PRONAF pelo governo federal. Estas notícias foram veiculadas entre os dias 24 e 27 de junho de 2003, por cinco telejornais brasileiros: Jornal da Record (Rede Record), Jornal Nacional (Rede Globo), Jornal da TV (Rede Cultura), Jornal da Noite (Rede Bandeirantes) e Jornal do SBT (Rede SBT). Recorremos a alguns autores que, na área da linguística, discutiram a questão da incompletude, do silêncio, da falta de dizer para, então, definir a noção de textualização lacunar. A especificidade dessa noção, em relação às que remetem ao não-dito que outros autores já discutiram, é o fato de que eles se referiram ao nível da constituição dos sentidos ou ao conceito de língua como estrutura aberta, enquanto nós definimos a textualização lacunar como um modo de dizer característico das formas de linguagem constitutivas do discurso midiático telejornalístico. A definição dessa noção implicou compreender que a prática de textualização lacunar constitui um novo discurso, versões que têm, em suas margens, outros discursos possíveis, já que não é uma unidade fechada de sentidos (só imaginariamente). Daí a possibilidade de ter acesso aos processos discursivos, de observar, na formulação e nas imagens, onde há falta de dizer, de explicitar como o modo de dizer característico do telejornalismo silencia sentidos para evitar deriva, de apreender os gestos de interpretação dos jornalistas e a filiação a determinadas formações discursivas. Em suma, compreendemos que, na textualização lacunar dos telejornais, temos um efeito de memória plena produzido por um modo de dizer, que se dá ou por excesso de dizer (formulação) ou de mostrar (editoração), que esvazia os sentidos através de uma repetição excessiva. No *corpus* analisado, temos uma repetição que pouco produz ruptura porque é marcada por um acontecimento que se realiza por processos parafrásticos, cristalizando sentidos já-ditos e, por conseguinte, silenciando outros. Assim, é fato a regularidade da produção de sentidos negativos para o MST e para o governo Lula, sendo um obstáculo para o MST (e as chamadas minorias) divulgar sua ideologia e suas reais causas/reivindicações, pois atinge uma instituição poderosa até hoje intocável: o latifúndio. Consequentemente, os sentidos atuais sobre este movimento circulam como evidentes, como se somente pudessem ser estes e não outros. Este é um dos efeitos da eficácia da textualização lacunar.

Palavras-chave: Textualização lacunar, telejornalismo, discurso imagético, esvaziamento de sentidos.

ABSTRACT

This research has been developed in the light of Theory of French and Brazilian Discourse Analysis, having as its main aim to define the notion of *gap textualization* which is on the television journalism discourse. In order to advance theoretically, we begin from the postulate of Discourse Analysis in which every discourse process, in so far as it is textualized, there will be a gap, because the nature of symbolic lack is fulfilled by history. The three analyzed pieces of news have been cut with basis on the thematic relation between MST (Movimento dos Sem Terra - Brazilian landless movement) and the agrarian reform program, being the first about the toll occupation by the MST in Paraná, Brazil, and the second about President Luís Inácio Lula da Silva's saying 'only God can keep me from doing the reforms that this country needs' and the third about the PRONAF fund liberated by the federal government. These news were on from June 24 to 27, 2003 by five Brazilian TV networks: *Jornal da Record (Rede Record)*, *Jornal Nacional (Rede Globo)*, *Jornal da TV (Rede Cultura)*, *Jornal da Noite (Rede Bandeirantes)* and *Jornal do SBT (Rede SBT)*. Some linguists discuss the notion of incompleteness, of silence, lack of what to say, then to define the notion of gap textualization. The specificity of this notion, in relation to the ones that convey what other authors have discussed or not, is the fact that they only referred to the level of senses constitution or to the concept of language as an open structure, while we defined the gap textualization as a way of saying which is characteristic of constitutive language forms of television journalism medium discourse. The definition of this notion implied the understanding that the gap textualization practice constitutes a new discourse, versions that have other possible discourses in their margins, yet it is not a senses closed unit (only in imagination). Hence the possibility of having access to discourse processes, observing the elaboration and the empty images where there is a lack of saying, of expliciting how the way of conveying information typical of television journalism silences senses to avoid drifts, of getting the interpretation of journalists' gestures and the derivation to some discourse formations. In summary, we understand that in gap textualization of television journalism we have a complete memory effect produced by a way of saying, that happens either by the excess of saying (formulation) or by showing (editing), which empties the senses through an excessive repetition. In the analyzed corpus, there is a repetition which produces a break because it is marked by a happening which is realized by paraphrastic processes, crystallizing already said senses and consequently, silencing others. Thus, the regularity of production of negative senses towards MST (and so called minorities) and towards Lula's government is a fact, being an obstacle to MST. And to broadcast MST's real ideology and their real causes/claims it may reach a powerful institution which is untouchable today: the latifundio. Consequently, the current senses about this movement is spread as evident, as if only they could be and not others. This is one of the effects of gap textualization effects.

Key Words: gap textualization, television journalism discourse, discourse images, silences senses.

SUMÁRIO	11
INTRODUÇÃO	13
1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	
1.1 Quadro Teórico de Referência - Análise do Discurso	19
1.2 Constituição do <i>Corpus</i>	23
2 DEFININDO A TEXTUALIZAÇÃO LACUNAR	
2.1 A historicidade da noção <i>lacuna</i>	27
2.2 A relevância da sintaxe discursiva para a textualização lacunar	40
2.3 No jogo da língua: a constituição da textualização lacunar	48
3 A TEXTUALIZAÇÃO LACUNAR NAS VERSÕES	
3.1 A instituição (tele)jornalística e o lugar da notícia na editoração	49
3.1.1 Considerações Parciais	55
3.2 A posição-autor nas notícias telejornalísticas: formas e sentidos da textualização lacunar	56
3.2.1 Considerações Parciais	65
3.3 A textualização lacunar nas versões: modos de dizer	66
3.3.1 Considerações Parciais	88
4 A TEXTUALIZAÇÃO LACUNAR: EFEITOS DE SENTIDOS E MITOS	
4.1 (N)O Discurso Telejornalístico: práticas discursivas lacunares de individualização do sujeito coletivo MST	91
4.1.1 Considerações parciais	101
4.2 A eficácia ideológica: efeitos da textualização lacunar nas notícias	101
4.2.1 Considerações Parciais	111
4.3 Os mitos da notícia em funcionamento nos comentários telejornalísticos	114
4.3.1 Considerações Parciais	131

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DA IMAGEM

5.1 A materialidade multimodal dos telejornais na perspectiva da análise do discurso de matriz francesa	133
5.2 A edição interpretativa das imagens	151
5.2.1 Considerações parciais	164

6 PALAVRA DITA, IMAGENS EM MOVIMENTO

6.1 A textualização lacunar nas versões: a instituição (tele) jornalística e o lugar das notícias e das imagens na editoração	171
6.1.1 Considerações Parciais	225

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

229

8 REFERÊNCIAS

235

ANEXO I-Transcrição da narrativa oral dos telejornais

245

INTRODUÇÃO

A difusão da televisão outorgou o lugar do (tele)jornalismo, que tem como função (in)formar, entreter, (im)por interpretações para o seu público. E, considerando que o discurso, para Pêcheux (1969), é efeito de sentido entre interlocutores, constituído sócio-histórico e ideologicamente, temos como premissa que a notícia telejornalística é uma construção discursiva de um fato ocorrido, inserida em condições sócio-históricas específicas e determinada pela constituição ideológica da posição-sujeito, a partir da qual é enunciada. Nesta perspectiva, o repórter ou o apresentador âncora, ao noticiar um fato, "toma como suas as palavras da voz anônima produzida pelo interdiscurso (a memória discursiva)" (ORLANDI, 1996, p.31). E, por conseguinte, não está apenas informando algo, mas agindo sobre o “mundo” da audiência, significando-o e se significando.

Logo, o telejornalismo é lugar de interpretação e controle dos sentidos determinados pelo modo como um fato é relatado, editado e circulado. Isso significa dizer que a construção da notícia se pauta, entre outros fatores, por um *se fazer atraente* ao telespectador, por um discurso descritivo-narrativo que tem por característica a produção de efeitos de sentido de credibilidade, de imparcialidade, e que encontra suporte na discursividade dos sentidos naturalizados pela própria mídia que o veicula. Visto isso, a textualização¹ dos sentidos no telejornalismo (objeto de pesquisa aqui) é determinada por gestos de interpretação que se impõem ao telespectador e que se dão na relação do sujeito com a língua e a exterioridade. Aqui, lembramos que a mídia prima por uma “linguagem ideal”, que produza textos completos com o fim de regular, tanto a produção, quanto a interpretação da notícia veiculada; daí a especificidade do seu modo de dizer. A este respeito, entendemos, consoante Orlandi (2001a, p. 19), que a interpretação é função da incompletude característica de todo processo de significação, e a falta é lugar do possível na linguagem. Segundo Orlandi (2001a), não há formulação sem interpretação, pois

no funcionamento da linguagem [...] o sujeito é constituído por gestos de interpretação que concernem à sua posição [...] É pela interpretação que o sujeito se submete à ideologia, ao efeito de literalidade, à ilusão do conteúdo, à construção de evidência dos sentidos, à impressão do sentido já lá. (ibidem, p. 22)

¹ Aqui, a *textualização* é entendida como *colocação do discurso em palavras e tem uma relação necessária com o político*, tal como Orlandi (2001a, p. 129).

Assim, a notícia é enunciada de posições-sujeito dominantes que vão produzir as interpretações que se (im)põem à sociedade, de maneira que o fato a ser veiculado é autorizado pela posição do editor chefe de redação. Lembremos que, conforme Pêcheux (1969), é constitutivo do funcionamento das formações imaginárias antecipar as imagens produzidas do lugar de ouvinte a partir do lugar de locutor, o que regula a possibilidade de resposta do outro. Orlandi (1994) afirma que as posições de sujeito se definem em função da relação da língua com as formações sociais em seus mecanismos de projeção imaginários, regulados pelas formações discursivas (diferentes regiões que recortam o interdiscurso). Assim, a mídia, a partir da imagem que faz de si e dos telespectadores, representa certo posicionamento a respeito dos fatos.

Então, se, por um lado, a notícia é determinada pelas posições-sujeito autorizadas a editar, interpretar, selecionar, por outro, ela intervém socialmente no cotidiano dos telespectadores produzindo efeitos de sentido homogeneizantes. Orlandi (1983, p.109) nos diz que “os fatos não se narram a si mesmos, são narrados por sujeitos, constituídos sócio e historicamente, por uma determinada perspectiva, de certa maneira, para certo público”. Logo, o fato a ser noticiado está sujeito a gestos de interpretação materializados em discursos que, para se legitimarem como verídicos, funcionam como um dizer objetivo, imparcial, transparente e estável (embora, na atualidade, não se apresentem como imparciais). Esse modo de dizer da notícia se caracteriza tanto na formulação como na prática de editoração (versões) por uma “falta de dizer”, materializada numa textualização lacunar que será preenchida, ideologicamente, pela interpretação.

Com o objetivo de explicitar as especificidades do funcionamento da textualização lacunar, partimos do postulado da AD de que a língua é falha, sujeita a equívocos, e os sentidos são incompletos, de maneira que todo processo discursivo, na medida em que se textualiza, será lacunar porque é da natureza do simbólico a falta que é preenchida pela história. A este respeito, Orlandi (1992) afirma que todo dizer está numa relação fundamental com o não dizer, com o silêncio, uma vez que, ao dizer, apagamos sentidos possíveis, produzindo a incompletude que é constitutiva da língua. Na perspectiva da AD, a noção de completude funciona como efeito do ideológico sobre sentidos institucionalizados.

A especificidade do nosso enfoque está no fato de que analisamos como os sentidos são textualizados de modo lacunar no nível da linearização, produzindo diferentes versões. Ou seja, não é na língua que analisamos as lacunas, e sim na interface formas de linguagem/discurso

da prática de textualização das notícias. Assinalamos que, para definir a noção de textualização lacunar, pensamos na sintaxe da língua (formulação verbal) e do telejornal (edição). Neste, a sintaxe compreende a organização, o encadeamento das notícias, a prática de editoração, das imagens e do verbal, ou seja, toda a materialidade discursiva do telejornal. Naquela, a sintaxe compreende a estrutura da língua. Daí a interface formas de linguagem/discurso.

Feitas as considerações acima, nossa pesquisa centra-se na hipótese de que, na textualização da notícia, que procuramos definir como lacunar por produzir efeitos específicos na materialidade discursiva, há um excesso de efeito de pré-construído e uma falta de dizer que se conjugam na textualização das notícias telejornalísticas, produzindo a sua eficácia discursiva. Essa conjugação tanto reforça os pré-construídos, quanto abre espaço para a deriva de sentidos através do efeito-leitor. Este é definido por Orlandi (1993, p. 50) como sujeito que (ideologicamente) se apresenta livre da determinação dos sentidos, mas ao mesmo tempo é um sujeito submetido às regras das instituições. E, aqui, por se tratar de uma discussão sobre o discurso telejornalístico, denominaremos essa noção como sujeito-telespectador.

Torna-se preciso esclarecer que, em nossa tese, o termo "textualização lacunar", entendido como unidade imaginária que está no espaço do simbólico, funciona como "pedra fundamental", por ser constitutiva da materialidade discursiva telejornalística. Este modo de dizer lacunar caracteriza-se, principalmente, por produzir sentidos de evidência para os fatos noticiados a partir de um não-dito e excesso de efeito de pré-construído.

Nesse sentido, questionamos: em que consiste a especificidade da textualização lacunar na notícia? Qual a relação entre o lacunar e os efeitos de pré-construído que constituem sentidos de evidência para a textualização da notícia? Em que pontos da sintaxe aparecem mais fortemente a textualização lacunar?

Dado o funcionamento do ideológico² na textualização lacunar, procuramos apreender que efeitos a textualização das notícias produzem. Também, buscamos explicitar o modo como aquilo que se diz é dito pelos apresentadores dos noticiários a partir da posição da qual são enunciadas. Ou seja, buscamos produzir uma compreensão dos telejornais enquanto um discurso sobre o mundo que afeta os telespectadores, e explicitar como a textualização lacunar da notícia produz sentidos, evidenciando, para tanto, os mecanismos dos processos de significação que

²Apoiada em Pêcheux, Orlandi (1999, p. 96) diz que “pensa a ideologia a partir da linguagem, assim a tratamos como mecanismo estruturante do processo de significação que se liga inextricavelmente à interpretação enquanto fato fundamental que atesta a relação da história com a língua, na medida em que esta significa”.

orientam a diretividade argumentativa da notícia. No que diz respeito ao funcionamento da materialidade imagética, ao não-verbal, questionamos: qual é a relação do verbal com o não-verbal? Uma materialidade (não-verbal) tampa as lacunas da outra materialidade (verbal)? Para tanto, tomamos como objeto de análise diferentes versões de três notícias (veiculadas por cinco telejornais brasileiros entre os dias 24-06-03 e 27-06-03) construídas sobre uma questão social específica: o MST e a Reforma Agrária.

As condições de produção em que essas notícias foram recortadas já as significa, pois o ano 2003 foi o primeiro do governo, na esfera federal, de um líder de movimentos sindicais, do PT. Enquanto líder sindicalista, Lula falava do lugar que o MST fala, mas ao ocupar outra posição sujeito, a de Presidente da República, seus discursos vão significar a tensão entre o já-dito (os dizeres do sujeito Lula sindicalista) e o dizer da atualidade (do sujeito Lula, Presidente da República). Aqui, cabe situar que as *condições de produção*³ (CP) se dão no discurso, caracterizam um processo discursivo, pois consideram os discursos prévios com os quais os objetos empíricos que o analista descreve se relacionam. Sendo assim, as condições de produção não são apenas representações, projeções imaginárias de situações objetivas e, sim, frutos do processo discursivo. Daí a impossibilidade em definir sua origem, pois, ao se tornarem discursivas, fazem parte da discursividade.

Por fim, no domínio dos objetivos acima assinalados, nos associamos ao dizer de Pêcheux (1990b, p. 53), por se mostrar extremamente produtivo para marcar o lugar de onde partimos para definir a noção de textualização lacunar:

[...] todo enunciado é intrinsecamente passível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro ... Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente descritível determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação.

Tecidas estas considerações teóricas, a fim de responder as conjecturas colocadas acima, subdividimos nossa tese nos seguintes capítulos:

No capítulo 1, fizemos uma breve referência às noções centrais da teoria da AD, na qual nos ancoramos para desenvolver esta pesquisa e, ainda, situamos a constituição do *corpus*.

³ Noção já definida por Pêcheux em “AAD69” (1997a).

O capítulo 2 foi dedicado à definição de *textualização lacunar* e, para tanto, recorremos a noções afins que remetem para o termo *lacunar*, isto é, recorremos à historicidade da noção de *lacuna* no campo da Análise do Discurso. Com este objetivo, tomamos a definição de *enunciado lacunar*, de Foucault (1987), em funcionamento no processo de individualização do sujeito coletivo MST. Assinalamos a relevância da sintaxe, numa perspectiva discursiva, e discutimos algumas noções que nos permitem descrever os processos discursivos que constituem a *textualização lacunar*, tais como efeito de sustentação, paráfrase, polissemia, linearização/deslinearização, equívoco, etc.

No capítulo 3, procuramos observar como os gestos de interpretação se materializam na sintaxe dos telejornais, ou seja, na prática de editoração, entendida como prática discursiva de *textualização lacunar* dos sentidos. Aqui, procuramos explicitar como as diferentes versões de um mesmo fato produzem sentidos inscritos em uma mesma FD1 dominante (contrária ao MST), que tem como sua antagônica a FD2, que resiste aos sentidos impostos por aquela. Direccionamos nosso olhar para as posições de autoria telejornalística, colocadas em diálogo com os dizeres encontrados nos *sites* e nos manuais de telejornalismo, uma vez que, nestes, temos um discurso normatizador sobre o modo como os fatos devem ser são textualizados, editorados. Discutimos o lugar da notícia na editoração do telejornal, pois entendemos que este lugar (o encadeamento), onde uma determinada notícia é colada, já determina os sentidos (a interpretação) numa direção, e não em outra. Ainda neste capítulo, procuramos compreender as relações que se dão entre formações discursivas e *os efeitos da luta ideológica* constitutivos da diretividade argumentativa em que cada telejornal dá as notícias recortadas para análise. Nesse ponto, as análises se voltaram para a compreensão da *textualização* do político produzindo significação na formulação das notícias, através de gestos de interpretação determinados por uma FD1 dominante que se marca por um discurso de oposição ao MST, de criminalização desse movimento.

No capítulo 4, situamos a história de fundação do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra – MST – e, depois, procuramos apreender o funcionamento discursivo da notícia de modo a explicitar as relações que se dão entre formações discursivas e *os efeitos da luta ideológica*. Discutimos, ainda, a desconstrução dos mitos de imparcialidade, informatividade e credibilidade da notícia em funcionamento nos comentários telejornalísticos, produzindo sentidos como transparentes. As análises nos levaram a compreender que esses comentários sustentam a eficácia dos mitos, devido ao fato de esse ser o espaço, imaginário, de opinar, onde

os sentidos também são materializados em uma textualização lacunar, de modo que é dissimulada a opinião sobre os fatos noticiados. Consequentemente, os sentidos são regulados por gestos de interpretações determinados a não explicitar marcas pessoais de opinião.

No capítulo 5, tecemos considerações sobre o funcionamento da imagem, levando em conta a materialidade multimodal dos telejornais, na perspectiva da Análise do Discurso de matriz francesa. Ainda neste capítulo, discutimos como a imagem é tratada no campo da Análise do Discurso, pois interessa-nos o efeito, entre interlocutores, que as imagens produzem, a partir da textualização das notícias sustentadas por uma memória social, histórica e ideológica. Também, fazemos considerações sobre a edição interpretativa das imagens, pois compreendemos que os telejornais, na montagem das edições que constroem a notícia, editoram interpretativamente as imagens. Em suma, abordamos a imagem multifacetada dos telejornais, defendendo que a sua análise deve se dar pelo olhar, e não através da palavra. Por isso, entramos pelo viés da imagem a partir de elementos visuais passíveis de recorte, tais como os planos que entendemos ser discursivos porque produzem efeitos de sentidos entre interlocutores. Essa entrada analítica, pela observação dos planos (enquadramento das imagens filmadas), permite sistematizar a relação ideológica de imagens que produzem os efeitos de sentidos causados pela textualização lacunar dos telejornais.

No capítulo 6, fazemos uma análise discursiva das imagens em movimento e sobre o lugar das notícias e das imagens na editoração. Explicitamos o lugar em que as notícias em análise foram coladas nos telejornais a fim de apreendermos a diretividade argumentativa imposta, e já determinada pela inscrição ideológica dos sentidos em uma determinada FD1, e não em outra. Descrevemos e interpretamos o vídeo (imagens) dessas notícias para tornar a leitura do texto mais didática e coerente, pois se trata de análise de imagens em movimento em texto escrito para ser impresso. Buscamos, também, compreender as relações de sentido entre a materialidade não-verbal e a verbal. Centralmente, propomos uma análise de modo a explicitar o funcionamento da textualização lacunar nos recortes verbais em relação aos recortes imagéticos.

No capítulo 7, das considerações finais, pontuamos as conclusões que a análise nos forneceu, no sentido de especificar alguns funcionamentos observáveis na interface formas de linguagem/discurso que explicitam em que consiste o modo de dizer lacunar das notícias telejornalísticas.

1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

1.1 Quadro Teórico de Referência - Análise do Discurso

[...] a linguística ocupa-se dos sentidos estabilizados do léxico de uma língua, passíveis de dicionarização, limitando-se ao estudo de seu sentido e sua referência, enquanto a AD interessa-se pelas representações feitas pelo homem no uso que este faz do léxico em sua prática discursiva, procurando examinar as transformações de sentido, bem como os efeitos daí decorrentes. (INDURSKY, 1997, p. 25)

Para melhor compreender as noções teóricas trabalhadas na tessitura das análises do *corpus*, situamos o quadro teórico em que nos ancoramos para esta pesquisa.

A teoria da Análise do Discurso francesa estabelece uma relação profunda com o materialismo histórico, o marxismo como forma de intervenção na política. Neste lugar, Pêcheux, fundador da teoria na França, aproximou-se das questões althusserianas sustentadas na relação contraditória entre sujeito, língua e história no âmbito da lingüística, psicanálise e história.

Associamo-nos a essa teoria porque nos abre um leque maior de possibilidades para observar o funcionamento dos sentidos na língua, que não é só linguístico, mas também diz respeito à colocação dos protagonistas no discurso. Em vista dessas considerações, buscamos explicitar o funcionamento dos processos discursivos de construção das notícias telejornalísticas e os efeitos de sentidos produzidos que se constituem em uma textualização lacunar. Para tanto, observamos a maneira como os processos de significação estão inscritos aí, pela saturação ou pela insaturação dos sentidos.

Em face dos objetivos supracitados, passeamos por alguns conceitos teóricos, que serão mobilizados na análise, a fim de melhor situar metodológica e analiticamente nossa pesquisa.

O objeto de análise, na perspectiva discursiva a qual nos filiamos, é o discurso concebido como uma prática que “não tem como função constituir uma ‘representação fiel’ de uma realidade, mas assegurar a permanência de uma certa representação”⁴. Para Pêcheux (1969), o discurso é *feito de sentido entre interlocutores*, e esta noção de efeito já é uma crítica ao modo

⁴ Orlandi, (1988, p.19) citando Vignaux. G. (1979).

simplista, daquele momento (anos 60), de conceber a língua como instrumento de comunicação e de informação que se dá entre destinador e destinatário - teoria defendida, por exemplo, por Jakobson:

[...] O destinador envia uma mensagem ao destinatário. Para ser operante, a mensagem requer antes um contexto ao qual ela remete (é isto que chamamos, também, em uma terminologia um pouco ambígua, o “referente”), contexto apreensível pelo destinatário e que é verbal ou suscetível de ser verbalizado; em seguida, a mensagem requer um código, comum (ou ao menos em parte, ao destinador e ao decodificador da mensagem). A mensagem requer, enfim, um contacto, um canal físico ou uma conexão psicológica entre o destinador e o destinatário, contacto que permite estabelecer e manter a comunicação. (JAKOBSON, 1970, p. 213-214)

Pêcheux defende a tese de que a língua não só comunica, informa, mas tem um funcionamento que lhe é próprio e, por isso, torna-se imprescindível pressupor a não transparência da língua, a não transparência da história e a não transparência do sujeito, daí resultando a heterogeneidade constitutiva de todo discurso. Nessa perspectiva, o discurso é considerado como uma *textualização do político* (COURTINE, 1981), que é evidenciada pela análise da **posição sujeito**⁵ inscrita no texto, isto é, pelos lugares sociais que se definem pelas relações de força conforme o lugar que ocupa o locutor no discurso. Esses lugares estão presentes no discurso, mas transformados nos processos discursivos pelas regras de projeção imaginárias, presentes em toda a sociedade, que relacionam a situação empírica com a posição discursiva. As formações imaginárias são determinadas pelo interdiscurso, sendo que os sujeitos se constituem em determinadas condições de produção⁶ do discurso.

Ainda, as posições sujeito se inscrevem em diferentes **formações discursivas** que determinam o sentido das palavras. A “formação discursiva é, enfim, o lugar da constituição do

⁵ Indursky (1997, p. 37-38) explicita a diferença entre posição sujeito e forma-sujeito. Para tanto, esta autora cita Pêcheux (1975) quando este diz *o lugar do sujeito está apenas aparentemente vazio; de fato, está preenchido pelo sujeito de saber de uma FD específica*. Desse modo, diferentes sujeitos, ao se relacionarem com o **sujeito de saber** (designado por Pêcheux de **forma-sujeito**) de uma mesma FD, podem estabelecer diferentes posições-sujeito, de tal forma que se produzam diferentes efeitos-sujeitos no discurso de cada um. As diferentes posições de sujeito mostram, pois, as modalidades particulares de identificação de diferentes sujeitos do discurso com a forma-sujeito de uma FD.

⁶ Além de Pêcheux, também Orlandi (1999b) nos fala que as condições de produção no sentido restrito dizem respeito às condições imediatas (a atualidade) em que tal formulação foi construída, e as condições de produção no sentido amplo dizem respeito ao domínio da memória discursiva e ao da antecipação que intervém na formulação produzindo sentido.

sentido e da identificação do sujeito”⁷. Ou seja, as formações discursivas (FDs) determinam o que pode, ou não, ser dito em uma dada conjuntura; são a projeção das formações ideológicas no discurso. Dito de outra maneira, “uma formação discursiva (FD) é o espaço de reformulação-paráfrase, onde é determinado o que pode e deve ser dito em uma situação dada, de uma conjuntura sócio-histórica determinada”⁸ e têm como efeito

(...) dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso determinante desta formação discursiva como tal, a objetividade material que reside no fato de que “isso fala” (*ça parle*) sempre, antes, alhures e independentemente. (PÊCHEUX, 1988, p. 160)

A formação discursiva é um dos aspectos materiais das formações ideológicas (FI), e são estas que definem quais são as relações entre as FDs, que podem ser de aliança, antagonismo e de dominância, segundo Pêcheux (1997). De acordo com Orlandi (1988), essas relações também podem ser de exclusão, de neutralidade, de gradação, etc; mas não são necessariamente de mútua exclusão.

Indursky (1997, p. 30) nos diz que

[...] Segundo Foucault (1969), uma FD se estabelece a partir de determinadas regularidades do tipo ordem, correlação, funcionamento e transformação. As regras de formação determinam condições de existência, coexistência, modificações e desaparecimento de uma repartição discursiva dada. Uma FD é essencialmente lacunar em função do sistema de formação de suas estratégias, podendo ser individualizada através desse sistema.

Observamos que a autora (ibidem, p. 243) faz um deslocamento interessante a respeito da FD dominante quando diz que “a FD dominante é, por sua vez, dominada pela FD antagônica, já que é ela que, de fato, determina a direção a ser tomada pelo sujeito do discurso”. Indursky (ibidem) continua seu raciocínio dizendo que o discurso é duplamente determinado: primeiro, pela FD, que o engendra e determina o que deve ser dito e, segundo, pela FD antagônica, que determina o que deve ser refutado.

Assinalamos que toda a nossa análise desenvolvida posteriormente está ancorada na compreensão de que os recortes analisados estão inscritos em duas grandes FDs, embora saibamos que as FDs podem ser heterogêneas. Uma FD1 dominante, cuja marca é a oposição ao

⁷ Orlandi, 1988, p. 21.

⁸ Serrani-Infante em nota, In: Orlandi (org) 2001a.

MST e a condenação de seus atos, o que configura sentidos de ilegalidade para suas ações de vandalismo, de criminalidade, etc, e, na contramão dessa FD1 dominante, temos a FD2 antagônica, que resiste aos sentidos significados pela FD1 dominante. Aqui, encontramos a voz do MST e de seus simpatizantes.

No que diz respeito à noção de **formação ideológica (FI)**, podemos dizer que são representações e atitudes, nem individuais nem universais, mas que funcionam como redes ideológicas que determinam o sujeito, de modo que este, ao ser interpelado em sujeito falante pelas formações discursivas, representa as formações ideológicas que lhe correspondem.

Torna-se pertinente, aqui, notar que entendemos a noção de ideologia tal como Orlandi (1996, p. 66):

[...] O processo ideológico na AD não se liga à falta, mas ao excesso. A ideologia representa a saturação, o efeito de completude que, por sua vez, produz o efeito de “evidência”, sustentando o já dito, os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como “naturais”. Pela ideologia há transposição de certas formas materiais em outras, isto é, há simulação.

O conceito de FI é originário da teoria de Althusser (1976) sobre os aparelhos ideológicos de Estado, em que as práticas (discursivas) se dão hierarquicamente, dados a formação social e o momento determinado de sua história através dos aparelhos do Estado. Estes correspondem a posições ideológicas, políticas, etc, que se organizam em formações ideológicas atravessadas pela contradição de classe.

Segundo Althusser (ibidem), nos aparelhos ideológicos de Estado há o funcionamento do simbólico, a língua, que não é pura estrutura, mas que tem um funcionamento simbólico que permite haver a interpelação do sujeito. Assim sendo, temos relações de sentidos desniveladas que se dão nas fronteiras entre as formações discursivas, no interdiscurso, e são estabelecidas pela luta ideológica. Indursky (1997, p. 32), ao falar sobre as FI, afirma que

[...] as FI comportam necessariamente uma ou mais FDs interligadas que determinam “o que pode e o que deve ser dito” em uma manifestação discursiva, em uma certa relação de lugares, no interior de um aparelho ideológico e inscrito em uma relação de classes. Consequentemente, o sentido de uma manifestação discursiva é decorrente de sua relação com determinada FD. Por outro lado, uma mesma sequência discursiva inserida em diferentes FDs produzirá sentidos diversos.

Já o conceito de **interdiscurso** nos permite observar, na formulação, os efeitos da memória discursiva, que intervém produzindo a recuperação de sentidos outros. Ou seja, o funcionamento do interdiscurso como memória discursiva produz consistência (textual e ideológica) ao dizer, de modo que a constituição (interdiscurso) determina a formulação (intradiscurso). A partir dessa noção teórica, analisamos, na formulação, a imbricação do interdiscurso com o intradiscurso. Em outras palavras, a noção de interdiscurso permite-nos considerar que toda formulação se dá por uma relação com aquilo que a memória discursiva determina como elementos de saber.

Também não podemos deixar de mencionar a noção de **pré-construído**, definida por Pêcheux (1988, p. 99) como:

[...] Uma construção anterior, exterior, mas independente, em oposição ao que é construído pelo enunciado [...] O efeito de pré-construído em sua forma pura é a colocação de uma existência singular e a verdade universal que afeta as asserções que incidem sobre essa singularidade.

Em Zoppi-Fontana (1998, p. 66), encontramos referência a Pêcheux (1975), quando define o efeito de pré-construído como “um elemento que irrompe no enunciado como aquilo que foi pensado antes, em outro lugar, independentemente, produzindo o sentido como evidência, como sempre já-lá, como o já pensado do pensamento”. A esse respeito, Mariani (1998, p. 153) afirma que o pré-construído é “algo já dito antes, em algum lugar, e que retorna no discurso jornalístico-político como evidência”. Em outras palavras, o pré-construído é o efeito do interdiscurso, é efeito de sentido, mas é evidenciado apenas no nível da formulação. Ainda de acordo com Indursky (1997, p. 35), o “pré-construído é o ‘sempre já-lá’ da interpelação ideológica que fornece/impõe a realidade de seu sentido sob a forma da universalidade”.

Enfim, a noção de pré-construído é salutar para a compreensão das questões que aqui levantamos porque nos permite pensar que temos, como um dos efeitos da textualização lacunar, sentidos tamponados pelo imaginário de evidência.

1.2- Constituição do *Corpus*

Para construir o *corpus* dessa pesquisa bibliográfica, fizemos um recorte de linguagem-situação, tomando por base a noção de recorte de Orlandi (1984, p. 14): “O recorte é

uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento de situação discursiva [...] Pretendemos que a ideia de recorte remeta à polissemia e não à informação”. Para Orlandi (1989, p. 32), “a delimitação de um *corpus* não segue critérios empíricos (positivistas), mas teóricos. Desse modo, a questão da exaustividade deve ser considerada em relação aos objetivos e à temática”.

Então, partimos da noção de recorte acima para compor o nosso *corpus*, que é constituído por três notícias que se justificam pela relação temática sendo, a primeira, sobre a ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST; a segunda, sobre o discurso do presidente Luis Inácio Lula da Silva em que disse que *nada e nem ninguém o impedirá de fazer as reformas que o Brasil precisa*; e, a terceira, sobre a liberação da verba do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) pelo governo federal. Essas notícias foram veiculadas entre os dias 24 e 27-06-03 por cinco telejornais brasileiros: Jornal da Record (Rede Record), Jornal Nacional (Rede Globo), Jornal da Cultura (Rede Cultura), Jornal da Noite (Rede Bandeirantes) e Jornal do SBT (Rede SBT).

Fizemos o recorte do verbal, formulação, e do não-verbal, imagens, dos telejornais considerando a complexidade das formas de linguagem dessas materialidades, com base na relação temática de notícias sobre o MST e a Reforma Agrária, visto que é uma regularidade nos telejornais selecionados relacionar um acontecimento ao outro. Assim, uma mesma notícia significa diferentemente de um jornal para outro, em função da relação com a notícia que vem antes e depois, da determinação ideológica, da posição autor de onde é noticiada, das diferentes interpretações possíveis, da edição de um mesmo fato produzindo sentidos outros, deslocamentos.

Então, o produto final, a *notícia*, é constituído por uma pluralidade de discursos no encadeamento do noticiário (dos repórteres, dos indivíduos entrevistados, do apresentador âncora, do(s) editor(es)) e é atravessado por diversas formações discursivas e diversas posições-sujeito. Aqui, o discurso funciona como *regularidade de uma prática* onde a materialidade linguística e histórica, o processo de produção de linguagem e acontecimento⁹ nos significam.

⁹ Pêcheux (1983, p. 261, 1990, p. 17 e 1983, p.264, respectivamente) nos diz que um acontecimento é considerado como um “elemento histórico descontínuo e exterior”, como “um ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. Essa memória discursiva é definida por Pêcheux como “um espaço de desdobramentos, réplicas

Dada a necessidade operacional e tendo em vista nossos objetivos, compreendemos a textualização lacunar não como um problema, um desvio, mas, sim, como um modo de dizer característico do discurso midiático telejornalístico. Nessa perspectiva, fizemos um duplo movimento metodológico-analítico que se imbrica na linearização das análises. Num primeiro movimento, enfocamos nossa análise na formulação verbal, ou seja, na estrutura da língua onde há falta ou excesso de dizer. Para tanto, entendemos a sintaxe linguística como diferentes versões de um mesmo fato. Ou seja, como diferentes modos de dizer onde a notícia é formulada por gestos de interpretação inscritos numa FD1 dominante, heterogênea. Esse gesto analítico nos permite observar como os vários telejornais textualizam, verbalmente, o mesmo fato, pois uma análise também contrastiva nos permite explicitar onde se produzem as costuras e os recortes das notícias, onde há derivas e lacunas que são remendadas pelas formas de linguagem constitutivas do telejornalismo. É pouco produtivo analisar a textualização de uma notícia telejornalística fechada sobre si mesma e, por isso, comparamo-la com outras versões, a partir de um acontecimento discursivo, em condições de produção específicas, que remete a uma memória.

Num segundo movimento operacional, analisamos o funcionamento das imagens, pois estas fazem parte do gesto de interpretação da textualização da notícia, dado que o não-verbal é domínio da escrita (oralizada no telejornalismo), que funciona num constante esforço de lhe produzir sentido. Assim, entendemos que não apenas o verbal faz parte dos processos de constituição dos sentidos na formulação materializada por uma textualização lacunar, mas também o não-verbal constitui os sentidos. Nesse momento, analisamos a sintaxe do telejornal, isto é, a editoração, o lugar onde as notícias foram coladas e o funcionamento discursivo dos planos.

Nessa perspectiva, entendemos que a relação da memória com as imagens determina, historicamente, os processos de significação da notícia (preenchendo ou não a falta de dizer na textualização lacunar). Ou seja, a determinação histórica dos sentidos constitui a política do significante que se materializa através da formulação verbal e não-verbal (das imagens). Visto isso, outra necessidade que se revela é discutir se a imagem, em relação à formulação verbal, constitui a textualização lacunar e, nessa relação, discutiremos que efeito de memória a textualização lacunar produz. Além, a partir daí, que efeitos de sentidos produz? Rompe com os

polêmicas e contra-discursos”. Ou seja, para o autor (1983), o acontecimento se dá num cruzamento entre o nível da constituição (interdiscurso) e o nível da atualização (intradiscurso).

efeitos produzidos pelo verbal ou não? Também esta pergunta revela outra necessidade, que é o deslocamento da relação língua/discurso para a relação formas de linguagem/discurso, sendo que as formas de linguagem compreendem toda a materialidade simbólica do telejornal.

Temos como hipótese que as imagens podem produzir sentidos que deslizam e rompem com aqueles produzidos verbalmente dentro da emissora que os veicula. Ou seja, a relação do verbal com o não-verbal pode ser de complementaridade, paralelismo ou dissenso, produzindo diversos efeitos de sentidos que caracterizam a textualização lacunar.

Logo, a textualização lacunar está no entremeio das formas de linguagem, questão que será discutida com mais consequência nos capítulos que tratam do funcionamento da imagem na edição dos telejornais. Importa-nos ressaltar que a relevância desta pesquisa está na formulação teórica da noção de textualização lacunar e no próprio gesto analítico de analisar o funcionamento desta noção na sintaxe da língua e na sintaxe do telejornal, ou seja, nas formas de linguagem da materialidade multimodal telejornalística.

2- DEFININDO A TEXTUALIZAÇÃO LACUNAR

[...] a descrição de um enunciado ou de uma sequência coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa sequência. (PÊCHEUX, 1990, p. 54-55)

2.1- A historicidade da noção *lacuna*

Na tessitura desta reflexão, cabe assinalar que não buscamos *o tesouro indefinido das significações ocultas*,¹⁰ mas procuramos compreender e conceituar um modo de dizer que denominamos de textualização lacunar. Esclarecemos que pensamos esse modo de dizer, principalmente, a partir de Courtine e Marandin (1981), e Agustine (2003).

Courtine e Marandin (1981) tentam produzir deslocamentos conceituais na teoria da AD através de duas noções da Análise de Discurso: pré-construído e repetição. Esses autores se esforçam para dar um estatuto à noção de repetição, tomando-a como condição de possibilidade para fazer um exame no campo da AD e, para tanto, articulam essa noção à de interpelação ideológica do sujeito. Nesse texto, Marandin e Courtine (ibidem) dizem que, nas práticas discursivas, os indivíduos aceitam, dissimulam ou resistem aos discursos de cada aparelho do Estado, de modo que qualquer enunciação se efetua na categoria da forma-sujeito de direito. Segundo os autores acima (ibidem), sendo o discurso uma das instâncias materiais da ideologia, a eficácia ideológica é *um processo de repetições mais ou menos reguladas-polimorfo nos discursos cotidianos, ritualizado nos discursos do aparelho - em que as palavras se tomam na rede das reformulações: repetições sob o modo do reconhecimento dos enunciados e sob o modo de desconhecimento do interdiscurso*. Nessa perspectiva, a *forma-sujeito é entendida como processo imaginário de identificação do que se dá como sujeito da enunciação concreta*.

Agustine (2003, p. 76-77), para pensar sobre os sentidos constitutivos do lugar social de locutor gramático, fala sobre um modo de dizer específico que

¹⁰ Cf. Foucault (1970, p.54).

[...] enquadra o locutor da gramática nas relações de saber (FDs) que constituem sua memória [...] A gramática se dá, e somente é gramática, ao ser enunciada a partir desse lugar de locutor que a configura. [...] Há um lugar de locutor institucionalizado para o gramático. [...] A gramática apresenta formas textuais que detêm uma certa estabilidade, o que significa dizer que a sua escrita se estrutura em torno de “modos de dizer”. Esses modos de dizer são considerados “meios” de o locutor realizar o ato social (e jurídico) de instituir (legitimar) a língua nacional, juntamente com outros elementos simbólicos, como a literatura e o dicionário, por exemplo.

A partir das considerações acima, refletimos sobre o modo como o discurso textualiza as diferentes versões das notícias telejornalísticas, constituindo os sentidos nesta ou naquela diretividade argumentativa a partir de lugares enunciativos legitimados historicamente. Ou seja, dado que a textualização lacunar é também formulação, produto da enunciação de sujeitos, a noção de modo de dizer é central para compreendermos, tal como Pêcheux e Fuchs (1997, p. 175-176), que

[...] os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem como característica colocar o “dito” e em consequência rejeitar o “não-dito”. A enunciação equivale, pois, a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos (através do que constitui o “universo do discurso”), e o que é rejeitado. Desse modo se acha, pois, desenhado num espaço vazio o campo de “tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer (mas que não diz)” ou o campo de “tudo a que se opõe o que o sujeito disse”.

A respeito dos processos de enunciação, torna-se preciso considerar que as notícias são veiculadas a partir de lugares de saber legitimados, que têm como objetivo levar ao telespectador o que ele não sabe (já regulando esse saber) através de modos de dizer que estabilizam sentidos como evidentes, de imagens dos fatos, do discurso descritivo-narrativo, do discurso relatado de caráter pedagógico, regularmente, dito em terceira pessoa, ou de modo impessoalizado, etc. Esses modos de dizer constituem o efeito da eficácia ideológica das (tele)notícias, produzindo alguns mitos que discutiremos com mais profundidade no item 4.3.

A especificidade do modo de dizer em nosso *corpus* consiste no fato deste se constituir através de recursos possíveis pelos aparatos tecnológicos que esta linguagem tem a seu favor. Portanto, o modo de dizer telejornalístico se caracteriza pelo próprio formato material do telejornal em que a notícia é construída por informações visuais, por recortes (editorados) de falas e imagens dos vários envolvidos no fato noticiado e tem um espaço destinado ao

comentário, em alguns telejornais, que se representa a partir da legitimação do saber da posição apresentador âncora, etc. Importa-nos assinalar que a eficácia ideológica do discurso das notícias televisionadas, além da tela televisiva que produz o efeito de sentido de o mundo ser menor, também conta com os manuais de telejornalismo e os *sites* dos telejornais, entendidos como aparatos tecnológicos que discutiremos no item 3.2.

Acreditamos que a textualização lacunar se dá na interface formas de linguagem/discurso como efeito da eficácia ideológica, ou seja, se constitui no interior do funcionamento discursivo das notícias numa relação de entremeio entre as formas de linguagem/discurso. Também temos como hipótese o fato de que os efeitos de pré-construído, que sustentam sentidos como verdades universais, aparecem na textualização lacunar da notícia como efeitos da tensão de fronteiras entre as formações discursivas antagônicas no interdiscurso. Aqui, lembramos Gallo (2001), quando define efeito-autor como uma ‘nova’ posição sujeito que surge do confronto de ordens diferentes do discurso. Assim, do dizer de uma FD em confronto com outra FD surge uma terceira FD, de modo que o efeito-autor se dá a partir do confronto de formações discursivas, e é nessa relação que pensamos a tensão entre as diversas FDs constitutivas da textualização lacunar telejornalística.

Entendemos que essa noção caracteriza-se por apagar marcas de heterogeneidade¹¹ que poderiam explicitar as relações de polêmica das posições-sujeito estabelecidas entre as formações discursivas que disputam um mesmo espaço discursivo na construção da notícia. Desse modo, entendemos que o “mascaramento” da heterogeneidade¹² constitutiva de todo discurso se dá como efeito do ideológico na textualização lacunar, entendida como formulação do discurso em uma materialidade verbal e não-verbal, brocada por apagamentos.

Então, o modo de dizer telejornalístico se constitui no embate de formações discursivas antagônicas e produz, como um de seus efeitos, a “imparcialidade” da notícia, pois silencia as relações de polêmica estabelecidas entre essas FDs.

Procuramos definir a textualização lacunar a partir de noções afins que remetem para o termo *lacunar*; para tanto, colocamo-nos diante de um conjunto de saberes sobre a linguagem que se constrói através de aspectos teóricos específicos, que indicam uma falta de dizer, um não-

¹¹ Orlandi (1988, p. 23) afirma que o texto (no caso, a textualização da notícia) “é heterogêneo e se apresenta como uma unidade, dada sua relação com o discurso e sua inscrição em uma formação discursiva específica que se confronta com as outras”.

¹² Aqui, lembramos-nos dos estudos de Authier (1984) sobre a heterogeneidade constitutiva e mostrada (marcada ou não marcada).

dito, não explícito. Em vista disso, recorreremos (sem nos delongarmos) a alguns autores, tais como Frege (1978), Serriot (1986), Haroche (1992), Orlandi (1992), Indursky (1992) e Ferreira (2000). Cabe notar que, à medida que trazemos um conceito de outra teoria para a qual nos filiamos, esse conceito já é reformulado, de certo modo, a fim de não trazer junto a sua filiação teórica.

Frege (apud INDURSKY, 1978, p. 38-109) afirma que

[...] ao estudar as expressões assertivas, constata que, frequentemente, elas apresentam sentido incompleto. Para que esse seja completo, faz-se necessário que um argumento venha completá-las, saturando-lhes o sentido. Consequentemente, os objetos são valores de função, são o resultado da saturação de uma função por um argumento que vem ocupar o “lugar vazio” da referida função. Em termos linguísticos a saturação do lugar vazio é feita pelos determinantes.

Ressaltamos que os nomes próprios são determinantes, constantes numa sentença que preenchem os lugares vazios. Nessa medida, quando não preenchemos uma posição/lugar, temos funções insaturadas porque não foram preenchidas. Esse autor (Ibidem, p. 106) entende por nome próprio a *palavra, sinal, associação de sinais, expressão que expressa seu sentido e refere ou designa sua referência*¹³, e acrescenta a noção de pensamento, que para ele é o sentido:

[...] É impossível que todas as partes de pensamento sejam fechadas sobre si mesmas; uma dentre elas ao menos deve ser, de uma forma qualquer, predicativa e insaturada, senão elas não poderiam se encadear [...] só a instauração do sentido faz com que essas palavras sejam aptas a servir de liame. Uma vez que sejam completadas pelas duas maneiras pedidas, [por um sujeito e por um complemento de objeto] temos um sentido fechado sobre si mesmo, temos um pensamento.¹⁴

Em rápidas linhas, para Frege (1978), a importância de se falar em sentido é a possibilidade de conceder a este o estatuto de produzir conhecimento novo, sendo que o sentido é pensado em relação aos nomes próprios e às sentenças. E a referência numa sentença é o seu valor de verdade, que funciona como objeto verdadeiro ou falso, de modo que duas expressões podem ter o mesmo referente sem ter o mesmo sentido. Desse autor nos interessa, especificamente, a sua posição sobre as sentenças saturadas e insaturadas para refletir sobre suas implicações na textualização lacunar. Enquanto lógico, Frege se refere à saturação ou instauração

¹³FREGE. G. *Sobre o sentido e a referência*. In: Littera- Revista para professores de Português e de Literatura de Língua Portuguesa. Ano II, n^o 5, maio/agosto, 1972, p. 106.

¹⁴FREGE. G. (1971, p. 133, nota 1) *Ecrits Logiques e philosophiques*. Concept et objet.

do discurso lógico (necessariamente incompleto), mas que tende à completude. Nós, numa perspectiva discursiva, entendemos que o real da língua (linguístico e histórico afetado pela ideologia) é o lugar da incompletude constitutiva do discurso, uma vez que o sujeito discursivo, ao dizer, deixa de dizer outras coisas em função da determinação sócio-histórico-ideológica deste sujeito.

À diferença de Frege, que buscava uma linguagem perfeita ideal, espelho da realidade, e assim limitou-se a trabalhar com as posições/lugares que não são preenchidos nas sentenças insaturadas, acreditamos que esses lugares não deixam de ser preenchidos à toa, e sim ideologicamente. E não são preenchidos nas sentenças de diversas maneiras (sintática e discursivamente), de modo que o efeito-telespectador pode preenchê-los através da interpretação.

Nesse sentido, a filiação teórica na qual nos ancoramos considera os fatores sócio-histórico-ideológicos do discurso, o que justifica o deslocamento da noção de saturação/insaturação proposta por Frege para a de textualização lacunar, em que temos uma saturação do sentido que não se realiza, pois, se realizasse o sentido, perderia a possibilidade de movimento.

Sériot (1986), ao pesquisar sobre o discurso político soviético, escrito em russo, procurou determinar como a relação do texto com o interdiscurso está integrada às formas de uma língua estrangeira. Esse autor constatou um número elevado de nominalizações no *corpus*, de onde surgiu a hipótese de que a recorrência das formas nominalizadas é o índice de um tipo específico de contato com o “texto” (produto finito, fechado), que entretém, em suas condições de produção, um exterior que lhe é específico. Sendo assim, esse autor procura *saber como um texto pode comportar, a título de componentes internos, elementos provenientes de outro lugar, diferente?* Ele considera que a reconstituição linguística do enunciado “original” subjacente a uma nominalização reenvia a um exterior do texto (SERIOT, 1986).

Para Seriot (ibidem, p. 24), as nominalizações são os “produtos” de certas operações efetuadas “antes” do texto, são enunciados pré-construídos (ou um instrumento que produz o pré-construído) não assumidos pelo sujeito enunciator, o que produz no intradiscurso o efeito de evidência do qual o sujeito enunciator se apropria, como se o sentido já se encontrasse “já-lá”, pré-existente ao discurso. Ou seja, as nominalizações são efeitos do interdiscurso.

Ainda, Seriot (ibidem, p. 30) entende o efeito de pré-construído como um não-dito, que nos permite evidenciar, com base em “hipóteses discursivas”, “o todo ou uma parte do que não é

lembrado, mencionado: trata-se do implícito que pode ser descrito sintaticamente”. É nesta perspectiva do não-dito que se produz o efeito de pré-construído que nos interessa aqui dissertar.

Em suma, Seriot (ibidem) procura analisar os efeitos de pré-construído que as nominalizações do discurso político soviético podem induzir, considerando o funcionamento dessa forma particular de pré-construído¹⁵ que são as nominalizações. Para tanto, o autor questiona: se considerarmos *a sintaxe como um sistema neutro e fechado, como admitir que um texto pode portar em si, em sua materialidade mesma, alguma coisa que lhe seja “externa”*? E, para responder a essa questão, trabalha numa perspectiva inversa à teoria gramatical, a uma abordagem formal das nominalizações e de suas posições sintáticas, pois procura compreender, a partir das nominalizações, essa “outra coisa”, isto é, esse outro enunciado que não está no texto. Então, Seriot (Ibidem, p. 86) indaga: qual é o espaço possível desse outro lugar? Em que medida podemos afirmar se uma nominalização reenvia de um texto a “um outro lugar” ou se ela tem um funcionamento inteiramente gramatical?

No que diz respeito a essas questões, torna-se preciso assinalar que o interdiscurso é o lugar de formação do pré-construído e funciona como um elemento regulador do deslocamento das fronteiras de uma FD, controlando a sua reconfiguração e permitindo a incorporação de pré-construídos que lhe são exteriores, provocando redefinições, apagamentos, esquecimentos ou denegações entre os elementos de saber da referida FD (INDURSKY, 1997, p. 37).

Face às colocações acima, questionamos onde o efeito de pré-construído aparece na textualização (lacunar) do telejornalismo? Qual a relação entre o efeito de textualização lacunar e o efeito de pré-construído?

Acreditamos que a textualização lacunar tanto funciona para o reforço de efeitos de pré-construído, que fundamentam a interpretação reforçando sentidos dominantes já naturalizados pela mídia, quanto funciona abrindo a possibilidade de uma deriva ideológica, do outro dizer, da alteridade, da leitura outra.

Haroche (1992), em uma abordagem discursiva, procura explicitar os efeitos conjugados da história e da ideologia na gramática e suas relações com a elipse, a determinação e a subjetividade. Para isso, essa autora toma, diacronicamente, a noção de determinação¹⁶ a fim de

¹⁵ Pêcheux (1983, p. 4) define o pré-construído como “traços discursivos constituintes do espaço de memória da sequência”.

¹⁶ Haroche (1992, p. 26) define a determinação como “um efeito inscrito no cerne da gramática como uma coerção, uma exigência de ordem, mas também um privilégio, acessível a alguns, negado à maioria, que é o próprio privilégio

traçar o esboço da história dos efeitos da religião e do direito, ao mesmo tempo na gramática e no sujeito.

Ao falar sobre a *determinação*, Haroche (1992, p. 168; 221; 157) afirma que “a determinação permite-nos reencontrar a inscrição do sujeito na língua, através das posições subjetivas que este ocupa no discurso”, de modo que a determinação estabelece “a forma visível (na gramática e na língua) sob a qual a interpelação é encontrada”, constituindo “um lugar privilegiado de articulação entre sentido, sintaxe e ideologia”. Está ligada aos mecanismos do aparelho jurídico.

A autora desloca a noção de interpelação, definida por Althusser (1976) como *interpelação* do indivíduo em sujeito de seu discurso, para reexaminá-la sob o âmbito dos *fundamentos e das modalidades do funcionamento da “interpelação” na língua*. Nesse sentido, Haroche (ibidem, p. 180) afirma que “pela história da noção de determinação na língua e na gramática, quisemos concretizar, nos próprios mecanismos sintáticos, os efeitos de interpelação e de assujeitamento tal como eles se manifestam na ideologia religiosa e, depois, jurídica”. Ainda para essa autora, na gramática, a determinação assume a função de designação, uma vez que identifica, refere e delimita a significação.

Henry (1992), recusando-se a considerar a determinação como referencialidade ou expressão da vontade do sujeito (como as gramáticas consideram), afirma, sobre o funcionamento da determinação, que o sujeito é presa da ilusão que o faz acreditar que ele constrói, através de seu discurso, o que não existe ainda como evidência no exterior de seu discurso.

Nessa perspectiva, Haroche¹⁷ faz menção a Pêcheux quando ele, em *Semântica do Discurso* (1997), dissocia a questão do sujeito da questão da determinação para dizer que a determinação não encontra sua origem no sujeito, mas sim o estrutura de fora, através dos processos discursivos responsáveis pelo efeito de sustentação e de pré-construído. A partir disso, entendemos que a determinação funciona produzindo efeitos de sentidos (ilusórios) de “fechamento”, de completude e homogeneidade do discurso. Efeitos caros à mídia (tele)jornalística.

da interpretação. Toda a questão de uma possível autonomia relativa do sujeito está assim inscrita na questão da determinação que, em última análise, é a de uma relação particular, específica de cada sujeito com o texto e com o saber”.

¹⁷ Haroche (1992, p.151).

Na prática de análise, refletimos sobre as determinações que a materialidade da notícia sofre, considerando o cruzamento do eixo interdiscursivo com o eixo intradiscursivo. Nessa perspectiva, na construção das notícias, tanto temos a determinação (sócio-histórico-ideológica) do sujeito-autor editor-chefe da redação, que regularmente é o apresentador âncora, quanto a determinação da instituição midiática (controlada por seus financiadores, geralmente grandes banqueiros, empresários, políticos e latifundiários). Portanto, temos uma determinação da determinação.

Torna-se pertinente afirmar que a noção do funcionamento de determinação da determinação discursiva permite-nos apreender os efeitos da ideologia constitutivos dos sentidos produzidos em nosso *corpus* e as modalidades de funcionamento da “interpelação” do sujeito na língua.

Ainda, Haroche (ibidem, p. 26) discute os *usos e práticas ligadas ao subjetivo no gramatical* e rejeita a idéia de um sujeito mestre de suas palavras. Quando faz menção à elipse e à incisa, a autora supracitada afirma que “a elipse que aparece como uma falta, uma interrupção, mas também a incisa, que faz intervir a idéia de acréscimo, de parêntese, deixa entrever, pela ideia de ruptura do fio do discursivo, a presença do sujeito”. Tanto a elipse como a incisa aparecem como efeito, provocando uma ruptura na linearidade do discurso; ruptura, essa, dissimulada pelo processo de articulação que se produz a partir do efeito de sustentação que assegura a linearidade do discurso (PÊCHEUX, 1997). Desse modo, o processo de articulação (efeito de sustentação) define-se em relação a uma posição-sujeito inscrita em uma ou mais FDs, uma vez que as articulações definidas dentro de uma FD não são as mesmas se definidas dentro de outra FD, o que produz efeitos de sentido heterogêneos, dependendo da posição-sujeito que articula os elementos de saber na formulação.

No que se refere à noção de *implícito, elipse e incisa*, Orlandi (1992, p. 44; 47; 49) nos fala que os linguistas se interessam pelo silêncio sob a etiqueta da elipse e do implícito. Numa perspectiva discursiva, o implícito é um subproduto do trabalho do silêncio é a parte visível dessa relação; a elipse é a falta necessária do dizer e a incisa é o acréscimo contingente, é evitada, “é efeito discursivo que se produz pelas posições que o sujeito ocupa no jogo entre os diferentes sistemas de representação em que o sentido se constitui”¹⁸. Mas, diferentemente da ótica da gramática, que vê a necessidade de trabalhar com enunciados completos, explícitos,

¹⁸ In: Orlandi e Guimarães (1988, p. 34).

vendo a elipse como um problema a ser eliminado para obter a saturação e a completude da frase, trabalhamos numa ótica discursiva que toma a elipse como um efeito inerente ao discurso.

Essas noções são eficazes para compreendermos o funcionamento da textualização lacunar porque esta aparece sob a forma de algo que não é dito, que falta dizer, uma lacuna. E, numa perspectiva discursiva, entendemos que a elipse aparece como efeito de uma textualização lacunar (é a sua parte visível, que funciona dissimulando a deriva, a imposição de sentidos determinados ideologicamente). Aqui, cabe lembrar a afirmação de Haroche (ibidem, p. 117) quando diz que “a elipse (falta) é o ponto em que se encontram linguística e ideologia”. E a incisa (falha) funciona em nosso *corpus* como um excesso, não de linguagem, mas de ideologia, de modo que algo é dito para não haver possibilidade de outro dizer, para evitar a deriva.

É colocando-nos na relação do dito com o não-dito que procuramos refletir sobre a especificidade da textualização lacunar nas notícias telejornalísticas, sob o âmbito da noção de silêncio definida por Orlandi (1992, p. 12) quando afirma que “todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer”. Conforme a autora (ibidem, p. 76), o silêncio é constitutivo do sentido e do sujeito da linguagem, visto que “o dizer e o silenciamento são inseparáveis: contradição inscrita nas próprias palavras”. Sendo assim, “se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É o silêncio significante” (ibidem, p. 23). Então, para essa autora, o silêncio é matéria significante, necessariamente parte da significação, constitutivo da linguagem, *é o real do discurso*.

Por fim, trazemos para essa compreensão os três tipos de silêncio definidos por Orlandi (ibidem, p. 23-24): o *silêncio fundador*, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar; o *silêncio constitutivo*, que nos indica que para dizer é preciso não dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras); e o *silêncio local*, que se refere à *censura* (aquilo que é proibido dizer em uma dada conjuntura), produzindo interdições do dizer. A partir desses pressupostos, pensamos no discurso relatado, “sintoma da natureza essencialmente heterogênea de qualquer discurso”¹⁹, enquanto característico da linguagem jornalística e que funciona silenciando sentidos, pois dissimula a responsabilidade do dizer do jornalista ao remeter ao discurso do outro.

¹⁹ De acordo com Indursky, 1997, p.198.

Então, no que diz respeito ao funcionamento do discurso telejornalístico, acreditamos que coisas deixam de ser ditas para pôr em evidência outros sentidos, e coisas são ditas para silenciar outros sentidos que afetam a posição ideológica da qual a notícia está sendo noticiada. Melhor dizendo, entendemos que a determinação interdiscursiva funciona na textualização lacunar apagando, na sintaxe linguística e na sintaxe do telejornal, sentidos que não podem ou não devem ser veiculados, sentidos indesejáveis.

A partir do que Orlandi (1992) define como silêncio, que não é interpretável, mas compreensível, o deslocamento para o nosso *corpus* nos permite dizer que o silêncio está presente na textualização das notícias veiculadas pelos telejornais brasileiros. Porém, a noção de silêncio (*constitutivo e local-censura*) em nossa tese não aparece sem (re)significações, uma vez que consideramos o papel da sintaxe (linguística e discursiva) na articulação dos sentidos.

Ainda vale dizer que o nosso deslocamento da noção de silêncio está mais próximo de Indursky (1997, p.186), quando define o não dito como algo necessariamente recalcado pelo viés da determinação interdiscursiva, definida como um vestígio dos discursos silenciados pelo sujeito do discurso.

Indursky (1997)²⁰ trabalha numa perspectiva discursiva considerando a não transparência da linguagem e a inscrição da língua na história de onde derivam os sentidos. Em *A Fala dos Quartéis e Outras Vozes* (1997), a autora procura compreender o discurso dos militares no regime ditatorial que segue ao Golpe de 1964, considerando que esses discursos caracterizam-se pelo trabalho da prática discursiva que conduz, em seu constante fluxo e refluxo, da determinação à indeterminação.

No que diz respeito à noção de determinação, Indursky (1997, p. 159; 196-197) afirma que

[...] a *determinação* consiste no *trabalho discursivo* de “fechamento” do discurso em análise daí derivando seu *efeito de homogeneidade*, enquanto a *indeterminação* é resultante do trabalho de “camuflagem” dos processos discursivos [...] o sujeito ao construir seu discurso, *incorpora* enunciados *pré-construídos* que, uma vez inseridos no intradiscurso, provocam o esquecimento de sua incorporação e produzem o efeito de ali se originarem. Para que este esquecimento seja possível, é preciso que outra ilusão se produza: o discurso deve apresentar-se dotado de *efeito de homogeneidade*, o que lhe conferirá o efeito de coerência discursiva. Esse efeito de homogeneidade é resultado do trabalho discursivo da determinação.

²⁰ A tese de doutorado defendida em 1992 foi publicada em 1997; por isso, ora citamos a tese, ora o livro.

Centramo-nos nas reflexões de Indursky sobre a *determinação linguística* e a *determinação discursiva* para discutirmos o funcionamento da textualização lacunar. Segundo essa autora (1992, p. 260-262), *os determinantes linguísticos saturam o nome, dando-lhe uma referência que o qualifica a ocupar uma posição lexicalmente identificada com um lugar referencial e a exercer funções semânticas e sintáticas no enunciado*²¹. E a determinação discursiva²² *consiste em um efeito de sentido em que intervêm conjuntamente fatores sintáticos, semânticos e ideológicos*. Trata-se de uma seleção lexical de cunho ideológico em que o sujeito é compelido, pela formação discursiva que o afeta, a saturar o substantivo, visto que os determinantes linguísticos que precedem o nome não são suficientes para determinar seu dizer.

Nas palavras da autora (1997, p. 180):

[...] Na determinação discursiva, o determinante discursivo realiza uma operação de determinação, que consiste em saturar uma expressão nominal para limitar sua extensão e dotá-la de referência atual, para que se qualifique como elemento de dizer ideologicamente identificado à FD que afeta o discurso em que tal expressão ocorre [...] Por conseguinte, a determinação discursiva, ao delimitar o que pode ser dito, constrói as fronteiras para recalcar o que **não pode, não deve ser dito**, bem como o que **pode, mas não convém ser dito**. (Grifo nosso)

Então, propomos trabalhar, a partir de Indursky (1997), com os processos de indeterminação/determinação²³ linguística e discursiva das formulações que produzem efeitos da determinação ideológica materializada na textualização lacunar. Ou seja, trabalharemos com a determinação (ideológica) da determinação (linguística e discursiva).

Para melhor compreendermos o funcionamento da textualização lacunar, torna-se produtivo considerar o que Indursky (ibidem, p. 246-247) afirma sobre a *heterogeneidade não-marcada*, que se dá em dois processos distintos e correlatos: a *incisa discursiva* e a *elipse discursiva*. Esta se marca por uma *falta que não pode ser preenchida* nem pelo enunciado, nem

²¹ Ainda, de acordo com Indursky (ibidem, p. 177), a operação de determinação linguística, entretanto, é insuficiente para saturar um nome, habilitando-o a ocupar um lugar em uma sequência discursiva. As exigências, nesse caso, são diversas, pois a determinação discursiva de um nome consiste em saturar-lhe o significado para qualificá-lo a integrar sequências discursivas afetadas por determinadas FD.

²² Importa salientar que, de acordo com Indursky (ibidem, p.181), ao considerarmos os enunciados em sua dimensão discursiva, a saturação dos nomes neles empregados sofre coerções oriundas da FD pela qual é afetado o sujeito que as produz e das quais resulta a determinação discursiva, que tem por efeito produzir um sentido coerente com o quadro ideológico a que tais sequências estão vinculadas.

²³ Pêcheux (1975) denomina reduplicação da identificação a esse funcionamento dos processos de determinação/indeterminação ideológica que constituem o sujeito do discurso.

pelo contexto, e gera uma *indeterminação discursiva*. A incisa discursiva se marca pela internalização de elementos oriundos de outra FD, “os quais, sem mostrarem vestígios de sua origem externa e diversa, provocam transformações na FD, deslocando suas fronteiras”. Segundo a autora, trata-se de uma repetição-vertical, de maneira que

[...] o discurso apropriado não é mais relacionado a sua origem, gerando uma elipse, uma lacuna (o apagamento do outro) no interior da incisa (o discurso apropriado do outro) [...] Esse procedimento faculta a manutenção do *efeito de homogeneidade* em um discurso que é eminentemente heterogêneo.

Ou seja, é o efeito dessa heterogeneidade não marcada, orientada, em funcionamento na textualização das notícias, que nos permite observar outros efeitos que se dão a partir da textualização lacunar, sendo que esta se constitui por famílias parafrásticas, onde não se diz o que se poderia dizer (esse não-dito, não-sentido já constitui o sentido do dito) na determinada condição de produção em que a notícia foi produzida.

Ferreira (2000, p. 26) tece algumas considerações importantes no que se refere ao real da língua, a qual é uma condição para refletirmos sobre o funcionamento da textualização lacunar. Esta autora nos diz que, em matéria de linguagem, não se pode dizer tudo. Este não tudo vem constituir o real da língua, noção vinda da psicanálise, mas que foi desenvolvida na linguística por Milner (1987). Em francês, este não tudo foi denominado como *lalangue*, em português é *alíngua*. Em *O amor da língua*, Milner (ibidem) define este conceito como uma série de pontos de impossível que não se reformula, marcado pelo não todo.

Pêcheux (1975) faz referência a Milner (ibidem) para dizer que não há só o real da língua, mas há, também, o real da história. Já Zoppi-Fontana (1998, p. 75) fala sobre o *real da língua e o real do discurso*. Segundo esta autora, o acontecimento discursivo é o lugar material onde o real da língua (o lapso, o ato falho, o equívoco, a elipse, a falta, todas as formas de irrupção da *lalangue*) e o real do discurso (a sua historicidade, a determinação do sentido e do sujeito por formações discursivas inscritas no complexo das formações ideológicas) se encontram produzindo uma ruptura, uma emergência nas relações de continuidade definidas pelos rituais enunciativos que conformam as práticas discursivas.

Alinhada aos pressupostos da AD, pensamos o real afetado também pela ideologia, e não só pelo inconsciente, como é para Milner (ibidem). Existe pelo menos um lugar de onde se fala do que não se pode falar, e esse lugar é o real da língua, *alíngua*, o inconsciente. Portanto, o

real é da ordem da língua (que se opõe à realidade, que é da ordem social, prática), de modo que há um impossível (“furo” do real) inscrito na ordem da língua, que é onde as palavras faltam. Aqui, ressaltamos que esse impossível, onde há falta, não se confunde com a falta de dizer da textualização lacunar, porque esta é definida no plano da formulação, possível de ser reformulada; é produto da relação da língua com a exterioridade, espaço de manifestação material do discurso como unidade imaginária e ideológica. Portanto, embora pressuponha as noções estruturantes de *língua*, *alíngua*, *impossível*, *falha*, enfocamos nosso olhar para o modo de dizer do telejornalismo na linearização, onde o *como se diz* importa mais *do que o que se diz*. Refletimos sobre uma prática de textualização (dos sentidos) inserida em determinadas condições de produção, em relação ao acontecimento.

De acordo com Ferreira (2000), a concepção de impossível permite explicitar o equívoco que atravessa a língua, sendo-lhe constitutivo e que está na fronteira entre a língua e o seu real. Por isso, numa perspectiva discursiva, pressupomos o real da língua e o real da história. Em poucas palavras, é onde há o impossível de se dizer, a ausência, que temos em funcionamento os deslizamentos de sentidos, o embate entre diferentes posições ideológicas. É neste lugar que os outros sentidos (“apagados” por uma textualização lacunar) surgem no interior da sintaxe discursiva²⁴. Desse modo, esta é, para nós, um modo de acesso à ordem do discurso, o que é justificável se lembrarmos que, no quadro epistemológico da AD, estão articuladas três regiões do conhecimento científico: o materialismo histórico, a teoria do discurso e a linguística como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação. Naquele momento, se questionou o postulado da autonomia da sintaxe (linguística) em relação à semântica.

Ferreira (ibidem, p. 65) assinala que um enunciado não é jamais completo, uma vez que é sempre suscetível de ser completado por toda uma série de complementos ou proposições se constituindo enquanto paráfrases. Sendo assim, o efeito de completude é uma evidência ideológica que se dá através dos efeitos de pré-construído e de articulação e, por conseguinte, produz como efeito a transparência da linguagem, dos sentidos. Esses efeitos dissimulam a opacidade da linguagem, dos sentidos, produzindo a ilusão da evidência do sentido. Segundo a mesma autora (ibidem, p. 24):

²⁴ Com um objetivo didático, esclarecemos que, quando nomeamos sintaxe discursiva, nos referimos à sintaxe linguística e do telejornal (edição), e, quando falamos em sintaxe linguística, nos referimos ao nível da formulação, do verbal, especificamente.

Os enunciados da língua podem sempre escapar à organização da língua, ao trabalho da razão e da lógica sobre a linguagem. É neste espaço que se localizam os “furos” e as “faltas” que são estruturantes e próprios à ordem da língua. É o lugar da incompletude da linguagem, onde tudo e tanto acontece.

É neste lugar brocado de sentidos, onde os enunciados escapam à organização da língua, que nos posicionamos para observar o movimento dos sentidos nas diferentes versões onde apreenderemos a especificidade do funcionamento da textualização lacunar.

Então, podemos dizer que a formulação (verbal), a edição (não-verbal) e a textualização lacunar são constituídas no mesmo lugar por serem produzidas como unidade imaginária de sentido no intradiscurso determinado pelo interdiscurso.

Enfim, buscamos os conceitos teóricos sobre sentenças saturadas, insaturadas, nominalizações, elipse, incisa, silêncio, determinação linguística e discursiva, e incompletude a fim de definir a textualização lacunar que se significa por algo que está faltando (ideologicamente) e que se preenche por posicionamentos, por domínio de uma posição ideológica sobre outra, por sequências discursivas que significam não pelo que dizem, mas pelo que não dizem. Dessa maneira, a textualização lacunar na formulação verbal das notícias está marcada sintaticamente de diversas maneiras através de pistas (linguísticas e discursivas) que nos levam a compreender esse modo de dizer. Aqui, torna-se relevante assinalar a importância de se considerar a sintaxe discursiva intervindo na produção de sentidos, pois não há textualização sem sintaxe, uma vez que a organização das palavras e das notícias (dos recortes, das imagens, etc.) não se dá aleatoriamente.

Julgamos oportuno dizer que a AD nos possibilita uma nova prática de leitura que se dá através da relação entre o que é dito na formulação, na editoração, com outros discursos inscritos na história para, assim, interpretar o que não é dito (textualização lacunar) no interior da formulação. Também as marcas linguísticas nos permitem explicitar o que se apaga (ideologicamente) e, desse modo, a textualização lacunar dissimula, sob a aparência de unicidade, várias significações possíveis.

2.2 A relevância da sintaxe discursiva para a textualização lacunar

Tomamos como fundamentação teórica para as reflexões deste capítulo o texto *Sintaxe, discurso; do ponto de vista da análise do discurso*, de Marandin (In: Orlandi, 1994), e o

livro de Ferreira (2000): *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. A partir desses textos, pontuamos o deslocamento que fazemos com relação à compreensão do funcionamento da sintaxe discursiva no *corpus* aqui em análise.

Para refletir sobre a relevância do lugar da sintaxe no funcionamento da textualização lacunar das notícias telejornalísticas, pensamos no jogo da língua entre a formulação e a edição do telejornal. Ou seja, consideramos toda a materialidade simbólica das formas de linguagem constitutivas dos telejornais. Conforme dissemos anteriormente, citando Ferreira (2000), a sintaxe trabalha com a ordem da língua, com o que lhe é próprio, e, por isso, é constitutiva do processo de produção de sentido. Isto nos permite observar como certos fatos de língua afetam a completude, a significação linguístico-histórica dos sentidos.

De acordo com Ferreira (ibidem, p. 94), “os enunciados podem sempre escapar à organização da língua, sobretudo a uma organização como a sintática, que busca captar como se dá esse fenômeno à sintaxe como dispositivo para captar o real da língua”. Ferreira (ibidem) também pensa na interface *sintaxe/discurso* para ter acesso à ordem da língua. Para tanto, compreende a sintaxe como espaço de mediação entre a forma e o sentido, por conseguinte, como possibilidade de acesso à materialidade linguístico-histórica: forma-sentido (e não materialidade empírica: forma-conteúdo), constitutiva do discurso.

A interface *sintaxe/discurso* nos chamou a atenção para a materialidade de nosso *corpus* porque compreendemos a sintaxe como *observatório do discurso*, noção derivada de Milner (1987), que considera a sintaxe como *lugar de observação dos fenômenos da linguagem*.

Marandin (In: Orlandi, 1994, p. 124-136) entende a sintaxe, concordando com Milner (ibidem), como uma ferramenta constitutiva de um observatório dos discursos, fazendo aparecer o processo de produção do sentido. Deste modo, a mediação sintática intervém igualmente no domínio do discurso, pois “é o processo de análise sintática que está em posição de mediação, e não representação sintática”. Ou seja, o processo de análise sintática, numa perspectiva discursiva, está em posição de interface, o que permite ter duas maneiras de desintagmatização na análise: a discursiva e a sintática.

Pensamos o funcionamento da sintaxe discursiva em nosso *corpus* não como um sistema neutro e fechado, já que a formulação e a editoração também são determinadas pela exterioridade. Assim, diferentemente de Milner (ibidem), para quem o sistema é o real, concordamos com Pêcheux (1990b) quando diz que o real é o acontecimento linguístico. “O

sistema seria o resultado da interação desses acontecimentos”, de modo que o real não é o impossível e, por isso, o sistema fixa o possível excluindo o real²⁵. No que diz respeito à proposição de Milner (1987), Ferreira (ibidem, p. 10) afirma que “este deixa de fora a história e a contradição que lhe é inerente e parece fixar as propriedades do real em uma perspectiva formal, a-histórica e psicanalítica”. Num panorama discursivo, consideramos as dimensões da história, da interpelação do sujeito e da ideologia constitutivas do discurso (dos fatos de língua) tomadas como uma prática, como *efeito de sentido entre interlocutores*, onde a sintaxe é espreitada no nível do discurso e não somente no nível da frase, como é concebida na linguística. Compactuamos com a proposta de Marandin (1993) em ampliar a articulação forma sintaxe - sentido (proposta pela gramática gerativa transformacional) para uma articulação que pode ser apreendida nos diferentes planos como: forma morfológica, lexical, sintática, semântica, discursiva. Em outras palavras, compactuamos com Marandin (1993, p. 16) quando este diz que “a sintaxe mediatiza toda relação forma/sentido, mesmo quando não organiza as formas dotadas de sentido”; mas ampliamos esta compreensão na medida em que entendemos que a textualização lacunar se dá no entremeio das formas de linguagem (verbal e não-verbal), que compreende toda a materialidade simbólica do telejornalismo.

Também chamamos atenção para o fato de que não igualamos nossa análise (discursiva) a uma análise linguística, pois, para nós, a sintaxe discursiva é uma possibilidade de acesso ao processo de produção do sentido, isto é, acesso ao acontecimento discursivo, considerando-o a partir das diferentes versões construídas para um mesmo fato. Portanto, uma série de interpretações possíveis se significa diferentemente, a partir da posição-sujeito dominante nas formulações em análise. Dito de outra maneira, a sintaxe discursiva funciona como dispositivo que capta o real da língua.

Embora a AD de matriz francesa não tenha desenvolvido uma proposta de análise sintática, ela se posiciona, de modo geral, em uma crítica ao formalismo²⁶ (que retira de si o sujeito do conhecimento). Mas, até os dias atuais, encontramos muitos questionamentos, debates, dissenso sobre a possibilidade de uma passagem entre a área da sintaxe e a do discurso. Questão que está longe de entrar num consenso.

²⁵ In: Ferreira (2000, p.100).

²⁶ Chomsky já nos diz que a fronteira entre sintaxe e semântica é incerta, portanto os traços de seleção lexical são de natureza morfossintática e semântica. Nesse sentido, Henry (1992, p. 84) afirma que a “significação não é de natureza linguística no sentido de Saussure, a não ser na sua relação com a fonologia, morfologia e sintaxe”.

Orlandi (2001a, p. 44), ao refletir sobre os deslocamentos que a Análise do Discurso produziu, fala sobre o lugar da sintaxe nesta teoria e chama atenção para o fato de que

[...] Pêcheux dá um lugar específico à enunciação e à sintaxe, criticando ao mesmo tempo como são considerados em seus campos teóricos específicos. Ele dirá que “o estudo das marcas ligadas à enunciação deve constituir um ponto central da fase da linguística da Análise Automática do Discurso, e que ela induz modificações importantes na concepção da língua”. No que se refere à sintaxe, a distância tomada tem a ver com o fato de que, na perspectiva da linguística, a língua é um sistema fechado (‘où tout se tient’, diz Saussure) e, para a análise do discurso, é um sistema sujeito a falhas. Ligando sintaxe e enunciação, Pêcheux mostra que a consequência é que não se pode, a partir de então, estudar o léxico como simples lista de morfemas sem ligação com a sintaxe, e a sintaxe, por sua vez, não mais se constitui um domínio neutro de regras formais, mas o modo de organização, próprio a uma língua dada, de traços de engates enunciativos.

A citação acima nos leva a tomar a sintaxe discursiva como operador analítico, uma vez que nos permite compreender *a organização da língua* (que tem uma autonomia relativa) e do telejornal como *acesso ao acontecimento discursivo*. Ou seja, a sintaxe está situada na linguagem, na articulação da língua com o discurso (HENRY, 1992).

Enfim, para corroborar com essa nossa posição, citamos Ferreira (2000, p.108), quando reflete sobre o funcionamento da noção de equívoco (dito anteriormente), fundamental para compreendermos o funcionamento da textualização lacunar em relação ao sistema sintático da língua:

[...] A relação com o equívoco afeta toda a língua. Sob diferentes formas, encoberto sob diferentes marcas sintáticas, o equívoco se manifesta, vem à tona e ganha corpo e significação. O modo de materializar-se pode ser pelo viés da falta, do excesso, do repetido, do parecido, do absurdo, do *non sense*, e por aí se estendem as possibilidades. O que há de comum em todas elas é a ruptura do fio discursivo e o impacto efetivo na condição de fazer e desfazer sentidos. Isso acontece porque a língua é um sistema sintático intrinsecamente passível de jogo. E, dentro desse jogo, as marcas significantes da língua são capazes de deslocamentos, de transgressões, de rearranjos.

É na perspectiva acima que a sintaxe discursiva nos interessa, porque fornece pistas do funcionamento discursivo através das marcas linguísticas e discursivas, de modo que os sentidos produzidos materializam a determinação do interdiscurso.

Ainda, sobre a não evidência das fronteiras entre língua e discurso, quando encontramos Orlandi (1983, p. 101) afirmando que “decorre daí que as regras fonológicas, morfológicas e sintáticas – que são as condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos - sejam objeto de recobrimentos e de apagamentos parciais”. Portanto, enquanto analistas, desconfiamos das evidências, das estabilidades dos sentidos e, por isso, consideramos a sintaxe discursiva enquanto ferramenta de análise, pois esta é efeito da opacidade da língua e da memória (lacunar) na textualização das notícias.

Aqui, assinalamos que os enunciados podem sempre escapar à organização da língua, daí a importância de estarmos atentos ao funcionamento sintático-discursivo, já que neste espaço se localizam as lacunas dos dizeres²⁷. Por fim, diante das considerações acima, questionamos: em que pontos das formulações (na sintaxe) e das editorações a textualização lacunar é marcada?

2.3- No jogo da língua: a constituição da textualização lacunar

Sabemos que o discurso midiático funciona estabilizando os sentidos a fim de evitar a deriva. Interessa-nos observar como esta estabilização é sustentada ou explicitada (na textualização lacunar) por alguns funcionamentos discursivos da língua, que tanto trabalham para a eficácia desse modo de dizer quanto a desconstroem. A seguir, discutimos algumas noções teóricas que nos permitem descrever os processos discursivos que constituem a textualização lacunar, tais como efeito de sustentação, paráfrase, polissemia, linearização/deslinearização, equívoco.

Pêcheux (1997, p. 110) define o **efeito de sustentação** como “meio de uma relação de *implicação* entre duas propriedades, α e β , relação essa que enunciamos sob a forma ‘o que é α é β ’”. Este autor dá a esta relação o nome de *efeito de sustentação*, destacando que ela realiza a *articulação* entre as proposições constituintes do discurso.

O efeito de sustentação se constitui na discrepância entre os domínios de pensamento, isto é, entre o pré-construído e a articulação. Estes funcionam em relação à posição-sujeito determinada por uma FD; são efeitos do interdiscurso na formulação que funcionam repetindo, reformulando, deslocando o já-dito. Ou seja, os pré-construídos, numa formulação dada a partir de uma posição-sujeito, não são os mesmos de outra, e as articulações definidas dentro de uma

²⁷ Ferreira (2000) discute mais amplamente este assunto.

FD não são as mesmas se definidas dentro de outra. Podemos dizer que o efeito de sustentação trabalha com a articulação dos objetos de significação na formulação.

Ainda, no que diz respeito ao efeito de sustentação, Zoppi-Fontana (1998) afirma que os efeitos de sustentação produzidos pelo interdiscurso, enquanto discurso-transverso²⁸, permitem-nos perceber o conflito silencioso que se deflagra no espaço simbólico do intervalo semântico entre posições de sujeito antagônicas.

Então, é preciso atentar para o fato de que os sentidos para as notícias são sustentados por um discurso que se apresenta como inquestionável, verdadeiro. Mas, sabemos que um enunciado nunca é linear, pois, na textualização das notícias, há pontos em que o dizer deriva, desliza para outros sentidos, o que marca a possibilidade de um sentido nunca ser o mesmo e sempre poder ser outro. Desse modo, o efeito de estabilidade produzido pelo discurso midiático é desconstruído pela compreensão da textualização lacunar. Essa relação entre o mesmo e o diferente dos sentidos constitui a paráfrase e a polissemia, que são processos característicos da linguagem e produzem significação trabalhando numa relação de tensão.

A **paráfrase** se constitui, conforme Orlandi (2001a, p. 168-169), pela colocação do “dizer em relação a outros produzidos por outros locutores, ou em situações diferentes, ou até mesmo imaginados como possíveis no lugar em que aquilo foi dito”. E a **polissemia** se dá pela possibilidade de se abrir para novos e múltiplos sentidos. Melhor dizendo, o funcionamento da paráfrase e da polissemia é de suma importância para a compreensão de que todo discurso é polissêmico, porque a retomada abre a possibilidade para um deslocamento, para uma deriva de sentidos. E é parafrástico no sentido de que retoma formulações anteriores.

Ainda, Indursky (1997, p. 43), ao falar sobre a memória discursiva inscrita no seio das práticas discursivas, comenta que,

[...] à medida que a repetição ocorre pelo viés da paráfrase discursiva, variações e transformações instauram-se no processo discursivo. É no interior da família parafrástica, construída por tais repetições, que é possível estabelecer a comparação entre o mesmo e as repetições, daí decorrendo a regularização do sentido.

²⁸ Pêcheux (1975, p. 167) afirma que o *discurso transversal* é o funcionamento do interdiscurso que “enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, [determinando as articulações entre enunciados] que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita”.

Então, compreendemos que a paráfrase funciona produzindo coesão interna aos discursos das notícias telejornalísticas, de modo que temos reformulações que são regulares mesmo se mudarmos o canal do telejornal, pois este atende ao que pode ou não ser dito do seu lugar de reprodução do discurso dominante inscrito na FD1. Essas reformulações podem ser internas, na linearização, e externas, na construção das versões, na prática de editoração.

No que diz respeito à **linearização**, é preciso atentar para a premissa de que, ao linearizar, construímos imaginariamente uma homogeneidade dos fatos a partir de posições ideológicas que apagam determinados dizeres para colocar junto outros e, assim, o sujeito discursivo impõe a interpretação na linearização de seu dizer. Mas, historicamente, os elementos de saber estão desnivelados, pois o plano interdiscursivo é desnivelado. Portanto, não é possível ter uma linearidade de todas as posições na formulação; esta linearidade é uma construção imaginária; daí a textualização lacunar.

A fim de estabelecer suas famílias parafrásticas (*matrizes de sentido*), o processo de **de-sintagmatização** do discurso põe em evidência as brechas abertas na textualização lacunar que “corporifica” os deslizamentos, as rupturas dos sentidos. Assim sendo, a de-sintagmatização, posteriormente redefinida por Pêcheux como deslinearização, anula os efeitos de linearização que os esquecimentos nº 1 e nº 2²⁹ produzem e nos permite explicitar *como* e *onde* se constitui a textualização lacunar. Nesse sentido, Ferreira (2000, p.13) afirma que a

[...] interface sintaxe/discurso é relevante e merece ser explorada. De um lado, a sintaxe, como ordem simbólica, chega muito próximo da língua, daquilo que lhe é próprio (da sua ordem); de outro, o discurso, como processo de produção de sentido, tem na língua um suporte decisivo na constituição de sua materialidade (linguístico-histórica).

Logo, abordamos a textualização lacunar como ponto de deriva dos sentidos e, por isso, é preciso remeter ao efeito metafórico que é a deriva – deslizamento de sentido produzido

²⁹ Orlandi (1988, p.10-11) explica o funcionamento dos esquecimentos número 1 e 2, definidos por Pêcheux. De acordo com Orlandi (ibidem), “em relação ao esquecimento nº 1: (...) apaga-se para o sujeito o processo pelo qual uma sequência discursiva concreta é produzida ou reconhecida como tendo um sentido. Ele recusa a inclusão necessária de toda sequência em uma formação discursiva (e não em outra) para que essa sequência tenha um sentido (e não outro). Nessa recusa, o sujeito tem a impressão (a ilusão) de que é ele próprio a fonte desse sentido, isto é, ele se apresenta como sendo o criador absoluto de seu discurso. (...) O esquecimento nº 2 é parcial e semiconsciente. Há uma seleção feita pelo falante, em relação aos processos de produção de uma língua determinada, em que ele vai delimitando o que diz e, conseqüentemente, excluindo o que seria possível dizer, naquela mesma situação. Esse esquecimento dá ao sujeito a impressão, a ilusão de realidade do pensamento, ou seja, o discurso se apresenta como reflexo de seu conhecimento objetivo da realidade. Nessa perspectiva, a escolha entre as várias construções (paráfrases possíveis) é significativa. Formam-se, ao longo do dizer, famílias parafrásticas _ o que não se diz, mas que poderia dizer naquelas condições _ e que fazem parte do que se diz”.

na formulação. Os pontos de deriva são os vestígios de que há formulações diferentes, são os sentidos possíveis nas margens do texto, determinados pelo interdiscurso. Nesta perspectiva, Ferreira (ibidem, p. 106) afirma que, no âmbito da AD, importa “tudo aquilo que está fora dos limites formais da língua, por constituir indício de ruptura. Assim, o que falta (a elipse) ou o que excede (a incisa), ao romper o ideal de completude da linguagem, rompe igualmente o fio discursivo e, por isso mesmo, passa a interessar”.

A autora supracitada, ao procurar *investigar como se manifestam, na língua, os problemas de significação que perturbam a ordem do sistema, afetando sua consistência e completude*, enfoca o funcionamento discursivo da ambiguidade, do equívoco. E, aqui, nos delongaremos um pouco mais sobre a noção de **equívoco**, do ponto de vista de uma teoria discursiva, por ser uma ferramenta importante para nossa análise.

Ancorados na linha teórica da AD, entendemos que a noção de equívoco trabalha na formulação e, nesse sentido, Pêcheux (1997) diz *que é fundamental que não silenciemos o lugar do equívoco a fim de tornarmos visíveis os funcionamentos, os diferentes sentidos*, o que nos permite pôr em evidência o movimento dos processos discursivos. Ou seja, o equívoco é tomado como “lugar de encontro entre o impossível e a contradição, entre a língua (e o real que lhe é próprio) e a história” e, por conseguinte, demarca “[...] aqueles pontos de fuga que representam modos de resistência próprios da ordem da língua” (FERREIRA, 2000, p. 10-13). Essa autora defende a tese de que é no encontro da língua com a história que advém a necessidade de analisar o equívoco, pois este irrompe como lugar de resistência, que é inerente à língua, e a sua constituição é compatível com a natureza instável, heterogênea e contraditória, própria de um sistema não fechado.

Enfim, é no lugar do jogo da língua que observaremos o efeito de sustentação, o funcionamento da paráfrase, da polissemia, os deslizamentos de sentido, a deriva, o equívoco, que funcionam constituindo a textualização lacunar.

3- A TEXTUALIZAÇÃO LACUNAR NAS VERSÕES

3.1- A instituição (tele)jornalística e o lugar da notícia na editoração

[...] Considerar a imprensa para análise, sem apagar seu caráter institucional e sem reduzi-la a modelos esquemáticos, é compreender que discurso jornalístico, poder, efeitos de evidência e produção de sentidos estão de fato interligados. (MARIANI, 1999, p.60)

Numa pesquisa que tem como objeto de análise recortes discursivos de notícias telejornalísticas, não desconsideramos a historicidade, a discursivização da instituição reguladora dos dizeres que se inscreve no funcionamento de seu produto: a notícia. Em face disto, torna-se salutar revisitar as discursividades da instituição jornalística para justificarmos a compreensão do telejornalismo como gênero televisivo que materializa uma memória institucionalizada, entremeada pela memória discursiva.

A profissão do jornalista sempre foi exercida com radicalismo por profissionais que vinham das mais diferentes áreas do pensamento. Para melhor controlá-los, o regime militar criou faculdades de comunicação e uma lei do diploma. Na atualidade, observamos que temos uma imprensa que trata os grandes assuntos como que os reduzindo a questões subjetivas, pois certamente chamam mais a atenção do público. É mais uma questão de *marketing* da arte de contar “histórias” do jornalismo, narrativa construída social e culturalmente, em que o fato noticiado é dramatizado, personalizado e sensacionalizado pelo tratamento editorial, de modo a intervir sobre o real. Já é fato que a sociedade brasileira tem a capacidade de “empurrar com a barriga” seus conflitos, de mudar a superestrutura para manter igual à infraestrutura (Revista *Imagens*: 1998, p. 61).

Mariani (1998) apresenta um estudo amplo e bem fundamentado sobre como as instituições historicamente se tornam, elas mesmas, discursos. Essa autora, ao refletir sobre o processo histórico e jurídico da formação do discurso jornalístico, informa que a atividade jornalística se constituiu, no Brasil, no século XIX:

Com a vinda de D. João VI, em 1808, é por força de um decreto real que a impressão régia inicia suas atividades lançando um periódico intitulado a Gazeta do Rio de Janeiro, cujo objetivo era registrar o que se passava em Portugal. Nesse gesto político-institucional de fundação da imprensa no Brasil, depreende-se o que virá a ser a marca registrada da maioria dos jornais até bem recentemente: a

submissão ao poder vigente, bem como a preocupação em atender as ideias e interesse do dono (MARIANI, 1998, p. 57).

Nos dias atuais, e principalmente depois do acontecimento lembrado como *onze de setembro*, ocorrido nos Estados Unidos, ouvimos e lemos, no jornalismo brasileiro, frequentemente, palavras do tipo “a manipulação da informação é um elemento capital do ato de guerra” (CASSENS, 2004). Essas palavras funcionam autoafirmando a mídia como um poderoso instrumento de poder na sociedade que representa um discurso institucionalizado, sendo que a sua prática é heterogênea durante o seu processo de produção, mas o seu produto final resulta de uma enunciação homogeneizada (CASSENS, 2004). Então, o discurso dos telejornais apresenta os fatos ali relatados como decalques do mundo, o que lhe confere uma credibilidade social que depende não só da maneira como a notícia é textualizada, editada, do lugar onde é “colada” no telejornal, mas, também, do lugar social de onde é veiculada. Nessa medida, a notícia, enquanto (in)formação, se apresenta como descrição/narração “objetiva” do mundo e funciona produzindo efeito de testemunho da realidade.

Às instituições é relegado o poder de controle social que modelam e impõem práticas sociais. A este respeito, Mariani (1999, p. 49) diz que “o lugar de onde se fala constitui o dizer, mas esse lugar (institucional ou não) deve ser compreendido como posição enunciativa vinculada ao complexo de formações discursivas em relação, e constitutivas de um momento histórico”. Por conseguinte, temos um discurso que funciona produzindo um imaginário de literalidade dos sentidos, de objetividade da realidade e de informatividade dos fatos, estabelecendo as fronteiras-ausentes entre o que pode e o que deve ser dito.

Para melhor compreender os processos de significação do discurso (tele)jornalístico, fazemos uso das palavras de Mariani (1999, p. 51), quando afirma que

[...] o que chamamos de instituição é fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais. São práticas discursivas que se legitimaram e se institucionalizaram ao mesmo tempo em que organizaram direções de sentidos e formas de agir no todo social.

As palavras acima nos levam a não desconsiderar o fato de que a notícia é um produto excessivamente controlado pelos meios de comunicação concentrados nas mãos de poucos. No Brasil, dez empresas concentram noventa por cento destes meios, de modo que temos uma

homogeneização dos sentidos produzidos, ou melhor, circulados. Consequentemente, temos um paradoxo que significa a atual sociedade, pois, se esta se vê bombardeada por informações de todos os lados, pelos mais variados aparatos tecnológicos da linguagem, por outro lado, se encontra diante do monopólio da informação, que domina não só o que é informado, mas também a interpretação.

Aqui, torna-se preciso chamar atenção para o fato de que na seleção das notícias são considerados interesses político-comerciais, mas que se apresentam à sociedade como critérios que obedecem ao compromisso social do telejornal com a verdade dos fatos. Acreditamos que o lugar da notícia direciona a interpretação e determina os sentidos, de modo que as notícias veiculadas antes e depois das notícias recortadas para esta pesquisa já as significam.

Em face disso, o discurso midiático não transmite o acontecimento – a informação bruta – que se produz, mas a construção de uma notícia que, de certa forma, atende e reforça as verdades construídas como únicas e, para tanto, representa-se discursivamente como opinião pública. Ou seja, na mídia, temos diferentes versões para um mesmo fato, o que nos permite pensar a textualização da notícia enquanto espaço de atualização/reatualização de fatos. Daí a importância de atentar para o lugar em que está colada no telejornal, pois a prática de editoração (que também textualiza os sentidos) “costura” os sentidos das notícias que poderiam “descosturar”, isto é, que poderiam abrir para a deriva, para o equívoco.

A respeito da editoração da notícia, encontramos o *Manual de telejornal* da Central Globo de Jornalismo (1985, p. 19; 23) dizendo: “O tempo certo de cada assunto depende da importância jornalística e da força das imagens [...] Um telejornal é um conjunto de várias reportagens. Se todas estiverem editadas do mesmo jeito, o jornal fica monótono”. Ainda segundo este manual (ibidem, p. 11; 20), “o importante é levar a notícia, a ideia, em poucas e bem escolhidas palavras [...] Se você souber aproveitar o essencial da entrevista e souber fazer um texto para valorizar o essencial, terá, na certa, uma boa edição”. Essas citações nos permitem observar como o trabalho de editoração produz uma nova “cara” (versões) para o fato noticiado, de modo que as notícias são produzidas para serem eficientes ao limitar a circulação dos sentidos. Daí a eficácia da textualização lacunar, a partir de uma narrativa telejornalística que se dá de modo direto através de imagens e áudio. Assim sendo, a própria organização do telejornal não permite ao telespectador formar sua opinião a respeito do que é noticiado, já que a materialidade desse veículo de comunicação produz uma homogeneização dos telejornais em

que, frequentemente, noticiam os mesmos fatos, de modo que o telespectador não pode optar por informações e se vê impactado pelo poder das imagens. Mas o rompimento com uma onipotência narrativa no controle da informação noticiada é possível para o analista do discurso.

A seguir, situaremos o lugar em que as notícias, recortadas para análise nesta pesquisa, foram coladas nos telejornais, a fim de apreendermos a diretividade argumentativa imposta e já determinada pela inscrição ideológica dos sentidos em uma determinada FD1 e não em outra.

O Jornal da Record, no dia 24-06-03, no segundo bloco, noticia as reformas e os problemas internos do PT com a “ala rebelde”, chamada assim pelo fato de não votar em concordância com a maioria da bancada petista. Depois, informa o dizer do Presidente Lula sobre as reformas quando afirmou que nada, nem ninguém, o impedirá de fazer as reformas que o Brasil precisa. Aqui, a sintaxe do telejornal se dá a partir do foco da câmera, ou seja, o apresentador âncora faz o comentário sobre a insatisfação dos parlamentares que correm o risco de serem expulsos do partido. Logo depois, narra em terceira pessoa a fala do presidente Lula e, para passar de uma notícia para outra, a câmera apenas muda o lado de foco do rosto do apresentador âncora. Esse modo de dizer explicita que a imagem (editoração) produz sua própria ordem de sentido na medida em que impõe a associação de sentidos de autoritarismo de uma notícia em relação à outra. Também o *chromos*, a imagem de fundo, é o rosto do presidente Lula sorrindo, significando que a temática da notícia relatada é a mesma nessas duas notícias, de modo a associar sentidos.

A terceira notícia foi sobre a liberação da verba do PRONAF e sobre a Reforma Agrária (aqui o telejornal mostra enfaticamente imagens dos membros do MST ouvindo o presidente discursar). E a última notícia desse bloco é sobre a ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST.

O Jornal Nacional da Rede Globo, no dia 24-06-03, também no segundo bloco, informa primeiro os altos índices de inflação no Brasil e que o governo decidiu aumentar mais ainda. Depois, noticia a ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST. A terceira notícia é sobre o discurso do governo sobre as reformas que irá fazer no Brasil e, logo a seguir, informa a liberação da verba do PRONAF pelo governo federal. Por último, fala sobre os poucos recursos do programa Fome Zero, enfatizando que o Ministro da Segurança Familiar, José Graziano, foi buscar apoio financeiro em Roma.

O Jornal da Cultura, em 24-06-03, no primeiro bloco, noticia a liberação da verba do PRONAF e a política de reforma agrária do governo Lula. Depois, anuncia a decisão do governo federal de aumentar a meta de inflação no Brasil. A terceira notícia comunicou a proibição do governo para a plantação de soja transgênica no Brasil.

O Jornal da Noite, da Rede Bandeirantes, no dia 24-06-03, no segundo bloco, noticiou primeiramente que o palácio do planalto tentou abortar a CPI do BANESTADO (Banco do Estado do Paraná), mas que a Câmara dos Deputados vai investigar. A segunda notícia divulgou a ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST; logo a seguir, noticia as várias ocupações de terra no Brasil pelo MST e veicula a declaração do coordenador do movimento. A última notícia anunciou o discurso do Presidente Lula falando sobre a necessidade das reformas no Brasil.

O Jornal do SBT, veiculado em 24-06-03, no primeiro bloco, noticia a declaração do coordenador do MST dizendo que *as invasões vão continuar no Brasil*. É significativo, aqui, que o apresentador do telejornal pergunta ao telespectador qual deve ser a posição do Presidente com relação às invasões do MST. Em seguida, o jornal noticia o discurso do Presidente Lula dizendo que nada, nem ninguém, o impedirá de fazer as reformas que o Brasil precisa. Este dizer do Presidente aparece escrito na tela reforçando a informação verbal através da informação imagética. Ainda nesse bloco, o apresentador anuncia o aumento das metas de inflação no Brasil.

No segundo dia de gravação dos telejornais, 25-06-04, tivemos a reatualização de alguns fatos noticiados no dia anterior. No Jornal da Record, no segundo bloco, a primeira notícia veiculada foi sobre a ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST. Logo a seguir, temos a notícia sobre as ocupações do MST, que reivindica a Reforma Agrária no país e, aqui, o apresentador faz críticas ao governo Lula. A segunda reportagem foi sobre a reparação do governo Lula no que diz respeito ao discurso em que disse que nada, nem ninguém, o impedirá de fazer as reformas. A terceira notícia informou o protesto de empresários contra o aumento dos impostos no Brasil e contra a reforma tributária. No segundo bloco, temos a notícia sobre o aumento da verba do PRONAF pelo presidente.

O Jornal Nacional, da Rede Globo, em 25-06-03, no primeiro bloco, noticia a decisão do governo do Paraná de intervir na ocupação dos pedágios pelos membros do MST e, em seguida, noticia a marcha dos sem-terra para ocupação de uma fazenda no Rio Grande do Sul. No segundo bloco, é noticiada a liberação da verba do PRONAF pelo presidente e a reivindicação dos empresários contra os altos impostos. No terceiro bloco, é noticiada a

reparação do Presidente com relação ao discurso em que disse que nada, nem ninguém, o impedirá de fazer as reformas de que o Brasil precisa. Neste telejornal, é significativo notar que a questão das ocupações do MST e da falta de existência de uma política de reforma agrária no Brasil por parte do PT é retomada de alguma forma em cada bloco, de modo que funciona discursivamente reatualizando/administrando a memória.

O Jornal da Cultura, em 25-06-03, no primeiro bloco, anuncia a liberação da verba do PRONAF pelo governo federal. Depois, noticia que empresários entregaram, ao Ministro da Fazenda, sugestões para a reforma tributária. A primeira notícia do segundo bloco foi sobre a intervenção do governo do Paraná nas negociações com o MST no que diz respeito às ocupações dos pedágios do Paraná. A segunda notícia desse bloco anunciou a reparação do Presidente da República sobre o discurso em que disse que nada, nem ninguém, o impedirá de fazer as reformas.

O Jornal do SBT, em 25-06-03, no segundo bloco, divulga a reparação do presidente Lula com relação ao seu discurso sobre a necessidade das reformas no Brasil e, logo depois, informa a tensão no Oriente Médio, onde o exército de Israel volta a atacar a Palestina. Por último, o apresentador fala rapidamente sobre a liberação da verba do PRONAF pelo governo federal.

Em 26-06-03, o Jornal da Record, no final do segundo bloco, veiculou a declaração do Ministro da Fazenda comunicando que o presidente disse que vai continuar insistindo na necessidade das reformas. E, logo a seguir, a primeira notícia do segundo bloco retomou o discurso do presidente Lula para dizer que os ministros estão falando pouco e o presidente se expondo demais.

O Jornal Nacional, em 26-06-03, no segundo bloco, informa que o governador do Estado do Paraná voltou atrás na decisão de intervir na administração dos pedágios nas rodovias do Estado para atender ao protesto do MST. Em seguida, o apresentador fala dos pacotes de boas medidas que o presidente lançou nos últimos dias, já no sentido de direcionar a interpretação para o fato de que tais medidas se deram em função de acalmar os protestos no país, principalmente do MST.

O Jornal da Cultura, no dia 26-06-03, no primeiro bloco, informa que o governador do Paraná cancelou a intervenção nos pedágios do Estado anunciada no dia anterior. Logo em seguida, anuncia que o governo Lula suspendeu o aumento das tarifas de telefonia.

O Jornal da Noite, da Rede Bandeirantes, em 26-06-03, no primeiro bloco, informa que as ocupações do MST continuam e que o movimento marcha em direção ao Rio Grande do Sul para ocupar uma fazenda. Em seguida, noticia as discussões do governo sobre a reforma tributária.

Em todos os telejornais do dia 27-06-03 a regularidade foi a notícia sobre os rebeldes do PT que passaram pela comissão de ética do partido. Mas, embora tenhamos a reatualização de algumas notícias recortadas para análise, como a regularidade foi pequena, não é significativo, aqui, relatar o lugar onde as notícias foram coladas nesse dia.

Como pudemos observar, no *corpus* aqui analisado, encontramos a regularidade de notícias sobre Reforma Agrária, sobre problemas no governo Lula e sobre a liberação da verba PRONAF estarem num mesmo bloco ou logo no bloco a seguir. Vale ressaltar que os lugares onde a notícia é colada no telejornal são ideologicamente marcados, sendo que “a forma da organização do dizer reflete o jogo das diferentes regiões de significação” (ORLANDI, 2001a, p. 94).

3.1.1- Considerações Parciais

Nos noticiários televisivos, é uma regularidade a filiação de sentidos a outros, produzindo efeitos de sentidos de completude, transparência da linguagem, de objetividade do mundo, convenientes ao lugar de poder e coerção sobre a sociedade que a mídia exerce. Compreendemos que o próprio modo como os telejornais organizaram as notícias, ou seja, o lugar em que cada uma foi encaixada, já direciona a interpretação. Portanto, não é inocentemente que a notícia sobre as ocupações do MST, sobre o discurso de Lula, no qual a mídia atribui sentidos de autoritarismo, e sobre a liberação de verba para a agricultura familiar foram “costuradas” no mesmo bloco ou no bloco seguinte. Essa regularidade explicita a filiação ideológica de cada telejornal, pois a própria “colagem” da notícia nos blocos ao lado de outros fatos noticiados resulta da posição (determinada ideologicamente) a partir da qual o fato é relatado. No *corpus* aqui analisado, a textualização das notícias recortadas se inscreve em uma mesma FD1 dominante que produz sentidos pejorativos para a administração do governo petista e para o MST.

Portanto, a eficácia ideológica se produz não só através da formulação das notícias, mas também através do modo como é editorado o telejornal que, através da organização (não

inocente) de notícias em blocos, impõe sentidos produzindo efeitos de transparência da notícia, onde se apaga a estruturação ideológica da subjetividade.

3.2- A posição- autor nas notícias telejornalísticas: formas e sentidos da textualização lacunar

Neste capítulo, teceremos algumas reflexões sobre a textualização das notícias televisionadas, questionando suas evidências e derivas. Para tanto, direcionaremos nosso olhar para a posição de autoria no telejornalismo, colocada em diálogo com os dizeres encontrados nos *sites* e nos manuais de telejornalismo, uma vez que nestes temos um discurso sobre o modo como os fatos noticiados devem ser textualizados.

Então, buscamos explicitar os pontos de ancoragem discursiva da legitimidade de dizer imputada aos apresentadores âncoras (ou editores-chefe de redação) dos telejornais analisados nesta tese a fim de compreender os modos de dizer dessa linguagem, isto é, como se forja e funciona produzindo sentidos que nos significam.

Consideramos que a mídia funciona produzindo uma automatização dos fatos através de um tratamento técnico-objetivo devido a uma série de fatores, sendo dois deles: 1) o poder da imagem de, ilusoriamente, dizer tudo, deslocar o imaginário de que o jornalista precisa informar tudo para as antecipações imaginárias que o telespectador faz a partir das imagens, de modo que a edição da notícia se dá pela relação *fato* → *textualização lacunar* → *telespectador*; 2) a concorrência acirrada pela rapidez da informação produz o efeito de sentido de que o mundo diminuiu. Daí o efeito de objetividade constituído pela necessidade não só de informar com exclusividade, com concisão, mas também pela questão da edição objetiva, especificamente do espaço temporal dos telejornais e da especificidade de sua materialidade multimodal. E os *sites* corroboram esses efeitos de evidência, produzindo a crença de estarmos comprando o mais moderno produto tecnológico. Ainda, os manuais de telejornalismo são entendidos como aparatos tecnológicos, de modo que funcionam como mecanismos padronizadores com finalidades bem delimitadas. E, por isso, eles oferecem uma possibilidade analítica de compreender o funcionamento discursivo da textualização lacunar das notícias televisionadas a partir do efeito de evidência da autoria que se constitui na imagem do apresentador âncora.

Aqui, temos como enfoque produzir espaços de reflexão que desestabilizem os sentidos objetivados pelos dispositivos linguísticos normatizadores, por exemplo, os manuais de

telejornalismo, uma vez que funcionam como suporte de *apropriação social dos discursos* que se significam e nos significam. Então, nos colocamos à espreita das linguagens da tecnologia, ou seja, das redes televisivas, das redes da Internet e dos manuais de telejornalismo, que funcionam produzindo sentidos como evidentes, mas sempre marcados pela incompletude que lhe é constitutiva. Chamamos a atenção para o fato de que os dispositivos normatizadores informativos, aqui em análise, não veiculam o fato bruto tal como ocorreu, mas o textualizam, de modo que a construção da notícia diz respeito a todo um processo de interpretação direcionado a produzir o imaginário de evidência e de completude do dizer a partir de uma posição autoral.

Nesse sentido, Orlandi (1988, p. 61 e 2001, p. 81) afirma que a “própria unidade do texto é efeito discursivo que deriva do princípio de autoria” e “o autor é *posição-autor* e não autor empírico: é um lugar no imaginário, constituído pelo confronto do simbólico com o político”.

Avançando em nossas considerações, nos associamos às seguintes palavras de Foucault (2004, p. 39)

[...] o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. Os discursos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis pré-estabelecidos.

Cabe assinalar que compreendemos a prática discursiva do telejornalismo, aqui em análise, como um ritual, com papéis pré-estabelecidos e funcionamentos específicos já historicizados. Portanto, tomamos a notícia telejornalística como uma prática ritualizada, construída por várias mãos e por várias vozes até chegar, hierarquicamente, à versão definitiva autorizada pela posição-autor-editor-chefe de redação que se representa num lugar de autoridade para interpretar e editar. Visto isso, é significativa a regularidade do apresentador âncora ocupar também a posição de editor-chefe de redação. Essa posição-autor é marcada por determinações sócio-histórico-ideológicas e se define por uma qualificação a ocupar o lugar da chefia da edição onde administra os saberes “objetivados” pela exatidão dos aparatos tecnológicos. Neste âmbito, essa posição-autor é coagida a obedecer às questões “ético-políticas”, pois a prática de edição o

autoriza, em meio à hierarquia no interior dos telejornais, a fazer intervenções nos textos dos redatores. Mas, também, essa posição de autoria limita sua prática discursiva de modo a adequá-la aos interesses da emissora televisiva. Assim, as decisões sobre o que vai ser veiculado se distribuem, hierarquicamente, entre os profissionais que fabricam a notícia, apagando alguns para pôr em evidência outros, em função da necessidade de dar uma identidade própria ao produto notícia.

Ou seja, o processo de industrialização deste produto apaga a divisão social de sua construção, evitando a deriva dos sentidos. A este respeito, Pêcheux (1982) fala sobre *a divisão social do trabalho de leitura*, o que nos permite pensar no espaço autoral da construção da notícia telejornalística, onde a determinação da posição-autor é marcada pelo domínio de uma posição legitimada a dizer (ou silenciar) sobre outras, mas sempre posta em confronto com as diferentes formações discursivas da coletividade que fabrica a notícia. Daí o esforço de compreender o modo como a notícia é textualizada através da representação da autoria no telejornalismo, produzindo efeitos de sentidos homogeneizantes, verdadeiros, completos em si mesmos, a partir de lugares de interpretação autorizados.

Então, em face do objetivo central desta pesquisa, questionamos como se representa e se significa a posição-autor nas notícias telejornalísticas. Que sentidos são produzidos a partir da evidência dessa autoria legitimada que forja modos institucionalizados da produção da notícia?

A respeito da representação da autoria, Maingueneau (1984) afirma que há, na gênese de todo discurso, um projeto totalizador do sujeito que estabelece a coerência e a completude de uma representação que constitui esse sujeito em autor. Em conformidade com essa afirmação, entendemos que a posição-autor (editor-chefe de redação) é o lugar de agrupamento e coerência dos sentidos que determinam a diretividade do dizer na notícia. Essa posição, representando-se na imagem do apresentador âncora, apaga o jogo entre as várias formações discursivas que atravessam a textualização das notícias. Desse modo, os diferentes sujeitos que compõem a textualização da notícia são apagados, pois, de acordo com *Manual de telejornalismo. Central Globo de Jornalismo* (1985, p. 18), “a decisão de não divulgar é da chefia, nunca do repórter”. Sendo assim, a representação da autoria apaga a heterogeneidade do discurso na linearização das informações, o que resulta numa unidade aparente do texto, de modo que “cada notícia deve ser completa em si mesma” (ibidem, p. 45).

Ainda, as seguintes normatizações do *Manual de telejornalismo* da Central Globo de Jornalismo (1985, p. 12-18) direcionam nossa reflexão:

O papel do repórter é levantar a notícia [...] o repórter continua obrigado a apurar os fatos e passar tudo ao seu editor [...] É comum a chefia de reportagem ignorar o cinegrafista na hora de dar a orientação da cobertura [...] O repórter e o cinegrafista não devem tomar iniciativa de fazer auto-censura na coleta de imagens e informações ou na redação da matéria.

Cabe assinalar que os dizeres dos repórteres, das testemunhas, dos acusados, dos depoentes são recortados respeitando as escalas hierárquicas de gestos de interpretação e, conseqüentemente, a versão final do produto notícia já é determinada pela posição ideológica da posição-autor (editor-chefe de redação) que pressupõe, imaginariamente, o público consumidor. Pêcheux (1969, p. 82-83) fala sobre o jogo imaginário a partir do qual os sujeitos designam lugares numa determinada formação social. Ou seja, nos *processos discursivos temos uma série de formações imaginárias que designam os lugares que A e B se atribuem a si e ao outro* (PÊCHEUX, 1969).

Para ser mais consequente, não podemos deixar de considerar as significações do estereótipo da imagem do apresentador âncora, construído pela injunção da mídia e da memória discursiva, através do *marketing* de simulacro de boa moral, de bons costumes, de família perfeita, de legitimação do saber, da verdade, etc. Então, a imagem dos personagens apresentadores-âncoras, junto à assinatura em destaque na tela da televisão e também nos *sites*, funciona como legitimadora da informação a partir de uma representação da posição de autoria, produzindo efeitos de sentido de credibilidade para os telejornais. Lembramos que, já na Idade Média, segundo Foucault (1971), a atribuição de autoria era um indicador de verdade e, até hoje em voga, funciona como efeito de coerção do discurso, através de uma autoridade a interpretar. A esse respeito, Orlandi (1996, p. 67; 69) nos diz que “o autor responde pela possibilidade de um gesto de interpretação que lhe corresponde e que vem de fora”.

Outrossim, os manuais, regularmente, ditam que o nome do repórter deve aparecer no gerador somente quando ele narra a matéria em *off* e, nesse sentido, o *Manual de telejornalismo*. Central Globo de Jornalismo (1985, p. 31) afirma que “não se dá crédito nunca ao repórter em entrevista. Se a entrevista for um furo, o nome do repórter será anunciado na cabeça”. Nesse

mesmo *fio discursivo*³⁰, esse manual dita que “no Jornal Nacional, o repórter pode assinar a matéria [...] Quando aparece falando, ao vivo, na reportagem, o nome dele vai em letras maiúsculas no gerador de caracteres e, na linha de baixo, vai a sigla JN³¹” (ibidem, p. 39.). Portanto, é pela representação da posição autor- apresentador âncora, posta em evidência através do próprio modo como se constrói o telejornalismo, que temos o apagamento da marca de autoria do repórter. Isso não implica uma falta de autoria, mas sim um apagamento dissimulado pelos recursos tecnológicos que essa materialidade discursiva tem a seu favor e, por conseguinte, pela representação da posição-apresentador âncora.

Torna-se relevante notarmos que temos, nos telejornais, um funcionamento específico no que se refere à atribuição de responsabilidade jurídica da autoria, pois a textualização lacunar da notícia é marcada pela junção de diversos recortes, pela imbricação do discurso indireto e direto conjugado a imagens, a marcas linguísticas de impessoalidade, à falta de assinatura abaixo de cada matéria que dissimula a imputação de uma responsabilidade jurídica autoral. Em vista disto, imaginariamente, não produz uma autoria imputada a uma individualidade que assuma a responsabilidade jurídica da informação. Logo, a memória, que o nome da instituição³² evoca, legitima e autoriza o jornalista a interpretar, e é sobre a instituição que recai toda a responsabilidade autoral, de modo que a imagem do apresentador âncora funciona produzindo efeitos de unidade e credibilidade para o fato noticiado.

Então, no telejornalismo, temos, por um lado, o nome da instituição funcionando como legitimadora da fala do apresentador âncora e, por outro, temos a imagem do apresentador âncora produzindo efeitos de unidade e credibilidade para o fato noticiado a partir de um lugar de saber institucionalizado que se produz sobre esse sujeito de direito (jurídico), ao mesmo tempo autônomo e determinado por coerções. Sabemos que a liberdade do editor-chefe de redação (apresentador âncora) não é transparente e se limita por procedimentos de controle, daí a necessidade dos manuais de telejornalismo. De fato, assim se dá a representação das relações de força características do discurso da instituição midiática e que são apagadas por técnicas de objetivação da notícia que respeitam as questões ético-político-ideológicas.

³⁰ Authier (1998) trabalha com as rupturas no *fio do discurso* ao elaborar a noção de heterogeneidade enunciativa.

³² O nome da instituição funciona como o autor, tal como Foucault (1971) formula, e se ancora na memória para produzir e cristalizar sentidos.

Selecionamos *O Manual Geral da Redação* da Folha de S. Paulo (1984), o *Manual de Redação e Estilo*, O Globo (1992), *O Manual de telejornalismo* da Central Globo de Jornalismo (1985) e *Técnicas de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística* (FERRARI, 1986) para refletir sobre o funcionamento discursivo das técnicas de objetivação. Especificamente, buscamos compreender os pontos de ancoragem discursiva da legitimidade de dizer imputada aos apresentadores âncoras.

Os manuais de telejornalismo funcionam discursivamente produzindo sentidos de evidência da posição autoral através do modelo de representação do apagamento do sujeito-autor nos telejornais em relação de significação com os fatos noticiados. Enquanto aparatos tecnológicos, contribuem para mudanças histórico-políticas impondo um modelo normatizador que apaga outros modelos e outros sentidos; daí a necessidade de questionar como se sustenta esse modelo padronizador. Essas considerações lembram as palavras de Foucault (1971) quando afirma que nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são proibidas, enquanto outras parecem abertas a todos os ventos.

O Manual Geral da Redação Folha de S. Paulo (1984, p. 32) afirma que a “função do telejornal é informar. Mas informar não é apenas noticiar: é, ao mesmo tempo, selecionar e orientar. No esforço de selecionar se acha subentendida a obrigação de criticar”. Com base nesta citação, afirmamos que a seleção do que vai ser veiculado e a orientação da interpretação já é imposta pelo próprio modelo que ensina a construir uma notícia. É como seguir uma receita de bolo que tem como ingredientes imprescindíveis a produção dos efeitos de completude, objetividade, informatividade, imparcialidade e credibilidade, de modo a não explicitar o comprometimento com uma posição ideológica específica.

Logo, um olhar para além dos efeitos imaginários nos permite compreender, nos telejornais, o funcionamento da autoria brocada por fronteiras ausentes aos olhos do telespectador. E, para tanto, a espreita dos *sites* dos telejornais, selecionados para essa análise, da Rede Globo de Televisão, Rede Record, Rede SBT, Rede Bandeirantes e Rede TV Cultura nos permite sair de algumas evidências que o jornal televisivo e os manuais produzem, no que se refere a uma objetivação dos fatos através de uma autoria pouco expressiva ou até mesmo “apagada”.

É significativo notarmos que, nesses manuais, não temos a identificação de um sujeito individual que fala, temos um discurso de caráter pedagógico/autoritário que fala por si só. Ou

seja, os manuais funcionam impondo modelos de como os sujeitos qualificados a dizer devem representar o papel de uma autoria silenciada, que se produz como evidente através dos modos institucionalizados da produção da notícia. Logo, a evidência dessa autoria se dá como efeito de práticas ideológicas institucionalizadas, pois é a voz da instituição que legitima essa posição de *sujeito da informação*.

O Jornal Nacional da rede Globo de Televisão diz, em seu *site*, que inaugurou uma nova maneira de fazer telejornalismo e afirma que “é um jornal televisivo, dinâmico, ágil e objetivo. O texto lido de forma intercalada pelos apresentadores passava a ser redigido em frases curtas e simples, de fácil entendimento, afastando-se da pomposidade que caracterizava, até então, o nosso jornalismo”. A respeito da objetividade, torna-se preciso notar que esta se constitui como efeito.

Neste mesmo fio discursivo, encontramos, no *Manual de telejornalismo* da Central Globo de Jornalismo (1985, p. 10), a orientação de que “não só frases curtas, mas também palavras curtas. Aí está outro segredo de um bom texto de televisão [...] Uma série de frases e incisivas dá à notícia um sentido de ação e urgência”. Essas novas exigências de concisão, de simplicidade e de ação estão relacionadas com as transformações sócio-históricas do telejornalismo.

O manual de redação *O Globo* (1992, p. 18-21) determina como deve ser e o que deve ter a notícia telejornalística, enfatizando a necessidade da concisão como recurso para captar a atenção do telespectador e permitir que este tenha uma maior assimilação da informação, conforme percebemos no fragmento:

[...] O texto deve mesmo ser elegante - e não há elegância sem simplicidade, o que significa desprezo ao enfeite gratuito, ao falso intelectualismo, à cópia da banalidade alheia. [...] A frase deve ser curta [...] Mais de uma frase intercalada no mesmo período dificulta o entendimento.

E o *site* do Jornal da TV diz: “em comum os nossos telejornais partilham a linguagem descomplicada e explicativa”. O *site* do Jornal da Noite (Rede Bandeirantes) informa que:

Deixando de lado o economês, Cabrini mostrará por meio de reportagens e entrevistas como as decisões econômicas e políticas afetam a vida dos brasileiros, explicando mudanças e dando sua opinião quando considerar relevante. “Vou utilizar toda a minha experiência como repórter para fazer um telejornal informal,

voltado para o cotidiano da população”, explica o jornalista. Cabrini aposenta a tradicional bancada de apresentação e comanda o telejornal em pé direto da Central de Jornalismo da emissora.

Ressaltamos nos *sites* a regularidade da posição-autor como jornalista formador de opinião, representante da sociedade, da “voz do povo”, ou seja, se representando na origem dos fatos escolhidos para serem noticiados e se submetendo a uma responsabilidade social. Diante das “propagandas” nos *sites*, não podemos ser tomados pela evidência de que o jornalista manipula a construção da notícia e que isso é explicitado ao telespectador. Apesar desse acontecimento discursivo, a notícia continua sendo veiculada como “fato”, com sua interpretação sendo apresentada como única. O que muda é a postura do jornalista, que passou a fazer sua publicidade sobre a maneira crítica e pessoal com que apresenta o telejornal. Observamos que a mídia se coloca o tempo todo como discurso da inteligibilidade, construindo as suas verdades como evidentes. Não é à toa que Foucault (1971) já dizia que o discurso é aquilo pelo que se luta, e as verdades construídas por este apóiam-se sobre um suporte institucional.

Na mesma discursividade dos *sites* acima, encontramos o *site* do Jornal Nacional informando que o apresentador e editor-chefe Willian Bonner e a apresentadora e editora Fátima Bernardes “acompanham a produção da notícia em quase todas as suas etapas”.

O *site* do Jornal do SBT anuncia que Hermano Henning “já esteve à frente do CBS-Telenotícias (âncora-Brasil), TJ Internacional e também TJ Brasil. O Jornal do SBT, na segunda edição, apresenta ao telespectador os mais recentes acontecimentos da noite”.

E o *site* do Jornal da Record faz sua publicidade ancorada no nome do apresentador Boris Casoy:

[...] Um dos profissionais de maior credibilidade no país, o telejornal apresenta conteúdo independente, crítico e apartidário. As notícias nacionais e internacionais mais importantes do mundo são complementadas por comentários e análises de Boris Casoy, uma marca do telejornalismo brasileiro. ... Boris é considerado por estudiosos de Comunicação como o primeiro âncora da televisão brasileira, jornalista a quem é dada autonomia para apresentar, editar e comandar de forma independente a equipe que produz o telejornal.

Neste *site*, é expressiva a eficácia do efeito de credibilidade através de uma descrição histórica do telejornal. As palavras *produção* e *etapas* permitem compreender que a notícia é um produto fabricado visando conquistar a cumplicidade do público e aumentar o íbope. Essas

palavras também explicitam a hierarquia do setor de produção em que prepondera a determinação da formação ideológica do sujeito editor-chefe de redação.

O fato é que encontramos em todos os *sites* a regularidade do *marketing* feito sobre o nome do apresentador âncora, que funciona como selo de qualidade. Assim, William Bonner, Fátima Bernardes, Boris Casoy, Hermano Henning, Roberto Cabrini e Heródoto Barbeiro, por serem nomes consagrados, respeitados no mercado devido aos ótimos currículos, produzem o efeito de validação para o produto através do trabalho da memória discursiva. É o nome do apresentador âncora, legitimado pela instituição, que o individualiza, que dá *status* à autoria do telejornal, regulando, assim, o efeito de credibilidade e unidade da informação. O *site* do Jornal da Noite apresenta, ainda, uma singularidade que reforça o mito da credibilidade que é a informação de que este Jornal “ainda tem a participação de Fernando Mittre, diretor nacional de jornalismo da Band, com comentários e informações”.

Em suma, embora saibamos que o princípio da autoria não se dá somente pela explicitação de um nome que evoca uma memória, é significativa a análise do modo como esses *sites* se ancoram na legitimação do saber, construída sobre certos nomes filiados à própria instituição que os “constrói”. Portanto, na materialidade discursiva dos *sites* é expressiva a imputação de uma responsabilidade autoral e, em alguns *sites*, como o do Jornal Nacional, encontramos a informação dos vários sujeitos que ajudam a construir a notícia, que é apagada na representação da autoria nos telejornais (ensinada pelos manuais). Diante disso, concordamos com Sodré (1996, p. 31) quando afirma que “a realidade virtual, compreendida como um “real” ancorado no plano da pura representação, altera radicalmente a nossa percepção e faz esvanecer-se a realidade tradicional. As telas, em todas as suas formas, constituem o espaço em que imagens e dígitos criam uma nova sintaxe do mundo”.

Assinalamos que essa nova sintaxe do mundo, e aqui em discussão a sintaxe da materialidade simbólica do telejornalismo³³, é marcada discursivamente por lacunas em que o espaço da autoria é dissimulado ou “apagado” em nome de padrões ético-políticos. Dessa maneira, modelos são impostos para silenciar outros e publicidades são feitas para limitar a aparição do discurso da instituição que o legitima. Então, é num movimento em espiral que informações, sentidos vão se construindo com uma aparência homogeneizante, que modela uma

³³ Lembramos que, na tessitura da análise da textualização lacunar das notícias telejornalísticas, ultrapassamos a compreensão da sintaxe na sua relação com a língua para refletir sobre a relação das formas de linguagem/discurso da materialidade simbólica do *corpus* em análise.

sociedade ansiosa pela capacidade de armazenar informação sem dispor de muito tempo. Sendo assim, a mídia trabalha com o pressuposto *time is money*, daí o caráter objetivo dos fatos sustentados sobre uma imagem de credibilidade diante de seus consumidores, o que produz um apagamento da posição-autor dos telejornais.

3.2.1- Considerações Parciais

Colocamos em discussão a questão do “apagamento” da autoria por entendermos que este é um dos lugares onde a textualização lacunar se constitui de modo a produzir efeitos de sentido, citados anteriormente, característicos da discursividade midiática. A autoria se constitui como afirmação de um sentido sob o jogo enunciativo de explicitação, na formulação, de pelo menos dois sentidos dados ao sujeito interlocutor: não pode julgar e fazer a escolha enunciativamente. Em face disto, a notícia é submetida a regras, leis que regulam seu aparecimento, os sujeitos que a falam e a circulação. Por isso, compreendemos que a sua textualização se pauta por um modo de dizer lacunar, onde o político exerce o seu poder. Ainda, a função do câmara é relevante porque é ele quem filma e, aqui, tem um trabalho ideológico sendo materializado na filmagem. Logo, há uma sobreposição de autoria.

Acreditamos que esta reflexão contribui para desestabilizar sentidos, postos como evidentes, nesse espaço de teatralização do saber que é o telejornal, onde os apresentadores âncoras encenam a notícia como se o fato noticiado fosse uma ficção, que precisa de atores para encenar uma realidade (o “real”). Aqui a autoria se constitui como afirmação de um sentido sob o jogo enunciativo de explicitação na formulação. Desse modo, a notícia é lida pelos apresentadores para ser esquecida, pois é construída como *flash* de um fato, com muita velocidade de imagens e de falas, o que contribui para automatizar interpretações “únicas”. Daí ser significativa a compreensão das formas e dos sentidos da textualização lacunar que caracteriza o discurso midiático telejornalístico.

Enfim, aludimos a três materialidades discursivas, cada uma com suas especificidades: o telejornal enquanto espaço de estruturação da notícia, os manuais enquanto espaço de normatização e os *sites* telejornalísticos enquanto espaço discursivo de auto-representação (do dizer do outro). Estes foram analisados numa relação de entremeio como pontos de ancoragem para tecer algumas reflexões sobre as questões que propomos desenvolver nesta pesquisa.

3.3- A textualização lacunar nas versões: modos de dizer

Neste capítulo, torna-se preciso situar que Orlandi (2001a) define a noção de *versão* como espaço de dispersão dos sentidos onde o discurso pode ser representado em diferentes versões, sentidos plausíveis, e remete à noção de paráfrase. A versão é considerada como o impossível da unidade, a variação onde o deslocamento impede a repetição exata, onde os sentidos são passíveis de inscrição em diferentes FDs. Segundo a autora (ibidem p. 145), “é sobretudo um terreno fértil de versões, que indicam diferentes posições de sujeitos, diferentes compromissos dos sentidos na política da significação”.

As versões das notícias telejornalísticas produzem sentidos sobre a natureza dos fatos noticiados de modo a veicularem relatos díspares, contraditórios, dissonantes, embora todos referidos ao fato em pauta. Essa prática de edição produz a ilusão de que a interpretação é livre, de que o fato é noticiado de modo imparcial. Essa ilusão pode ser contestada através da observação de que a simultaneidade de várias vozes, de vários personagens e cenários, se desenvolve a partir de um mesmo conjunto de fatos previamente selecionados para serem postos à discussão do público.

Os telejornais recortam diferentemente um mesmo fato, o que constitui as versões que são ideologicamente marcadas distintamente. Ou seja, na editoração das notícias, os diversos gestos de interpretação determinam a textualização do telejornal, de modo que sentidos são explicitados, apagados em função da determinação das diversas FDs que atravessam os discursos e da determinação da posição de autoria do editor chefe de redação.

A especificidade das versões, na materialidade discursiva dos telejornais, se deve ao fato de que a textualização lacunar é constituída de modo mais “discreto” em algumas notícias, devido à veiculação da fala dos diversos sujeitos que compõem a textualização da notícia ser restringida a uma “colagem” de recortes e, que assim, produz o efeito de transparência do dizer. Sendo esta ilusória porque as notícias são textualizadas de modo lacunar, pois, ao fazer os recortes das falas de personagens, fala dos “acusados”, de transeuntes, imagens do cenário em que se deu o fato noticiado, etc.; deixam de fazer parte da notícia outros recortes e, por conseguinte, outros sentidos possíveis - por isso, a textualização é lacunar.

Para explicitar os funcionamentos discursivos, selecionamos alguns recortes de dizeres que têm certa regularidade em todos os telejornais a fim de observar como os gestos de

interpretação se materializam na prática de editoração produzindo diferentes versões a partir da posição de autoria que “costura” os sentidos. Lembramos que a prática de editoração é uma questão técnica para mídia, mas, para o analista do discurso, é uma prática discursiva de textualização dos sentidos.

(01) PRESIDENTE LULA: “Não tem chuva, não tem cara feia, não tem o Poder Judiciário, só Deus será capaz de impedir que a gente faça este país ocupar o lugar de destaque que ele nunca deveria ter deixado de ocupar”. (Jornal da Record, 24-06-03)

(A reportagem mostra enfaticamente uma freira, acenando a cabeça em sinal de concordância com o dizer de Lula.)

O recorte discursivo acima, a partir dos efeitos metafóricos em relação aos recortes analisados a seguir, explicita o jogo imaginário que constitui a referência para o Presidente do Brasil. Isto é, produz o efeito de sentido de que o presidente se vê como um salvador da pátria, subalterno só a Deus. O efeito de sentido de autoritarismo para a fala do presidente produz um aparente engrandecimento de sua imagem (democrática) através do imaginário de ter poder para salvar o seu país. Lula fala de uma perspectiva de voz inquestionável, na *ilusão da eficácia* de seu dizer.

Neste recorte, temos um equívoco marcado pelo viés da repetição da negação, que firma sentidos de autoritarismo e insubordinação. O equívoco se dá na medida em que esse dizer rompe com a associação do PT a sentidos de democracia, uma vez que Lula se autoafirma democrata e discursa produzindo sentidos de autoritarismo. Desse modo, temos um deslizamento de sentido na medida em que rompe com o fio discursivo e evoca, por conseguinte, uma memória outra de autoritário, administrada pela mídia ao longo da vida política de Lula. Melhor explicando, esse dizer do presidente projeta sentidos de comunismo ao PT, produzindo efeitos discursivos de uma memória desqualificadora da esquerda em geral. Enfim, o discurso religioso na fala do presidente deriva os sentidos para uma memória social afirmada, lembrada pela mídia, produzindo sentidos de desconfiança para o governo petista.

Também a negação traz como pré-construído o sentido de que há pessoas que querem impedir o presidente de fazer as reformas, e o “a gente” produz como efeito de sentido o fato de que o presidente não fala só em seu nome, mas em nome de todos aqueles que apóiam seu governo.

(02) APRESENTADOR ÂNCORA: “O presidente Lula disse, nessa terça-feira, num discurso na Confederação Nacional da Indústria, que nada, nem ninguém, vai impedir a aprovação dos projetos considerados importantes pelo governo dele. E desafiou que não tem chuva, nem geada, nem terremoto, não tem cara feia, não tem o Congresso Nacional, nem o Poder Judiciário”. (Jornal do SBT, 24- 06- 03)
(Escrito na tela e dito pelo apresentador: Frase do dia): “Só Deus será capaz de impedir que a gente faça esse país ocupar um lugar de destaque que ele nunca deveria ter deixado de ocupar”. Luis Inácio Lula da Silva.

A escrita na tela, “Só Deus será capaz de impedir que a gente faça esse país ocupar um lugar de destaque que ele nunca deveria ter deixado de ocupar”, produz sentidos de legitimação para o dizer do telejornal, confirmando os sentidos que essa forma de linguagem traz consigo historicamente. Indursky (1997, p. 199) denomina essa modalidade discursiva de discurso relatado marcado (DRM), que se caracteriza por citar palavras, expressões, enunciados entre aspas. Ainda essa autora (ibidem, p. 200), baseada em Authier (1981, p. 127), afirma que “as aspas constituem um uso autonímico que apresenta um duplo movimento: ao mesmo tempo em que mostram um corpo estranho, indicam que o sujeito do discurso dele discorda, razão pela qual deve mantê-lo à distância, mesmo que sintaticamente tenha sido integrado ao próprio discurso”. Ou seja, as aspas marcam o encontro entre discursos e estabelecem o encontro entre suas FDs.

Ainda em Indursky (ibidem, p. 201), encontramos a informação que casa bem com o funcionamento discursivo deste recorte, na medida em que afirma que o uso autonímico das aspas “protege seu usuário, para que não lhe seja imputada a posição ideológica veiculada por tais expressões, ficando resguardadas as diferenças ideológicas entre as duas posições de sujeito, construídas a partir de FD antagônicas”.

Logo, a informação visual (a frase escrita na tela, DRM), em relação à informação verbal através do verbo *disse*, característico do discurso relatado indireto formal (DRIF), impõe uma única interpretação possível. O discurso relatado indireto formal funciona como uma *versão*, traduzida, do discurso do outro, mas nem por isso podemos compreendê-lo como um recorte fiel da fala do outro. Ou melhor, o discurso relatado não pode ser compreendido como uma tradução fiel do discurso do outro porque já é um recorte em outras condições de produção, onde as FDs não necessariamente estão em aliança. Essa imbricação discursiva da fala e da escrita na tela lida pelo apresentador (discurso relatado direto e indireto) se dá numa justaposição do relato sobre o relato, constituído pela textualização que produz efeitos de verdade, de legitimidade, imparcialidade para o telejornal. Esse funcionamento discursivo explicita a

constituição da textualização lacunar no entremeio das formas da linguagem telejornalística, produzindo efeitos de sentido de homogeneidade discursiva, de imparcialidade e de credibilidade para o fato noticiado.

Em aliança com esses efeitos de sentidos, temos a determinação da interpretação (através do discurso relatado direto e indireto) produzindo sentidos de autoritarismo para o dizer do presidente através da distorção do seu dizer, dado que o presidente não disse “nada nem ninguém vai impedir a aprovação dos projetos considerados importantes pelo governo dele”, mas sim que “só Deus será capaz de impedir que **a gente** faça este país ocupar o lugar de destaque que ele nunca deveria ter deixado de ocupar”. Assim, ao fundamentar sua fala no dizer do outro, o discurso relatado do apresentador produz sentidos de homogeneidade. Daí a eficácia do DRIF que, para rejeitar o discurso do outro, o mostra de modo distorcido.

Em suma, o modo como circulam os sentidos projeta a imagem de um governo ditatorial que coloca em risco a democracia tão cara ao povo brasileiro, de modo que é silenciada uma outra memória: a de que Lula foi um líder sindical que organizou greves históricas, que foi preso ao desobedecer a lei antigreve no período militar e que este governo se justificava pela necessidade de defender o país do partido comunista.

(03) MIN. da CASA CIVIL José Dirceu: “É da natureza do presidente Lula, do PT, de nós todos, a democracia”. (Jornal da Record, 25- 06- 03).

Fazemos uso do dizer de Mariani (1988, p. 92) quando afirma que “o sujeito entra no processo (de enunciação), sendo constituído e interpelado, em suma, sendo afetado pelo interdiscurso” para assinalarmos, no enunciado acima, o dizer do Ministro José Dirceu que refuta uma memória social³⁴ negativa sobre o PT.

Lembramos as condições de produção restritas em que esta notícia foi veiculada. Nesse momento, na mídia, era intenso o contra-ataque discursivo da base de apoio ao governo em relação à declaração do presidente Lula, no que se refere à necessidade das Reformas. Visto isso, observamos o trabalho discursivo dos petistas a fim de impedir a circulação de sentidos de

³⁴ Memória discursiva é entendida como uma rede de “(...) *sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social, inscrita em práticas*” (PÊCHEUX, 1999, p. 50). Ainda, Indursky (2003) utiliza esta citação para dizer que “deste entrecruzamento resulta o *efeito de memória* que é lacunar, possibilitando que os sentidos deslizem, derivem, se transformem, se resignifiquem”. Esta autora utiliza a noção de efeito de memória para analisar o enunciado: *LULA LÁ*, o que casa bem com a nossa reflexão. No entanto, textualização lacunar não se confunde com memória lacunar, pois a primeira se constitui no nível da formulação e a segunda no nível do interdiscurso.

autoritarismo para o governo Lula. Desse modo, na formulação do recorte acima, temos um equívoco, na medida em que o dizer “democracia” resiste aos sentidos constituídos no encontro de uma atualidade com a história. Em outras palavras, evoca a memória discursiva de o PT ser associado aos comunistas, de ser um partido de desordeiros, de ser um governo com tendência ditatorial, etc. Ou seja, no recorte discursivo acima, temos uma relação de polêmica que se estabelece quando o dizer do outro é negado para constituir sentidos de verdade, de credibilidade para o governo Lula.

Assim, os elementos do exterior incorporam o dizer do Ministro José Dirceu produzindo efeitos de sentido de democracia, que passam a significar diferentemente devido a uma inconsistência (interdiscursiva) estruturada na linearização. Ou seja, lineariza o que é inconsistente na memória social do brasileiro, já determinada por sentidos pejorativos, geridos pela mídia e pela classe dominante, para o PT, desde a sua fundação.

(04) PRES. DO SENADO. José Sarney: “Eu devo testemunhar que as relações de Vossa Excelência com o Congresso Nacional têm sido marcadas além dos mandamentos da nossa constituição de independência e de harmonia entre os poderes com um relacionamento de absoluta confiança” (Jornal Nacional, 25- 06- 03).

(05) PRES. DO SEN. José Sarney: “Nesse instante eu aproveito para ressaltar a confiança do Congresso em Vossa Excelência, cuja biografia é, sem dúvida, um compromisso indissolúvel com a democracia, com os valores da liberdade e com o estado de direito” (Jornal da Cultura, 25- 06- 03).

Os dois recortes acima funcionam discursivamente como a refutação de uma memória social pelos que apóiam o governo Lula a fim de impedir que a sociedade veja no Presidente uma ameaça à democracia do país. Essa representação é efeito do processo de significação ao qual o PT foi associado desde a década de oitenta (e até recentemente), em que se engendrou uma discursivização negativa do PT, sendo associado ao PCB e à palavra “biografia”. A esse respeito, Mariani (1988, p. 10) já disse que “no campo do político ser direita é normal, ser de esquerda é ‘alter-ação’ do normal, é aliado do mal”.

Ainda, é significativo o efeito de sentido de autoridade para o presidente através do pronome de tratamento “Vossa Excelência”. A formulação “Vossa Excelência, cuja biografia é, sem dúvida, um compromisso indissolúvel com a democracia, com os valores da liberdade e com o estado de direito” evoca, como pré-construído, a história pessoal de Lula, história de militância em prol das minorias, de um militante que lutou contra o regime militar através das

nominalizações “biografia, compromisso, indissolúvel, democracia, liberdade” e com o “estado de direito”. Ou seja, neste recorte discursivo em análise, apreendemos um funcionamento do *discurso transverso* que atravessa e põe em conexão entre si elementos discursivos, constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construídos. Mas, ao mesmo tempo, temos um funcionamento na contramão deste que é o trabalho da memória discursiva do PT ser associado ao PCB, ser um Partido autoritário, ter afinidade com Fidel Castro (ditador)³⁵, etc., o que produz uma contínua discursivização pejorativa para o PT.

(06) REPÓRTER: “Em sinal de protesto, logo pela manhã, os líderes oposicionistas do PFL e do PSDB, aqui do Senado, decidiram não comparecer ao Planalto para a solenidade de anúncio para a convocação extraordinária do Congresso em julho. Tentando se antecipar à crise, nessa mesma solenidade, o presidente Lula fez questão de reler o trecho do discurso da véspera, alegando ter sido mal interpretado”.

(PRESIDENTE LULA): “Apenas para lembrar que em nenhum momento eu falei de Reforma no Congresso Nacional, em nenhum momento passou pela cabeça do Presidente da República qualquer ofensa ao Congresso Nacional ou ao Poder Judiciário. Em alguns momentos, nós temos sido ofendidos e eu tenho me pautado pelo presidente Lula do PT, de nós todos, a cautela de não responder e, se quiser algum deputado, algum Senador que tenha se sentido ofendido, estarei à disposição para conversar com ele quantas vezes for necessário” (Jornal da Record, 25- 06- 03).

Neste recorte, chamamos a atenção para os efeitos de sentidos que se dão a partir da imbricação entre o discurso indireto e direto, produzindo o efeito de imparcialidade e objetividade. Aqui, a eficácia ideológica e a imposição de uma interpretação determinam alguns sentidos e apagam outros em função da FD1 dominante do editor chefe do telejornal, marcada por sentidos negativos, de oposição ao governo Lula. Melhor explicando, através do discurso indireto, é possível apreender a diretividade dada à notícia e à determinação ideológica a partir da própria seleção lexical “em sinal de protesto, antecipar à crise”, que já constrói sentidos de crise e de protesto dentro do próprio governo.

Então, podemos dizer que temos, neste recorte, um desnivelamento de sentidos que se dá quando Lula ora se posiciona na primeira pessoa do singular “eu”, “estarei”, relegando para si a responsabilidade pelo seu dizer, ora se posiciona na primeira pessoa do plural “nós”, “nós todos”, evocando a cumplicidade de seus companheiros políticos e, por conseguinte, diluindo a responsabilidade de seu dizer. Também ora se posiciona enquanto “Presidente da República”, impondo autoridade, respeito, e ora se posiciona enquanto “presidente Lula do PT”, evocando a

³⁵ Sobre esta questão ler Mariani (1998), *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*.

memória de um partido de oposição que sempre lutou contra o autoritarismo e que foi severamente perseguido no período da ditadura militar. Aqui, o jogo imaginário de posições se dá entre o privado e o público, ou entre o pessoal e o institucional. Quando o Presidente se posiciona na primeira pessoa - “eu falei de Reforma, estarei à disposição” – e, depois, não enquanto a pessoa Lula, mas enquanto Presidente Lula: “em nenhum momento passou pela cabeça do Presidente da República [...] do presidente Lula do PT”, produz um funcionamento de autoridade, de legitimidade para o seu dizer.

Chamamos atenção aqui para o fato de que um líder sindicalista, torneiro mecânico, petista, ocupar a posição-sujeito Presidente da República já é um acontecimento discursivo ou mesmo uma “contradição”, dado que na história do Brasil nunca um esquerdista assumiu a Presidência da República.

Por fim, cabe ressaltar que é a eficácia ideológica que possibilita ao sujeito se significar diferentemente em função da posição-sujeito que assume no seu dizer, isto é, enuncia a partir de um lugar ideologicamente determinado de modo que este lugar se representa diferentemente em função das condições de produção, decorrendo, daí, um desnivelamento tanto da posição-sujeito quanto dos sentidos.

(07) APRESENTADORA Fátima Bernades: “Numa nota divulgada há pouco, a executiva nacional do PSDB classificou a explicação de hoje, do Presidente, como uma retratação tímida. A nota afirma ainda que dificuldades momentâneas não justificam atitudes políticas que representem ameaças à consolidação do regime democrático” (Jornal Nacional, 25- 06- 03).

O enunciado acima remete ao que dissemos anteriormente quando nos referimos à memória sobre o PT como um governo ditatorial que traz “*ameaças à consolidação do regime democrático*”.

A nominalização “*consolidação*” produz efeito de pré-construído, tal como entende Seriot (1986) e, por conseguinte, evoca uma *memória lacunar*³⁶, que se dá através do que é dito na formulação em relação a outros discursos inscritos na história (constitutivos da memória discursiva) para direcionar a interpretação, produzir sentidos homogeneizantes. Assim, o telejornal, através de uma nominalização que evoca pré-construídos e de um discurso indireto, desqualifica o governo petista ao dar voz ao outro: “a nota afirma”. Ou seja, a oposição ao PT, representada por todo um campo político, financeiro, empresarial e midiático, enriquecido na

³⁶ Tal como Courtine (1994) entende.

década neoliberal tornando-se uma parcela poderosa, aproveitou a situação do dizer infeliz do presidente para instaurar uma crise política.

É importante dizer que a memória discursiva, quando evocada, produz um deslocamento de sentidos porque, diante de novas condições de produção, constitui novos processos discursivos, constitui *acontecimentos*³⁷ e produz sentidos outros ao redizer o dito. Deste modo, a repetição (o discurso indireto) não se dá inocentemente, mas sim determina a interpretação que o telejornal busca significar.

(08) APRESENTADORA Fátima Bernades: “O governo pediu paciência hoje ao movimento dos Sem-Terras e prometeu uma política de Reforma Agrária, mas o MST disse que, mesmo com a reunião com o Presidente Lula, marcada para o próximo dia sete, as invasões vão continuar” (Jornal Nacional, 24- 06- 03).

O verbo “prometer” funciona, interdiscursivamente, como algo duvidoso porque, nas condições de produção imediatas da política brasileira, prometer não é sinônimo de realizar, mas sim de não cumprimento, dado que o sentido é histórico e, por isso, carrega consigo sentidos já institucionalizados na sociedade.

A formulação “e prometeu uma política de Reforma Agrária” funciona diferentemente de dizer “e prometeu realizar a reforma agrária”, pois os efeitos metafóricos na cadeia significante reforçam o sentido estabilizado que o verbo “prometer” tem, em nossa sociedade, de que promessa de político não é cumprida.

Desse modo, o verbo prometer também explicita a tensão entre as duas posições, governo e MST, isto é, entre o governo que não promete realizar a Reforma Agrária, mas promete uma *política de Reforma Agrária* e o MST, que protesta, exigindo que a Reforma Agrária seja realizada e, assim, continua com as “invasões” como forma de luta. Ou seja, a omissão do verbo produz sentidos de imparcialidade através de uma relação de polêmica não explícita.

(09) REPÓRTER Zuleide Silva (Brasília): “E hoje, no lançamento do plano de agricultura familiar, o presidente Lula pediu paciência aos afobados e apressados que, segundo ele, querem que as coisas aconteçam fora de hora” (Jornal Nacional, 24- 06- 03).

³⁷ Consideramos a noção de acontecimento tal como Pêcheux define enquanto *cruzamento entre o espaço da constituição e da atualização dos dizeres*.

Ao considerarmos as condições de produção como representações, projeções imaginárias de situações objetivas, e o interdiscurso como espaço da constituição dos sentidos, entendemos que a qualificação, ou melhor, a desqualificação “afobados e apressados” tem como referência os Sem-Terra. Esta conclusão é possível através da relação de comparação estabelecida com outros dizeres, onde aquilo que está ausente aqui está presente lá.

Em face disto, preenchemos a sentença que deixa o sujeito oculto através da comparação com o que foi dito pela apresentadora e, também, através do conhecimento das condições de produção empíricas de que, nesse momento, o número de ocupações do MST aumentou significativamente, como forma de pressão para que o governo acelere a Reforma Agrária no país. Desse modo, o apagamento do sujeito e a ênfase na predicação determinam a posição ideológica que desqualifica o MST.

Melhor dizendo, a sentença “o Presidente Lula pediu paciência aos afobados e apressados” deixa para o telespectador preencher a sentença insaturada, que funciona ideologicamente produzindo uma determinação política. Então, temos um sentido pejorativo para o MST que é explicitado ao preenchermos a lacuna: *o presidente Lula pediu paciência aos afobados e apressados do MST*. Cabe ressaltar que a insaturação do enunciado discursivo já chama a atenção do sujeito-telespectador para a saturação dos sentidos insaturados na linearização. Portanto, o ocultamento do sujeito, marcado sintaticamente por um predicado não preenchido, por uma textualização lacunar, determina os sentidos negativos para o MST, já convocando a posição concordante do sujeito-telespectador.

Logo, nesse enunciado, temos uma textualização lacunar marcada por uma sentença insaturada, produzindo uma saturação do sentido já determinando a interpretação que o telejornal deseja impor e, ainda, estabelece uma cumplicidade com o telespectador que sabe a quem o telejornal está se referindo.

Também chama-nos atenção o funcionamento do enunciado “segundo ele”, que tanto funciona como caução para o dizer do repórter quanto trabalha sentidos de não comprometimento do dizer do telejornal com o dizer do Presidente Lula. Sendo assim, o telejornal deixa para o telespectador a responsabilidade pelo sentido interpretado, de maneira que a posição-autor se esvazia de sua responsabilidade pelo dizer e afirma sua neutralidade.

A deriva, o excesso de ideologia nesse recorte permite ao telespectador interpretar a posição da repórter como contrária ao dizer do Presidente, o que nos permite apreender a

heterogeneidade discursiva. Isto nos é evidenciado através da paráfrase: *o presidente Lula pediu paciência aos afobados e apressados do MST que querem que as coisas aconteçam fora de hora*. Esta paráfrase já produz o sentido em outra direção, o que explicita uma filiação discursiva antagônica à FD1 dominante que significa sentidos pejorativos, de foras da lei para o MST. Assim, o enunciado “segundo ele” já diz para o telespectador: *é o Presidente que pensa assim, e não eu*. Na formulação “o Presidente Lula pediu paciência aos afobados e apressados que, segundo ele, querem que as coisas aconteçam fora de hora” o efeito de sentido produzido pelo dizer da repórter funciona diferentemente em relação ao dizer da apresentadora Fátima Bernades: “O governo pediu paciência hoje ao movimento dos Sem-Terras”; daí a heterogeneidade discursiva.

Portanto, no enunciado analisado acima temos desnivelamento de sentido porque temos a saturação do enunciado através do nome próprio MST, ou através de uma insaturação determinada pela adjetivação “afobados e apressados”. De fato, a textualização lacunar dos enunciados acima deixa para o telespectador preencher a lacuna (preenchimento já determinado pela diretividade dada à notícia).

(10) REPÓRTER: “No último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, foram cento e três invasões com vinte mortes. Em seis meses de governo Lula, foram cento e dez invasões com dez mortes. Até o fim do ano, o Ministério do Desenvolvimento Agrário quer assentar sessenta mil **trabalhadores rurais Sem-Terra** acampados. Já foram duas mil e quinhentas e trinta e quatro famílias e, hoje, o Ministro Miguel Rosseto foi claro: terra invadida não pode ser desapropriada para a Reforma Agrária por dois anos. O governo não vai mexer nesta medida provisória” (Jornal Nacional, 24- 06- 03).

A oração coordenada comparativa assindética “no último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, foram cento e três invasões com vinte mortes. Em seis meses de governo Lula, foram cento e dez invasões com dez mortes” produz sentidos pejorativos para o governo petista, pois traz à memória do sujeito-telespectador o fato de que, em um governo considerado de direita (FHC), o número de invasões foi menor do que em um governo considerado de esquerda (Lula), que se diz defensor das minorias, que fundamentou toda a sua campanha eleitoral em um compromisso com o social do país. Essa oração produz efeito de pré-construído, que retorna no discurso jornalístico-político como evidência ao trazer como já dito o que não é explícito na formulação e, assim, produz sentidos de descrédito, de crítica ao governo petista através da comparação. Aqui, o efeito de pré-construído aparece como um dos efeitos da

textualização lacunar, pois produz sentidos para os fatos noticiados como já sabidos, evidentes, apagando, por conseguinte, a heterogeneidade discursiva e ideológica.

Dito de outra maneira, no recorte acima temos um não-dito que se dá através de orações coordenadas assindéticas, que dissimula a determinação ideológica do telejornal produzindo efeitos de sentido de objetividade, evidência. Mas, ao desnaturalizar os sentidos, desarticular a formulação, explicitamos os processos de significação que produzem o efeito de evidência para o fato noticiado, de modo que a sentença coordenada assindética funciona desqualificando o governo sem comprometer discursivamente o telejornal.

A paráfrase do dizer acima nos permite explicitar a filiação ideológica do telejornal: *o governo quer assentar sessenta mil trabalhadores rurais Sem-Terra acampados, mas só assentou duas mil e quinhentas e trinta e quatro famílias, mesmo diante das crescentes invasões de terra e do crescente número de mortes dos sem-terras*. Dessa forma, o efeito de pré-construído, na textualização da notícia, “tampa” as lacunas deixadas pela elipse das conjunções nas orações coordenadas que, se explicitadas, inscrevem o dizer na FD1 dominante, que sustenta os sentidos de ilegalidade para as ações do MST como se estivessem já lá.

Em suma, a construção discursiva da notícia se pauta por uma desqualificação da imagem do presidente através de uma textualização lacunar marcada sintaticamente pelas orações assindéticas para, com isso, impor uma interpretação.

(11) PRESIDENTE LULA: “Eu aprendi a contar até dez, apesar de só ter nove dedos, que é para poder não cometer erros. Um erro em qualquer outro governo é mais um erro, no nosso não pode acontecer. Então, nós vamos pensar que cada coisa lançada aqui é pensada de forma muito meticulosa” (Jornal Nacional, 24- 06- 03).

No recorte acima, o “nós” dilui a responsabilidade do “eu” presidente na coletividade do *nós* governo e o *eu* singulariza o poder, a autoridade, o mérito do governo. Já a representação como “governo” produz o efeito de sentido de ser o detentor da autoridade, de ter legitimidade para dizer, além de dissociar a posição-sujeito pessoal da posição sujeito institucional representada pela figura do “governo”, o que evidencia a *simulação do não preenchimento da forma sujeito*.

A formulação “um erro em qualquer outro governo é mais um erro, no nosso não pode acontecer” significa o implícito de que o governo anterior errou, e se inscreve numa rede de reformulações, paráfrases, dos discursos do presidente Lula, produzindo credibilidade ao

dissociá-lo dos políticos sem compromisso com suas promessas eleitorais. Esse dizer pode ser tomado em redes de memória, constituindo-se em filiações (posições) identificadoras com a posição do sujeito-telespectador. Dessa maneira, o discurso do presidente Lula credita o seu governo a fim de tranquilizar a população e, assim, mantém uma boa imagem do país para os investidores externos, que funciona como garantia de mudança da realidade desanimadora do Brasil.

A formulação acima produz efeitos de credibilidade para o governo petista com a finalidade de tranquilizar o cidadão brasileiro, e isso é confirmado se considerarmos o alto índice de aprovação e de popularidade em seu governo nas condições de produção imediatas de composição desse *corpus*. Em suma, essa formulação do presidente produz o efeito de sentido de imunidade ao erro, ou melhor, da hiper-responsabilidade com que assume a Presidência da República. Desse modo, o lugar social, de onde diz o presidente Lula, produz sentidos de credibilidade, de inefabilidade devido ao fato de ser um político que chegou à Presidência da República de modo surpreendente por ter vindo de uma camada social de classe baixa, de um partido de esquerda e, por isso, não pode falhar para não decepcionar a sua classe.

Chama a atenção, no discurso do presidente, o funcionamento do imaginário do lugar social que ocupa como o único que pode salvar o Brasil de suas mazelas e, por isso, usa a palavra para sustentar suas promessas de campanha. Assim, temos o efeito de pré-construído produzindo o sentido de que, em política, a palavra é poder, e isso é evidenciado não só no recorte acima, mas é uma regularidade no discurso político. Lembramos que o apresentador Boris Casoy, em 26-06-03, classificou o presidente Lula de “extremamente Verborrástico”.

Ainda a respeito da posição-sujeito Presidente da República, entendemos que o sujeito de discurso Luis Inácio Lula da Silva, ao se representar nos recortes acima (06) e (01) como³⁸ *nós, nós todos, a gente, eu, o presidente Lula, do PT, Presidente da República*, explicita o modo como se relaciona com a forma-sujeito da FD2, cuja marca é a resistência aos sentidos pejorativos para o MST, para os movimentos de contestação à ordem do sistema capitalista.

³⁸ Indursky (1997) faz um estudo muito interessante sobre as diferentes representações que os sujeitos de discurso (os presidentes do período ditatorial no Brasil) assumem na enunciação de seus discursos. E, aqui, interessa-nos salientar duas definições sobre o uso do *nós*: a não-pessoa discursiva que “remete para grupos lexicalmente não-nomeados que se associam ao sujeito do discurso” e a “quarta-pessoa discursiva produz a impessoalização desse sujeito: ele abdica de dizer eu, cedendo espaço para o acontecimento discursivo. Ou seja, não há inclusão do outro nessa forma de representação”, sendo que a quarta-pessoa discursiva instaura um efeito sujeito que simula o não-preenchimento da forma-sujeito, o que promove o efeito de seu apagamento.

(12) COORD. do MST João Paulo Rodrigues: “As ocupações de terra vão continuar em todo o Brasil porque não é contra o Lula, é uma forma de luta que os trabalhadores constituíram ao longo dos anos e que é contra o latifúndio; então, as ocupações de terra vão continuar” (Jornal Nacional, 24- 06- 03).

O enunciado dividido “não é contra o Lula [...] é contra o latifúndio” apresenta duas posições-sujeito se inscrevendo na mesma formulação, pois apaga ao mesmo tempo em que pontua o sentido que coloca em funcionamento o trabalho significativo de uma outra FD funcionando em contradição. Ou seja, a negação traz um elemento de saber da FD1 dominante, que se marca por defender o direito à propriedade privada e a ilegalidade do MST, para negá-lo na formulação, o que explicita a heterogeneidade discursiva. Sendo assim, o efeito de contradição, discrepância, se dá entre a memória discursiva e o que é formulado. Melhor explicando, o sujeito do dizer determina o sentido (através da negação) a fim de não produzir um efeito de sentido indesejável, evitando a deriva, o deslizamento de sentido. Desse modo, a negação trabalha colocando em jogo a construção de uma imagem positiva do presidente, efeito de sentido diluído pela oração explicativa: “é uma forma de luta que os trabalhadores constituíram ao longo dos anos”.

Por outro lado, se parafrasearmos saturando a sentença: *não é contra o Lula (na posição de líder sindicalista) que o MST luta, é contra o latifúndio*, explicitamos a inscrição deste dizer na FD2, que se marca pela resistência aos sentidos significados pela FD1. Então, temos uma textualização lacunar que se marca sintaticamente através do não preenchimento do lugar do sujeito. Este lugar vazio se dá no embate das FDs (FD1 e FD2) em contradição com as posições-sujeito discursivas, apagando os sentidos que não podem ou não devem circular.

Logo, essa negação polêmica se dá em relação a outra FD, refutando os sentidos que a mídia circula e, desse modo, o dizer “não é contra o Lula” funciona como uma réplica à afirmação do outro, estabelece uma polêmica quando pressupõe uma formulação contrária. Assim, temos a eficácia dos sentidos de que o MST não está lutando contra o presidente Lula, está lutando contra a ausência de uma política de Reforma Agrária, contra a inércia do presidente quanto a esta questão, contra o Estado burguês. Mas, essa posição crítica não se dá de modo explícito porque o MST considera o presidente como um de seus companheiros, o que justifica a formulação: “não é contra o Lula, é uma forma de luta que os trabalhadores constituíram ao longo dos anos e que é contra o latifúndio”. Desse modo, no processo de discursividade do MST, a imagem de Lula não remete à imagem de um latifundiário, e sim à imagem de um homem que

veio da camada popular, de um retirante do nordeste, um companheiro de luta. Com isso, a posição de polêmica, a capacidade de crítica, de reivindicações não só do MST, mas de outros movimentos sociais, fica inibida diante do fato de que o presidente Lula representa um de seus companheiros de militância.

As considerações acima nos permitem compreender que temos uma relação de polêmica no dizer do coordenador do MST, João Paulo Rodrigues, que se inscreve na formulação por um enunciado dividido e se articula com elementos da memória discursiva, se opondo a esses elementos, na formulação, através da marca linguística de negação. Assim, temos um funcionamento de antagonismo entre as posições-sujeito do coordenador do MST através de uma textualização lacunar.

Outro ponto a observar no recorte discursivo em questão é o que já dissemos anteriormente sobre o fato de que a escolha lexical determina a filiação ideológica do telejornal. É uma regularidade termos a nominalização “ocupação” filiada a sujeitos de dizer simpatizantes com o MST e “invasão” filiada a sujeitos de dizer não simpatizantes, não concordantes com o movimento, determinados pela ideologia dominante. Nesse sentido, Orlandi (2001a, p. 86) afirma que as palavras não significam em si. Elas significam porque têm textualidade, ou seja, porque sua interpretação deriva de um discurso que as sustenta, que as provê de realidade significativa.

(13) DIRIGENTE NACIONAL DO MST João Paulo Rodrigues: “Nossa luta é contra o latifúndio, não é contra o governo Lula, então, nesse sentido, não tem porquê parar a ocupação de terra, ainda mais porque nesse ano não foi feito nenhum assentamento de nenhuma família” (Jornal da Noite, 24 - 06- 03).

Este telejornal recortou diferentemente o dizer do coordenador do MST em relação ao Jornal Nacional. No recorte (13) acima, observamos o desnivelamento de sentido na medida em que o dirigente do MST diz que a luta não é contra o governo Lula, mas diz, na mesma sequência discursiva, que “**não** tem por que parar a ocupação de terra, ainda mais porque nesse ano **não** foi feito **nenhum** assentamento de **nenhuma** família”. E quem não fez os assentamentos? O governo. Isso funda o que dissemos anteriormente sobre a inibição/interdição da posição de movimentos sociais como o MST diante de um governo que, imaginariamente, representa um companheiro de luta.

Ao preencher a lacuna desse dizer, a resposta para essa questão satura o nosso questionamento acima e marca a contradição discursiva: *não foi feito nenhum assentamento de nenhuma família pelo governo*. Assim, não é necessário nomear o “conflitante” para que a determinação da memória funcione na formulação de modo a explicitar a contradição/discrepância discursiva posto que, na formulação, se inscreve um efeito de pré-construído que funciona produzindo a eficácia de completude da textualização lacunar. Portanto, no recorte acima, temos uma textualização lacunar que se constitui através do que não diz e do efeito de pré-construído produzindo uma deriva que é evitada pelo domínio de uma posição ideológica sobre outra. Mas, esse modo de dizer significa como se os sentidos que produz fossem completos, fechados, saturados.

Ainda, a declaração do coordenador do MST explicita o quanto as palavras escapam e abrem para a possibilidade de outras significações, daí a compreensão de que a luta é, também, contra o governo.

(14) APRESENTADOR Willian Bonner: “Como já disse a repórter Zuleide Silva, o governo lançou hoje o plano de safra para agricultura familiar. O objetivo é estimular a produção de alimentos” (Jornal Nacional, 24-06-03).

Diante das condições de produção imediatas em que se deu o fato noticiado, isto é, da pressão do MST através de constantes ocupações de terras como forma de luta para que se faça a Reforma Agrária, o governo age como todos os seus antecessores e, assim, toma medidas paliativas, como a liberação do dinheiro para o PRONAF, a fim de acalmar a sociedade e o MST.

Outro aspecto a ser observado nesse recorte é que, se considerarmos a necessidade de que o governo tem de estocar alimentos para o programa Fome Zero, o enunciado “o objetivo é estimular a produção de alimentos” e o dizer do recorte abaixo “para estimular a agricultura familiar” funcionam produzindo interpretações díspares. O primeiro dizer alude à posição do outro pelo fato de que está liberando esse dinheiro para o PRONAF a fim de garantir seu próprio interesse, que é a necessidade de estocar alimentos, e, por isso, está liberando um valor para linhas de crédito muito mais alto do que nos anos anteriores. Já o segundo dizer produz o efeito de sentido de boa ação do governo que incentiva a agricultura familiar e, consequentemente, o aumento da renda das famílias que moram no campo.

(15) REPÓRTER: “Para estimular a agricultura familiar o governo anunciou, hoje, a liberação de cinco bilhões e quatrocentos mil reais em linhas de crédito. O dobro do que foi investido o ano passado e, com isso, espera fechar um milhão e quatrocentos mil contratos. Numa teleconferência, pequenos agricultores de três cidades brasileiras acompanharam o anúncio feito em Brasília. O presidente Luís Inácio Lula da Silva entregou a uma agricultora o cartão eletrônico que vai diminuir a burocracia da liberação do dinheiro”. (Jornal Nacional, 24- 06- 03).

Neste recorte, encontramos informações desencontradas, pois a formulação “o **dobro** do que foi investido o ano passado” está em discordância com a informação veiculada pelo Jornal da TV, no mesmo dia, por um repórter que diz: “um volume de recursos **40%** maior do que o ano passado. A taxa de juros desses empréstimos varia de 1 a 4% ao ano” (Jornal da TV, 24-06-03). Uma análise contrastiva entre os telejornais desmistifica o mito de credibilidade produzido pela instituição jornalística.

Aqui, observamos a formulação de Orlandi (2001a) sobre o funcionamento da noção de vestígio como um traço que, por ele próprio, não pode ser interpretado, sendo necessário estabelecer uma relação com outros textos para interpretá-lo, visto que funciona como uma falha, um apagamento, um equívoco. Portanto, só podemos observar o desencontro das informações se as colocarmos em relação com outros telejornais. Sendo assim, o procedimento analítico nos possibilita explicitar as falhas, os equívocos constitutivos da linguagem.

(16) REPÓRTER: “O novo plano quer também **estimular a produção de alimentos** básicos da mesa do brasileiro. Quem plantar arroz, feijão, mandioca, trigo e milho terá cinquenta por cento a mais de crédito do que na safra passada e, ainda, **a garantia** de preço mínimo na hora **da venda** porque **o governo se comprometeu** a comprar parte **da produção, inclusive** para abastecer o programa fome zero” (Jornal Nacional, 24- 06- 03).

O modo como esta notícia é articulada produz o efeito de sentido de o telejornal ser mero informador do fato porque os fatos são narrados construindo sentidos de imparcialidade e de informatividade para o telejornal. Porém, sabemos que as palavras, ou o silêncio destas, são injungidas a produzir sentidos, sendo que o dizer “porque o governo se comprometeu a comprar parte da produção, inclusive para abastecer o programa fome zero” direciona para a compreensão de que, com tal medida, o interesse do governo é atender suas próprias necessidades. Por isso, não visa meramente estimular a agricultura familiar, mas sim acalmar as constantes ocupações de terra pelo MST e, “inclusive”, suprir a necessidade de estoque para o Programa Fome Zero. Então, o efeito de sustentação trabalhado na formulação direciona a significação a partir da eficácia ideológica que produz sentidos como evidentes.

Tal como Seriot (1986) entende, o funcionamento das nominalizações “produção, a garantia, venda, da produção” explicita a posição do sujeito enunciador, sujeito à FD2. Assim, através de um não-dito que se projeta como um sentido já-lá, determinado “antes” do texto, o sujeito enunciador produz sentidos de evidência para os objetivos do governo com a liberação da verba para o PRONAF. Ou seja, as nominalizações trabalham os sentidos como pré-construídos no intradiscurso.

(17) APRESENTADOR Heródoto Barbeiro: “O governo vai liberar cinco bilhões e quatrocentos mil reais para financiar pequenos agricultores e assentados a partir de julho. Durante o anúncio do Plano de Safra da Agricultura familiar, o presidente Lula garantiu, hoje, que toda a produção excedente vai ser comprada e aproveitada pelo programa Fome Zero” (Jornal da TV, 24 -06- 03).

A nomeação “pequenos agricultores e assentados” explicita uma diferenciação entre assentados e pequeno agricultor. Desta forma, o assentado não é pequeno agricultor? Para o MST, todo aquele que trabalha no campo é trabalhador rural, conforme já dissemos anteriormente.

A diretividade argumentativa desse recorte enfoca o fato de que está em jogo, na liberação da verba para o PRONAF, a necessidade de abastecer o programa Fome Zero. Ainda, o verbo “*garantiu*” carrega consigo o sentido de tranquilizar os agricultores, os assentados, e funciona em aliança com o funcionamento do verbo “comprometeu”, do recorte anterior. Assim, a interpretação é direcionada para a compreensão de que o governo objetiva tranquilizar o MST com essa liberação. Aqui, observamos o funcionamento parafrástico trabalhando sentidos de transparência e evidência da linguagem através do efeito de objetividade na utilização das formas de terceira pessoa do singular.

Nesse recorte, torna-se significativo explicitar a presença do que está lacunar nos três recortes anteriores, cuja explicitação se dá por meio de pistas sintáticas e discursivas, isto é, só explícito por um trabalho de análise discursiva que é a informação de que a verba do PRONAF foi destinada para “financiar pequenos agricultores e assentados”. Compreendemos que essa ausência não se dá por acaso, mas é, sim, um “apagamento” que produz evidência de sentidos e já determina a interpretação imposta pelo telejornalismo, dissimulada pelo apagamento que faz e desfaz sentidos.

Portanto, nos três recortes anteriores, temos uma textualização lacunar marcada por “apagamentos”, linguísticos e discursivos, que direcionam a interpretação “mascarada” pelo efeito de evidência, imparcialidade e objetividade.

(18) REPÓRTER: “O Plano de Safra da Agricultura Familiar vai permitir que não só o chefe da família tenha direito ao empréstimo para o plantio; a esposa, agora, pode adquirir uma outra linha de crédito e, se o filho do casal apresentar um plano para a propriedade agrícola, o governo promete que também haverá dinheiro. Outras novidades anunciadas pelo Presidente da República: menos burocracia para conseguir o dinheiro e um serviço telefônico para que o pequeno produtor rural possa reclamar, se essas promessas não forem cumpridas” (Jornal da TV, 24- 06- 03).

Aqui, a necessidade que o governo tem de estocar alimento não é evocada na fala do apresentador, mas é enfatizada na fala do repórter, no recorte abaixo, o que explicita a regularidade discursiva com os quatro recortes anteriores.

Também a paráfrase *se essas promessas não forem cumpridas, terá um serviço telefônico para o pequeno agricultor denunciar, reclamar* traz à memória, mais uma vez, o fato de que, na política brasileira, promessas não costumam ser cumpridas. Ou seja, carrega consigo um sentido de incredulidade, como já dissemos anteriormente. Melhor dizendo, a nominalização *promessas* produz o efeito de pré-construído, que é a falta de credibilidade nos compromissos que o governo estabelece com a sociedade. Este efeito é refutado discursivamente pela necessidade de colocar *um serviço telefônico para que o pequeno produtor rural possa reclama, se essas promessas não forem cumpridas*, deslocando os sentidos dessa memória social. Então, esse dizer produz um deslocamento de sentidos que traz à luz a memória discursiva apagada, de modo que a retomada do discurso do presidente abre esta possibilidade do deslocamento.

(19) REPÓRTER: “Outro motivo de atenção do governo é que **o setor é visto como potencial para** o Fome Zero. Foi pensando no Fome Zero que o governo resolveu abrir uma linha de crédito especial para quem produzir arroz, feijão, milho, trigo e mandioca; e mais, o governo se compromete a comprar a produção desses alimentos. Com essa estratégia, duas coisas estão garantidas: o preço mínimo desses produtos e a renda do pequeno trabalhador da agricultura. Esses alimentos vão ser comprados pela Companhia Nacional de Abastecimentos, a CONAB, e vão servir para repor os estoques do Programa Fome Zero” (Jornal da TV, 24- 06- 03).

Primeiramente, assinalamos os sentidos que o verbo “se compromete” evoca, funcionando tal como a nominalização *promessas*, produzindo um efeito de sentido de

tranquilidade e compromisso com a sociedade, mas trazendo à luz a memória discursiva de que as palavras vindas de políticos voam para onde o vento as leva.

Neste recorte, é significativo o trabalho do *efeito de explicitude*, tal como foi dito por Ferreira (2000, p. 65), que é uma *evidência ideológica que, no empenho de mostrar transparência, acaba encobrindo zonas cuja nitidez fica comprometida*. Aqui, o telejornal da TV diz, na formulação verbal, qual é a estratégia do governo ao liberar mais cedo o crédito para agricultura familiar, o que não é explicitado nos outros telejornais que veicularam esse fato. Ou seja, no recorte (19) acima, o efeito de sentido produzido é que o governo liberou a verba para o PRONAF visando atender, unicamente, o seu interesse, que é abastecer o programa e, para tanto, garantirá o preço mínimo dos alimentos. Sendo assim, o objetivo de propiciar renda para o pequeno agricultor é uma consequência da causa.

Compreendemos que o efeito de explicitude produz sentidos de serem estes os únicos possíveis porque impõe uma única versão oficial ao fixar uma única interpretação possível. Dessa maneira, temos a cristalização de uma interpretação de modo que, ao enfatizar explicitamente certos fatos, dissimula-se o apagamento (ideológico e linguístico) de outros. Este é um dos efeitos da textualização lacunar na tessitura da notícia de modo a produzir a eficácia do dizer através do *efeito de explicitude*.

(20) PRESIDENTE LULA: “Há muito tempo não saía o crédito para o agricultor familiar no mês de julho, ou seja, muitas vezes passava o tempo do plantio e ele não tinha acesso ao dinheiro. Se esse dinheiro não circular no tempo certo, o Ciro já me disse, alguém vai dançar. Então, nós precisamos liberar, até porque credibilidade a gente ganha com gestos, e não com discurso” (Jornal da TV, 24- 06- 03).

Neste recorte, lembramo-nos dos sentidos que a palavra *promessas* evoca em nossa sociedade para notar que os discursos do Presidente Lula regularmente trabalham sentidos de credibilidade, de infalibilidade para seu governo, buscando significar uma dissociação dos políticos sem compromisso com suas promessas eleitorais e que decepcionaram seus eleitores. Assim, no fio do discurso do presidente Lula, temos um trabalho discursivo constante de combate à memória discursiva de negatividade, de desqualificação para a esquerda, observado na seguinte sequência discursiva do recorte acima: “credibilidade a gente ganha com gestos, e não com discurso”.

Torna-se relevante assinalar que a seguinte sequência discursiva “se esse dinheiro não circular no tempo certo, o Ciro já me disse, alguém vai dançar. Então, nós precisamos liberar” nos permite observar um funcionamento discursivo trabalhado por Payer³⁹, que se dá quando suprimimos o determinativo *alguém* produzindo efeitos de indeterminação. Ou seja, *o efeito de explicitude* produzido pelo determinativo funda uma indeterminação no domínio do discurso. A seguinte paráfrase permite a recuperação do sentido diluído pelo determinativo: *Se esse dinheiro não circular no tempo certo, o Ciro já me disse: vai dançar. Então, nós precisamos liberar porque precisamos assegurar nossos interesses, precisamos ter credibilidade.*

Enfim, a prática de editoração que recorta e cola na notícia a fala do Presidente da República constitui uma prática de textualização lacunar através dos recursos tecnológicos de editoração, que dissimula a imposição dos sentidos que a mídia permite circular como singulares, ímpares. Dessa maneira, esse recorte impõe a interpretação de que o interesse primeiro do governo é suprir suas necessidades, que estão sendo asseguradas com a liberação do crédito agrícola.

(21) PRESIDENTE LULA: “Falta realmente fazer a política de reforma agrária, que é um sonho, um desejo e um compromisso moral, político e ético da minha vida e do meu governo, e vamos fazê-la” (Jornal da TV, 24- 06- 03).

Neste enunciado, temos a posição-sujeito do presidente Lula dizendo a partir de um lugar que se delimita na imbricação do que é privado e público. Pois, por um lado, diz, em primeira pessoa, que fazer a Reforma Agrária é um compromisso “da minha vida e do meu governo”, o que funciona como causa para a credibilidade em seu dizer e em seu governo. O modo como esse dizer é formulado estabelece uma cumplicidade do telespectador com o dizer do presidente que reconhece a ausência de uma política de Reforma Agrária. Por outro lado, o dizer “falta realmente fazer a política de Reforma Agrária”, formulado de modo impessoalizado, na terceira pessoa e no infinitivo, funciona produzindo um efeito de distanciamento da responsabilidade governamental. Aqui, o advérbio *realmente* funciona trazendo o discurso de outro para concordar e, conseqüentemente, evitar a polêmica.

Em suma, neste recorte temos o funcionamento de um jogo discursivo que se marca pelo jogo entre o individual e o público, entre o definido “a política”, que produz o pré-

³⁹ Payer apud FERREIRA (2000, p. 71).

construído de que já existe uma política de Reforma Agrária para pôr em funcionamento, *e o indefinido* “**um** desejo, **um** compromisso”, que produz sentidos de que o desejo e o compromisso são de todos, portanto, esse modo de dizer chama o telespectador a ser cúmplice. Tal como Haroche (1992), entendemos que a determinação constitui um efeito de sentido em que intervêm a sintaxe, fatores semânticos e elementos “individualizantes” ligados aos mecanismos do aparelho jurídico.

Também neste recorte, observamos o funcionamento do jurídico na necessidade do presidente de fazer significar sentidos de inefabilidade, que tem como garantia a sua vontade e liberdade de fazê-la, mesmo tendo que se submeter aos mecanismos do Estado. Essa é a ilusão necessária que tem todo sujeito de ser fonte do que diz, ou seja, é a interpelação do sujeito pela ideologia que impõe, a todo sujeito, a forma-sujeito. Desse modo, *todo sujeito age em e sob determinações das ‘formas de existência’ histórica das relações sociais*, tal como afirma AtIhusser (1976).

Cabe assinalar que o recorte da fala do presidente Lula citado acima foi selecionado pelo Jornal da TV para compor a notícia sobre a liberação de mais crédito agrícola para a agricultura familiar e, portanto, leva o telespectador a compreender que essa medida teve como objetivo diminuir as constantes e numerosas ocupações de terra nesse momento histórico (conforme dissemos no recorte (14)). Ainda, o dizer do apresentador Heródoto Barbeiro, logo no início da reportagem, o “crédito agrícola foi liberado para financiar pequenos agricultores e assentados”, fundamenta a nossa compreensão aqui.

(22) PRESIDENTE LULA: “Falta realmente fazer uma política de reforma agrária; nós sabemos os caminhos para a solução e sabemos o que vamos fazer. Agora, em política, de vez em quando, a gente ataca uma frente de cada vez porque se atacar todas de uma vez você termina não executando bem nenhuma. Vamos fazer neste país tudo que puder ser feito para melhorar a vida do povo brasileiro, inclusive a Reforma Tributária. E fazer justiça no país é fazer todas as Reformas que eu vou fazer: a Política, a Sindical, a Trabalhista, a Previdenciária, a Agrária e tantas outras Reformas que vão se apresentar para a gente, e nós vamos fazê-la com muita tranquilidade” (Jornal da Record, 24-06-03).

(Esta reportagem mostra membros do MST ouvindo Lula)

Observamos que esse dizer do presidente não foi recortado para compor a informação sobre a liberação de mais crédito agrícola para a agricultura familiar, tal como o recortou o Jornal da TV, mas sim para compor a informação de que o presidente mostrou a sua face autoritária quando disse que só Deus o impedirá de fazer as reformas que este país necessita.

Em vista disto, compreendemos que um mesmo dizer *falta realmente fazer uma política de Reforma Agrária* produz sentidos outros, produz deriva se considerarmos o modo como foi recortada e ao lado de qual informação foi “colada” a fala do presidente. Sendo assim, o lugar onde uma determinada declaração foi colada explicita a direcionalidade dada pelo telejornal, a sua filiação ideológica.

Diferentemente do Jornal da TV, o Jornal da Record, através do discurso relatado indireto, simula a imparcialidade da notícia e, para tanto, utilizou a segunda parte desse discurso do presidente para compor a seguinte chamada: “O presidente Lula aproveitou o discurso de improviso na Confederação Nacional da Indústria para dizer que nem o Congresso, nem o Poder Judiciário vão impedir as mudanças no país”. Esta (re)formulação já explicita a polissemia do discurso que produz efeitos de sentido de autoritarismo para o Presidente da República. Já o recorte anterior do Jornal da TV seleciona outra parte do mesmo discurso produzindo sentidos negativos para o presidente em outra direção, que é acalmar o MST.

Melhor dizendo, os recortes (21) e (22) funcionam retomando discursos anteriores, como já dito, abrindo para novos sentidos, para a resignificação, ou mesmo para a distorção do dizer do outro. Deste modo, o dizer do editor-chefe do Jornal da Record está inscrito em uma FD1 dominante contrária ao governo Lula e, por isso, os recortes do discurso do presidente fazem funcionar, pelo efeito de memória (já dito anteriormente), sentidos de autoritarismo para um sujeito que discursa de improviso, o que justifica a não aleatoriedade para o enunciado “*discurso de improviso*”.

Também esse telejornal, ao (re)formular da seguinte maneira: “nem o Congresso, nem o Poder Judiciário vão impedir as **mudanças** no país”, explicita um efeito de pré-construído que não faz parte da formulação do presidente quando disse que (conforme vimos no recorte 02): “Não tem chuva, não tem cara feia, não tem o Poder Judiciário; só Deus será capaz de impedir que a gente faça este país ocupar o lugar de destaque que ele nunca deveria ter deixado de ocupar”. Ou seja, o discurso relatado indireto, da chamada do Jornal da Record, reformula, sem compromisso com a textualidade do texto origem, proferido pelo presidente Lula. Esta reformulação dá margem à deriva de sentidos e, ao mesmo tempo, determina o sentido de que as mudanças que o presidente Lula falou podem colocar em risco a democracia do país.

Logo, entendemos que a nominalização “mudanças” explicita o efeito de pré-construído que remonta a outro enunciado que não está no texto: a mudança para um regime

antidemocrático. Assim sendo, a textualização lacunar dessa notícia produz o efeito de evidência do qual o sujeito discursivo se apropria como se o sentido já se encontrasse “já-lá”, pré-existente ao discurso, de modo que a nominalização “mudanças” é opaca na sua materialidade léxico-sintática, pois se associa a uma rede de relações parafrásticas implícitas onde os sentidos deslizam.

Portanto, no recorte acima, é a função-autor dominante que vai reforçar o efeito de pré-construído. Assim, ao prever o lugar do telespectador, constrói a notícia tratando-a como um fato do mundo “já-lá”, pré-existente ao discurso que a constitui apagando, por conseguinte, suas condições de produção.

Enfim, a chamada da notícia, a “colagem” da fala do presidente em que a notícia é inserida produz o deslocamento dos sentidos que resulta, tal como afirma Orlandi (1999), em sentidos polissêmicos, pois sujeitos e sentidos são afetados na sua relação com a história e língua.

3.3.1- Considerações Parciais

Nos recortes sobre o dizer do presidente Lula analisados acima, temos um sujeito jurídico, porta-voz de direito⁴⁰, que se enuncia autônomo, mas que é determinado pela posição-sujeito que ocupa, isto é, pela projeção imaginária do lugar social: Presidente da República. Isto produz tensões de modo que este sujeito discursivo vacila no jogo de posições que ocupa, produzindo equívocos discursivos. Sendo assim, em decorrência do sentido coercitivo pelo jurídico, o *sujeito de direito está calcado no sentido da repressão, tendo na individualização a culpabilidade*, pois não pode dizer o que quer em qualquer lugar com qualquer pessoa, já que é determinado sócio-histórico e ideologicamente. Então, o funcionamento do jurídico se pauta por uma forma de controle do sujeito que lhe imprime a liberdade e a responsabilidade em suas práticas sociais de modo insidioso e não tão explícito.

Outro aspecto a ser ressaltado a partir das análises é que o efeito de pré-construído é um dos efeitos de textualização lacunar e funciona produzindo sentidos de evidência, de

⁴⁰ Haroche (1992), quando fala da forma de sujeito-de-direito, afirma que o “indivíduo é determinado, mas, para agir, ele deve ter a ilusão de ser livre mesmo quando se submete”; ainda cita Althusser que, ao teorizar sobre o caráter ideológico da “forma sujeito”, diz que “os sujeitos agem em e sob as determinações das formas de existência histórica das relações sociais”. É nesta perspectiva que refletimos sobre o discurso de/sobre Lula.

transparência, para os fatos noticiados. Ou seja, o telejornalismo veicula o fato como se a prática de editoração não demandasse gestos de interpretação e subjetividade. Nesta perspectiva, na textualização das notícias, a função-autor dominante trabalha os sentidos como pré-construídos e, por sua vez, produz efeitos de homogeneidade para os dizeres ao antecipar o lugar do telespectador. Então, a partir da representação do telejornal como mediador entre os fatos que acontecem no mundo e o telespectador, a notícia é construída como um fato do mundo “já-lá”, pré-existente ao discurso que a constitui apagando, por conseguinte, suas condições de produção, a heterogeneidade discursiva e ideológica.

Ainda, assinalamos que, nos recortes discursivos acima, a textualização lacunar é marcada sintaticamente através de elipses, nominalizações, determinações, indeterminações e, discursivamente, através de funcionamentos tais como o efeito de pré-construído, efeito de sustentação, silenciamento, apagamento, etc. Então, esses são alguns lugares onde os efeitos da textualização lacunar se manifestam fortemente.

Logo, a notícia a que temos acesso é uma representação dos fatos, de modo que a textualização da notícia é uma “colcha de retalhos” com lacunas costuradas de modo tão sutil que somente uma análise sensível ao processo discursivo de produção da notícia pode trazê-las à tona. As análises permitem-nos dizer que a textualização lacunar se marca mais fortemente nos telejornais quando há muitos recortes dos dizeres das testemunhas. Aqui, torna-se relevante notar que as falas recortadas funcionam como origem do fato noticiado, de modo a produzir o efeito (ilusório) de que o telejornal não tem responsabilidade sobre o dizer do outro. Ressaltamos que a editoração não é inocente porque o próprio recorte já é determinado e determina sentidos.

Portanto, os recortes são efeitos da textualização lacunar porque a prática de editoração que recorta a fala dos “acusados”, dos envolvidos no fato, dos repórteres, etc., não se constitui de modo aleatório e já evidencia a direcionalidade (a determinação ideológica) dos dizeres. A veiculação da fala das pessoas envolvidas no fato torna, por um lado, mais realista a representação da realidade e, por outro, “dissimula” a fala própria ao telejornal, restringindo-a à apresentação dos “fatos”. Sendo assim, a textualização lacunar permite diversos movimentos de sentidos: rompe, estabiliza, complementa, dissimula.

4- A TEXTUALIZAÇÃO LACUNAR: EFEITOS DE SENTIDOS E MITOS

4.1- (N)O Discurso Telejornalístico: práticas discursivas lacunares de individualização do sujeito coletivo MST

Antes de aprofundarmos nossa discussão, cabe situar que o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST* - foi criado [oficialmente] em 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná, durante o 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Com o fim de lutar pela terra, pela Reforma Agrária, esse movimento se constituiu como um segmento da sociedade de cunho popular, social, sindical e político. Suas ações, através de manifestações, passeatas, ocupações, funcionam como forma de pressão e poder para que o governo federal tome as medidas cabíveis à realização da Reforma Agrária.

Lagazzi (1998, p. 17-18), refletindo sobre o espaço discursivo do MST, afirma que:

O MST [...] sempre busca pela terra não apenas aqueles que não têm terra, mas aqueles que se dispõem a ir para a terra, ir em busca da terra. Sem Terra é uma posição em movimento, discursivamente organizada pelo gesto de ir para a terra [...] A ocupação é um marco para o sujeito que está na luta organizada pelo MST – ele vai em busca da terra com o objetivo da ocupação -, mas não constitui o marco do assentamento. Com a ocupação o sujeito passa a ser acampado, e é só com a divisão dos lotes que ele passa a acampado [ainda]. Na voz do movimento, a reforma agrária **é/deve ser** uma luta de todos, mas sabemos que ela constitui uma luta singular recusada por muitos [...] A reforma agrária é afirmada na exclusão de todos os que não aceitam e, por isso, é uma luta.

A fim de melhor situar os sentidos sobre o MST através do discurso daqueles que falam a sua voz, fizemos um recorte da entrevista de Maçano⁴¹ (In: Amaral, 2000, p. 22):

Essas pessoas se organizam, se tornam sem-terra, portanto, se tornam MST. O MST não existe sem essas pessoas. Não existe uma estrutura oficial, formal, mas sim uma estrutura em movimento: a forma de organização do movimento é o resultado da forma de ação das famílias sem-terra. A luta pela terra é a luta pela vida, tem de estar respondendo a todas as necessidades dessas famílias. Desde o acampamento até a luta pela construção de políticas públicas, porque não adianta ter terra e não ter escola, não ter dinheiro para produzir.

⁴¹ Bernardo Maçano, professor da UNESP, em entrevista concedida à revista *Caros Amigos*, n. 6, outubro de 2000, p. 23.

Em Comparato (2003, p. 28) encontramos uma referência de como o MST se avalia enquanto movimento:

[...] De acordo com a avaliação de seus integrantes, o MST é, ao mesmo tempo, um movimento social popular, pois está aberto a todas as camadas da população que apóiem a sua causa, embora sua base esteja no campo; um movimento sindical, no sentido corporativo em que a conquista de um pedaço de terra e a obtenção de créditos para poder trabalhar interessam diretamente aos agricultores; e, por fim, um movimento político, que identifica claramente seus oponentes nos latifundiários e na atual política do governo federal.

Ainda, o autor (Ibidem, p. 29) descreve sucintamente alguns aspectos da estrutura do MST para uma melhor compreensão da organização deste movimento:

Em primeiro lugar, trata-se de uma organização em que há uma hierarquia de poder. Em segundo lugar, o aprendizado das lutas anteriores foi incorporado a esta nova experiência, fazendo com que, por exemplo, o poder seja distribuído entre 21 líderes nacionais e as instalações físicas estejam espalhadas por vários locais. Além do fato de o poder ser descentralizado, os líderes mais visados são periodicamente substituídos. A razão para tantas precauções é evitar que as lideranças sejam eliminadas. Em terceiro lugar, há todo um processo pedagógico, de educação como formação ideológica, de um lado, e de agregação dos militantes por meio de trabalhos solidários e acampamentos familiares, de outro lado.

Segundo este autor, o MST é um movimento que tem por função desafiar a política do governo federal no que diz respeito à descentralização do poder das terras no Brasil. Este movimento tem o poder de pressionar o governo a agir em prol de suas reivindicações, pois, agindo nas cidades, o MST propaga as suas reivindicações no âmbito nacional e internacional. Ainda, essas reivindicações funcionam como armas para conseguir o apoio da população e fortalecer o movimento. O governo, que tem como forte aliada a imprensa, combate as ações do MST através da construção e propagação de sentidos de desqualificação, de ilegalidade para as ações desse movimento. O governo também usa a repressão através da polícia e do exército, e incentiva o surgimento de outros movimentos sociais (regionais) que tenham como bandeira a luta pela Reforma Agrária para, assim, enfraquecer o MST. As grandes repercussões das ações dos trabalhadores rurais sem-terra se devem ao fato de que contestam o sistema de propriedade privada, embora este seja um lugar juridicamente estável em nossa sociedade.

Para entender a proposta do MST, segundo Comparato (ibidem, p. 200-201), dois conceitos são importantes: o de “trabalhador rural” e o tipo de Reforma Agrária defendida por esse movimento. Nas palavras de Stedille:

[...] Não necessariamente trabalhador rural significa ser camponês ou agricultor [...] se todas as pessoas, independentemente da sua profissão _ veterinário, agrônomo, economista, motorista da cooperativa, pequeno agricultor _ trabalham no meio rural e se o resultado do trabalho de cada um será distribuído entre todos, todos são trabalhadores rurais.

No segundo caso, a proposta de Reforma Agrária defendida pelo MST se resume, nas palavras de seus idealizadores, à derrubada de três cercas: a do latifúndio, do capital e da ignorância. Num primeiro momento, portanto, esta Reforma Agrária significa “[...] realizar um amplo programa de desapropriações de terra, de forma rápida, regionalizada, e distribuí-la a todas as famílias sem terra, que são 4,5 milhões em todo o Brasil⁴²”. Mas, essa transformação terá sido em vão, na opinião do MST, se for mantida a situação oligopólica de algumas empresas sobre o mercado agrícola e sobre as agroindústrias. Daí a sua reivindicação no sentido de que os trabalhadores rurais “tenham acesso a crédito subsidiado, para que possam, não só desenvolver a produção agrícola, mas também consigam instalar suas próprias agroindústrias, seus mecanismos de acesso ao mercado e à comercialização, enfim, que se democratize também a propriedade dos demais meios de produção e comercialização⁴³”. Também o MST considera que a Reforma Agrária significa a democratização da educação, por não ser possível viabilizar a democratização da terra e do capital com uma multidão de analfabetos.

Visto isso, a ocupação de terra é uma forma de luta de massas para que se aplique a lei da Constituição, no que diz respeito à determinação de que o governo deve desapropriar todas as grandes propriedades improdutivas. Para o MST, ocupar é tomar posse daquilo que não cumpre a sua função social, pois ocupa áreas griladas, devolutas ou latifúndios. Mas os latifundiários não entendem as ocupações como problemas sociais, e sim como esbulho de patrimônio em proveito do privado, previsto no Código Penal.

⁴² Ibidem, p. 160.

⁴³ Ibidem, p. 161.

O MST luta não só pelo assentamento das famílias sem-terra, pela aplicação do Estatuto da Terra⁴⁴, mas também luta por créditos para a produção, preço justo dos pedágios, etc. Ou seja, luta contra a classe dos latifundiários e contra o Estado burguês que não democratiza as relações sociais no campo.

Para o MST, a Reforma Agrária significa desconcentrar a propriedade da terra e o que existe no Brasil, atualmente, é uma política de assentamento social que não resolve o problema. Segundo Stedille (In: Comparato, 2003), no Brasil, desde a colonização, se implantou um modelo de capitalismo dependente, baseado na agricultura de exportação, que se constituiu sobre a base da grande propriedade. Comparato (ibidem, p.160) ainda comenta que, para resolver o problema da concentração da terra nas mãos de poucos, “é necessário realizar um amplo programa de desapropriações de terra, de forma rápida, regionalizada, e distribuí-la a todas as famílias sem-terra, que são 4,5 milhões em todo o país”.

Com base nas considerações sobre a organização do MST, tomamos alguns pressupostos teóricos da teoria foucaultiana e da Análise do Discurso francesa e brasileira para refletir sobre os pontos de ancoragem discursiva da textualização lacunar. Para tanto, direcionamos nosso olhar para a noção de *enunciado lacunar* em funcionamento no processo de individualização do sujeito coletivo MST através do mecanismo institucional *mídia telejornalística*, entendida como lugar de controle das significações.

Noções como *o papel da memória, objetivação dos acontecimentos e os procedimentos de limitação deste discurso ritual* permeiam nossa discussão a fim de explicitarmos as fronteiras lacunares que fazem falar algumas regiões de sentido, naturalizando-as de modo a parecerem evidentes e únicas.

É notório entre aqueles que pesquisam o funcionamento discursivo da mídia asseverar que ela apresenta uma ordem e um funcionamento que reforça, defende e recupera normas, rituais e valores que se impõem à sociedade. E os discursos funcionam produzindo um imaginário de literalidade dos sentidos, de objetividade da realidade e de informatividade dos fatos, estabelecendo as fronteiras lacunares entre o que pode e o que deve ser dito do lugar institucional ao qual está vinculado. Para avançar nesta reflexão, procuramos compreender o modo de dizer dos telejornais que significam e criam uma retórica sobre o Movimento dos

⁴⁴ Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964. É a primeira lei que trata da questão da terra. Criou o INCRA, organismo público para implementar a reforma agrária, e consolidou o instituto legal da desapropriação de latifúndios pelo poder público.

Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Para tanto, levamos em consideração as condições de produção que Orlandi (1999b) define como CP, no sentido restrito e amplo.

As CP restritas remetem para o fato de que essas notícias foram veiculadas durante o primeiro ano daquele que é o primeiro governo de esquerda da história nacional, com a “diferença” de ter como Presidente da República um líder do PT, torneiro mecânico, metalúrgico, líder popular, que se constituiu no bojo do movimento sindical que lutava contra a crise da indústria brasileira que perdurou por toda a década de 1980. As CP, no sentido amplo, evocam a memória discursiva que constitui sentidos negativos, de comunismo, para o PT, devido ao fato de que foi um partido que teve como base ideológica a defesa de causas sociais, a resistência à ordem do sistema capitalista.

Em Stedille e Fernandes (1999) encontramos a informação de que, no final dos anos 70, com a mecanização da agricultura, uma grande massa populacional migrou para a região Norte do país (para as fronteiras internacionais) incentivada pela política de segurança nacional da época. Entretanto, esses camponeses não foram bem-sucedidos nessa região que não tinha vocação para agricultura familiar, de produção de grãos, com a qual eles estavam acostumados no Sul do país. Parte dessa massa populacional expulsa do campo e entusiasmada com o processo de industrialização migrou para a cidade. Mas, com a crise da indústria brasileira, que teve início no final dos anos 70, os camponeses tentaram resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam.

Enfim, o MST nasceu no Sul do Brasil impulsionado por um conjunto de três fatores: o sócio-econômico, o ideológico e a situação política do país naquele momento. O fator ideológico teve como grande contribuição o trabalho da CPT⁴⁵, em parceria com a igreja Luterana, que foi a aplicação da Teoria da Libertação na prática. Este trabalho produziu uma conscientização dos camponeses da necessidade de eles se organizarem em um único movimento, no âmbito nacional. E o terceiro fator: a situação política do Brasil, ou seja, o surgimento do movimento coincidiu com o processo de luta pela democratização do país e com o ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979.

⁴⁵ Organismo pastoral da igreja Católica, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CPT (Campanha Pastoral pela Terra) foi criada durante um encontro de bispos e agentes de pastoral em 1975, a partir de reflexões sobre a crescente onda de conflitos de terra que ocorriam nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. A CPT teve como referência doutrinária a Teologia da Libertação, que procura desenvolver uma prática voltada para a realidade social. Para tanto, essa corrente incorporou as metodologias analíticas da realidade desenvolvidas pelo marxismo aos ensinamentos sociais da Igreja a partir do Concílio Vaticano II.

Ainda importa assinalar que PT e MST surgiram no mesmo contexto de ressaca política, nos últimos suspiros da ditadura militar. O primeiro, na cidade, levantando a bandeira da sindicalização dos operários e da greve como força e forma de negociação e de resistência às regras do sistema capitalista. O segundo, no campo, onde, ainda timidamente, se desenhavam as reivindicações e a necessidade de aglutinar os camponeses em prol de mudanças nas condições materiais de vida. O que une o partido e o movimento é que ambos recuperaram sentidos de resistência, luta e mobilização que ficaram interditados ao longo dos anos de chumbo (STEDILLE e FERNANDES, 1999).

Stedille e Fernandes (1999, p. 37) afirmam que o MST ajudou a fundar o PT em muitos lugares e que “há uma proximidade quase natural entre um movimento com características popular, sindical e política, e a proposta política de um partido da classe trabalhadora”, mas que as duas organizações, MST e PT, têm uma relação de total autonomia.

Nesta perspectiva, observamos que a textualização da notícia se dá como metáfora de uma moeda. De um lado, temos a “cara” do MST, objetivado pela mídia televisiva, que significa esse sujeito coletivo como se fosse um corpo homogêneo, numa injunção de relações de forças e de dizer a verdade sobre si e sobre o outro. Desse modo, a verdade é creditada por quem a diz de direito, representantes da voz da instituição (portadora do poder de coerção). Do outro lado da moeda, temos a “coroa” da instituição midiática que representa o poder dizer os fatos do mundo, significando-os e se significando. Na imbricação desses lados, temos o movimento do sujeito coletivo, lutando para se dizer a partir de lugares de enunciação disciplinadores. Daí a pertinência e atualidade das palavras de Foucault (2004, p. 10) quando diz que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que se luta”.

Então, para compreendermos melhor o funcionamento discursivo da textualização lacunar, nos associamos, a seguir, a um conjunto de saberes sobre enunciados lacunares que nos auxiliará no aprofundamento desta reflexão.

Foucault (1987) ocupa um lugar fundamental na história da Análise do Discurso Francesa quando pensa o discurso na trama da história. É nesta perspectiva que nos interessa pensar a noção de enunciado como um núcleo do discurso por onde o sujeito transita materialmente. Esse autor entende o enunciado como uma articulação dialética entre singularidade, repetição e a memória, sendo que todo enunciado, ao ser repetido, já é outro, e

tem como condição para realização um sujeito imerso na história. Ou seja, é preciso que tenha um sujeito, uma história e uma materialidade, que pode ser outra que não linguística, pode ser uma pintura, uma escultura, um enunciado matemático ou econômico, etc. Logo, para Foucault (1987, p. 128), o discurso é um conjunto de enunciados que têm uma historicidade de modo que

[...] sempre há, nas condições de emergência dos enunciados, exclusões, limites ou lacunas que delineiam seu referencial, validam uma única série de modalidades, cercam e englobam grupos de coexistência, impedem certas formas de utilização. Mas não se deve confundir, nem em seu *status*, nem em seu efeito, a ausência característica de uma regularidade enunciativa e as significações encobertas pelo que se encontra reformulado [...] A linguagem parece sempre povoada pelo outro, pelo ausente, pelo distante, pelo longínquo; ela é atormentada pela ausência.

A partir dessas considerações, observamos que, em nosso *corpus*, temos uma enunciação (materializada na textualização lacunar) que é sempre possível ser outra devido ao fato de que um enunciado sempre é povoado em sua margem por outros enunciados negados ideologicamente, porque estão inscritos em uma FD2 antagônica ao discurso dominante (FD1) que circula na grande mídia.

Aqui, cabe lembrar a afirmação de Ferreira (2000) sobre as brechas e deslizos manifestados pelos enunciados que devem ser atribuídos a uma especificidade da organização da língua, que não exclui o que escapa às leis de sua formação, de modo que a falta e o excesso são constitutivos da estrutura da língua. De acordo com essa autora (*ibidem*, p. 65), um enunciado jamais é completo, uma vez que é sempre suscetível de ser completado por toda uma série de complementos ou proposições, se constituindo enquanto paráfrases. Sendo assim, a textualização lacunar é uma noção que nos permite desconstruir a evidência ideológica que se dá através dos efeitos de pré-construído e da articulação e, por conseguinte, produz como efeito a transparência da linguagem, dos sentidos.

Courtine (1983a, p. 13), referindo-se ao plano da constituição dos sentidos, fala sobre a ausência ou presença da repetição vertical no enunciado:

Ausente porque funciona sob o modo de desconhecimento e presente porque remete para uma memória lacunar. A repetição vertical se dá pela repetição de fragmentos que estão ligados a uma lacuna, cuja função é ser uma causa ausente.

A descontinuidade provocada pela configuração do fragmento da lacuna gera uma memória lacunar.

Esse processo de enunciação discursiva *presente-ausente* produz como efeito de sentido um discurso homogêneo, dissimulando a heterogeneidade que lhe é constitutiva. Em nosso *corpus*, temos como efeito uma linearização aparentemente homogênea, que se dá sobre o efeito de sustentação discursiva, corroborando para o ideal de completude da linguagem (no caso, da notícia), (re)produzindo o sentido da FD1 dominante em cada telejornal.

Tendo em vista esse modo de dizer midiático que estamos definindo aqui, ressaltamos que, no espaço virtual da televisão, a verdade é creditada por quem a diz de direito, representantes da voz da instituição coercitiva, a quem é permitido o direito de interpretar. Daí ser eficaz este modo de dizer que denominamos *textualização lacunar* e que se dá, com regularidade, como procedimento de controle através de suportes tais como os telejornais, os comentários, os manuais de telejornalismo, os *sites* telejornalísticos abordados nesta tese.

Sabendo que os sentidos são da ordem do falar *de* e do falar *como*, procuramos compreender as relações desniveladas de sentido, produzidas pelo modo como aquilo que se diz é dito, a partir da formação ideológica constitutiva do sujeito no discurso. Em face disto, os sentidos são produzidos para o MST através de práticas discursivas construtoras de “verdades” identitárias que rompem ou não com os sentidos já sedimentados na história.

Foucault (1987), quando pensa, num primeiro momento, o discurso na trama da história em relação à construção da história dos saberes, tem seu enfoque sobre a construção histórica do sujeito. Para este autor, o enunciado, verbal e não-verbal, se constitui na história a partir de um sujeito, numa articulação entre singularidade, repetição e memória, pois o enunciado, ao ser repetido, já não é o mesmo. Assim, para que o dizer tenha sentido, é preciso que já tenha sido dito, o que explicita que a relação entre o dizer e a “verdade” é histórica e se dá numa trama complexa de lutas pelo poder-dizer. Dessa forma, os enunciados sempre falam do interior de uma formação discursiva e sempre estão filiados a uma memória para constituir o sentido.

De acordo com os pressupostos teóricos da AD, o sentido é como ele é constituído, é formulado e circulado; é nesta relação entre a constituição, formulação e circulação que se produzem sentidos desnivelados, justamente porque o enunciado não é linear. Por isso, procuramos trabalhar numa relação de entremeio entre o descrever e o interpretar os sentidos que

se significam sempre em *relação a*, porque não têm origem. Ou seja, os sentidos se constituem nas relações que são estabelecidas entre os enunciados de modo que nunca estão fechados.

Nesta perspectiva, os sentidos para o MST são estabilizados/naturalizados no domínio de uma memória discursiva (*lacunar*) que os repete, reformula, lembra, esquece, nega, etc., isto é, são constituídos por uma *memória lacunar*⁴⁶. Esta noção é definida por Courtine (1999, p 21) “como repetição que é ao mesmo tempo ausente e presente na série de formulações: ausente porque ela funciona aí sob o modo de desconhecimento, e presente em seu efeito, uma repetição na ordem da *memória lacunar ou com falhas*”.

Torna-se de fundamental importância citar Pêcheux (1999, p. 56) quando fala que a memória é “necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos, de retomadas, de conflitos de regularização [...] Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos”. Em concordância com Pêcheux (ibidem, p. 51), entendemos “os fatos de discurso, enquanto inscrição material em uma memória discursiva”, que intervêm na formulação determinando uma cristalização de interpretações para fatos históricos (através das notícias). Em vista disto, temos fatos apagados e outros lembrados, temos, ao mesmo tempo, um funcionamento parafrástico e polissêmico, já que não temos unidade na memória e, por isso, temos polissemia.

Na mídia, temos a construção de uma memória social, através de interpretações direcionadas que estabilizam os sentidos para o MST. Um trabalho de análise que desestabilize os sentidos já postos nos permite explicitar as condições de produção em que foram produzidas as contradições, as lacunas, os silenciamentos que se dão como efeito de lutas ideológicas.

Em outras palavras, é constitutivo das formulações das notícias o funcionamento de uma memória (lacunar) produzindo a fundação e a manutenção de uma história nem sempre oficial, mas que se projeta (circula) como se fosse. É preciso notar que as repetições e os deslocamentos se dão em relação à circulação e às posições-sujeito que se encontram em um lugar determinado na estrutura de uma formação social de onde se formulam as notícias. Essas posições-sujeito são determinadas sócio-histórico e ideologicamente em condições de produção determinadas, em processos históricos, por relações de força, por lutas ideológicas, etc.

⁴⁶ Memória Lacunar não se confunde com textualização lacunar, pois aquela é pensada no nível da constituição, e esta no nível da formulação, embora os dois níveis sejam constitutivos da historicidade dos sentidos.

Ainda, tal como definida por Courtine (1999), a *memória lacunar* funciona através dos efeitos de pré-construído e sustentação, é estruturada pelo esquecimento, que não é individual, e se relaciona com a atualidade, deixando suas marcas na formulação. Este conceito é de suma importância, pois, para compreender o funcionamento da textualização lacunar, pensamos na relação entre memória⁴⁷, atualidade e textualização. Então, o *corpus* em questão, constituído por uma textualização lacunar, produz o efeito de verdade inquestionável determinada por uma memória lacunar.

Enfim, a memória discursiva (lacunar) determina o dizer (a formulação) e funciona produzindo repetição ou apagamento pelo esquecimento, uma vez que nem tudo é repetido e nem tudo é apagado ao noticiar um determinado fato (entendido enquanto acontecimento discursivo), sendo esse acontecimento “costurado” (textualizado) de modo a produzir uma aparente linearidade, homogeneidade, completude e imparcialidade através da textualização lacunar.

No que diz respeito aos procedimentos de limitação do discurso ritual, esses funcionam como determinadores dos sujeitos que o falam e que, para se significarem e significarem o mundo, assumem posições discursivas pré-estabelecidas sócio-historicamente. Nesta medida, o discurso midiático é um lugar produtivo para compreendermos a *objetivação dos acontecimentos discursivos* (no que diz respeito à retórica sobre o MST), pois, nesse espaço de poder dizer, o sujeito coletivo MST é dividido em relação aos outros sujeitos. Melhor dizendo, na mídia, o MST é significado como desordeiro, guerrilheiro, em relação aos outros (fazendeiros) que, legitimamente, têm a terra sendo “tomada” por aqueles que não têm nenhuma legitimidade para tal. É assim que o discurso ritual midiático objetiva o MST, inscrevendo sentidos em uma FD1 dominante, construindo sentidos de modo a produzirem efeitos de sentidos únicos, evidentes. Mas, na contramão desse funcionamento, temos outros sentidos (inscritos em uma FD2 antagônica à FD1 dominante) “apagados” ou negados como inaceitáveis, que retornam no movimento de resistência do dizer do sujeito sem-terra. O MST, para constituir-se em movimento, está em constante visibilidade, subversão e, portanto, é mais exposto ao funcionamento das técnicas do *panoptismo*, do qual Foucault (1995) fala.

Para Foucault (ibidem), as relações de poder, embora tenham dominação, são desiguais, hierárquicas, porque podem escapar ao controle daqueles que estão no topo da pirâmide das relações de força. Dessa maneira, o poder coercitivo dos sujeitos se exerce tanto

⁴⁷ Também a respeito do funcionamento da memória cf. Courtine, 1983.

sobre o dominado (MST) quanto sobre o dominante (Governo, mídia, latifundiários, empresários, banqueiros, etc.).

4.1.1- Considerações parciais

Na perspectiva sob a qual abordamos o funcionamento discursivo telejornalístico, é fundamental assinalar que Foucault (1971) entende a instituição como espaço disciplinar que administra os discursos que ela mesma produz. Por conseguinte, a instituição jornalística funciona, centralmente, no espaço do político, de modo que todo fato é discursivo e social. Então, o poder dizer dos meios de comunicação se expande normalizando os sentidos pejorativos para o MST. Essa é uma das formas com as quais a mídia legitima seu lugar de poder e saber, sendo este o componente da eficácia do poder na sociedade moderna, e o discurso é o lugar privilegiado onde a prática do poder se significa e significa o outro.

Ao focalizar nosso interesse no movimento de resistência do sujeito trabalhador rural sem-terra, que luta contra o funcionamento do sistema dominante, assinalamos que uma melhor compreensão das relações de poder é possível através da investigação discursiva das formas de resistência. Logo, os pressupostos teóricos da AD de matriz francesa, em aliança com alguns pressupostos desenvolvidos por Foucault, nos possibilita uma nova prática de leitura que se dá através da relação entre o que é dito na formulação com outros discursos inscritos na história. Desse modo, podemos interpretar o não dito nos telejornais através de uma textualização lacunar que dissimula, sob a aparência de unicidade, significações em submissão, aliança, antagonismo, contradição, etc.

4.2- A eficácia ideológica: efeitos da textualização lacunar nas notícias

O discurso, enquanto prática discursiva, trabalha para que o efeito de sentido discursivamente construído produza a ilusão de sentido único; por outro lado, a AD trabalha sobre a materialidade discursiva, procurando desconstruí-la para determinar os funcionamentos discursivos que promovem a insaturação dessa ilusão, da mesma forma que procura analisar os processos de significação dos quais participa o efeito de sentido construído pelo discurso como sentido único. (INDURSKY, 1997, p.21)

A eficácia ideológica se dá na relação (no sentido ideológico que a AD concebe)⁴⁸ de um desconhecimento no nível do interdiscurso (constituição) e de um reconhecimento no nível do intradiscurso (formulação). Assim, nos reconhecemos no nível da formulação do dizer e nos desconhecemos no nível da constituição porque a memória é constitutiva de todo dizer. E o que medeia a relação entre a formulação e a memória (que é discursiva, irrepresentável e estruturada pelo esquecimento) é a formação discursiva.

Diante dessas considerações, neste capítulo, buscamos apreender o funcionamento discursivo da notícia de modo a explicitar as relações que se dão entre *formações discursivas* (FD) e os *efeitos da luta ideológica*. Centralmente, nos interessa compreender os processos discursivos que determinam a diretividade argumentativa⁴⁹ que os telejornais dão a um mesmo fato: a ocupação de alguns pedágios no Paraná pelo MST. Consideramos que cada notícia (versão) é atravessada por FDs que têm fronteiras móveis e que, por sua vez, representam as relações de significância com a ideologia. Então, nos seguintes recortes discursivos analisados, observaremos *a textualização do político produzindo significação na formulação das notícias por gestos de interpretação* que alinhavam a costura dos sentidos.

(23) CHAMADA- APRESENTADOR ÂNCORA Boris Casoy: “Veja a seguir: Sem-Terras tomam oito pedágios em estradas do Paraná e Lula diz que fará a reforma agrária, mas tem de atacar uma frente de cada vez” (Jornal da Record, 24-06-03).

Já na chamada dessa notícia observamos a diretividade argumentativa do telejornal marcada pela partícula aditiva “e”, que coloca junto dizeres desnivelados, interdiscursivamente, mas que funcionam produzindo um efeito de sentido homogêneo, isto é, de que a ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST teve como causa única e primeira a reivindicação pela Reforma Agrária. Nos recortes a seguir, veremos que a causa da ocupação dos pedágios não é uma regularidade em todos os telejornais selecionados para esta análise.

O enunciado “atacar uma frente de cada vez” remete para a significação de que o presidente Lula está em combate numa guerra, na qual a batalha começará quando a Reforma Agrária for colocada em pauta no Congresso Nacional. Neste enunciado, observamos o trabalho

⁴⁸ A ideologia é vista como o imaginário que medeia a relação do sujeito com suas condições de existência, segundo Orlandi (1994a, p. 8).

⁴⁹ Determinada pela relação da materialidade verbal com a sua inscrição em FDs.

da memória discursiva produzindo sentidos outros, uma vez que, no Brasil, a discussão sobre Reforma Agrária já vem de longa data e é motivo de muitos desentendimentos.

(24) REPÓRTER: “O MST já demarca lotes do Engenho Bonito invadido em Pernambuco; só no último fim de semana foram registradas dezoito invasões de terra naquele estado. No Paraná, os Sem Terras e Sindicalistas da CUT invadiram oito pedágios em rodovias. Numa ação casada, cerca de mil e quinhentas pessoas, entre agricultores do MST e Sindicalistas da CUT, tomaram oito pedágios dos vinte e seis existentes nas rodovias paranaenses. Por volta de uma hora da tarde, duzentos Sem-Terras chegaram ao pedágio de Mandaguari, na região de Maringá. Eles abriram as cancelas e liberaram o tráfego, distribuíram panfletos pedindo a aceleração da Reforma Agrária, a redução do pedágio e a proibição de plantação de transgênicos. A polícia apenas acompanhou de perto” (Jornal da Record, 24-06-03).

Este recorte trabalha, como pano de fundo, sentidos que desqualificam, mancham a imagem do MST. Esses sentidos são explicitados pela diretividade argumentativa que o telejornal dá à notícia, ao focar a questão da Reforma Agrária através do dizer “no Paraná, os sem-terras e sindicalistas da CUT invadiram oito pedágios em rodovias”, já relacionando a ocupação dos pedágios à reivindicação pela Reforma Agrária.

No que concerne aos motivos pelos quais se deram as ocupações nos pedágios - “distribuíram panfletos pedindo a aceleração da Reforma Agrária, a redução do pedágio e a proibição de plantação de transgênicos” -, a ordem sintática, que não é aleatória, produz significação. Assim, ao formular *a aceleração da Reforma Agrária* como motivo primeiro da reivindicação do MST, já produz o efeito de sentido de que a manifestação foi pela Reforma Agrária, sendo que o alto valor dos pedágios e a proibição de plantação dos transgênicos foram objetivos secundários: “distribuíram panfletos pedindo a aceleração da Reforma Agrária, a redução do pedágio e a proibição de plantação de transgênicos”. Ou seja, a ordem sintática, se observada em relação ao interdiscurso que a determina, permite-nos apreender a determinação ideológica dos sentidos aí presentes, pois, embora o telejornal informe os três motivos que levaram o MST a tal ação, o enfoque, já significado pela ordem sintática, é dado no sentido de que a reivindicação do MST foi pela Reforma Agrária.

Na perspectiva da AD, a sintaxe exerce um papel fundamental na medida em que é considerada como *uma sintaxe do acontecimento, sintaxe material*, dado que não se trata de uma questão puramente estrutural e, sim, dos *modos de organização* do/no jogo que constitui a

discursivização produzindo sentidos. Desse modo, a *opacidade sintática*⁵⁰ produz o efeito de evidência, de homogeneidade dos sentidos na linearização.

Se considerarmos que o equívoco também se materializa pelo viés do excesso, do repetido, provocando uma ruptura do fio discursivo, fazendo e desfazendo sentidos, observaremos que a repetição dos significantes lexicais “invadido, invasões, invadiram, tomaram” é marcada pelo equívoco que produz como efeito deslizamentos, derivas de sentidos. Visto isso, ao produzir efeitos de sentidos de desqualificação do governo petista, esse telejornal simula falar a voz do MST. Mas a formulação “invadido, invasões, invadiram, tomaram” já marca que esse enunciado está filiado a uma formação ideológica contrária ao movimento dos sem-terras.

A declaração do coordenador do MST, nessa mesma notícia, “o que nós estamos pressionando é que faça Reforma Agrária, por isso vamos continuar as ocupações por todo o Brasil e as ocupações por todo o Brasil só vão diminuir na medida em que ir aumentando as famílias assentadas” dá uma caução de veracidade para a posição ideológica do jornal de que as ocupações dos pedágios tiveram como objetivo pressionar o governo Lula para colocar em pauta a Reforma Agrária. Salientamos que, ao dar voz ao MST, o telejornal reforça o mito da informatividade e da imparcialidade, produzindo, no imaginário do telespectador, a crença de que o jornal está colado nos fatos, de que é um mero mediador entre a realidade e a sociedade.

A declaração anterior do coordenador do MST nos leva a pensar no que diz Lagazzi (1998, p. 16): “O sujeito encontra, na linguagem, os recursos para lidar com o poder, para redistribuir a tensão que o embate entre direitos e deveres, responsabilidades, cobranças e justificativas configura”. A resistência é a luta por um lugar de poder/dizer e, neste sentido, observamos o coordenador do MST justificando a legalidade das ocupações, pois já existe uma memória determinando que os atos do movimento sejam julgados pela mídia, pelas “maiorias” na sociedade, como atos de desordem, de transgressão da lei.

Por fim, a formulação “a polícia apenas acompanhou de perto” traz junto a memória discursiva que produz efeitos de sentido de que a polícia quando chega é para agredir, matar. Melhor dizendo, sabemos que esta formulação se dá como acontecimento discursivo na imbricação do interdiscurso com o intradiscurso. É no “ponto de encontro de uma memória com

⁵⁰Cf. Ferreira (2000).

uma atualidade”⁵¹ que se instaura o *efeito de memória*⁵², em que os sentidos dos enunciados discursivos são (re)atualizados, (re)significados, (re)memorados. Assim, o enunciado discursivo “a polícia apenas acompanhou de perto” faz ressoar sentidos de agressividade, construídos ao longo da história da polícia em relação ao MST como, por exemplo, o massacre de Eldorado do Carajás, no Pará, em abril de 1996, com dezenove sem-terras executados pela polícia. E o de Corumbiara, Rondônia, em 1995, com dez sem-terras executados pela PM, além de tantos outros nem sempre noticiados pela mídia de grande circulação.

No que diz respeito a esses sentidos de violência contra o MST, a reportagem de João de Barros, na revista *Caros amigos* (n. 6, outubro de 2000, p. 33), ao fornecer números de sem-terras mortos pela PM no Brasil, afirma que *nem a ditadura brasileira matou tanto* e, por isso, este autor denuncia a impunidade dos crimes contra trabalhadores rurais, o que alimenta a violência contra os sem-terras. Nesta reportagem, ao dar entrevista, Jaime Amorim, um dos líderes do MST, diz que “temos consciência de que o poder do latifúndio resiste criando milícias armadas e tendo ao seu lado a polícia, a Justiça, a mídia e o próprio governo, que fortalece o latifúndio gastando dinheiro na imprensa para desacreditar o MST”. Embora esse tipo de notícia seja veiculado predominantemente por meios de comunicação filiados a uma ideologia esquerdista, dos movimentos sociais, há uma memória social que produz os sentidos de que a polícia quando chega é para agredir, matar, o que determina o funcionamento da formulação “apenas”, que produz uma deriva de sentidos, isto é, esses outros sentidos que não circulam na grande mídia de referência.

(25) *REPÓRTER*: “Os integrantes do MST chegaram nas praças de pedágio para ficar. Levaram roupas e colchões para dormir e liberaram o tráfego de carros e caminhões. As concessionárias disseram que só hoje o prejuízo é de quase meio milhão de Reais. A manifestação foi contra o valor dos pedágios e o cultivo de transgênicos, e não pela Reforma Agrária. No Paraná, os conflitos de terra criaram um clima de tensão. Um levantamento feito pelo governo do Estado mostra que existem mais de cento e vinte propriedades invadidas e acampamentos de Sem-Terras, e o número de famílias vivendo nessas condições dobrou nos últimos seis meses” (Jornal Nacional, 24-06-03).

O recorte acima nos lembra do que afirma Maingueneau (1991, p. 163): “As construções negativas permitem que se leia um enunciado pelo seu “direito” e pelo seu “avesso”

⁵¹ Pêcheux (1990, p.17).

⁵² Courtine (1981).

”. O “direito” aponta para seu pertencimento ao discurso, enquanto o “avesso” indica o que o separa do discurso outro. Sendo assim, o repórter, ao negar que a manifestação teve como objetivo reivindicar uma Reforma Agrária, afirma outros dizeres que o separa do discurso do outro.

Essa negação evoca uma memória outra que é o fato de que têm sido feitas manifestações em prol da Reforma Agrária em todo o país, e que essa manifestação no Paraná se deu também como protesto à oligarquia. Esse funcionamento explicita um deslizamento de sentido que se dá quando o repórter, ao silenciar um dizer o sentido outro através da negação, refuta a posição do outro, o que nos permite apreender a contradição, dispersão desse dizer. Aqui, entendemos, tal como Indursky (1997, p. 213), que “a negação é um dos processos de internalização de enunciados oriundos de outros discursos”, onde podemos apreender a presença do *discurso-outro*, do *pré-construído como vestígio*.

Então, no recorte analisado acima, o funcionamento da negação é marcado por uma textualização lacunar que se constitui por uma falta de dizer e excesso de pré-construído (já dito anteriormente). O locutor (repórter) nega o discurso do outro para afirmar o seu dizer. Dessa forma, temos a inscrição de uma formação ideológica em que as formações discursivas (heterogêneas) estão funcionando contraditoriamente entre si, pois um mesmo enunciado marcado pela contradição afirma que a manifestação não foi pela Reforma Agrária. Mas, em seguida, diz que no Paraná “existem mais de cento e vinte propriedades invadidas e acampamentos de sem-terras e o número de famílias vivendo nessas condições dobrou nos últimos seis meses”.

Portanto, no recorte acima, recuperamos as marcas deixadas pelo efeito de sustentação/articulação, da discrepância entre domínios de pensamento, de modo que no dizer “a manifestação foi contra o valor dos pedágios e o cultivo de transgênicos, e não pela Reforma Agrária. No Paraná, os conflitos de terra criaram um clima de tensão” temos uma posição sujeito-sujeito marcada pela contradição discursiva que coloca juntos dizeres em filiações ideológicas antagônicas.

Tendo em vista que a seleção lexical não é aleatória e que já é marcada pela posição sujeito da qual se enuncia, ao dizer “os conflitos de terra criaram um clima de tensão”, por que não dizer os conflitos ‘por terra’? Quais os sentidos deixam de ser produzidos ou são produzidos com essa formulação do repórter? Entendemos que dizer *os conflitos por terra* produz o sentido

de que pessoas brigam por um pedaço de terra, por sobrevivência (particulariza os conflitos), enquanto a formulação *os conflitos de terra* (universaliza os conflitos) dilui o sentido produzido pela formulação *os conflitos por terra entre pessoas*.

Diante das considerações acima, esta análise desnaturaliza o efeito de evidência da linguagem, funcionando através da eficácia ideológica do dizer do repórter que, pela contradição (ideológica que se marca na formulação), permite apreender os sentidos outros evidenciados pela negação e pelo efeito de sustentação/articulação, que coloca juntos dizeres desnivelados interdiscursivamente. Assim, temos um desnivelamento dos dizeres que explicita a determinação da posição-sujeito (ideológica), isto é, o domínio de uma posição sobre outra no discurso.

Enfim, neste recorte, a textualização lacunar é marcada, sintaticamente, pela negação, funcionando no ponto em que a posição sujeito dominante tange a sua antagônica. A negação aparece como efeito da tensão de fronteira entre as formações discursivas FD1 (contrária ao movimento MST) e FD2 (que nega o discurso do outro). Dessa maneira, a textualização lacunar se marca linguisticamente, mas é determinada ideologicamente pelo domínio de uma posição sobre outra no discurso. Assim, o dizer do repórter leva o telespectador a preencher os sentidos outros evidenciados pela negação e pelo efeito de sustentação/articulação: “A manifestação foi contra o valor dos pedágios e o cultivo de transgênicos, e não pela Reforma Agrária. No Paraná, os conflitos de terra criaram um clima de tensão”.

(26) REPÓRTER: “Em sessenta e sete áreas invadidas a Justiça já deu ordem para a desocupação, mas o governo não cumpre [...] Enquanto isso, os fazendeiros já contrataram seguranças. Polícias armadas com revólveres e escopetas calibre doze de uso exclusivo das forças armadas vigiam as fazendas” (Jornal Nacional, 24-06-03).

Na sequência da informação sobre a ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST, o telejornal informa sobre as “áreas invadidas” no Paraná, daí o nosso questionamento: por que não dizer *ocupações de terra*? Esta seleção lexical também é observada com regularidade em outros recortes. Não podemos deixar de notar a regularidade nos telejornais do dizer “invasão”, que carrega consigo sentidos de ilegalidade, marcando a filiação à FD1, contrária ao movimento dos sem-terras.

A sequência discursiva “a Justiça já deu ordem para a desocupação, mas o governo não cumpre” produz o efeito de sentido de que o governo não acata, desobedece a decisão da justiça e, por isso, temos conflitos no campo. Isso é, produz o sentido de que o culpado pelas desordens,

pelas tragédias no campo é o governo Lula. Então, esta negação funciona reforçando o elemento de saber da FD1 dominante, onde prevalece o ideário dos políticos, empresários, banqueiros, donos dos grandes meios de comunicação (ou financiadores em potencial desses meios) para quem a Reforma Agrária é um péssimo negócio, uma vez que eles concentram em suas mãos quase toda a terra agricultável do país. Portanto, é compreensível que os efeitos de sentidos produzidos pela mídia são os de que Reforma Agrária é coisa de comunistas, socialistas, desordeiros e, por isso, um movimento como o do MST “pode levar o país a uma guerra civil”.

Nesta perspectiva, observamos que neste enunciado trabalham os sentidos da FD1 dominante do telejornal se considerarmos:

- Por um lado, o enfoque dado à Reforma Agrária e não à ocupação dos pedágios no Paraná, o modo como a notícia foi construída colocando a fala do coordenador do MST, de um fazendeiro, do presidente estadual da Negociação Fundiária;

- Por outro lado, o funcionamento do enunciado “*áreas invadidas*”. Sendo assim, esta notícia, inscrita na FD1 dominante, produz efeitos de sentidos negativos para a Reforma Agrária, de modo que, ao cobrar uma atitude do presidente Lula e associar a imagem do governo à do MST, conseqüentemente, produz sentidos de desestabilização, de crise para governo petista.

(27) APRESENTADOR Roberto Cabrini: “O campo está em pé de guerra; o MST avisa que vai continuar com as invasões, mesmo depois da reunião marcada com o presidente Lula. Clima de guerra no campo; o MST avisa que nem a reunião marcada, para o próximo dia sete, com o presidente Lula, vai parar as invasões pelo país. No Paraná, o movimento expulsou os funcionários de praças de pedágio e a invasão é por tempo indeterminado” (Jornal da Noite-Rede Bandeirantes, 24-06-03).

(Campo minado, guerra sem fim – escrito na tela).

Neste recorte, temos uma seleção lexical que relata a violência no campo produzindo sentidos de tragicidade, de luta, de guerra por terra no Brasil, que se dá devido à falta de uma Reforma Agrária. Logo, os efeitos metafóricos produzem uma sustentação de sentidos de guerra.

O discurso relatado indireto (e as condições de produção no sentido restrito e amplo⁵³) permite ao sujeito enunciatador se apropriar da fala do outro já interpretando, pois não reproduz integralmente o que os membros do MST disseram nas entrevistas, e sim recortes das entrevistas.

⁵³ Isto é, a formulação da notícia na prática de textualização e os fatos empíricos de várias ocupações ocorrendo no país.

Daí a possibilidade de produzir sentidos outros, o que nos permite depreender o funcionamento discursivo das FDs em relação de antagonismo. Nessa medida, o recorte acima direciona a interpretação do sujeito-telespectador para a conclusão de que as manifestações ocorreram em prol da Reforma Agrária e que o país vive um momento de tensão, um *clima de guerra no campo*. Ou seja, temos, mais uma vez, o efeito de sentido de *desordeiro, guerrilheiro* para o MST, reforçado pela mensagem escrita na tela: “campo minado, guerra sem fim”.

Do ponto de vista discursivo, observamos um desnivelamento de sentidos que se dá entre o dizer acima do apresentador âncora e a seguinte fala do repórter, também do Jornal da Noite: “O MST distribuiu um jornal explicando as razões da **movimentação**; eles querem o fim dos pedágios no Paraná ou as reduções da tarifa, a proibição dos transgênicos e mais agilidade no processo da Reforma Agrária”. Neste enunciado, o repórter organiza sintaticamente a informação sobre a reivindicação pela Reforma Agrária por último, o que produz um efeito de sentido de ser este um objetivo secundário. Assim, o modo como foi formulado marca que a inscrição-identificação do repórter não está em aliança com a posição do apresentador âncora quando enfatiza a luta do MST pela Reforma Agrária, e também quando, no seu comentário (analisado no próximo capítulo), critica negativamente o governo, classificando-o como inoperante.

A seleção lexical utilizada pelo apresentador e pelo repórter determina o lugar ideológico de onde se diz, pois o dizer “invasões” funciona antagonicamente ao dizer “movimentação”, e focar apenas um dos motivos pelos quais se deram as ocupações dos pedágios no Paraná não significa inocentemente. De fato, o léxico empregado pela mídia, ao se referir à ocupação dos pedágios pelo MST, é pejorativo e produz o efeito de sentido de ato injustificável, enquanto que, para o MST, o que ele faz é uma ocupação porque é legítimo, porque tem um direito constitucional e, por isso, é uma ocupação. Desse modo, a mídia naturaliza sentidos pejorativos para o MST mediante a propagação de termos que são “inculcados” na sociedade através de dois processos, que Júnior (2001) denomina de *hipnose* e *amnésia*. Segundo esse autor, há, nos telejornais, um excesso de informação marcado pela velocidade, o que leva o telespectador à hipnose. Assim, esse consumidor é um *fast food* de informações, e o efeito disso é a amnésia, pois o tempo e o ritmo acelerado das notícias telejornalísticas não permitem a interpretação. Ainda, a falta de extracampo produz o efeito de realidade do fato.

Na relação com esse dizer de Júnior (ibidem), acreditamos que a textualização lacunar produz um efeito de memória plena que fecha, que regula sentidos como possibilidade de preenchimento de uma superfície discursiva com imagens, dizeres, sentidos, reatualizados como sempre novos. Desse modo, as opiniões são formadas como se os sentidos produzidos pelos telejornais (pela FD1 dominante) fossem os únicos possíveis, funcionando como efeito de completude. Aliado a isso, temos o funcionamento das imagens que têm um espaço significativo produzindo a hipnose. É nesse batimento que a textualização lacunar se constitui.

(28) REPÓRTER: “Praças de pedágios fechadas, poucas cancelas liberadas, câmaras, que monitoram o trânsito, destruídas, cabines de cobrança fechadas. O MST protesta nas estradas do Paraná por tarifas mais baratas no pedágio” (Jornal da TV, 25-06-03).

Este recorte, ancorado em um discurso descritivo-narrativo, produz efeitos de sentido de credibilidade e imparcialidade, naturaliza sentidos de vandalismo, desordeiros, criminosos para o MST, mesmo construindo uma diretividade distinta dos recortes anteriores, uma vez que silencia a questão da Reforma Agrária e enfoca o fato de a ocupação ter sido em prol de tarifas de pedágios mais baratas no Paraná. Esse modo de dizer constrói uma direção argumentativa outra.

A textualização lacunar desse telejornal significa na medida em que não noticiou que o MST, na manifestação, distribuiu panfletos onde pede a aceleração da Reforma Agrária; que, nesse momento, as ocupações de terras pelo MST têm aumentado, que o governo não tem cumprido as ordens da justiça para desocupações de terras invadidas no Paraná. Ou seja, essa notícia é marcada por um “apagamento” que se materializa sobre uma prática de editoração que textualiza a notícia de modo lacunar ao silenciar informações e, assim, controla a circulação dos sentidos. Esta análise permite-nos dizer que a notícia veiculada pelo jornal da TV Cultura reafirma o mito de informatividade, imparcialidade e de transparência da linguagem, e isso não se dá por acaso, mas por uma determinação ideológica que produz dizeres “lacunares”.

(29) APRESENTADOR: “A Assembleia legislativa do Paraná autorizou, hoje, o governo do estado a **retomar** o controle das rodovias privatizadas. O governo quer que as concessionárias reduzam o valor dos pedágios e é apoiado pelo MST (Movimento dos Sem-Terras) que **invadiu e depredou** várias praças de pedágios” (Jornal da TV, 25-06-03).

Os verbos “invadir” e “depredar” evocam sentidos pejorativos, de vandalismo, de marginais, direcionando a notícia para uma valoração negativa do MST, o que funciona como pistas que nos permitem compreender o modo como o acontecimento significa para esse telejornal. O recorte discursivo acima produz sentidos de oposição à ocupação de propriedades privadas e, por conseguinte, produz sentidos de reprovação à ação do governo, que é apoiado por um movimento vândalo. Também observamos que a conjunção aditiva “e” coloca no mesmo lugar governo e MST, de modo que os sentidos pejorativos para o MST, já sedimentados em nossa sociedade, ressoam na imagem do governo do Paraná, uma vez que este não está atendendo aos interesses da “maioria” com a ação de retomar o controle das rodovias privatizadas.

Ainda, a oração na voz ativa “o governo quer que as concessionárias reduzam o valor dos pedágios” e a oração na voz passiva “é apoiado pelo MST” produzem efeitos de sentidos negativos para o governo do Paraná, que faz uma ação para atender as reivindicações de um movimento que *invade e depreda* bens públicos.

4.2.1- Considerações Parciais

Enquanto analistas, desarticulamos a naturalidade dos sentidos pela sua relação com o que é dito (ou não-dito) em outros telejornais. Nos recortes analisados acima, observamos que a determinação dos sentidos de um mesmo fato veiculado por diferentes telejornais se dá de modo variável em cada telejornal, decorrendo, daí, a heterogeneidade discursiva que se inscreve dentro da FD1.

Nos recortes (23) e (24) do Jornal da Record, temos uma construção discursiva que produz sentidos de homogeneidade para o fato de que a ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST teve, como causa única e primeira, a reivindicação pela Reforma Agrária. Mas uma análise contrastiva permite-nos apreender que a veiculação das causas da ocupação dos pedágios não é uma regularidade em todos os telejornais selecionados.

No recorte (25) do Jornal Nacional, no que se refere à causa da ocupação dos pedágios, temos uma polêmica marcada pela negação estabelecida entre a posição do locutor (repórter) e o implícito do discurso do outro. Ou seja, temos o “confronto ideológico instaurado no interdiscurso e refletido no intradiscurso *pelo viés da negação*” (INDURSKY, 1997, p. 226).

Deste modo, o repórter constrói a notícia delimitando a circulação de sentidos indesejáveis e evitando a deriva. Mas, pelo fato de que o repórter não pode impedir o movimento dos sentidos, pois não é fonte, origem, controlador dos sentidos, da linguagem, ao dizer, está injungido a interpretar já determinado pela formação discursiva (FD1) que tem a sua antagônica (FD2).

Uma análise contrastiva dos recortes do Jornal Nacional (24) e (26) permite apreender a contradição, a heterogeneidade discursiva na medida em que o repórter, ao mesmo tempo, nega o dizer do outro dizendo: “a manifestação foi contra o valor dos pedágios e o cultivo de transgênicos”; logo a seguir, fala dos conflitos de terra no Estado e da omissão do governo. Então, através do efeito de sustentação/articulação dos enunciados, temos a imposição da interpretação de que a manifestação foi pela Reforma Agrária e que a reivindicação de pedágios mais baratos foi um objetivo secundário. Em conformidade com essa diretividade, nessa notícia, encontramos o Jornal da Record produzindo o efeito de sentido de desqualificação para o governo Lula e o MST e, para tanto, usa a questão da Reforma Agrária como estratégia discursiva.

No recorte (27) do Jornal da Noite, Rede Bandeirantes, apreendemos a falta de sintonia entre o dizer do repórter e do apresentador âncora que produz sentidos outros. De um lado, observamos o dizer do apresentador inscrito na FD1 dominante, na qual os efeitos de sustentação/articulação produzem sentidos negativos para o MST ao enfocar o fato de que a ocupação dos pedágios teve como objetivo protestar por Reforma Agrária e que, em função disso, o país vive um clima de guerra. De outro lado, observamos o dizer do repórter inscrito em uma FD2, onde não são produzidos sentidos pejorativos para o MST e o fato de que esse movimento pede “mais agilidade da Reforma Agrária” ter sido dito como um objetivo secundário.

No recorte (28) do Jornal da TV, chama-nos atenção o silenciamento do enfoque voltado para o motivo de que o MST ocupou as praças de pedágio do Paraná para reivindicar por Reforma Agrária e que, sucessivamente, vem ocupando terras para tal fim. Já no recorte (29), também do Jornal da Rede TV, chamou atenção a regularidade com os outros telejornais no sentido de produzir uma valoração negativa para as ações do MST e para o governo do PT.

Enfim, as análises acima lembram as palavras de Orlandi (1988, p 49.) quando afirma que

[...] as palavras mudam de sentido de acordo com a posição daqueles que as empregam, ou melhor, a formação discursiva na qual estão inseridas determina o seu sentido. De modo que, a relação de uma palavra com as outras da mesma formação discursiva ou de formações discursivas diferentes determinam o seu sentido.

De fato, uma mesma notícia veiculada por diferentes telejornais produz múltiplos sentidos de acordo com a posição daqueles que enunciam. Alguns telejornais como o Jornal Nacional, o Jornal da Noite e o Jornal da Record, para produzirem um sentido negativo para a administração do governo Lula, simulam adotar a causa do MST, levando o sujeito-telespectador a se indignar com a paralisia do governo com relação à questão do assentamento do movimento. Já o Jornal da TV o faz silenciando, deixando de veicular as reivindicações do MST. E o jornal do SBT não informa qualquer fato sobre os sem-terras e a Reforma Agrária. O que podemos concluir é que, no discurso (tele)jornalístico, temos reformulações que são mantidas, mesmo que mudemos de canal, de um apresentador ou repórter para outro, respeitando o que pode ou não ser dito dentro da formação discursiva dominante da emissora. Desse modo, o processo parafrástico⁵⁴ funciona produzindo deriva, deslizamentos, polissemia, o que nos permite uma escuta outra do que é dito.

Sendo assim, o sujeito-telespectador tem conhecimento das manifestações, das ocupações do MST e de outras ‘minorias’, mas dificilmente tem acesso ao ideário desses movimentos porque suas vozes são silenciadas ou deturpadas através do modo como são recortadas ou “coladas” pelo (tele)jornalismo, que produz a ilusão de dar voz a esses movimentos, ao veicularem fragmentos discursivos de seus depoimentos, de suas reivindicações. Dessa maneira, o sujeito coletivo MST não fala, ele é falado dependendo do modo como é textualizado, pois o que é veiculado na mídia não é o discurso do MST, mas sim o discurso *sobre* o MST. Este fato produz sentidos outros que nem sempre estão em conformidade com os ideais desse movimento.

Em suma, compreendemos que um dos efeitos da textualização lacunar é a despolitização da sociedade, que se dá com o silenciamento de uma discussão político-ideológica ao silenciar fatos, ao fornecer uma interpretação já pronta através de opiniões, comentários, fragmentação da notícia por vários depoimentos, imagens, recortes e apresentá-la como a única

⁵⁴ Orlandi (In: *Discurso e Texto: formação e circulação de sentidos*.(2001) e *Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos* (1999)) define os conceitos de paráfrase e polissemia como funcionamentos constitutivos/característicos da linguagem. Desse modo, todo discurso é parafrástico no sentido de que retoma formulações anteriores e polissêmico porque toda retomada possibilita um deslocamento.

possível de ser dita. Entendemos que o efeito de sentido de unicidade deve-se ao fato de as notícias serem produzidas numa sociedade em que a posse dos meios de comunicação é desigual, em que os grandes empresários da mídia também são latifundiários. Daí a marca da FD1 dominante que propaga os sentidos contrários ao MST.

4.3- Os mitos da notícia em funcionamento nos comentários telejornalísticos

Nos discursos autoritários, nem sempre o enunciado mostra-se dividido. Sua relação com a função referencial e consequentemente com o sentido e com a verdade é diversa [...] em tais discursos o enunciado exclui o embate de sentidos, pois o processo ideológico, no discursivo, está justamente nessa injunção a *uma interpretação que se apresenta como a interpretação*. (ORLANDI, 1990, p. 36) (Grifo nosso)

A epígrafe acima revela a temática que ora nos interessa discutir, pois dá indícios de que entendemos o funcionamento dos comentários telejornalísticos como a imposição de uma interpretação que se apresenta como a única possível e verdadeira em concordância com os sentidos produzidos pela notícia. Nesta perspectiva, questionamos como funcionam os comentários na textualização da notícia, isto é, que efeitos de sentidos produzem?

O espaço discursivo dos comentários telejornalísticos é um terreno fértil para a compreensão da textualização lacunar, dado que é destinado a opinar e, por isso, é eficaz para a ilusão dos mitos de informatividade, imparcialidade e objetividade; imprescindíveis à eficácia ideológica dos telejornais. Ou seja, o comentário funciona numa relação de complementaridade com os sentidos produzidos pela notícia, portanto, mantém a evidência dos mitos uma vez que, imaginariamente, tudo o que é excesso ideológico (opinião) está reservado ao espaço do comentarista. Deste modo, é um modo de dizer que tampa as lacunas do não-dito.

Foucault (2004, p. 26), já dizia que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”, de modo que os comentários se caracterizam por funcionar como um retorno do discurso sobre si mesmo, e o seu funcionamento estabelece relações de poder e de sentido limitando a possibilidade de significação e “projetando” ideologia no discurso. No caso do telejornalismo, o comentário se apresenta como discurso que se narra em uma situação bem delimitada, ritualizada. A este respeito, Foucault (ibidem, p. 24-25) afirma que o comentário⁵⁵

⁵⁵ Orlandi (2001, p. 83) nos fala que o comentário não se limita a uma questão formal de repetição, mas de formulação em que o sujeito não (re)formula apenas em um sentido superficial. Ele entra em relação com o corpo da

desempenha um desnivelamento em dois papéis solidários: 1) permite construir novos discursos, pois abre uma possibilidade outra de falar abertamente ou, por outro lado, 2) diz, enfim, o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro, repetindo (dissimuladamente) o que já havia sido dito. Além do que Foucault nos diz, entendemos que os comentários funcionam, deixando sem dizer as opiniões do telejornal, a fim de não explicitar para o telespectador a sua filiação ideológica. Sendo assim, o comentário funciona na contramão do que, imaginariamente, é sua função.

Zoppi-Fontana (1998, p. 59-64) entende os comentários como uma relação explícita de retomada/revisão que se estabelece entre diferentes discursos e, através da qual, estes trabalham seus limites e suas filiações. Ainda encontramos nesta autora a referência a Foucault (1971) quando este descreve o funcionamento dos diversos mecanismos institucionais e disciplinares que controlam a produção dos enunciados limitando suas possibilidades de significação. E o comentário, enquanto gênero discursivo, é um desses procedimentos de controle; é detentor dos sentidos articulados silenciosamente.

Então, entendemos que os comentários funcionam como reguladores do dizer e da interpretação, produzindo a ilusão de estarmos sendo informados por um telejornal crítico, que reivindica os nossos direitos, nossa posição enquanto cidadãos de um Estado democrático, pois, numa sociedade como a nossa, em que 90% da população recebe as notícias via televisão (instrumento de controle), a mídia se posiciona como formadora de opinião, impondo sentidos, determinando o como e o quê deve-se pensar a respeito dos fatos noticiados.

O modo como as notícias são textualizadas *acolchoa o vazio da informação com o oco da opinião*⁵⁶ em que as lacunas do dizer também falam e significam. Diante dessa compreensão, nos posicionamos criticamente face ao funcionamento discursivo dos comentários do produto notícia que compramos embrulhado com um bonito papel de presente e, sorrateiramente, chega aos nossos lares todos os dias, sempre com um cumprimento de *bom dia* ou *boa noite* cordial, aparentemente ingênuo e prestativo.

A mídia (tele)jornalística, para agradar a todos, obedece a questões “ético-políticas” regidas pela necessidade de clareza e concisão e, por isso, evita explicitar avaliações pessoais. Aqui, torna-se salutar citar Mariani (1988, p. 81) quando diz que “a imagem que a instituição

linguagem, com o acesso ao acontecimento; ele desliza. Deste modo, esta autora entende o comentário como reformulação, paráfrase, resignificação, deriva, deslizamento, versões.

⁵⁶ Como bem desenvolve este raciocínio Carlos Alberto Kolecza, na revista *Porém* (2004, p. 10).

jornalística produz de si mesma é a da isenção, fruto da necessidade de preservar a ética”. Daí a regularidade da textualização das notícias em terceira pessoa, pronome “se”, construções sem agente na passiva ou nominalizadas, contribuindo, assim, para um efeito de sentido de imparcialidade e objetividade dos fatos noticiados.

Ao falarmos em mitos, no título deste capítulo, vale trazer a citação seguinte onde, através de uma visão antropológica, compreendemos que notícias e mitos têm suas especificidades de produção e de recepção. Conforme diz Rondelli (1998, p. 33):

[...] Não precisamos tomar as notícias exatamente como relatos objetivos da realidade, mas como representações ou expressões culturais elaboradas no processo de vida cultural. Embora, neste caso, possamos falar de uma graduação do caráter objetivo do relato, há notícias que se aproximam mais da expressão mítica de uma sociedade. Barthes já nos revelou esta vocação dos *mass media* de formular mitologias.

As notícias, como os mitos, ajudam a ordenar o caos do mundo da experiência social. São peças de um sistema simbólico que atuam como modelo desta e para esta experiência. Como os mitos, podem ser um dos lugares por onde se adentra esta cultura, cujas formas de um narrar para o coletivo encontram-se expostas cotidianamente nos jornais e, sobretudo, na televisão, este grande recipiente de histórias contemporâneas, a Scherazade de nossos tempos. Histórias que atravessam fronteiras locais e nacionais na sua forma de acontecer e ser recebida. Silverstone⁵⁷ considera que os textos apresentados pela televisão, suas imagens, narrativas, ícones, rituais são o lugar da cultura mítica contemporânea. Embora, inadequadamente, a televisão ocupe o espaço e cumpra a função do mito na sociedade contemporânea. Em termos durkheiminianos, Silverstone afirma que a televisão proporciona um fórum e um *focus* para a mobilização da energia e do entusiasmo coletivos na apresentação de eventos nacionais, por exemplo.

Alertando que a comunicação não é só mito ou toda mito, mas tocada pelo mito, o autor sugere que assistir televisão é um rito de passagem: o telejornal da noite, por exemplo, leva-nos do familiar ao estranho e deste ao familiar. Relacionamo-nos com a televisão de modo mágico. As fronteiras entre realidade e fantasia são constantemente transgredidas. Alguém já observou que, na televisão, como na fábula, admitimos com naturalidade que os animais falem.

Mitos e notícias têm na retórica a sua “tecnologia do apelo”, nas palavras de Silverstone.

Cabe ressaltar que, em nossa sociedade democrática, os dispositivos comunicacionais têm toda “liberdade” para informar, apesar de serem controlados pelos interesses de classes dominantes. Mas esta tal liberdade não é tão real quanto parece, de modo que não é à toa que o presidente Lula teve como um de seus compromissos de campanha “democratizar a imprensa”. A

⁵⁷ SILVERSTONE, Roger. *Television Myth and Culture*, in James W. Carey. Apud Rondelli 1998, p. 21; 47.

necessidade de assumir tal compromisso chama atenção para as palavras de Foucault (1971), quando fala que a noção de instituição é do âmbito da normatização, da disciplinarização, constitutiva dos procedimentos de controle, da ordem do discurso. Assim sendo, o próprio discurso funciona como meio legitimador da instituição que o fala, pois sabemos que a determinação primeira da instituição (tele)jornalística não é a manutenção da ética, mas sim a interpelação a cumprir, a sua função reguladora dos sentidos e das interpretações.

De fato, através das análises, vemos um descomprometimento do telejornal com uma posição ideológica crítica da nossa realidade. Ainda, é significativa a observação de que nem todos os telejornais destinam um espaço para comentários ou, se destinam, o fazem como simulacro.

As considerações acima permeiam o embate da descrição e da interpretação do funcionamento discursivo dos comentários telejornalísticos logo abaixo:

(30) COMENTÁRIO DO APRESENTADOR Boris Casoy: “Isso foi insuportável; é uma inversão da ordem e da lei do Paraná. Enquanto o INCRA e o Ministério da Reforma Agrária não se entendem, o Ministro e o Presidente do INCRA têm posições diferentes em relação à Reforma Agrária. O MST, você viu, avisou que vai continuar as invasões. Com o governo federal paralisado no setor, sem tomar decisões, discutindo ad-infinito, como se diz em latim, essa questão da tensão no campo vai aumentando. A situação está se tornando um verdadeiro barril de pólvora. De repente, devido a essa omissão, vamos ter uma imensa, gigantesca desgraça Parlamentar” (Jornal da Record, 24-06-03).

A formulação “imensa, gigantesca desgraça Parlamentar” produz quais efeitos de sentidos? Que memória social é mobilizada? Esta predicação remete para as condições de produção imediatas, em que o partido petista encontra-se dividido, com dissensões, e perdendo seus membros fundadores. Lembramo-nos da manchete que significa os membros discordantes da política exercida pelo governo Lula: “rebeldes do PT”, tão veiculada pela mídia no momento do recorte desse *corpus*.

O enunciado “você viu” estabelece, além de um efeito de credibilidade, uma cumplicidade com o telespectador ao fazer funcionar, no imaginário, a crença de que ele, o apresentador, tem razão, legitimidade para produzir sentidos negativos para o governo federal, já que o telespectador viu, além de ouvir, que *o MST vai continuar com as invasões e o governo está omissa*.

No enunciado: “com o governo federal paralisado no setor, sem tomar decisões, discutindo ad-infinito, como se diz em latim, essa questão da tensão no campo vai aumentando. A situação está se tornando um verdadeiro barril de pólvora. De repente, devido a essa omissão, vamos ter uma imensa, gigantesca desgraça Parlamentar”, o não preenchimento da posição do agente direciona a interpretação para o preenchimento da posição do sujeito: devido a *essa omissão do governo, vamos ter uma imensa, gigantesca desgraça Parlamentar*. A formulação acima também funciona limitando a produção de sentidos, pois produz o efeito de sentido de que não há interesse, iniciativa, por parte do governo, em fazer uma Reforma Agrária e cobra uma posição a esse respeito.

Através de uma seleção lexical que produz sentidos de depreciação, o comentário do apresentador direciona a interpretação do telespectador para o fato de que está prestes a ver a explosão de uma guerra. Nem as partes que deveriam ter posições concordantes se entendem: “enquanto o INCRA e o Ministério da Reforma Agrária não se entendem, o Ministro e o Presidente do INCRA têm posições diferentes em relação à Reforma Agrária”. Deste modo, dizer que as partes (*o Ministro e o Presidente do INCRA*) não se entendem com o todo (*o INCRA e o Ministério da Reforma Agrária*) produz efeitos de sentidos de descompasso entre o que o governo promete e o que o governo faz, e transfere o foco de atenção de campo e para o governo. Assim, temos uma polêmica construindo o sentido de descrença para o governo petista, de modo que o comentário retorna para o que foi dito (ou não-dito) na notícia funcionando como regulador dos sentidos e, conseqüentemente, reforça o mito da informatividade e direciona a interpretação do fato noticiado.

A valoração negativa do governo produzida pelo comentário do apresentador resulta da posição ideológica na qual o telejornal enuncia o fato, isto é, o enfoque da notícia se dá como justificativa para desqualificar o governo petista.

Por fim, notamos que os comentários do apresentador Boris Casoy, regularmente, funcionam como efeito de moralização, ou melhor, de desmoralização dos movimentos sociais e do governo petista.

(31) COMENTÁRIO DO APRESENTADOR Boris Casoy: “O presidente mostra um entusiasmo pelas Reformas, acredita no que ele propõe, tem muita gana com relação à Reforma da Previdência e à Reforma Tributária. Evidentemente, está enfrentando grandes dificuldades, o que seriam normais nestes casos, e Lula, além do Congresso, além da Justiça, confia em Deus para essas Reformas. Que Deus o ilumine” (Jornal da Record, 24-06-03).

A seleção lexical do recorte discursivo acima “Lula, além do Congresso, além da Justiça, confia em Deus para essas Reformas. Que Deus o ilumine” e as expressões faciais do apresentador âncora, Boris Casoy, produzem sentidos de ironia, de incredulidade para com o presidente Lula. Melhor explicando, o recorte discursivo acima determina sentidos de autoritarismo e de insubordinação da fala do presidente através de um discurso indireto: “Lula, *além do Congresso, além da Justiça, confia em Deus para essas Reformas*”. Deste modo, o telejornal descontextualiza a fala do presidente, veiculando apenas o que é interessante para determinar os sentidos que lhes interessam. Também o substantivo “gana” evoca significações pejorativas tais como ganância, usura, excesso e, assim, produz sentidos de que o presidente é um homem desmedido, sem ponderação.

A seguinte paráfrase explicita os sentidos trabalhados no comentário do apresentador Boris Casoy: *O presidente tem muita gana com relação à Reforma da Previdência e à Reforma Tributária, por ISS, o muito além do congresso e da Justiça, está Deus, que é em quem ele confia.*

Então, o comentário do telejornal da Record, alinhavado com a notícia, costura os sentidos de o PT ser um partido radical, antidemocrata, já construídos pela imprensa ao longo de sua história. Aqui nos chama atenção o modo como a mídia, através da gestão da memória social, exerce forte controle sobre os sentidos que circulam na sociedade.

(32) COMENTÁRIO DO APRESENTADOR Boris Casoy: “Ontem, ao ouvir Lula falando, sinceramente não me pareceu que ele tenha procurado afrontar ou ofender o Judiciário ou o Legislativo. Mas, quem lê atentamente o que o Presidente falou percebe que essa interpretação de afronta é perfeitamente possível. Na verdade, ao fazer pronunciamento de improviso, o Presidente corre esse tipo de risco, no caso, de parecer extremamente autoritário. E não é a primeira vez que isso acontece não; Lula não é mais um líder sindical, é o Presidente da República, tudo o que ele disser ou fizer pode ter consequências graves e irreversíveis. Vale lembrar o sinal do Senado, que o nome do indicado por Lula para a presidência da ANP foi recusado pelo Senado. Uma derrota extremamente grave e que mostra que há algo de errado no relacionamento do governo com o Senado Federal” (Jornal da Record, 25- 06- 03).

O comentário acima é significado por um silenciamento entre o espaço da memória e o espaço da atualidade, determinando os sentidos pejorativos para o governo Lula. Melhor dizendo, a conjunção adversativa *mas* explicita a determinação ideológica de oposição, de restrição do apresentador em relação ao fato noticiado: o discurso do Presidente Lula quando disse que nem o Congresso Nacional, nem o Poder Judiciário impedirão a aprovação das Reformas que o seu governo propõe.

O enunciado em que Boris Casoy diz “ontem, ao ouvir Lula falando, sinceramente não me pareceu que ele tenha procurado afrontar ou ofender o Judiciário ou o Legislativo. Mas, quem lê atentamente o que o Presidente falou percebe que essa interpretação de afronta é perfeitamente possível” produz a expectativa de significação para depois desconstruí-la e, assim, limita a possibilidade de outra significação para o dizer do Presidente Lula. Observamos que o modo como são construídos os sentidos pejorativos para o presidente Lula não é explícito, apesar das marcas de pessoalidade “não me pareceu”, não temos uma opinião clara, direta sobre o que foi noticiado. Ainda, a formulação “há algo de errado no relacionamento do governo com o Senado Federal” contribui para impor a interpretação do telejornal sobre o sujeito-telespectador, de modo a deixá-lo receoso quanto à democracia do Estado Brasileiro.

Portanto, as análises nos permitem dizer que o comentário, além de funcionar como validação da diretividade construída pela notícia, também é uma poderosa arma para formar opiniões e controlar as significações que podem, ou não, circular no lugar institucional de onde é noticiada.

(33) COMENTÁRIO DO APRESENTADOR Boris Casoy: “O líder do movimento no Pontal do Paranapanema, José Rainha, está congelado, punido, desautorizado pela direção que ele deu ao movimento e a sua administração. No entanto, Rainha só houve sua própria voz; ele prometeu criar uma nova Canudos no Estado de São Paulo. Enquanto isso, o governo federal dorme sobre a paralisia do Ministério da Reforma Agrária, que não quer usar a lei existente para punir algumas invasões, embora isso tenha como consequência o fato de um Ministro ter sido desautorizado com a intervenção de outros Ministros que, por decisão do presidente Lula, negociam com setores considerados dialogáveis do MST” (Jornal da Record, 25-06-03).

Neste recorte, observamos a construção de sentidos contrários ao governo Lula, o que é uma regularidade quando se trata das notícias veiculadas pelo Jornal da Record cujo apresentador âncora e chefe de redação é Boris Casoy, a quem é dada total autonomia para a edição do telejornal, segundo afirma o próprio *site*. Embora saibamos que esta autonomia não é tão transparente quanto o *site* afirma (pois o apresentador também está sujeito a determinações da emissora para a qual trabalha), ela lhe outorga uma posição de poder para projetar a sua ideologia no fato noticiado.

Essas considerações explicitam as regularidades dos sentidos negativos naturalizados no que se refere aos fatos noticiados sobre o MST e sobre o governo Lula. Em conformidade com isto, os dizeres “parecer extremamente autoritário. E não é a primeira vez que isso acontece

não” (recorte 32) e “o governo federal dorme sobre a paralisia do Ministério da Reforma Agrária, que não quer usar a lei existente para punir algumas invasões” (recorte 33) limitam a possibilidade de uma significação outra, porque é formulada como se fosse a única possível para tal fato.

Outro aspecto a considerar nesse comentário é a significação e a gestão da memória para um dos líderes do MST mais expressivos, líder das ocupações no Pontal de Parapanema (SP): “José Rainha, está *congelado, punido, desautorizado* pela direção que ele deu ao movimento [...] prometeu criar *uma nova Canudos* no estado de São Paulo [...] Ministros [...] negociam com *setores considerados dialogáveis do MST*”. Este comentário produz sentidos pejorativos (de autoritarismo) para o movimento que *congela, pune, desautoriza* até seus próprios companheiros de luta. Ainda impõe a interpretação de que o MST luta por Reforma Agrária, mas não dialoga com o governo. Na voz desse telejornal, este é um movimento autoritário.

A formulação “prometeu criar *uma nova Canudos* no Estado de São Paulo” evoca, interdiscursivamente, a memória das lutas travadas no campo em Canudos, a memória do líder dos excluídos canudenses, Antônio Conselheiro, significado como louco (e aqui já se dá o apagamento dos ideais políticos do líder de Canudos) por dizeres que se inscrevem na FD1 dominante que condena as ocupações, as reivindicações pelo cumprimento do direito a um pedaço de terra. Em Canudos, no sertão nordestino baiano, no final do século XIX, entre 1896 e 1897, metade do exército brasileiro matou, aproximadamente, 30.000 nordestinos, camponeses excluídos que reivindicavam a posse da terra.

Então, o comentário se constrói sobre o discurso de José Rainha, direcionando os sentidos para a desmoralização, para o descrédito do MST e, por conseguinte, instiga o sujeito telespectador a se preocupar com a possibilidade de uma guerra no Estado de São Paulo, como aconteceu em Canudos. Ou seja, a formulação traz a memória de Canudos para as ações do MST impondo sentidos que se constituem através de uma memória materializada na textualização lacunar e marcada pela falta de dizer e excesso de efeito de pré-construído.

De acordo com os pressupostos da teoria da AD, é pelo domínio da memória que podemos explicitar os efeitos de deriva, de deslocamentos de sentidos produzidos na formulação, uma vez que os sentidos não se produzem nas condições de produção imediatas. Logo, é significativo o fato de que o enfoque na “promessa de José Rainha” não se dá aleatoriamente,

pois inscreve o acontecimento discursivo na memória sobre Antônio Conselheiro, produzindo uma associação da imagem do líder do MST às do líder sertanista. Esses sentidos funcionam pejorativamente, uma vez que o líder do movimento de Canudos foi descrito pela história como um homem sem convicções políticas, um fanático religioso que entrou para a história como poderia ter entrado para um hospício.

A fim de manter a ética do telejornalismo, de não dar apreciações pessoais sobre os fatos, esse comentário dissimula a parcialidade, mesmo num espaço que, teoricamente, é destinado a dar uma avaliação pessoal dos fatos.

(34) COMENTÁRIO DO APRESENTADOR Boris Casoy: “O PT busca, alicia, e o PSDB, o PFL também fizeram isso no governo de FHC; é um problema da política brasileira. Tirar, estou mudando de assunto, tirar Lula do embate direto com a população talvez seja uma boa idéia, agora precisa ver se ele concorda. O presidente anda messiânico, dizendo que precisa salvar o Brasil. Falando coisa que um Presidente da República devia meditar, ler um discurso, portanto, vai ser difícil conter o Lula que está extremamente verborrástico” (Jornal da Record, 26- 06- 03).

Este recorte discursivo impõe a diretividade dos sentidos a partir de suas reinscrições (há três dias em foco nesse telejornal) co-presentes na conjuntura histórica, onde se retomam produzindo um efeito de diálogo, de reformulação, de polêmica e de cristalização dos sentidos. Também observamos no recorte acima a simetria de significações para o lugar do presidente Lula e do MST.

Então, temos, mais uma vez, o funcionamento de um discurso marcado pela formação ideológica dominante em que a seleção lexical já impera na construção de sentidos pejorativos para a imagem do presidente Lula. No fio discursivo deste funcionamento, temos o verbo *aliciar*, que já carrega consigo, fortemente, o sentido de suborno, de ações ilegais ou injustas. Ainda, o adjetivo *messiânico* e o verbo *salvar*, num tom irônico, produzem o efeito de sentido de salvador da pátria e remetem, interdiscursivamente, para o que disse o presidente quando se referiu a Deus como o único capaz de impedi-lo de fazer as Reformas neste país. Esta declaração foi veiculada no dia 24-06-03 (recorte já analisado anteriormente) e durante toda a semana que segue esse dia.

O enunciado “extremamente verborrástico” funciona como uma crítica ao presidente por falar demais, com grande fluência, mas com poucas idéias, pouca substância. Dessa maneira, o comentário, ao fazer o retorno do discurso sobre si mesmo, funciona estabelecendo relações de controle dos sentidos, delimitando a dispersão dos sentidos.

Outro aspecto notório na (re)formulação desse comentário é a retomada feita pelo jornal da Record, por três dias consecutivos, de um mesmo fato produzindo versões que funcionam normalizando os sentidos.

Entendemos, então, que o comentário reforça o efeito de veracidade e informatividade do fato através da imposição de uma interpretação inquestionável, articulada de modo que um telespectador menos atento produz sentidos de que o apresentador está sendo crítico, está dando sua opinião.

(35) COMENTÁRIO DO APRESENTADOR Heródoto Barbeiro: “Bom, as tarifas de pedágio que o governo vai cobrar, se retornar a administração das rodovias, ainda não ficaram definidas, deverão ser menores. Até me surpreendeu essa decisão do governador porque conversei com ele hoje de manhã e o governador disse que ia cumprir a lei, e ele disse: “eu vou mandar retirar o pessoal do MST lá porque eles estavam desrespeitando a lei”; e o governador nem esperou acertar, ele já declarou a retomada das rodovias; depois, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou a proposta. Mas, vai acontecer o seguinte, vai ser resolvido na justiça, como diz inclusive aqui o advogado das empresas concessionárias” (Jornal da TV, 25- 06- 03).

Este comentário explicita a determinação ideológica na medida em que o verbo *desrespeitando* já carrega consigo um sentido de transgressão à norma social e, assim, produz o efeito de sentido de que os sem-terras são transgressores da lei.

O enunciado “até me surpreendeu essa decisão do governador” marca uma posição discursivo-ideológica contrária ao movimento dos sem-terras e permite a compreensão de que o apresentador ficou desapontado com a decisão do governador do Paraná, pois esperava uma posição contrária deste. Outrossim, os determinantes linguísticos “nem” e “já” determinam o efeito de sentido negativo para o governo do Paraná, uma vez que marca o antagonismo em relação ao dizer do outro. Nessa formulação, a articulação se constitui a partir do que não está dito explicitamente na formulação, mas é marcado por pistas linguísticas que explicitam o que ficou “lacunar” na formulação: os sentidos outros determinados ideologicamente.

Deste modo, desapontado com a posição de apoio ao MST do governador do Paraná, esse telejornal coloca no mesmo lugar de transgressão da lei o governador e o MST através do comentário do apresentador âncora e através da colagem da seguinte declaração do governador na rede brocada que constitui a textualização da notícia: “eu vou mandar retirar o pessoal do *MST lá porque eles estavam desrespeitando a lei*”; e o governador nem esperou acertar, ele já declarou a retomada das rodovias.

Em suma, temos, no recorte acima, uma formulação que costura os sentidos de modo a produzir um efeito de evidência, mas as pistas linguísticas “nem” e “já” especificam a determinação da posição-sujeito ideológica de onde se diz e explicitam a deriva de sentidos.

No que diz respeito à determinação da posição-sujeito dominante desse comentário, as seguintes formulações sinalizam o excesso de ideologia: “Até me surpreendeu essa decisão do governador [...] o governador disse que ia cumprir a lei [...] ele já declarou a retomada das rodovias [...] vai acontecer o seguinte, *vai ser resolvido na justiça*, como diz *inclusive* aqui o advogado das empresas concessionárias”. Neste recorte, a textualização lacunar indetermina, dilui o dizer da notícia sintaticamente, produzindo uma não explicitação da filiação ideológica do lugar de onde é veiculada. Portanto, esta textualização funciona como parte de um processo de apagamento ideológico que produz um efeito de imparcialidade para a notícia, produzindo sentidos dominantes em detrimento de outros sentidos possíveis. Esses sentidos são efeitos de uma textualização lacunar que dilui seu dizer sintaticamente a fim de não explicitar a sua filiação ideológica.

Na seguinte paráfrase temos um funcionamento na contramão dos efeitos da textualização lacunar que explicita a filiação ideológica, estabelece a polêmica e, por conseguinte, não produz o efeito de imparcialidade tão caro à mídia telejornalística: “Até me surpreendeu essa decisão do governador porque conversei com ele hoje de manhã e ele me prometeu que ia cumprir a lei quando disse: eu vou mandar retirar o pessoal do MST lá porque eles estavam desrespeitando a lei. Mas, não honrou sua promessa e já declarou a retomada das rodovias, depois que a Assembléia Legislativa do Paraná aprovou a sua proposta. Mas, vai acontecer o seguinte, vai ser resolvido na justiça, como diz, *inclusive* aqui, o advogado das empresas concessionárias”.

Em suma, a projeção da ideologia nesse comentário produz a ilusão de imparcialidade do telejornal e de evidência dos sentidos em conformidade com os objetivos propostos no *site*: “procura-se fazer um jornalismo baseado em um modelo de informação com total isenção (credibilidade e inovação)”; somente um olhar atento apreende as derivas de sentidos e os silenciamentos. Ainda ressaltamos que o efeito de imparcialidade se marca não pela falta de dizer, mas pelo excesso de efeito de pré-construído e pelo efeito de sustentação que trabalha a articulação dos objetos de significação a partir da posição sujeito determinada pela FD1 dominante.

(36) COMENTÁRIO DO APRESENTADOR Heródoto Barbeiro: “Bom, hoje pela manhã, Márcia, eu conversei com o diretor da associação das estradas do Paraná e ele estava me dizendo que, para desapropriar, o governo do estado teria que pagar a importância de três bilhões de Reais para retomar as estradas, e eu disse: mas o pedágio não está muito caro? Ele disse: não! Está mais barato do que os do estado de São Paulo” (Jornal da TV, 25-06- 03).

A diretividade argumentativa deste comentário se constitui através da imbricação do discurso direto e indireto que dissimula sua real função: emitir uma opinião direta sobre o fato em questão. Assim, o que vemos é um simulacro. Mas, apesar do sujeito enunciador ser interpelado pela necessidade de emitir uma informação com isenção, suas palavras já determinam a filiação ideológica, de modo que (re)dizer *desapropriar* por *retomar* produz como efeito um desnivelamento, uma instabilidade dos sentidos, visto que não funcionam discursivamente da mesma maneira. Ou seja, dizer *desapropriar* produz sentidos de legalidade para o ato, e dizer *retomar* produz o efeito de sentido de ilegalidade, de transgressão (por parte do governador que declarou a retomada das rodovias). Desse modo, a linearização é atravessada por duas discursividades diferentes, o que explicita a heterogeneidade discursiva e a dominância de uma posição-sujeito sobre outra.

Considerando que o sentido é construído historicamente e que a escolha lexical não é aleatória, entendemos que a inscrição-identificação desse sujeito discursivo está na fronteira móbil das formações discursivas. Ou seja, mais de uma formação discursiva está funcionando na construção discursiva dessa notícia, sendo dominante à FD1 contrária ao movimento do MST e a Reforma Agrária.

Outro aspecto a ser assinalado no que se refere aos comentários do apresentador do Jornal da TV (e da mídia em geral) é o *efeito de atualidade*, marcado através de expressões temporais como em (36): “hoje pela manhã, Márcia”, e em (35): “conversei com ele hoje de manhã, ontem, etc.”. Ainda, entendemos que a série de marcas temporais diz respeito à organização do discurso no momento de enunciação, que coloca linearmente o que é deslinearizado interdiscursivamente. Numa perspectiva discursiva, a linearidade é tomada como uma construção imaginária que produz efeitos de atualidade através de marcas linguísticas tais como: advérbios temporais, anáforas, etc.

Torna-se importante salientar que essas marcas linguísticas funcionam diferentemente no plano do interdiscurso e da formulação, uma vez que, naquele, as marcas linguísticas temporais já são construções imaginárias (a partir de uma posição ideológica) e, neste,

funcionam semanticamente produzindo o efeito de atualidade, de velocidade e de eficácia da notícia.

(37) COMENTÁRIO DO APRESENTADOR Heródoto Barbeiro: “Pois é! O Presidente fez uma crítica indireta ao MST dizendo que o pessoal precisa ter um pouco de paciência para que essa reforma agrária se efetive. E o coordenador nacional do movimento dos Sem-Terra, o João Paulo Rodrigues, respondeu e disse que as invasões vão continuar porque, afinal de contas, eles não estão lutando contra o governo, e sim contra o latifúndio, disse ele; e o Presidente deu aquele telefone, Márcia, passa para o pessoal lá que eu vou repetir aqui o telefone para as pessoas que querem adquirir o crédito agrícola; é o 0800 78 7000” (Jornal da TV, 24-06-03).

Neste recorte, temos uma quebra no fio discursivo ao colocar juntos dizeres distintos na formulação (mas não ideologicamente) através da conjunção “e”. Melhor explicando, o apresentador coloca junto a questão das ocupações feitas pelo MST em todo o país e o crédito agrícola liberado pelo governo, produzindo a estabilização dos sentidos. Mas, ideologicamente, esses dizeres funcionam em concordância, considerando as condições de produção nas quais o crédito agrícola foi liberado. É relevante observar o fato de que a liberação do crédito foi significada pelo telejornalismo como uma forma do governo inibir as crescentes ocupações e reivindicações do MST. Os telejornais também exploraram essa medida no sentido de condenar as ações do movimento.

Em “o Presidente fez uma crítica indireta ao MST dizendo que o pessoal precisa ter um pouco de paciência para que essa Reforma Agrária se *efetive*” temos a saturação da sequência discursiva que ficou insaturada no recorte (09) “o presidente Lula pediu paciência aos afoobados e apresados que, segundo ele, querem que as coisas aconteçam fora de hora”. Esta saturação não se dá à toa, mas silencia os sentidos outros através do efeito de completude que já é uma evidência ideológica, como dissemos anteriormente.

O verbo “efetive” produz um sentido outro, se remetido ao dizer de Lula no recorte (21): “Falta realmente fazer a política de Reforma Agrária”. Pois, segundo o dicionário Aurélio (2001), o verbo *efetivar* significa “tornar-se fixo; permanente” e, para tornar permanente algo, é preciso que esse algo já exista. Sendo assim, essa formulação é marcada por uma contradição, visto que esse telejornal pautou a notícia na construção de sentidos negativos, de descrédito, tanto para o governo Lula quanto para o MST, mas o próprio Lula disse que “falta realmente fazer uma política de Reforma Agrária”.

Observamos que, nesse telejornal, é uma regularidade a repetição das seguintes formulações: “respondeu e disse [...] disse ele”, que funcionam produzindo efeitos de veracidade e credibilidade para o telejornal.

(38) COMENTÁRIO DO APRESENTADOR Roberto Cabrini: “Olha, fontes do governo Lula me garantiram hoje que, desde que o governo Lula começou, pelo menos 3.000 famílias foram assentadas, mas é um número bem insignificante perto das necessidades do país. Mas hoje, o Mittre, a gente viu o Lula falando e o MST reagindo. Como é que tudo isso vai acabar?” (Jornal da Noite, 24-06-03)

Interessa-nos assinalar, no recorte acima, o funcionamento do efeito de veracidade, de credibilidade, produzido através de expressões de cunho verídico que dão caução ao dizer, como: “fontes do governo me garantiram”, e o efeito de atualidade da informação através de expressões temporais como *hoje*, o que é uma regularidade que perpassa todos os telejornais.

Já a formulação “a gente viu o Lula falando e o MST reagindo” produz sentidos de cumplicidade com o telespectador, além de produzir o efeito de sentido de crise entre governo e MST, sendo uma regularidade no funcionamento dos comentários desse telejornal conforme observamos nos recortes analisados acima.

Por fim, o enunciado “3.000 famílias foram assentadas, mas é um número bem insignificante perto das necessidades do país” enfatiza a insignificância do número de assentados num governo que tem como bandeira os programas sociais.

(39) COMENTARISTA Fernando Mittre: “Tem uma concordância aparente, uma discordância básica; aliás, a começar por esse número de assentados, o MST não concorda com isso, não acha que o governo assentou ninguém. Mas, se você olhar o discurso do MST, o básico está ali, e o que é esse básico? É o que vem alimentando o movimento desde quando ele surgiu em 84, 1984; aliás, no Rio Grande do Sul, onde o pau vai comer agora. E é o seguinte: nossa luta é contra o latifúndio, no caso, adaptando para o governo Lula, não estamos lutando contra o governo *e aguardamos o plano de Reforma Agrária do governo. Esse plano ainda não saiu e, quando sair, dificilmente vai ser o plano que o MST quer. O MST quer continuar o seu ritmo; essa é a lógica do movimento de ocupações forçando, legitimamente, do ponto de vista deles, essa Reforma Agrária. Não é seguramente o ritmo que virá do governo. Então, por aí não tem acordo, embora haja uma concordância básica entre o que Lula diz sobre a Reforma Agrária; ele diz com muita emoção e legitimidade, e o MST diz também na superfície da retórica, mas, na prática, esse choque de ponto de vista vai continuar” (Jornal da Noite, 24- 06- 03).

No modo como foi articulado o seguinte fragmento: “nossa luta é contra o latifúndio, no caso, adaptando para o governo Lula, não estamos lutando contra o governo e aguardamos o

plano de Reforma Agrária do governo” observamos que a conjunção “e” funciona produzindo o sentido de adversidade entre o que o MST quer e o governo faz, ou não faz. A determinação linguística, através do conectivo “e”, explicita a relação de polêmica.

Melhor dizendo, na *superfície retórica do discurso do MST* e do presidente Lula encontramos uma concordância ideológica aparente, mas uma oposição constitutiva em função das posições-sujeito distintas de onde dizem, o que já produz efeitos de sentidos outros. Em face das atuais condições de produção, em que Lula já não fala na posição de líder sindicalista, mas de Presidente da República, o discurso do MST apresenta uma dificuldade em criticar a política do governo Lula pelo fato de que as duas partes já ocuparam a mesma posição-sujeito. E, por isso, em certos momentos, o discurso do MST aparece truncado, contraditório, ambíguo. O comentarista, Fernando Mittre, no comentário acima, chama atenção para essa contradição: “não estamos lutando contra o governo e aguardamos o plano de Reforma Agrária do governo”.

A seguinte sequência discursiva: “o MST quer continuar o seu ritmo, essa é a lógica do movimento de *ocupações forçando, legitimamente, do ponto de vista deles*, essa Reforma Agrária” se inscreve na FD1 dominante, que direciona a interpretação no sentido de que as ocupações só são legítimas para o MST.

O comentário acima também produz significações de que o movimento não quer a solução do problema, de que está somente na *superfície da retórica*, de maneira que leva o telespectador menos atento a compreender que, na prática, o *MST quer continuar o seu ritmo, essa é a lógica do movimento*; daí a ilegitimidade das ocupações. Essa é a interpretação imposta através do efeito de sustentação na articulação que costura os sentidos do comentário acima produzindo efeito de evidência, de imparcialidade, através de uma textualização lacunar onde os sentidos estão brocados. Por isso, a análise discursiva permite outras escutas.

Enfim, ao desnaturalizar os sentidos produzidos pelo comentário acima, explicitamos os sentidos outros que estão à margem. Isso nos permite dizer que o ponto de vista de que a luta pela Reforma Agrária é ilegal é do comentarista. Assinalamos que esses sentidos não são linearizados de modo explícito, o que fundamenta nossa compreensão de que o espaço do comentário dissimula sua real função através de uma textualização lacunar.

(40) COMENTÁRIO DO APRESENTADOR Roberto Cabrini: “Mas, sabe o que acontece, Mittre? Não dá para todo mundo ganhar nesse jogo; não dá para resolver a questão da reforma agrária com todo mundo ganhando. Algumas pessoas terão de perder em nome do bem comum.

Eu acho que é a mesma questão das Reformas também, né? Os magistrados, por exemplo, dizem que as reformas não são deles porque não afeta o dinheiro deles. É que nem aquela piada que o sujeito diz assim: olha, eu sou a favor de uma sociedade igualitária; você é a favor de uma sociedade igualitária? Sou. Então, se você tivesse dois aviões, daria em prol da sociedade? Daria, perfeitamente. Se você tivesse dois iates? Daria, perfeitamente. Se você tivesse duas fazendas? Daria a segunda, perfeitamente. E se você tivesse dois carros? Dois carros não, carro eu tenho dois. Quer dizer, não dá para as pessoas quererem ganhar o tempo todo” (Jornal da Noite, 24-06-03).

(41) COMENTARISTA Fernando Mittre: “É, mas no caso da Reforma Agrária é um movimento legítimo, que historicamente já devia ter sido resolvido; não tenho dúvida nenhuma sobre isso. Agora, há um desafio: é preciso que se resolva esse problema dentro da lei, e aí começa, de fato, o conflito básico entre o que o governo deve ser e o que o MST é.”

COMENTÁRIO DO APRESENTADOR Roberto Cabrini: “Até porque, se não for cumprida a lei, não é nenhum país” (Jornal da Noite, 24-06-03).

Os recortes discursivos acima explicitam uma teatralização da notícia: o ator, que representa o papel de apresentador âncora, polemiza, e o ator que encena o comentarista tem o papel opinativo, de detentor do conhecimento. Este teatro produz efeitos de sentido de informatividade, de transparência da notícia.

O espaço destinado à encenação do comentário estabelece os limites, as filiações entre os diferentes discursos (do apresentador âncora, do comentarista, dos repórteres, etc.) através de uma encenação discursiva que convoca a participação e cumplicidade do sujeito-telespectador. O papel do comentarista, representado por outro personagem, Fernando Mittre, que não é o apresentador âncora (como nos outros telejornais analisados nessa tese), produz o imaginário de que, nesse telejornal, é dada uma maior liberdade de opinar, mas sabemos que essa liberdade não é absoluta. Vale dizer que, nos recortes do telejornal da Noite, prevalece um modo de falar informal, voltado para o cotidiano do telespectador, o que faz jus à proposta do apresentador âncora no *site*: “Vou utilizar toda a minha experiência como repórter para fazer um telejornal informal, voltado para o cotidiano da população, explica o jornalista” (Roberto Cabrini - apresentador âncora).

Nessa perspectiva enunciativa, o apresentador âncora conta uma piada (e não é por seu caráter lúdico que a compreendemos como inocente) que determina a sua filiação ideológica, uma vez que fala de um sujeito que quer uma sociedade igualitária somente enquanto não tem nada para dividir, mas quando é perguntado se dividiria os dois carros que tem, ele não aceita.

Ou seja, temos aqui uma crítica (implícita) aos membros do MST que *quererem ganhar o tempo todo* porque não têm o que perder.

O recorte acima (41) permite apreender a diretividade argumentativa desse comentário e a FD1 dominante, pois, ao dizer que “há um desafio, é preciso que se resolva esse problema dentro da lei, e aí começa de fato o conflito básico entre o que o governo deve ser e o que o MST é”, temos o funcionamento de uma discursividade que produz o efeito de pré-construído de que este problema da Reforma Agrária que não está sendo resolvido dentro da lei é porque o MST é um movimento que age fora da lei. Ou seja, interdiscursivamente, temos aí o efeito de pré-construído de que o MST não procura resolver o problema dentro da lei. Ainda temos uma crítica ao governo em “que o governo deve ser”. A seguinte paráfrase explicita os sentidos não linearizados, mas ditos no silenciamento: *que o governo deve ser, mas não é*.

A formulação “o conflito básico entre o que o governo deve ser e o que o MST é” produz efeitos de sentido outros a partir da consideração das condições de produção restritas em que todos os telejornais noticiam a ocupação de inúmeras fazendas. Nesse sentido, o Jornal da Noite diz, no mesmo dia, que “diante das constantes ocupações do MST, das reivindicações por Reforma Agrária, o governo não tem tomado decisões sérias, como colocar a polícia contra os integrantes deste movimento”. Essa formulação funciona, também, como uma crítica ao governo que não toma atitudes de repressão.

Feitas as considerações acima, concluímos que o amplo espaço dedicado a esse comentário não cumpriu o seu real objetivo, mas sim encenou de modo a dissimular a sua real função.

(42) COMENTÁRIO DO APRESENTADOR Roberto Cabrini: “Olha, até agora, apenas três mil famílias foram assentadas no governo Lula. O Presidente já disse que, no segundo semestre, vai ser diferente; que a Reforma Agrária vai entrar num ritmo mais intenso, mas, na minha opinião, todo esse conflito que está existindo é motivado pela inoperância, mas também não sou o dono da verdade; cada um tem a sua própria opinião” (Jornal da Noite, 26-06-03).

O dizer “não sou dono da verdade, cada um tem a sua própria opinião” funciona dissimulando a imposição de uma interpretação. Nessa medida, a formulação acima produz o efeito de liberdade para interpretar, de modo que o sujeito-telespectador tem a ilusão de ser dono de sua interpretação/opinião. Este é o efeito dos *esquecimentos número 1 e 2* dos quais Pêcheux (1975) fala. O fato é que a mídia tem como um de seus funcionamentos discursivos a produção

de sentidos homogêneos, naturalizados através da determinação e da imposição de interpretações e, por conseguinte, através de um efeito de memória plena, produzida através da textualização lacunar.

O advérbio “apenas” produz a depreciação da ação do governo e a nominalização “inoperância” trabalha o efeito do pré-construído do que não está dito na formulação, mas que vem do exterior como a memória discursiva, que faz ressoarem sentidos. Estamos falando da crítica ao governo por não tomar iniciativas para resolver o problema das ocupações de terra pelo MST, já que, no Brasil, é praxe a prática de repressão com violência contra tais movimentos. Portanto, o comentário do apresentador âncora explicita a regularidade discursiva, nos telejornais, de contrariedade, de oposição ao governo Lula.

4.3.1- Considerações Parciais

As análises acima permitem compreender que os comentários telejornalísticos produzem efeitos de sentido de informatividade, credibilidade e interpretação dos fatos, pois, imaginariamente, esse é o espaço de opinar. Nessa perspectiva, os efeitos de sentido produzidos são de que o espaço da notícia é lugar da neutralidade, da transparência dos fatos, e o espaço do comentário é o lugar de excesso ideológico, de marcas de pessoalidade. Mas, uma análise discursiva explicita que o comentário também é lugar onde a notícia é textualizada por um modo de dizer lacunar, o que explicita que o telejornal funciona como regulador de interpretações. Então, o que vemos não é o relato nem a opinião sobre os fatos noticiados, mas um gesto de interpretação sobre os fatos. Ou seja, o próprio modo como os comentários são textualizados em relação ao que foi noticiado já é lacunar, pois funciona produzindo efeitos de pré-construído que fundamentam a interpretação de que os sentidos só podem ser aqueles e não outros.

Logo, podemos dizer que a textualização lacunar dissimula o comprometimento do telejornal com uma posição ideológica específica produzindo efeitos de veracidade da notícia, mesmo no espaço destinado ao comentário. Assim, a responsabilidade para atribuir alguns sentidos fica por conta do telespectador, de maneira que a textualização lacunar também é eficaz no espaço do comentário que dissimula a posição autoral do telejornal a respeito do assunto em questão. Vale dizer que nem todos os telejornais destinam um espaço para comentários ou, se destinam, representam um simulacro de sua real função através da textualização lacunar da

notícia que produz a ilusão do sujeito-telespectador de que o telejornal é mero mediador "fiel" dos fatos ocorridos.

Em alguns telejornais, como o *Jornal da Noite* (Rede Bandeirantes) e *Jornal da Record* (Rede Record), o espaço para o comentário é mais explorado na medida em que dá um maior espaço temporal para essa função, mas isso não significa que a informação é menos controlada; ao contrário.

Na Rede Cultura, no *jornal da TV*, o espaço temporal para o comentário se dá de modo sutil e, regularmente, é caracterizada por cenas de diálogo entre os apresentadores âncora, que usam uma linguagem informal. Torna-se relevante notar que esse modo de dizer obedece à necessidade que a empresa tem de fabricar o produto *notícia* para ser comercializado e, por isso, precisa agradar a todos, inclusive os que o financiam.

O *Jornal do SBT* e o *Jornal Nacional*, nesse período, não dedicaram espaço para comentários, nem tampouco dedicaram um espaço significativo para as notícias selecionadas para análise.

Enfim, as análises confirmam as prerrogativas de que os comentários funcionam como controladores das relações de poder e de sentido dos fatos noticiados através de uma textualização lacunar que, assim como nas notícias, no comentário também trabalha sentidos, de modo a significarem-se como únicos, evidentes, transparentes, limitando a possibilidade de outras significações circularem. Assim, os comentários regulam as filiações entre os diferentes discursos que se cruzam na construção das notícias telejornalísticas e reforçam a ilusão de informatividade e de credibilidade do jornal.

5- CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DA IMAGEM

5.1- A materialidade multimodal dos telejornais na perspectiva da análise do discurso de matriz francesa

Durante a escrita da tese, falamos, em muitos momentos, sobre materialidade multimodal e, por isso, faz-se necessário explicitar como compreendemos a noção de multimodalidade no campo teórico da Análise do Discurso, uma vez que essa noção é trabalhada em outros domínios teóricos que desconsideram a materialidade histórica e/ou ideológica em suas investigações.

Grande parte dos artigos que lemos, com o objetivo de entender melhor a noção de multimodalidade, se inscreve no campo teórico da semiótica e da comunicação. Por isso, abordaremos como essas teorias trabalham a multimodalidade, embora saibamos que outras, como o cognitivismo, a linguística textual, a pragmática, a análise crítica do discurso, etc., também a utiliza.

No campo teórico da semiótica e da comunicação, a noção de multimodalidade remete à coocorrência de várias maneiras semióticas de representar ou comunicar dentro de um texto. Os modos semióticos de representação podem ser ilustrações, fotos, gestos, grafites, ou seja, são todas as formas orais ou escritas, verbais ou não-verbais que funcionam como suportes representativos de coisas reais. Dois dos autores mais citados nesse campo são Kress e Van Leeuwen (2001), que esboçam uma teoria da comunicação multimodal. Esses autores conceituam a comunicação multimodal como um processo onde o produto ou evento semiótico é enunciado, interpretado, produzido ou usado. Ainda os mesmos autores (*ibidem*) definem multimodalidade como o uso de várias modalidades semióticas no *design*⁵⁸ de um evento semiótico, onde as diversas modalidades podem ser combinadas umas às outras e, portanto, podem comunicar o mesmo sentido em modalidades semióticas diferentes. Em discordância com os princípios semióticos, acreditamos que os sentidos não são tão homogêneos, transparentes, como ilusoriamente parecem ao telespectador distraído. Enfim, nesta perspectiva, a modalidade é

⁵⁸*Design* é definido por Kress e Van Leeuwen (2001, p. 20) como uma conceituação das formas de produtos e eventos semióticos. O *design* é separado da produção material real do produto ou evento semiótico e usa modalidades semióticas como seus recursos.

definida em relação à percepção e interpretação como modo de acesso, um dos cinco sentidos. Sendo assim, as modalidades são formas e estilos de pensar.

No campo teórico da AD, trazemos considerações mais específicas da nossa discussão a respeito da edição, lugar do movimento da imagem, principal característica da materialidade multimodal do telejornalismo. Informação (ruídos, diálogos, falas e música) mais imagem em movimento é o que possibilita a ilusão de representação fiel da realidade.

A multimodalidade, na perspectiva da AD, pode ser compreendida como forma material que se textualiza em diferentes modalidades textuais, mas que considera não só a forma abstrata (como na perspectiva da semiótica e da comunicação), e, sim, a forma abstrata mais a forma histórica, social, ideológica, dado que as modalidades textuais significam historicamente. Logo, compreendemos a materialidade multimodal a partir da noção de forma material, enquanto conteúdo, mais forma abstrata, que referem a língua à história, de acordo com Orlandi (2000). Em outras palavras, a materialidade multimodal significa a partir de sua forma material histórica, ideológica, social. Nesta perspectiva, entendemos o verbal e o não-verbal como dois planos autônomos de significação porque estão em jogo duas formas de linguagem distintas. Assim, podemos falar sobre os telejornais em dois planos de formulação - verbal e não-verbal - que se encontram a partir de diferentes mecanismos discursivos: dissenso, complementaridade, paralelismo, conflito, etc. Então, podemos pensar, através da noção *forma material*, em duas formas materiais diferentes para a formulação e a edição do telejornal: imagem, som, movimento, etc., sempre relacionado à história em funcionamento no discurso.

Rey (1989) fala que o plano determina a linguagem a ser usada: próxima, média, geral, subjetiva, etc., e, por isso, é importante que, ao gravar a reportagem, já se façam as tomadas pensando nas opções de edição. A edição linear era o método mais utilizado nas primeiras edições em televisão, que se caracteriza por ter que escolher as cenas através de um percurso pela fita de gravação da reportagem. Esse processo vem sendo substituído pela edição não-linear, onde as cenas ou trechos são armazenados digitalmente no computador e estão disponíveis imediatamente. Com esses arquivos é possível montar os "*takes*" na sequência desejada, podendo fazer trocas ou inserções, da mesma forma que num texto é possível inserir ou eliminar frases e palavras. Daí o resgate da edição não-linear, que veio do cinema (REY, 1989).

De acordo com Rey (ibidem), o editor deve cuidar para que a edição não apresente “pulo de imagem”, com corte brusco de um local para outro, o que provoca um efeito

desagradável para o telespectador. O uso de uma imagem neutra evita o "pulo". Ainda, esse autor recomenda que o editor deve usar recursos infográficos, como mapas, estatísticas, quadros, recursos de computação gráfica, etc. (REY, 1989).

A partir dessa recomendação, compreendemos que o funcionamento da materialidade multimodal do telejornalismo produz sentidos de veicular, deter o saber da informação: esquemas, quadros, planos, mapas, aspas, itálicos, negritos, entonações, pausas, gestos, olhares, reformulações, paráfrases, definições para explicações, exemplificações, questionamentos e procedimentos de recapitulação do fato narrado são traços de didaticidade, de orientação de leitura para os telespectadores. Essas formas de didaticidade funcionam através da eficácia ideológica do tipo discursivo autoritário do telejornalismo, dado a sua materialidade específica e o meio tecnológico de legitimação e veiculação do saber. Sendo assim, esses modos de dizer didáticos funcionam atraindo novas classes de telespectadores porque os (tele)jornais são textos-mercadoria que atendem à necessidade de informação rápida, concisa de nossa atual sociedade. Logo, as encenações do saber na mídia parecem responder a uma representação estereotipada da didatização, mais do que a uma vontade de informar. Então, além de um lugar de transmissão de conhecimento, a mídia é lugar de passagem entre as ciências e as técnicas, de modo a funcionar como intermediária entre as comunidades que as produzem e aqueles que são encarregados de utilizá-las, aplicá-las, vendê-las, além daqueles que são encarregados de consumi-las e reproduzi-las (SICARD, 2000).

Diferentemente do cinema, no telejornalismo, de maneira geral, evita-se os planos gerais, sendo que a imagem é "casada" com o texto. Logo, as edições são lógicas e prepondera a objetividade, o distanciamento, o plano sequência, a participação do telespectador. Sendo assim, a narrativa da notícia se dá por argumento, roteirização, decupagem, edição de som e imagem, de modo que, na escolha do tema, a notícia deve enfatizar os detalhes, não perdendo de vista a objetividade. O tema, que tem como origem uma notícia, um assunto específico, deve resgatar os fatos anteriores ligados à notícia, fazer levantamento detalhado de informações, utilizar imagens em planos-sequência, enumerar locais e entrevistados, pessoas-chave, especialistas. Também na edição da notícia, a música ajuda a equilibrar os vários momentos do vídeo, os pontos de tensão. Essas são as características principais que significam a materialidade multimodal dos telejornais.

Aqui vale retomar o que Fecé (1998) afirma sobre a força que a imagem na mídia televisiva tem ao produzir efeitos de sentido de realidade e não de realismo. O efeito de realismo

se dá porque, mesmo diante de um filme realista, o autor sabe que está vendo um filme. O efeito de realidade se dá porque o telespectador tem a ilusão de que, entre o representado e a representação, não existe um ponto de vista. O discurso televisivo produz o efeito de realidade a partir de uma textualização lacunar que, a partir da imagem, produz sentidos de visibilidade, de transparência, de testemunha dos fatos representados.

Ao pensar na materialidade multimodal da notícia telejornalística, torna-se relevante remeter ao que Silva (2002, p. 126-128) aponta como sintaxe do cinema e da televisão. Segundo essa autora, a materialidade dessas duas linguagens se constitui por uma sintaxe áudio-visual que resulta de duas diferentes etapas de trabalho: a *filmagem*, em que a câmera realiza uma narração/descrição dos temas/objetos de modo a constituir um ponto de vista sobre tais temas/objetos; e a *montagem ou edição*, em que uma nova seleção e organização serão feitas sobre o material filmado. Nestes dois momentos, através das figuras dos diretores e editores, a instituição/empresa exerce uma gerência (subjéctiva) sobre o que vai ser exibido. Nesta perspectiva, a seguir, trazemos algumas discussões teóricas sobre a imagem.

A questão principal que ocupa os analistas de discurso é a compreensão da relação do simbólico com o político, dado que entendem o sentido como dividido, não de qualquer maneira, mas na relação com a língua. O político pode ser pensado na AD quando discutimos a questão da deriva, das lacunas, da contradição, do equívoco, etc., porque a língua falha na história permitindo a possibilidade de múltiplos sentidos, de derivas. Daí a importância da análise da materialidade verbal e não-verbal, constitutiva da notícia telejornalística que nos leva, neste capítulo, a considerar alguns autores que, em diferentes perspectivas, discutem a questão da *imagem*. A partir deles, propomos uma maneira de compreender o funcionamento da imagem na perspectiva discursiva. Interessa-nos o funcionamento discursivo, o efeito entre interlocutores que as imagens produzem a partir da textualização das notícias sustentadas por uma memória social, histórica e ideológica.

Consideramos que a organização sintagmática dos segmentos do filme é a sucessão das imagens em movimento; o televisor recria o mundo do lado de fora, a partir dessa organização sintagmática. Nesta medida, a sintaxe do filme se dá através de uma sucessão de imagens em movimento, de modo que o sistema fílmico é um trabalho do filme sobre a linguagem. De acordo com Aumont e outros (1995), a teoria do cinema mais recente, as formas narrativas, no que toca à continuidade e aparente autonomia do ficcional, têm sido discutidas a partir da oposição formal

entre história e discurso, posta por Émile Benveniste e retomada, no cinema, por Christian Metz. Quando o filme se dá como história, recalcando sua condição de discurso, o exercício da autoridade do narrador enquanto intérprete dos “fatos” relatados se canaliza para a forma de apresentação das cenas. O mundo ficcional é dado a ver de certo modo, e é neste modo que se concentra seu trabalho, não no apelo à comunicação direta por meio do letreiro ou de certas falas no cinema mais recente (AUMONT e outros, 1995).

Vale informar que, quando a semiologia começou a constituir-se como teoria piloto no campo do cinema, consagrou-se, essencialmente, a partir do modelo da linguística, à análise imanente da linguagem cinematográfica e de seus códigos, que excluía, com todo o rigor metodológico, a consideração do sujeito espectador. Mais tarde, seguindo os trabalhos de Roland Barthes, o interesse da semiologia deslocou-se nitidamente do estudo dos códigos para o dos textos. Nessa mudança de perspectiva, redescobria a presença “em vazio”, no próprio texto, de um lugar do leitor como o que articula os códigos, efetua o seu trabalho. Inaugurada pela publicação de *S/Z*, de Roland Barthes, essa etapa assistiu à multiplicação das análises textuais de filme, na qual começavam a desenhar-se, em filigrana, o lugar e o trabalho do espectador de cinema (AUMONT e outros, 1995, p. 9).

Ramos (1998, p. 81), quando discute sobre o conjunto da produção do crítico de cinema e cineasta André Bazin, afirma que

[...] no âmago da visão baziniana da imagem está a noção de elipse fazendo com que o ponto extremo do “realismo” baziniano coincida com o corte, com o não mostrar da imagem [...] a sensibilidade do crítico é acompanhada da ética que restringe o que da imagem pode ser exibido [...] e, como limite dentro do grau mais extremo deste mostrar, o corte da elipse, que aponta para a própria impossibilidade de filmar.

Logo, na situação de filmagem mediada pela câmera fica o traço da “impressão digital” da circunstância da tomada da imagem e do corte da imagem. Esta visão não designa uma objetividade fechada em si, mas aponta para a relação do espectador com a circunstância da tomada da imagem, de modo que o saber prévio do sujeito espectador interage com o saber do sujeito que sustenta a câmera.

Ainda segundo Ramos (1998), outro conceito recorrente em Bazin, e que se dá em oposição ao traço da presença da “impressão digital”, é o da dimensão do imaginário. Imaginária

é a dimensão daquilo que não é mostrado, mas provocado por procedimentos estilísticos, como a montagem/edição. Esta quebra a unidade do traço da presença na circunstância da tomada da imagem e viabiliza tecnicamente a imagem com o fechamento em si mesma de um instante qualquer.

Na perspectiva da AD, acreditamos que o cinema pode tudo dizer porque trabalha com a ficção, logo, é menos coagido, mas o telejornalismo não pode tudo mostrar porque, ao trabalhar com fatos significados como reais, é coagido pelas determinações sócio-históricas e ideológicas. E, aqui, torna-se pertinente pontuarmos nossa desconfiança no que se refere ao pré-construído de que os telejornais trabalham com a “verdade”, com fatos acontecidos na realidade, pois isto pode ser um efeito de sentido construído pela sua materialidade, pelo seu discurso. E um apontamento para a observação do caráter ficcional entranhado no discurso dos telejornais é a espectacularização dos fatos, o direcionamento excessivo de interpretações, a ênfase no emocional.

Bucci (1998, p. 110-112) fala de cinco funções quase ideológicas da televisão: a função Amaral Neto, a função reforma depois da contrarreforma, a função promotores da notícia, a função palavrão e a função do sentido no caos.

A função Amaral Neto se sustenta na mística da reportagem itinerante, dado que a técnica desse tipo de reportagem é sinônima de verdade objetiva e se travesti de reflexão, através de comentários, opiniões. O relato técnico dos acontecimentos dá lugar ao exibicionismo do pensamento, à interpretação de políticas abstratas, a críticas que pedem legitimidade, a atitudes que o presidente hesita em tomar, o que é muito regular nos telejornais analisados nessa tese.

A função reforma depois da contrarreforma se dá com a compra da Record por Edir Macedo, em que significa Deus como um potencializador para a conquista dos seus objetivos terrenos. Com isso, ganhar dinheiro deixou de ser pecado; repartir os lucros com Deus deixou de ser blasfêmia e coube, à televisão, a tarefa de fazer no Brasil a reforma tardia.

A função promotores da notícia se deve à compreensão de que o telejornalismo promove, financia, organiza e monta os eventos que finge cobrir com objetividade; e é no esporte que esse fato é mais explícito. Portanto, tudo o que é ofertado ao telespectador é um *espetáculo* com atores pagos para estarem ali. Segundo Bucci (ibidem), muitas vezes, o que se exhibe como informação é a promoção de espetáculo em assuntos diversos tais como saúde, política, meio ambiente ou ciência. Nesse âmbito, o telejornalismo se vê forçado a produzir e montar o circo

devido à necessidade de proporcionar prazer ao telespectador, ao invés de ter como premissa buscar e difundir a informação.

A função palavrão se deve à observação da grande quantidade de termos chulos que povoam a televisão brasileira nos mais diversos tipos de programações, e isso se deve a uma particularidade nacional em que a vulgarização da linguagem permite uma aproximação do povo, uma popularidade, e aproxima a TV do público através do choque.

A função sentido no caos refere-se ao excesso de informação que pode deixar as pessoas doentes, pois ninguém é capaz de ler direito tudo que precisa ler, ninguém consegue ver tudo que desesperadamente é veiculado para ver, e isso gera frustração. Já se fala em uma síndrome de fadiga da informação para descrever o estado clínico lamentável em que nos encontramos, bombardeados de tantos dados, declarações de ministros, imagens por todos os lados, etc.

Rondelli (1998, p. 28) afirma estar distante daqueles que compreendem o reino de imagens como povoado por simulacros, realidades sem referentes, e mais próximo daqueles que compreendem as realidades como apropriadas pelos produtores culturais, numa busca de diálogo constante com seus potenciais receptores. Sendo assim, estes, para produzirem efeitos de ficção ou de realidade, precisam ter alguns parâmetros comuns sobre o que é esta realidade sobre a qual se arquitetam discursos para produzirem aproximações ficcionais ou jornalísticas. Vejamos que o telejornalismo não é um gênero puro que trabalha só com a realidade, ele a produz de modo que o trabalho de edição não é inocente, é carregado de subjetividade.

Visto isso, a autora acima (ibidem, p. 31-33) afirma que:

[...] O tratamento editorial dramatizado e a focalização excessiva (artimanhas da sedução) em um fato influenciam de maneira decisiva seus desdobramentos, forma notória e poderosa de a cobertura jornalística intervir no real [...] os meios de comunicação, ao se colocarem como dispositivo dos fatos – as histórias –, têm a virtualidade de expor também um número infinito sobre suas versões – outras histórias – buscando estabelecer sentidos sobre a natureza dos fatos. O que não deixa de ser uma forma polifônica de os meios se relacionarem com o fato ou a história original ao exporem pontos de vista contraditórios, díspares, dissonantes, aberrantes, embora todos referidos à história originalmente exposta pelos jornais e telejornais. Aqui, a suposta existência de um exercício livre e polifônico das interpretações pode ser contestada pelo argumento de que a simultaneidade das várias vozes, embora independentes, se desenvolve a partir de um mesmo referencial, todas partem

de um mesmo conjunto de fatos, previamente eleitos, postos à discussão pública.

É interessante observar, na citação acima, que a sedução do contar histórias da televisão é sustentada pela linguagem de sua materialidade, isto é, a ênfase na oralidade, o tempo real de veiculação dos fatos, a imagem acompanhada do áudio ou a descrição do verbal pelas imagens, os recursos de edição, teipe, videoteipe, etc.; assuntos apresentados a partir de diversos pontos de vistas, diversos entrevistados; a possibilidade de dramatização dos fatos, a ultrapassagem de fronteiras locais, nacionais, internacionais, etc. Estes aspectos podem ser observados na análise do que fazemos, mais especificamente em 6.1: *A textualização lacunar nas versões: a instituição (tele)jornalística e o lugar da notícia e das imagens na editoração*.

Ainda vale ressaltar que a linguagem televisiva permite compreender e chamar a materialidade telejornalística de multimodal, sendo que esta toma o real como referência para produzir, editar aproximações reais, já que o espaço físico do fato relatado já não é o mesmo, nem quando o acontecimento é transmitido em tempo real. Melhor explicando, o olhar do telespectador se direciona para uma tela do televisor e a filmagem já é mediada pelo olhar de quem filma, pelo enquadramento, luz, foco, da câmera, etc. A produção da notícia se dá com o agendamento de seus temas para, assim, interagir com temas públicos, ou tornados públicos com a veiculação da notícia. E, com essa prática de filtrar e selecionar antecipadamente os fatos passíveis de tratamento noticioso, os telejornais agregam audiência, se legitimam como porta-vozes da sociedade, constroem valores públicos e éticos ao definirem uma pauta daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião. Logo, de acordo com Rondelli (ibidem, p.31), a “cobertura telejornalística, que num primeiro momento se apropriou do real para dele extrair a matéria-prima de seus conteúdos, passa a ser o sujeito de um movimento de intercessão nos próprios fatos noticiados”.

Segundo Machado (1998, p. 9), têm sido construídas teorias inteiras sobre o modo de funcionamento das sociedades contemporâneas a partir do meio de inserção da televisão nos sistemas políticos e econômicos e na molduragem que ele produz nas formações sociais ou nos modos de subjetivação. Ainda acrescenta que é preciso ver a televisão como um conjunto de trabalhos audiovisuais que a constituem, assim como o cinema é o conjunto de todos os filmes produzidos. A partir desta afirmação, vemos a necessidade de compreender o funcionamento da

materialidade multimodal dos telejornais, ou seja, a sua linguagem, os seus recursos tecnológicos e as suas condições de produção.

Notamos que, na textualização multimodal das notícias telejornalísticas, temos uma recorrência a saberes, traços do fio do discurso científico, tais como reformulações do discurso fonte, recortes de entrevistas inseridas na narratividade da notícia, explicações, refutações, consulta a ouvintes via pesquisas como o Ibope, via telefone, etc. Isto explicita um modo de dizer de transmissão de informação próprio da textualização lacunar do telejornalismo, que consiste na eficácia simbólica do político, da produção de efeitos de sentido de verdade, de transparência e ética do meio informativo, da linguagem audiovisual a serviço da informação, da comunidade. E, aqui, vale trazer uma citação da autora Moirand (2000, p. 19-20) quando explicita as diferentes funções da explicação na mídia, o que nos ajuda a elucidar alguns funcionamentos discursivos das notícias recortadas para análise nesta tese.

[...] Quando explicar é elucidar ou esclarecer, a demanda corresponde à questão “o que é”? “O que isto significa?” Explica-se assim um termo através de um paradigma de reformulações definicionais ou designacionais.

- Quando explicar é indicar um procedimento, um andamento a seguir com suas diferentes etapas, uma cronologia de ações ou de operações a efetuar, a demanda corresponde à questão “como funciona?” “Como se faz?”, e a resposta corresponde ao programa prático ou ao *script* que o profissional, o cientista ou o técnico interiorizou e que se transmite. Esse gênero de explicação deriva de fato do modo descritivo (descrição de saber-fazer processual)

- Quando explicar é dar razões, a explicação responde a um porquê subjacente. Explica-se assim um fenômeno ou um processo, colocando em relação fatos, procurando as causas ou as conseqüências, entrando-se na construção de perspectivas de conhecimentos estabelecidos em outros lugares ou anteriormente. É desta função que derivaria a explicação científica que, por ser aceita como tal, deve satisfazer a três condições (Grize, 1990): o fenômeno a explicar deve estar fora de qualquer contestação, reconhecido pela comunidade de especialistas; o que é dito deve ser colocado em relação, de forma coerente, com os saberes anteriores ou presentes estabelecidos em outro lugar; aquele que propõe a explicação deve ser considerado como competente e neutro [...] as coerções de tempo e espaço da mídia deixam pouco lugar para uma verdadeira explicação ou mesmo para a argumentação científica, mas vale atentar aqui para o fato de que a mídia trabalha com simulacro de explicação.

Sicard (2000) propõe uma discussão sobre o funcionamento da imagem científica e, para tanto, a define como um dos elementos de um quadrilátero dinâmico, formado pelo real, o olho, a máquina e a própria imagem, em que todos os instrumentos funcionam simultaneamente

respondendo uns aos outros segundo a sua especificidade. Logo, entende toda imagem como uma superfície. E, aqui, acrescentamos: a imagem fílmica se constitui como uma superfície porosa. Mas o que nos interessa da discussão de Sicard não é o funcionamento da imagem científica, especificamente, e sim a sua compreensão de que as imagens são portadoras, em si mesmas, de sistemas aparentemente contraditórios, ao mesmo tempo objetivos e subjetivos, que funcionam como fatores de evasão e de adesão.

Segundo a autora (ibidem, p. 31-32), um dos méritos das imagens de ciência é de nos convidar a pensar na externalidade das imagens, sua remissão ao mundo. Esta externalidade raramente tem sido pensada pelos filósofos. As referências aos trabalhos de Pierce (1839-1914) são clássicas desde então. Para Pierce, o signo é “alguma coisa que remete a outra coisa para alguém”. Um signo (ou *representamen*) possui três componentes: ele cria no pensamento daquele que o interpreta um novo signo (ou *interpretante*); ele toma o lugar de seu *objeto*; ele ocupa esse lugar em função de uma idéia chamada por Pierce de *fundamento* do signo. Então, o signo é, em parte, determinado pelas características de seu objeto. Para Pierce, as ligações que ele entretém, para alguém, com seu objeto, são de três ordens: o índice, o ícone e o símbolo. O índice, em continuidade direta com o referente, possui com ele algo em comum. O ícone não é diretamente afetado pelo objeto que o designa, mas entretém com ele uma ligação analógica. O símbolo é ligado ao que ele designa por uma convenção. Essa classificação foi mantida e é, às vezes, retomada nos trabalhos contemporâneos sobre fotografia. Esta última é, ao mesmo tempo, impressa em uma superfície sensível, de irradiações eletromagnéticas, emitidas ou refletidas pelo objeto que ela representa, e “impressão de realidade” é frequentemente caracterizada como ícone indicial (SICARD, 2000).

O interesse atual suscitado pela parte do *indicial* nas imagens manifesta a insistente questão do testemunho e da prova. De que a imagem é prova? E é ela prova de alguma coisa? Esta é uma necessidade de completude e de encadeamento causal da forma sujeito contemporâneo. Se a imagem é considerada como signo, segundo a definição de Pierce, e se apenas os fatos são uma prova, então apenas a imagem *indicial* seria prova de alguma coisa. Somente ela garantiria as possibilidades de um acesso exato a seus objetos. Assim, o advento da fotografia na metade do século XIX constitui uma dupla revolução, científica e icônica. A imagem fotográfica diretamente afetada por seus objetos desempenha um papel privilegiado em matéria de construção da prova; portanto, ela pode ser considerada como uma nova realidade.

Paradoxalmente, as imagens *indiciais* favorecem a construção da prova científica e geram uma emoção específica: é-se sensível ao traço deixado por uma coisa, pois ele é a própria coisa. Logo, a imagem testemunha, antecipa a compreensão de uma evolução, e tudo se passa como se a própria imagem não existisse (SICARD, 2000).

Nessa medida, as imagens são frequentemente apresentadas como suporte de um discurso, prova para o visível. As intenções, as escolhas que introduziram a realização, os modos de fabricação, as restrições e os artefatos são deixados em silêncio. Assim, funcionam como se a negação da materialidade da imagem constituísse uma garantia de objetividade. Como se ela garantisse, ao invés de realidades virtuais, uma imersão total no mundo e, portanto, uma maior eficácia. E, nessa relação, o fato de que as imagens sejam instrumentalizadas não significa que elas sejam os registros que a mão do homem não produziu. As imagens são, portanto, materializações de subjetividades ideologicamente significadas e historicamente produzidas. As estratégias de instalação da prova, de esclarecimento de uma crença que as imagens produzem, são provisórias e, em certo sentido, são irrisórias, pois a capacidade das imagens de mudar de sentido sob o efeito de uma ativação faz delas instrumentos privilegiados de armadilha. Uma imagem utilizada como prova em um determinado momento pode não ser mais em outros, em uma determinada materialidade, pode não ser prova em outra materialidade (SICARD, 2000).

E, se tais sistemas de legitimação funcionam de maneira insuficiente, as imagens não são aceitas. Para serem aceitas, as imagens devem surgir em terrenos teórica e institucionalmente legitimados. Elas devem ser esperadas. Elas são, então, de alguma maneira, recebidas antes de serem vistas. Assim, de certo modo, as imagens são reveladas por sistemas de legitimação que pré-existem ao seu advento e a sua aceitação (ibidem, p.34).

Esse excesso de real tem o poder de tornar as coisas estranhas, como surreais. Esse ponto de convergência do cinema com a ciência, a exigência absoluta de visibilidade permite uma redescoberta do visível através das maquinarias de captação de imagens. Sendo assim, as imagens aparecem como portadoras, em si mesmas, de sistemas aparentemente contraditórios, ao mesmo tempo objetivos e subjetivos. Instrumentos de visualização, de registros, elas são também o redescobrimento de um encantamento, que funciona ao mesmo tempo como fator de evasão e de adesão (ibidem, p. 34-35).

Assinalamos que os autores Aumont e outros (1995) e Goifman (1998), que trazemos a seguir, discutem a imagem enfatizando a sua estrutura.

Aumont e outros (1995), em *A estética do filme*, tecem algumas preliminares teóricas e metodológicas sobre a teoria cinematográfica, mais especificamente, abordam os principais meios expressivos que caracterizam o cinema, tais como a escala de planos, enquadramentos, figuras de montagem, etc. Essas considerações são de suma relevância, visto nosso objetivo de compreender o funcionamento da imagem em movimento no telejornalismo brasileiro e, por isso, a seguir, faremos uma releitura de Aumont e outros (1995, p. 157-218).

De acordo com Aumont e outros (ibidem), a questão da linguagem cinematográfica está na encruzilhada dos problemas que a estética do cinema se coloca, e isso desde a sua origem, e serviu estrategicamente para postular a existência do cinema como meio de expressão artística. Com a finalidade de provar que o cinema era de fato uma arte, era preciso dotá-lo de uma linguagem específica, diferente da linguagem da literatura e do teatro. Mas, atribuir-lhe uma linguagem era arriscar-se a engessar suas estruturas, passar do nível da linguagem ao da gramática. E, em virtude do caráter muito impreciso da palavra, a utilização da ‘linguagem’ a propósito do cinema deu lugar a múltiplos mal-entendidos. Estes últimos termos balizam a história da teoria do cinema até hoje e encontram sua formulação nas noções de ‘cinelíngua’, gramática do cinema, ‘cine-estilística’, retórica fílmica, etc. (AUMONT e outros, 1995, p. 157-160).

O desafio teórico desses debates consiste em saber como o cinema funciona, enquanto forma material, em relação a outras linguagens e sistemas expressivos. A ideia constante dos teóricos será, então, opor-se a qualquer tentativa de assimilação da linguagem cinematográfica pela linguagem verbal.

Ainda em Aumont e outros (ibidem, p. 157-158), encontramos a informação de que a expressão “linguagem cinematográfica” não apareceu com a semiologia do cinema, nem mesmo com o livro de Marcel Martin, publicado com este título, em 1955. Ela é encontrada nos escritos dos primeiros teóricos do cinema, Ricciotto Canudo e Louis Delluc, e também entre os formalistas russos em seus escritos sobre o cinema. Principalmente para os estetas franceses, tratava-se de opor o cinema à linguagem verbal, defini-lo como um novo meio de expressão. A característica essencial dessa nova linguagem é a sua universalidade; ela permite contornar o obstáculo da diversidade das línguas nacionais. Realiza o sonho antigo de um “esperanto visual”? E, aqui, deixamos uma pergunta como gesto de inquietação: não haveria diversidade visual? Não haveria imagens culturalmente recortadas, carregadas de subjetividade?

O surgimento do cinema falado abalou muito a soberania sem partilha da imagem. Mas, no plano estético, o recém-chegado foi, por muito tempo, sentido como um intruso que era preciso domesticar, tanto pelos cineastas, Charlie Chaplin, S.M.Eisenstein e muitos outros, quanto pelos críticos (AUMONT e outros, 1995).

De acordo com Aumont e outros (ibidem, p. 163), Hugo Münsterber, em *The film: A psychological study*, publicado em 1916, em Nova York, analisa os mecanismos psicológicos da percepção fílmica (problemas de profundidade e do movimento, papel da atenção, da memória, da imaginação e das emoções). Ele também se esforça para definir a especificidade do cinema, pela qual o mundo exterior perde seu peso, liberta-se do espaço, do tempo e da causalidade, molda-se “nas formas de nossa própria consciência”. Vale dizer que o funcionamento do telejornalismo neste aspecto é outro, porque trabalha com uma narrativa dos fatos “reais”, como telescópio da sociedade.

Segundo Aumont e outros (ibidem, p. 163-164), foi o esteta húngaro Bela Balázs, em seu primeiro ensaio, publicado em 1924, “*O homem visível*”, que abordou diretamente o estudo da linguagem cinematográfica. Esse autor questionou: como e quando a cinematografia se tornou uma arte particular que emprega métodos, essencialmente diferentes dos métodos do teatro, e fala uma língua formal diferente deste?

- 1) No cinema, existe a distância variável entre espectador e cena representada por se tratar de ficção; daí uma dimensão variável da cena que toma lugar no quadro e na composição da imagem⁵⁹.
- 2) A imagem total da cena é subdividida em uma série de planos de detalhes (princípio da decupagem).
- 3) Existe variação de enquadramento (ângulo de visão, perspectiva) dos planos de detalhe no decorrer da mesma cena.
- 4) É a operação da montagem que garante a inserção dos planos de detalhes em uma sequência ordenada, na qual não apenas cenas inteiras se sucedem, mas, também, tomadas dos detalhes mínimos de uma mesma cena. A cena em seu conjunto é resultado disto, como se elementos de um mosaico temporal fossem justapostos no tempo (AUMONT e outros, p 163-164).

Aumont e outros (ibidem, p. 164) afirmam que, a respeito da cena, os teóricos e cineastas soviéticos agrupados no VGIK (primeira escola de cinema dirigida por Lev Kulechov)

⁵⁹ A partir da análise do *corpus* desta pesquisa, observamos que este não é um funcionamento do telejornalismo.

vão sistematizar a função da montagem: “Pelo agrupamento de pedaços separados, o diretor constrói um espaço fílmico ideal que é inteiramente criação sua. Ele une e solda elementos separados que talvez tenham sido registrados por ele em diferentes pontos do espaço real, de modo a criar um espaço fílmico”. Nos autores acima (ibidem, p. 161), também encontramos a informação de que Yuri Tynianov, membro da sociedade de estudo da língua poética, diz no artigo “Dos fundamentos do cinema”, em *Petika kino* (1927), que

[...] no cinema, mundo visível é dado não enquanto tal, mas em sua correlação semântica; não fosse isso, o cinema seria uma fotografia viva. O homem visível, a coisa visível só são um elemento do cinema-arte quando são dados na qualidade de signo semântico”. Sendo que essa “correlação semântica” é dada por meio da “correlação dos personagens e das coisas na imagem; a correlação dos personagens entre si; no todo e em parte; o que foi convencionado chamar a composição da imagem, o ângulo da tomada e a perspectiva em que são registrados e, finalmente, a iluminação tem uma importância colossal”. (Apud AUMONT e outros, ibidem, p. 161)

Ou seja, é pela mobilização desses parâmetros formais que o cinema transforma a imagem do mundo visível em elemento semântico de sua linguagem própria. A esse respeito, o autor ainda informa que, para os formalistas russos, só existe arte e, conseqüentemente, “língua cinematográfica”, quando existe transformação artística do mundo real.

Outro aspecto importante para essa discussão é o que Aumont e outros (ibidem) dizem sobre as gramáticas cinematográficas, pela correlação que encontramos com os manuais de telejornalismo, sendo que a perspectiva daquelas é mais estilística do que gramatical. As gramáticas cinematográficas funcionam como um modelo de leis e regras imutáveis e “inquestionáveis” (correto x incorreto) das gramáticas tradicionais da linguagem verbal, pois se constituem a partir de uma estética que preza a transparência⁶⁰ (“a melhor técnica é a que não se vê”) e o realismo (“a imagem deve proporcionar a sensação de verdade”).

Robert Bataille, um dos autores dessas gramáticas, diz que “da mesma maneira que cada palavra evoca uma ideia, cada plano mostra uma ideia” (In. Aumont e outros, 1995, p. 166). Esse autor ainda diz que “plano é a representação visual de uma ideia simples” e “se coloca no nível do efeito produzido sobre o espectador, que é levado a perceber uma única ideia durante

⁶⁰ A estética da transparência desempenha uma importância primeira no cinema (e no telejornalismo também).

seu tempo de passagem pela tela”. Esse funcionamento das imagens é de suma importância na análise da textualização lacunar das notícias televisionadas.

Jean Mitry (In. Aumont e outros, *ibidem*, p. 53-55) parte da compreensão tradicional do cinema como meio de expressão para acrescentar que este é capaz de organizar, de construir, comunicar pensamentos, desenvolver ideias; é uma linguagem. Essa compreensão o leva a definir o cinema como uma forma estética que utiliza a imagem, que é um meio de expressão cuja sequência é uma linguagem. Para Jean Mitry, a linguagem é um sistema de signos ou de símbolos (definição Saussuriana) que permite, além de intercâmbios entre conversas, elaborar seus significados a partir da reprodução analógica do real visual e sonoro. Sendo assim, o cinema utiliza a imagem como um meio de expressão cuja sequência é uma linguagem, uma vez que esta comunica pensamentos, desenvolve e organiza ideias. Essa definição enfatiza a materialidade significante do cinema, a imagem⁶¹ na sua amplitude, pois Jean Mitry viu que o erro dos teóricos anteriores se deveu ao fato de que eles, *a priori*, colocaram a linguagem verbal como forma exclusiva da linguagem e, por ser a linguagem fílmica necessariamente diferente, concluem que esta não é linguagem. Aqui, vemos, mais uma vez, a supremacia da linguagem verbal sobre o não-verbal produzindo seus efeitos de sentido, assim como observamos na materialidade multimodal dos telejornais aqui em análise. Então, para Jean Mitry existe uma linguagem cinematográfica, mas o cinema, ao mesmo tempo em que é uma representação do real, não é um simples decalque seu.

Segundo Metz (In. Aumont e outros, *ibidem*, p.177-181), a manipulação fílmica transforma em discurso o que poderia ser só decalque da realidade, e o cinema é postulado como uma linguagem, mas é estudado gramaticalmente como uma língua. E, a partir da tripartição fundadora da linguística saussuriana (a linguagem como soma da língua e da palavra)⁶², Metz define o estatuto da linguagem cinematográfica. De acordo com esse autor, a língua permite, a

⁶¹Jean Mitry (1963, P. 53-54) (Apud. AUMONT, 1995) afirma que “é evidente que um filme é algo bem diferente de um sistema de signos e símbolos. Pelo menos, não se apresenta como sendo apenas isso. Um filme, em primeiro lugar, é imagem e imagens de algo. Um sistema de imagens cujo objeto é descrever, desenvolver, narrar um acontecimento ou uma série de acontecimentos qualquer. Mas essas imagens, dependendo da narração escolhida, organizam-se em um sistema de signos e de símbolos, tornam-se símbolos ou podem tornar-se símbolos. Não são unicamente como as palavras, mas, antes de mais nada, objetos da realidade concreta: um objeto que tem (ou ao qual damos) uma significação determinada. É nisso que o cinema é uma linguagem: torna-se linguagem na medida em que é, em primeiro lugar, representação e, por meio dessa representação é, se quisermos, uma linguagem de segundo grau”.

⁶² Fomos fieis à tradução do livro, mas entendemos ser mais adequado dizer “a linguagem como soma da língua e da fala”.

qualquer momento, a permutação dos polos do locutor e interlocutor. Já o cinema não permite diretamente com um filme, a não ser no sentido metafórico, e, nisso, diferencia-se radicalmente da comunicação verbal. E o que caracteriza a linguagem do cinema é a linearidade, é a impressão de continuidade criada por este desfile linear. Esta é a base do domínio exercido pelo filme sobre o espectador. Logo, o espectador jamais terá a impressão de estar vendo unidades descontínuas.

Ainda, Aumont e outros (ibidem, p. 191; 193) falam sobre o material de base da linguagem cinematográfica, que é o sentido denotado produzido sobre a analogia figurativa: “Este pode ser interno à imagem: enquadramentos, movimentos de câmera, efeitos de iluminação, ou podem referir-se a relações de imagem a imagem, portanto, à montagem”. A este respeito, citamos a passagem que se refere a cinco materiais diferentes que se combinam de modo a caracterizar a linguagem cinematográfica: “A trilha de imagens compreende as imagens fotográficas que se movem, múltiplas e colocadas em série, e, acessoriamente, notações gráficas que podem substituir as imagens analógicas (letrados) ou a elas se sobrepor (legendas e menções gráficas internas à imagem)”.

O único desses materiais que é específico da linguagem cinematográfica é a imagem em movimento. A partir dessa característica comum, discutimos a relação do funcionamento da imagem em movimento do cinema e do telejornalismo.

Ao refletir sobre a linguagem imagética, cabe retomar o que Aumont e outros (Ibidem) informam sobre os códigos não-específicos e códigos específicos do cinema. Estes estão ligados à imagem fotográfica em movimento e certas formas de estruturação próprias do cinema, como a montagem. Um código específico do cinema (e linguagem televisiva, uma vez que essas duas linguagens são amplamente comuns) é o movimento de câmera que diz respeito às relações de fixidez e mobilidade: códigos de movimento de câmeras que intervêm em um plano cinematográfico (escalas de plano). Estes explicitam uma escolha dentre todas as figuras não escolhidas; códigos dos *racords* dinâmicos.

Os códigos fotográficos tais como escalas de plano, enquadramentos, nitidez da imagem, cores, timbre de voz, montagem⁶³ não são específicos do cinema, pois se referem a todas as imagens figurativas, mas o serão se colocados a desempenharem papel de primeiro plano. É muito maior o número de códigos não-específicos e, nem por isso, são menos

⁶³A montagem paralela é sucessão dinâmica de imagens; a alternada instaura uma relação de simultaneidade; e a linear, sucessão cronológica (ibidem, p. 2003).

significativos na linguagem cinematográfica (e televisiva). Também a oposição radical entre códigos específicos e não-específicos não é sustentável dado a hierarquia na especificidade.

Os códigos não-específicos têm um conteúdo semântico coextensivo ao universo social dos sentidos, têm especificidades múltiplas, uma vez que podem corresponder a outras linguagens, cujo traço de expressão constituem parentesco com outras zonas de sentido. Assim, os códigos relacionados à visualidade e ao movimento têm papéis significativos na linguagem cinematográfica. Além destes, cabe observar os códigos relativos à narrativa (considerados no nível em que são independentes dos veículos narrativos) e aos códigos do conteúdo, pois “estudar um filme será estudar um enorme número de configurações significantes que nada têm de especificamente cinematográfico. Daí a amplidão do empreendimento e o apelo às disciplinas de que estes códigos não-específicos dependem” (AUMONT e outros, *ibidem*, p. 199-200). Assinalamos que esta citação dialoga intimamente com o desafio da discussão proposta com a escrita desta tese.

Goifman (1998, p. 19) já disse: “Palavra escrita, palavra dita, imagens fixas e em movimento. Antes que formas excludentes, possibilidades”. É a partir desta citação que, a seguir, trazemos algumas considerações sobre o que este autor discute em *Valetes em slow motion*. Nesta obra, Goifman, filiado a parâmetros da área de ciências sociais (antropologia e sociologia⁶⁴), propõe uma investigação com o uso do vídeo, na prisão brasileira, objetivando observar as significações do tempo e do espaço em uma instituição carcerária, as negociações sociais, formulações simbólicas e as representações sobre o tempo no cotidiano penitenciário. Ainda esse autor discute sobre os meios de produção e expressão das imagens no interior da prisão. Lembramos que a edição de vídeo é o processo de corte e montagem de filmes em meio analógico (edição linear) ou digital (edição não linear). A edição de vídeo consiste em decidir que tomadas usar, quais são as melhores, e uni-las na sequência desejada. Pode-se, inclusive, montar as sequências fora da ordem cronológica de gravação ou do próprio tempo do filme.

Segundo Goifman (*ibidem*, p. 39), de modo geral, nas últimas décadas, podemos configurar dois grandes grupos de investigações científicas que compreendem a utilização de meios audiovisuais: o primeiro é o dos cientistas que usam imagens e sons no sentido de

⁶⁴ De acordo com Goifman (1998, p. 41-42), o uso de imagens por antropólogos e sociólogos remete de imediato à ideia de registro. Várias experiências em diversas áreas de pesquisa com a utilização de meios de produção de sons e imagens vêm sendo feitas. A História tem se ocupado das contribuições - principalmente do cinema - para sua disciplina.

ilustração e complemento dos procedimentos e conclusões. O segundo grupo dedica uma reflexão sobre a potencialidade dos instrumentos de produção de imagens, suas especificidades, virtuais ou relativas à sua realização e consequências, não meramente residuais, à prática científica. Este grupo não desconsidera os trabalhos do primeiro grupo e, sim, que a discussão que aquele propõe leva a outras discussões mais fecundas e a questionamentos metodológicos. O autor citado acima ainda fala sobre a timidez do uso marginal, da introdução da imagem em investigações científicas de maneira que analisar a imagem em movimento, distante da imagem ilustrativa residual, impõe novas reflexões e metodologias que dêem conta dos alcances e limites no trato da linguagem não-verbal.

De acordo com Goifmam (ibidem, p. 187), “documentários, de modo geral, dedicam atenção ao tempo da ação que pretendem mostrar e, a partir daí, fazem opções por fórmulas mais sintéticas ou não. Usualmente prevalece uma concepção particular de ‘tempo morto’. Esta ‘demora’ funciona para ampliar o tempo de reflexão do espectador”. A este respeito, o autor ainda afirma que

[...] a explosão do espaço da tela com o “superpreenchimento” e a edição vertical, sustentada na simultaneidade de imagens – o tempo escasso dessas colagens em movimento –, são agora objetos de análise. A produção comercial televisiva não aponta para um sentido oposto no que se refere à rapidez [...] sendo que até o preço para ocupar o espaço da tela é cobrado pela duração e pelo horário que ocupa dentro da programação [...] A opção por planos fechados e rapidez é considerada como resultante das próprias características do meio, como baixa definição e exibição em tela pequena [...] A possibilidade do rápido trânsito da informação eletrônica, e em grande quantidade, faz com que se estimule a aceleração na forma (Ibidem, p. 188-189).

Vale trazer outras considerações do autor citado acima para melhor compreendermos a linguagem da imagem do vídeo. Goifman (ibidem, p. 190-191) informa que

o tempo em vídeo pode ser facilmente acelerado com relação ao tempo real, retardado, imobilizado ou repetido. Equipamentos recentes permitem que durante a finalização de vídeos ocorra a inserção de fatias de tempo diferenciado no interior de um programa já editado. Os instrumentos digitais possibilitam não só a manipulação imagética, mas também concepções plurais, absolutamente não lineares, de compreensão e rearticulação do tempo. Pode se restringir à duração da reflexão do espectador, através de uma sucessão rápida de imagens, levando-o no caminho de interpretações aceleradas. Por outro lado,

são viáveis também imagens que sejam alongadas com relação ao tempo real, a contemplação de mosaicos eletrônicos em suaves movimentos. Antes que fechar na rapidez e urgência como necessidades, o vídeo abre várias possibilidades, como a própria coexistência temporal, às vezes em um mesmo espaço/ tela.

Enfim, a imagem em movimento é incitável, pois o texto escrito não consegue restituir o que só o aparelho de projeção pode dar: um movimento, cuja ilusão garante o efeito de sentido de retrato fiel da realidade exterior ao mundo do telespectador. O registro do mundo “real”, através de imagens em movimento, organiza os fatos noticiados, dando sentido ao real, e um olhar para o mundo exterior justifica a narrativa. É a capacidade de produzir a ilusão de registro, retrato da realidade que é uma das riquezas da linguagem fílmica, da imagem em movimento.

A compreensão de “semelhança fiel” é questionada, uma vez que a imagem de filme é um objeto físico que se compõe de uma distribuição espacial sobre a película de um filme que se reflete, se reproduz, em telas, e a montagem das notícias em narrativas informativas é um meio de (re)produzir opiniões, interpretações, sentidos, associações e reações no telespectador. Ainda, no que diz respeito ao retrato fiel da realidade que confere credibilidade às notícias porque mostra a prova do que relata, é necessário lembrar que a imagem do filme é um objeto físico que distribui a imagem espacialmente a partir dos planos de captação das imagens e, por isso, as reproduções, mesmo de muitos fotogramas, sempre manifestam apenas uma espécie de impotência radical para assumir a textualidade do filme.

Então, segundo Goifman (ibidem), cineastas fazem da imagem o lugar de elaboração de uma cenografia do real. A recriação deriva de procedimentos tecnológicos obtidos pela câmera, pela mídia de editoração; é um trabalho de elaboração de uma cenografia do real. Logo, a montagem do filme organizado pelas necessidades da leitura, os recortes, as mudanças de tomadas, de foco imagético, as paradas sobre a imagem têm a função contraditória de abrir a textualidade do filme justamente no instante em que interrompemos seu desdobramento. Em certo sentido, é exatamente o que fazemos quando paramos em uma frase de um livro para lê-la, relê-la e refletir sobre ela. De acordo com Aumont e outros (ibidem), a parada sobre a imagem e o fotograma que a reproduz são simulacros e, evidentemente, deixam o filme fugir, mas, paradoxalmente, permitem-lhe fugir como texto.

A partir das considerações acima, no próximo capítulo tentaremos dialogar com as discussões sobre o funcionamento da imagem num campo teórico específico que é a Análise de Discurso de matriz francesa.

5.2- A edição interpretativa das imagens

[A imagem em movimento] é propriamente incitável, pois o texto escrito não consegue restituir o que só o parêntese de projeção pode dar: um movimento, cuja ilusão garante a realidade. Por isso, as reproduções, mesmo de muitos fotogramas, sempre manifestam apenas uma espécie de impotência radical para assumir a textualidade do filme. Contudo, são essenciais. Representam de fato um equivalente, sempre organizado pelas necessidades da leitura, do que são uma mesa de montagem as paradas sobre a imagem, que têm a função perfeitamente contraditória de abrir a textualidade do filme justamente no instante que interrompem seu desdobramento [...] A parada sobre a imagem e o fotograma que a reproduz são simulacros; evidentemente, deixam o filme fugir com o texto. (“Le texte introuvable”, em *L’analyse du filme*) (Apud AUMONT e outros: 1995, p. 214).

Em 1965, os Sem-terra não estavam nas manchetes de jornais porque seus líderes e o movimento como um todo tinha sido dizimados pela repressão que se seguiu imediatamente ao golpe militar de 1964. Então, se para a política urbana o auge da ditadura só chegaria em 1969, para os Sem-terra das ligas camponesas o período mais duro da ditadura já começou no dia primeiro de abril de 1964, no momento que começou o golpe. Enquanto o conservadorismo dos Estados Unidos fez a Reforma Agrária nos países da Ásia, no Brasil, o *establishment* político e empresarial sempre vetou a divisão das grandes propriedades agrárias e a distribuição de terras para camponeses. Se o Brasil tivesse feito a Reforma Agrária no momento em que os Estados Unidos a fez, hoje não teríamos um confronto com o passado estabelecido, principalmente pelos noticiários (SERVA, 1998, p. 60-61).

Então, quando procuramos interpretar e descrever os sentidos que os telejornais veiculam sobre o MST a partir de uma textualização lacunar, compreendemos que a televisão tem questões próprias de seu meio, tais como sua linguagem (imagens e sons), sua tecnologia, sua economia, suas condições de recepção. E, se pensarmos que a mídia descreve, representa, registra o mundo real a partir de técnicas de decupagem, editoração, etc., atentaremos para o fato de que as imagens significam por si só e, neste funcionamento próprio, exercem o poder de manter ou deslocar os sentidos de luta de classes, luta pelo poder/dizer. Nessa medida, apesar de o telejornalismo se legitimar como discurso da verdade, ele re-significa, interpreta os fatos noticiados através de mecanismos melodramáticos que apelam para o sensacionalismo, para espetáculos feitos a partir de cenas do cotidiano.

A seguir, resgatamos o que alguns autores afirmam sobre o funcionamento da imagem na perspectiva da Análise do Discurso.

Davallon (1999) fala sobre duas características semióticas da imagem: o *dispositivo* e o *operador de simbolização*, que produzem eficácia simbólica da imagem. O *dispositivo* funciona como *estratégia de comunicação* que regula o tempo e as modalidades de recepção da imagem em seu conjunto ou a emergência da significação (códigos perceptivos mudam menos rápido que os códigos iconológicos). Enquanto o operador de simbolização funciona como registro da relação intersubjetiva e social inscrevendo materialmente o acontecimento.

Ainda segundo Davallon (ibidem, p. 29-30), Benveniste não acredita que a imagem pode conjugar os dois modos de significação, pois só a língua o poderia porque “existe uma espécie de aproximação entre as oposições formais (de forma, de cor e de topologia) e a instância textual e enunciativa”. Contrário a Benveniste, Davallon acredita que há uma aproximação entre materialidade e sentido. Isto, de acordo com Orlandi (2000), é a forma material. Logo, a partir de Davallon, pensamos no papel discursivo da imagem, na medida em que esta representa a realidade a partir de códigos tais como a língua materna, no caso dos telejornais brasileiros, som musical, códigos de cores, códigos de timbre da voz, efeito de iluminação, movimento da câmera, imagem parada, enquadramento, escalas de planos, decupagem, *raccords* (“emendas entre planos”, elementos coesivos), edição, etc. Sendo assim, a materialidade significante de base dos telejornais é a imagem em movimento mais o áudio (som da voz dos apresentadores âncoras, dos repórteres, dos entrevistados, do local de gravação). Vemos que essa também é a materialidade do cinema e, por isso, no capítulo anterior, recorremos à teoria do cinema para colocá-la em diálogo com a AD.

Para falar da imagem nos telejornais, vale trazer algumas considerações sobre a constituição da imagem fotográfica, por entendermos que a constituição da materialidade telejornalística dialoga com a constituição da fotografia aqui descrita. A fotografia não existe apenas enquanto resultado, porque é preciso levar em conta seu processo constitutivo no qual referente e signo não se confundem. Portanto, é preciso refletir sobre a “realidade irreal” que é o produto do processo produtor da imagem técnica. “O ato fotográfico não é reprodução, mas proposição sobre novos modos de ver, de novas relações com o mundo, que neguem a contemplação passiva e sublinhem o valor da ação modificadora”⁶⁵. A fotografia é, para Moholy-

⁶⁵ Ramos, 1998, p. 75.

Nagy, “um fato eminentemente linguístico, pela questão enunciativa, diferentemente da pintura, em virtude de leis próprias, que abarcam a luz, o claro-escuro, a textura e a rapidez da conformação da imagem: não só reproduz como produz realidade, unindo numa mesma dimensão arte, ciência e técnica pelo trâmite da máquina” (RAMOS, 1998, p. 74-78). Numa relação com essa compreensão da materialidade da fotografia, observamos que também na TV temos uma imbricação entre realismo e abstração dado que, no texto fílmico, a imagem televisiva organiza a visão, orienta a leitura.

No âmbito da teoria da AD, entendemos que a imagem nos telejornais opera não só como testemunha, mas acrescenta possibilidades ao olhar que não cabem no relato oral, pois a materialidade telejornalística apresenta a possibilidade de aproximação a uma linguagem teatral, em que a *performance* sempre emerge como ato possível; o sentido da veracidade trazido pelas cenas ao vivo; os recursos de edição que trabalham som, imagem e presença de narradores distintos em diferentes locais relatando o fato de diversos pontos de vista. Assim, a multimodalidade do discurso televisivo permite que os meios de comunicação de massa conformem espaços de dizer homogêneos, transparentes. As mensagens veiculadas por esses meios, por seu caráter ambíguo e lacunar, ao permitirem desvios, recodificações, equívocos, derivas, paráfrases, conformam muito mais um espaço de luta hegemônica, onde diversas visões de mundo procuram se legitimar – não só pela força, mas também pela sedução e pela cumplicidade. E, neste aspecto, nunca é singular ou homogênea, já que não existe passivamente como forma de dominação, o que nos leva a procurar compreender o funcionamento da textualização das notícias telejornalísticas.

Silva (2002) faz um estudo interessante sobre a televisão brasileira e discute a questão da imagem na perspectiva discursiva; por isso, a seguir, trazemos uma leitura da tese dessa autora.

As discussões que Silva (ibidem, p. 122-140 e 155-214) propõe em sua tese dialogam diretamente com a nossa reflexão quando tratamos do funcionamento da imagem na constituição de uma textualização lacunar do discurso telejornalístico. É de suma importância fazer um resgate do que essa autora diz sobre a imagem em outras perspectivas teóricas e na perspectiva discursiva.

De acordo com a autora (ibidem, p. 39-41), as abordagens da televisão como linguagem nas perspectivas da semiótica e da teoria comunicacional tendem para uma

compreensão a-histórica do objeto. A perspectiva comunicacional pressupõe a linguagem como instrumento de comunicação (destinador e destinatário, referente, mensagem, código, canal) e a língua enquanto sistema, código. Esta perspectiva teórica não questiona o “meio”, e sim o “conteúdo” e os objetivos (de comunicação) a serem atingidos com clareza, em relação aos receptores da mensagem.

A perspectiva semiótica trata a televisão como experiência estética, recurso tecnológico, processo técnico, e busca manter a capacidade de avaliação da televisão como produto artístico de modo a distinguir o que é ou não de qualidade. Silva (ibidem, p. 88) ressalta que a distinção entre a ordem semiótica e semântica é de suma importância para que possamos tratar da questão do sentido em sua materialidade linguístico-histórica.

Para Benveniste, o semiótico considera a língua no sentido saussuriano. Ou seja, como sistema linguístico em que os elementos são definidos por suas relações com outros elementos do sistema. Trata-se do modo de significância que é próprio do signo linguístico, e é este o modo que o constitui como unidade. O que aqui interessa é a existência do signo, existe/ não existe. Trata-se de saber se algo é signo relativamente a outros signos. O estudo deste modo de significância delimita os signos do sistema, já que está no campo da pura distintividade (GUIMARÃES, 1995, p. 45-46).

Já o modo semântico diz respeito à língua enquanto produtora de mensagens. Não se trata de considerar a sucessão de unidades, mas de considerar o sentido globalmente. Uma distinção interessante que ele coloca parece instrutiva aqui. É a do critério de validade para as duas ordens. Para o semiótico, trata-se de reconhecer as unidades (os signos), para o semântico, trata-se de compreendê-los (GUIMARÃES, 1995, p. 45-46).

Nesta perspectiva, Pêcheux (1997, p. 11-12) afirma:

[...] A teoria semântica avizinha hoje, frequentemente, dos termos semiótica e semiologia [...] Independentemente da questão de a Semiótica e a semiologia designarem ou não uma única e mesma disciplina – o que é ainda discutível – permanece a questão de que ambas dizem respeito ao conjunto de signos, sejam eles de natureza linguística ou extralinguística (imagens, sons, etc.). A semântica, por outro lado, cuja definição mais geral é a de que ela se ocupa do sentido, parece derivar, antes de tudo da linguística e da lógica.

Torna-se relevante trazer a seguinte citação de Silva (2002, p. 41; 68-69):

[...] Na mídia, nas tecnologias da imagem, o “real” que se mostra não é mais “real”, ou porque é transformado em espetáculo, ou porque o que está no lugar do real parece mais real do que ele mesmo. Em um posicionamento tal, a linguagem *excede*, distorcendo o real de alguma forma. É possível então identificar-se na mídia a *aparência* como uma falsa visão do real/realidade, uma deturpação. [...] a imagem não é identificada aos processos de emissão/recepção das imagens como processos físicos, e também não é compreendida em termos sensoriais (a “recepção” da imagem pelo sujeito, confundida com percepção) ou “cognitivos”.

A autora (ibidem, p, 69) ainda afirma que, na perspectiva discursiva e enunciativa em que desenvolve sua pesquisa, “a língua/linguagem são percebidas agindo na realidade, através da produção de um imaginário e dos efeitos de sentido. A realidade é algo produzido socialmente através da linguagem e não faz sentido pensar num real que lhe seja anterior”. Visto isso, o que nos interessa na perspectiva discursiva são os efeitos da linguagem, o que vai além do que a compreensão da linguagem enquanto sistema dá conta. Logo, a “compreensão da produção do sentido, no texto, no enunciado, no discurso, implica uma exterioridade em relação ao linguístico e ao semiótico (como significante)”, conforme Silva (ibidem, p. 89).

Segundo a mesma autora (ibidem), a linguagem da televisão é uma linguagem da imagem que tem como técnica o “fazer ver” um real como aquilo a que ela remete, de modo a produzir um efeito de referencialidade e de transparência a partir do imaginário da linguagem, comunicação sustentada pela narrativa e imagem. Desse modo, a aproximação entre o cinema e a televisão se relaciona com a questão da fotografia, dado as configurações audiovisuais desses dois meios de comunicação. Silva (ibidem) diz que a televisão brasileira tem no cinema americano um modelo e uma tecnologia, pois a imagem da televisão aproxima-se do cinema por sua materialidade fotográfica em que define a distância e proximidade em que a cena se coloca em relação ao olhar do espectador. Ou seja, os planos que se definem a partir da referência da figura humana no enquadramento. Sendo assim, os enquadramentos representam uma normatização sobre a imagem nas produções cinematográficas e televisivas, pois o quadro “deve ser” interpretado segundo determinadas funções da fotografia na narrativa, de modo a produzir um efeito de linearidade.

Na televisão, a construção das sequências fotográficas mais utilizadas é o modelo do cinema americano, o chamado plano/contraplano, junto ao plano médio e o primeiro plano. Esses são os enquadramentos mais utilizados para a tomada do apresentador e dos repórteres na televisão. O plano americano e o plano médio costumam introduzir a imagem dos repórteres nos

noticiários em destaque nas telas, permitindo que o contexto em que se encontram também seja visto, o que confere uma contextualização para a narrativa do fato noticiado. No telejornalismo, a imagem é produzida a partir de uma proposta de fotografia cada vez mais próxima do público que, junto a uma imagem dos bastidores, produz um efeito de intimidade. E os planos gerais não são tão frequentes, de modo que a exploração do cenário é mínima, uma vez que este não é um elemento a ser explorado em si mesmo. A autora ainda chama a atenção para o fato de que, enquanto no cinema há uma variedade de enquadramentos de acordo com a proposta de cada filme e dos diferentes momentos da narrativa, na televisão, há uma “restrição de proposta” que limita o funcionamento dos enquadramentos, de acordo com o seu quadro de possibilidades.

Silva (ibidem) também afirma que a preocupação de contar uma história de maneira direta através das imagens está presente desde o início da televisão e, por isso, que as imagens se voltam, em termos fotográficos, para a aproximação em relação aos apresentadores, no caso aqui, do telejornalismo. Este centramento na figura humana significa que não serão as imagens a contar a história e, sim, a narração do repórter e as entrevistas. Isso explica a composição/edição das narrativas telejornalísticas que se dá através de desníveis enunciativos entre o âncora, o repórter e os vários participantes do fato narrado. Desse modo, o centramento na fotografia produziu no discurso da televisão a possibilidade de uma administração das imagens, de modo a representar o mundo, o real, a partir de uma enunciação da atualidade cotidiana. Enunciação que recorre ao linguístico e ao fotográfico para produzir sentidos de coloquialidade, sendo que a imagem produzida da realidade é administrada pela empresa (emissora) que contrata profissionais para cobrirem acontecimentos diariamente. Mas, os efeitos da produção devem ser apagados de modo a produzir um efeito de imediatismo através da relação do apresentador (jornalista, repórter) com o público. Este é um modo de dizer constitutivo da textualização lacunar.

Podemos observar que os enquadramentos são significativos na “mediação” que a televisão realiza com o público e, é neste sentido, que Silva (ibidem) aborda a questão da fotografia enquanto elemento integrante do discurso da/na televisão, o que é de suma importância para a discussão da textualização lacunar na ordem do verbal e do não-verbal.

De acordo com Silva (ibidem, p. 126-128):

[...] No cinema, os filmes resultariam em um trabalho mais ou menos autoral, em função da presença menor ou maior das determinações econômicas das produtoras, que entre outras coisas limitam os custos e o tempo de exibição dos filmes, para torná-lo, por exemplo, mais lucrativos e mais vendáveis [...] Abordada em uma perspectiva cognitiva de linguagem, as diferenças entre cinema e televisão, quanto à qualidade da imagem, poderiam ser explicadas, por exemplo, pelas “situações de recepção”, como experiências sensoriais distintas, observando-se então o ambiente escuro, o tamanho da tela, etc.

Embora possa ser realizada toda uma aproximação para com o cinema, a qualidade da fotografia da televisão sempre possuiu a sua especificidade. Em seus recursos e modo de articulação própria, a televisão é, em princípio, outra coisa, aos nossos olhos. A fotografia na televisão voltou-se que invariavelmente para uma aproximação (close) em relação à figura humana no vídeo, na medida em que a televisão, diferentemente do cinema, volta-se para o público através desse preenchimento do seu (do público) cotidiano, com a sua programação.

[...] Os enquadramentos relacionam-se também à forma da narração na televisão. No imaginário constitutivo deste como um veículo de comunicação, através da câmera seria um possível acesso direto ao acontecimento pelo público – pode-se dizer talvez que a narração fotográfica esconde um possível ponto de vista do narrador.

Ainda vale trazer da reflexão de Silva (ibidem) sobre a questão da relação entre a figura e o fundo na televisão que, segundo ela, estabelece uma aproximação, através da câmera, do repórter/jornalista para com os assuntos tratados. Essa questão é significativa no *corpus* analisado nesta tese, pois a figura de fundo do cenário do apresentador âncora dos telejornais e, de modo geral, a figura de fundo dos cenários utilizados nas narrativas e os efeitos produzidos a partir da regularidade dos planos são constantes. Esse funcionamento se dá a partir da antecipação de que o telespectador está do lado de fora do acontecimento e isso será abordado no capítulo 6.1: *A instituição (tele)jornalística e o lugar da notícia e das imagens na editoração*, onde proponho uma análise da editoração, montagem da notícia.

Torna-se relevante trazer aqui o que Silva (ibidem, p. 157-158) coloca sobre o funcionamento da narração no telejornalismo quando afirma que a narrativa telejornalística se sustenta na dramatização e na narração, isto é, a enunciação no telejornalismo situa a instituição (televisão) no lugar de um narrador como “simples testemunha que relata fatos”. Então, a partir de imagens *flagrantes* (imagens reais, sem a produção, sem a artificialidade de uma abordagem institucional pela televisão) e de *reconstituições* (em que o aparato técnico da mídia “recupera” o acontecimento, em um sentido ao mesmo tempo técnico e dramático) que procuram elucidar o “ocorrido”, os telejornais trazem as suas verdades à tona. Visto isso, Silva (ibidem) diz que a

encenação distanciada e a encenação dramatizada produzirão no jornalismo diferentes efeitos de credibilidade: a primeira, pelo distanciamento que garantiria a neutralidade na abordagem dos fatos e, a segunda, pela participação do jornalista e do público no acontecimento noticiado. Ou seja, esses dois tipos de encenação são maneiras diferentes de fazer ver e de exercer a função política da linguagem. Sob esses dois modos de encenação, a linguagem da televisão trabalha produzindo efeitos de transparência referencial, pois “fotografa” a sociedade, a realidade.

Enfim, a partir das reflexões que trouxemos acima, assinalamos que a proposta de análise da materialidade multimodal dos telejornais aqui em questão apela para as reflexões ancoradas em outras disciplinas, mas não nega nem dissimula, nem casa pressupostos teóricos antagônicos, uma vez que demarcamos nossa análise dentro dos pressupostos teóricos desenvolvidos na Análise de Discurso de matriz francesa, desenvolvida por Michel Pêcheux na década de 60. Então, tentamos avançar teoricamente e analiticamente no tratamento de materialidades não verbais, nos interessando, especificamente, a textualização lacunar dos telejornais em sua materialidade multimodal, uma vez que esta ainda não foi largamente desenvolvida. Talvez isso se deva à preponderância do trato da linguagem verbal sobre a não verbal.

Neckel (2004), filiada aos pressupostos teóricos da AD de matriz francesa, propõe uma possibilidade de pensar o não-verbal como característica fundante do discurso artístico, como *processo*. Deste modo, o resultado de um processo discursivo não-verbal poderá ser tanto verbal, quanto não-verbal, sendo que suas condições de produção é que estão na ordem do não-verbal. A autora acima chama atenção para o fato de que a diferença entre o verbal e o não-verbal está nas condições de produção. Assim sendo, estabelece-se uma relação de similaridade ao processo de paráfrase e polissemia discutido por Orlandi (1999), pois esta é uma relação contraditória constitutiva que se dá enquanto processo discursivo em que o verbal pressupõe o não-verbal, e vice-versa.

Ainda, Neckel (ibidem, p. 68-82) propõe um dispositivo de análise para o não-verbal que articule estrutura e acontecimento, pois a imagem é estrutura e acontecimento porque está localizada em um tempo histórico inscrito em condições de produção determinadas sócio-históricas e ideológicas. De acordo com essa autora, considerar, como de costume, a imagem apenas como estrutura, e não como acontecimento, é fazer uma análise semântica, e não discursiva, pois a estrutura permite compreender o não-verbal apenas como produto, e não como

processo. No nível da estrutura, os elementos visuais são segmentados no que diz respeito a suas características semióticas, e o signo é considerado como ícone, compreendido a partir de suas características estruturais. Assim sendo, uma possibilidade de romper com análises referenciais, pragmáticas, é a articulação da valoração icônica (semiótica) com a valoração histórica, ideológica e social. Essa articulação leva o analista ao acontecimento (nova forma de dizer) que é a articulação do real, do simbólico e do imaginário no processo discursivo não-verbal; este é o espaço da enunciação.

Também Pêcheux (1999, p. 55) afirma que “a questão da imagem encontra assim a análise de discurso por outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória perdeu o trajeto de leitura”.

Souza (2001) formula o conceito de policromia entendendo-o como base de análise da materialidade da imagem (fílmica, fotográfica, artística, gráfica, publicitária, etc.) na perspectiva da Análise do Discurso (AD) de matriz francesa. Para tanto, a autora descarta os pressupostos da Semiologia e da Linguística por entender a oposição entre estas disciplinas e a AD no que se refere ao processo de significação e à definição de linguagem. Ou seja, para a Semiologia e a Linguística, o verbal perpassa o não-verbal e, na perspectiva discursiva, a imagem funciona ideologicamente, produzindo sentidos outros, a depender da sua materialidade, de modo que pode ter o *status* de linguagem ou o de cenário ou ilustração. A seguir, trazemos uma longa citação da autora (ibidem, p. 66-67) que se justifica pela sua relevância dada à temática em discussão nesta tese:

Sobre o processo de significação da imagem, as discussões estão, em geral, restritas a duas vertentes principais: ou se toma a imagem da mesma forma como se toma o signo linguístico, discutindo-lhe as questões relativas à arbitrariedade, à imitação, à referencialidade (tal como propõem Saussure e Pierce, 1999 ⁶⁶), ou se toma a imagem nos traços específicos que a caracterizam, tais como extensão e distância, profundidade, verticalidade, estabilidade, ilimitabilidade, cor, sombra, textura, etc., buscando-se a definição de que modo se dá a apreensão (ou leitura?) da imagem naquilo que lhe seria específico (tal como propõe Vilches, 1991) [...] Em ambos, Peirce e Saussure, a preocupação é com o estabelecimento de uma formalização do estudo do não-verbal no plano da significação. O estudo do ícone, por exemplo, em Peirce, terá na sua base o processo por analogia, ou comparação, fato não condizente

⁶⁶ A observação entre parênteses é nossa, e não da autora citada.

com a perspectiva da AD, uma vez que o mecanismo analógico pressupõe uma referência estabelecida *a priori*. A referência, no entanto, se institui no próprio gesto de interpretação, trata-se de pensar o referente como um "objeto imaginário (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física" (Pêcheux, 1990), sendo, pois, instituído pelas formações imaginárias e pelos deslizamentos de sentido operados com os gestos de interpretação. Logo, os referentes não são invariantes primeiros, mas pontos de estabilização de processos discursivos, o que nos faz apontar que a relação de analogia, ou de semelhança pode se dar diferente para cada sujeito. O problema maior que apontamos aí reside nas grades da formalização que congela o significado e apaga a historicidade do sentido. A significação acaba por ser prevista antes e não depois da atribuição de sentido. Por isso, é importante se romper com o mecanismo analógico que pode operar com uma referência pré-estabelecida, e instituir no processo de significação a referência em si. E não propor para o ícone, por exemplo, a semelhança assistida por regras convencionais.

Nesta perspectiva, Souza (ibidem) propõe algumas possibilidades de analisar a imagem como discurso, ao entender que a convenção pode ser buscada também no plano de articulação do simbólico com o ideológico, pois a Análise do Discurso visa explicitar a heterogeneidade através de marcas tais como o implícito, o silêncio, a ironia. Nessa medida, a autora chama atenção para o fato de que essas marcas não podem ser pensadas como uma pluralidade de vozes⁶⁷. E, por isso, Souza (ibidem), ao discutir essas marcas de heterogeneidade na linguagem imagética, propõe a noção de policromia com o cuidado de não analisar o não-verbal pelas categorias de análise do verbal. Nesta perspectiva, Souza (ibidem, p. 81-82) afirma que

[...] a policromia revela também a imagem em sua natureza heterogênea, ou melhor, como conjunto de heterogeneidades que, ao possuírem uma co-relação entre si, emprestam à imagem a sua identidade. Essa co-relação se faz através de operadores discursivos não-verbais: a cor, o detalhe, o ângulo da câmara, um elemento da paisagem, luz e sombra, etc., os quais não só trabalham a textualidade da imagem, como instauram a produção de outros textos, todos não-verbais [...] Ao se definir policromia como rede de elementos visuais, implícitos ou silenciados, verifica-se que são esses os elementos que possibilitarão as diferentes interpretações do texto não-verbal. Com isso, se diz que as imagens não são visíveis, tornam-se visíveis a partir da possibilidade de cada um projetar as imagens possíveis, que necessariamente, não compõem a estrutura visual do texto não-verbal em si, mas que compõem a rede de imagens mostradas, indiciadas, implícitas, metaforizadas ou silenciadas. O analista, ao se inscrever pelo viés da policromia, direciona e constrói o próprio olhar através dos gestos de interpretação. Os gestos de interpretação são em si efeitos metafóricos, deslizamentos de sentido, ordenados pela injunção do dizer [...] Entender a imagem como discurso, por sua vez, é atribuir-lhe um sentido do ponto de vista social e ideológico, e não proceder à descrição (ou segmentação) dos seus elementos visuais.

⁶⁷ Acrescentamos que essas vozes não são apenas do áudio, mas também das imagens porque estas falam.

Enfim, de acordo com a autora, o conceito de policromia permite ao analista, ao interpretar imagem, projetar outras imagens cuja materialidade não é da ordem da visibilidade, mas da ordem do simbólico e do ideológico, da ordem do discurso. Nesta perspectiva, o discurso não-verbal se constitui por um efeito de sentidos que se produz entre o olhar, a imagem e a possibilidade do recorte dos planos, a partir das formações discursivas que determinam os sujeitos inscritos no discurso imagético. Sendo assim, a noção de policromia, entendida enquanto operador discursivo, permite compreender como funciona o discurso sobre a imagem, dado que este é veiculado na mídia televisiva na sua correlação com o verbal, funcionando como descrição do cenário, como paráfrase das imagens, já que se sobrepõe à imagem, fala da imagem. Logo, esse discurso sobre a imagem produz interpretação, direciona sentidos, de modo que, enquanto discurso “sobre”, isenta de responsabilidade o veículo midiático. Ainda segundo a mesma autora, a textualização tecnológica das imagens, através dos recursos de edição e de enquadramento, confere um caráter de veracidade às imagens através de uma visibilidade controlada (construída ou apagada ideologicamente), e um caráter de informatividade através da ilusão de transparência da imagem. Também este é um modo de dizer lacunar que se dá produzindo a ilusão de transparência, verdade absoluta da imagem.

Ao falar sobre a imagem na TV, Souza (ibidem) a distingue da imagem no cinema por compreender que neste a imagem não pode ser descartada, como na TV. No cinema, é explorada em toda a sua densidade como forma de linguagem, pois significa sem vir ancorada no verbal, sem significar como cenário, já que não opera com a voz em *off* que, além de ser uma voz que funciona como as legendas no cinema mudo, é dita também em discurso indireto. Logo, esse funcionamento do discurso sobre, cenário, paráfrase, ofusca o caráter de incompletude do discurso imagético televisivo que funciona como sustentação de discursos outros. Desse modo, o telespectador tem menos liberdade para produzir outros sentidos e, ainda, o caráter de incompletude da imagem aponta para a sua recursividade.

Ao retomar o que Souza (ibidem) fala sobre o caráter da incompletude, torna-se relevante dizer que essa autora afirma que, quando se recorta pelo olhar um dos elementos constitutivos de uma imagem, produz-se outra imagem, outro texto. Movimento inverso ao que ocorre com a linguagem verbal que, quanto mais se segmenta a língua, menos ela significa. E,

por isso, numa perspectiva discursiva, a autora não trata a imagem como uma moldura, um todo coerente, meio privilegiado de intenções.

Souza, na Revista eletrônica *Ciberlengenda* (n.4, 2001b), a partir da perspectiva da Análise de Discurso de matriz francesa, discute o intervalo entre a vida e a morte na relação com as noções de discurso, imagem e silêncio objetivando estudar a imagem em movimento enquanto discurso visual. Para tanto, essa autora recorre às seguintes noções teóricas do campo da AD: o *operador discursivo*, que corresponde a elementos de imagem que conduzem à estrutura discursivo-visual do filme; o *implícito*, imagens sugeridas por não serem reveladas; o *silêncio*, imagens propriamente silenciadas, que deixam em aberto a leitura, a interpretação do filme; e a *metáfora*, efeito semântico que se produz numa substituição contextual, por deslizamentos. Ainda, a autora supracitada recorre ao conceito de *policromia*, lugar de rede de filiações de imagens que aponta os diferentes domínios do interdiscurso, já discutido acima. Especificamente, o conceito de policromia é usado *por associação à cromolitografia, arte de estampar imagens em relevo, correlato do conceito de polifonia*, e recobre a noção de imagem explícita (o visível) e de imagem implícita (sugerida); também recorre à relação silêncio/imagem.

Em suma, segundo a autora (ibidem), policromia é uma rede de imagens que se projetam e se inter-relacionam, dando curso à materialidade visual do filme de modo a recobrir o trabalho de interpretação de uma imagem por remissão a outra imagem (e não a palavras). Souza (ibidem) ainda atenta para a diferença do conceito de *recorte*, oposto ao de *segmento*. O segmento está na estrutura do filme, enquanto a noção de recorte é instituída pelo intérprete, pelo espectador. O recorte favorece nitidamente a relação silêncio/imagem instituída pelo espectador e não, necessariamente, pela estrutura do filme. A relação silêncio/imagem vai se estabelecer em dois planos: o silêncio estando para a estrutura visual do filme, no sentido de não-revelado e não-sugerido (diferente da imagem implícita). Essa dimensão deixa em aberto - em termos de matéria visual - o fechamento (a solução) do filme, o que favorece pensar no outro plano: o da imagem estando para o espectador - aquele que projeta a imagem que foi silenciada, segundo o seu olhar.

Também Souza (ibidem) afirma que, no cinema, por exemplo, há elementos de imagem que sugerem a construção - pelo espectador - de outras imagens. Esses elementos, muitas vezes, são sugeridos pelo ângulo e movimento da câmara (quase sempre associados à sonoridade (música, ruído) ou à própria interrupção do som, ou pelo jogo de cores, luz e sombra,

etc.). São elementos implícitos que funcionam como índices, antecipando o desenrolar do enredo. O trabalho de compreensão do espectador passa, assim, pela inferência dessas imagens (sugeridas), ou dos recortes, e da textualidade que se empresta às mesmas (SOUZA, 2001b).

Souza (2006), no texto “*Discurso e imagem: uma questão política*”, analisa três trailers do filme “Cidade de Deus” (2002) buscando construir uma memória discursiva que esses *trailers* instauram sobre o filme e sobre o Brasil. Para tanto, utiliza os conceitos de político, de memória discursiva e de imaginário, que se revelam com um jogo de recursos tais como, a edição, a montagem, a voz *off*, etc.

De acordo com Souza (ibidem), o político pode se textualizar em imagens que, através dos recursos tecnológicos, têm a sua visibilidade apagada de modo a dar corpo a uma memória da ordem do discurso, do ideológico. Visto isso, o silenciamento das imagens explicita o jogo de relações de forças que constitui o imaginário social, base dos discursos *sobre*. Sendo assim, de acordo com esta autora (ibidem), o mito da visibilidade se dá na relação do simbólico com o imaginário, de modo que “imagens falam por si” e projetam sentidos que são historicamente construídos por esse jogo de relações de forças.

Ainda, Souza (ibidem) pensa o uso político-ideológico que o cinema faz da imagem numa sociedade determinada como a “era da informação” e da imagem. Então, a autora (ibidem) propõe alguns deslocamentos de ordem teórica: aquele que denuncia o repasse do não-verbal pelo verbal; aquele que fala da homogeneização das imagens; e aquele que reflete sobre os usos políticos da imagem, tendo como pano de fundo o mito da informação, aliado ao mito da visibilidade. Esses deslocamentos colocam em xeque as disciplinas que desconsideram a materialidade discursiva e histórica da imagem. Sendo esta definida como elemento formal e abstrato, o que lhe retira o caráter político-ideológico ao apagar a relação do sujeito com a linguagem, ao apagar a relação com o inconsciente e ao desconsiderar a relação de subjetividade. Os pressupostos de disciplinas que compreendem a linguagem como transmissão de informação tratam o signo pela ilusão da literalidade. A mídia trabalha com este pressuposto (SOUZA, 2006).

Vale dizer que Souza (ibidem) retoma o que Fecé (1998) fala sobre os efeitos de realidade e ficção na representação audiovisual. Fecé (Apud SOUZA, ibidem) apresenta a atual sociedade de comunicação constituída por um processo de homogeneização como decorrente da convergência entre os complexos sistemas de transmissão, armazenamento e processamento de

informação de imagens. Souza afirma que a homogeneização dos sentidos pelas imagens se dá por mecanismos como a falta de contra campo, a voz *off* que dissimula a subjetividade e interpreta, parafraseia a imagem de modo que esta perde a sua visibilidade. Ou seja, a voz *off* se interpõe entre o espectador e a imagem num processo de produção de significação direcionado, de paráfrase (sobreposição da imagem) que disciplina a interpretação da imagem, pois, ao ser verbalizada, perde a sua espessura e a sua materialidade discursiva se apaga como elemento que pode se tornar visível.

Em poucas palavras, Souza (ibidem) compreende a TV como difusora de enunciados com materialidade opaca (através de um discurso *sobre* que produz o efeito de sentido de isenção de responsabilidade) que tanto dá margem à estabilidade das formulações quanto produz o apagamento das imagens. Sendo assim, a visibilidade do conteúdo que a mídia televisiva veicula é opacificada pela forma como é verbalizada, e o mito da visibilidade se forja na relação do simbólico com o imaginário, sustentando o fato de que as “imagens falam por si” e projetando como naturais sentidos que são historicamente construídos por um jogo de relações de forças (SOUZA, 2006).

5.2. 1- Considerações parciais

Com o objetivo de sistematizar a maneira como compreendemos o funcionamento da imagem no procedimento de análise, a seguir, trazemos o que é mais significativo em alguns autores citados anteriormente e nos posicionamos em relação ao funcionamento da imagem na textualização lacunar das notícias telejornalísticas.

A noção central que tomamos para analisar as imagens como discurso é a noção de forma material (forma e conteúdo que referem a língua à história) proposta por Orlandi (2000). Sendo assim, a forma material sempre significa a partir do processo histórico, não como forma abstrata ou estrutura, e sim como acontecimento, tal como propõe Neckel (2004). Para essa autora, a imagem é estrutura (produto) e acontecimento (processo discursivo), dado que está localizada em um tempo histórico inscrito em condições de produção determinadas sócio-históricas e ideológicas. Nessa perspectiva, interessa-nos o efeito entre interlocutores que as imagens produzem a partir da textualização das notícias sustentadas por uma memória social, histórica e ideológica.

Compreendemos que os telejornais, na montagem das imagens que constroem a notícia, editoram interpretativamente as imagens. Estas trabalham produzindo memória, memória enquanto arquivo e memória enquanto plano de constituição dos sentidos. Portanto, a língua tem a característica da sequencialização, da formalização; já a imagem não tem essa característica; daí termos uma conjugação de materialidades multimodais, que apaga o trabalho técnico da construção do produto, de modo a produzir o efeito de transparência, de veracidade. Esse modo de dizer textualizado por uma materialidade multimodal produz o efeito (de) político de isenção de responsabilidade pelos fatos noticiados, pelas interpretações direcionadas e parciais. Sendo assim, a notícia telejornalística funciona como um trabalho de enunciação de um determinado fato julgado, pela equipe de editoração e pelo editor chefe, como importante para o conhecimento de um grande público e, por isso, deve ser televisionado.

A partir dessa compreensão, ancorada nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de matriz francesa, também compreendemos que a imagem é multifacetada e que a análise deve se dar pelo olhar, e não através da palavra. Sendo assim, optamos por entrar no viés de análise por um dispositivo analítico a partir de elementos visuais possíveis de recorte tais como os planos, como faremos no próximo capítulo. Este método analítico aqui se justifica porque compreendemos os planos como operadores discursivos que permitem a descrição e interpretação das imagens, mas, ao nos filiarmos a uma perspectiva discursiva, consideramos que a normatização da conceituação dos planos não é objetiva, hierarquizada, complementar, tal como é tratada pelos teóricos da comunicação ou do cinema. Então, tratamos a imagem como uma forma material, base material para a formulação e edição do telejornal.

Acreditamos que a entrada analítica pela observação dos planos (enquadramento das imagens filmadas) permite sistematizar a relação ideológica de imagens que produz os efeitos de sentidos através de uma textualização lacunar telejornalística. Portanto, no gesto de interpretação do olhar do analista, é preciso levar em consideração a subjetividade dos sujeitos que editam e gravam as imagens, pois estes também são determinados sócio-histórica e ideologicamente. Ressaltamos o fato de que, na perspectiva discursiva, entendemos o plano como operador discursivo, como lugar de constituição de subjetividade e identidade que projeta imaginários.

Para proceder à análise, adotamos a definição de planos⁶⁸ de Tenreiro (2005, p. 105), que os toma fazendo um deslocamento da teoria da comunicação ou do cinema para uma perspectiva discursiva. Esse autor analisa o *corpus* de sua dissertação a partir da seguinte definição de planos:

- **BIG CLOSE UP:** enquadramento do personagem do queixo até a testa.
- **CLOSE UP:** enquadramento do pescoço e rosto.
- **DETALHE:** tomada bem próxima que isola um pequeno detalhe.
- **PLANO AMERICANO (PA):** enquadramento do joelho para cima.
- **PLANO DE CONJUNTO (PC):** enquadramento de um conjunto de pessoas, figura(s) inteira(s).
- **PLANO DE MEIA GERAL (PMG):** enquadramento mais fechado que o plano geral.
- **PLANO DE MEIO CONJUNTO (PMC):** enquadramento de um conjunto de pessoas, mas não figura(s) inteira(s).
- **PLANO GERAL (PG):** enquadramento geral da paisagem; todo o local da ação, as personagens ficam diluídas no contexto.
- **PLANO MÉDO (PM):** enquadramento da barriga (umbigo) para cima.
- **PLONGÉ:** tomada de cima para baixo.
- **CONTRA-PLONGÉ:** tomada de baixo para cima.
- **PRIMEIRISSIMO PLANO (PPP):** enquadramento dos ombros para cima.
- **PRIMEIRO PLANO (PP):** enquadramento dos seios para cima.

Este quadro geral de enquadramentos serve para que a equipe de filmagem possa se entender e implica, para o telespectador e analista de discurso, uma especificidade de interpretação. Podemos dizer que os planos orientam, impõem interpretações a partir das associações de imagens onde as lacunas ficam para o telespectador preencher. E aqui está uma diferença de tomar os planos como algo objetivo, como na perspectiva da teoria da comunicação. Enfim, na perspectiva discursiva, entendemos que as imagens explicitam contradições, lacunas, silenciamentos que funcionam eficazmente nos telejornais porque estes são editados numa textualização lacunar.

⁶⁸ Também numa perspectiva da teoria da comunicação, os seguintes autores trazem uma definição de planos: Costa (2003), Barbeiro (2002), Rezende (2000), Paternostro (1999), Curado (2002).

E, ao falar das definições dos planos, torna-se relevante considerar a questão da temporalidade na edição das imagens, pois o recurso ao movimento rápido de imagens restringe a duração da reflexão do espectador, de modo a produzir interpretações rápidas, direcionadas. Mas, imagens alongadas pelo movimento lento em relação ao tempo real também funcionam de modo a direcionar, enfatizar alguns sentidos, e não outros. Logo, as cenas veiculadas pelas notícias telejornalísticas são resultados de elementos de um mosaico temporal justapostos no tempo, tal como formulam Aumont e outros (1995) ao falarem sobre a constituição da cena no cinema. Metz (In: AUMONT e outros, *ibidem*) ainda acresce que a manipulação fílmica transforma em discurso o que poderia ser só decalque da realidade.

Com base em Davallon (1999), pensamos no papel discursivo da imagem, na medida em que esta representa a realidade a partir de códigos tais como a língua materna. No caso dos telejornais brasileiros, som musical, códigos de cores, códigos de timbre da voz, efeito de iluminação, movimento da câmera, imagem parada, enquadramento, escalas de planos, *close up* (processo de decupagem), *raccords* (“emendas entre planos”, elementos coesivos), montagem. Nessa medida, a mídia representa a realidade porque o real não é passível de ser apreendido, tal que o filme que vemos informando, creditando um determinado fato é uma representação visual, manipulada na editoração das notícias. Deste modo, o produto final “notícia” é imaginário e produz discurso por se constituir como uma narrativa, como um roteiro para leitura a partir da antecipação de um sujeito telespectador.

Em Silva (2002), encontramos referência ao trato da imagem numa relação da televisão com o cinema a partir do funcionamento da fotografia. Para essa autora, a imagem da televisão aproxima-se do cinema por sua materialidade fotográfica que define a distância /proximidade em que a cena se coloca em relação ao olhar do espectador. Isto é, os planos se definem a partir da referência da figura humana no enquadramento. Aqui, é relevante retomar a compreensão de que, tal como na materialidade da fotografia, na TV também temos uma imbricação entre realismo e abstração, dado que no texto fílmico a imagem televisiva organiza a visão. Mas, a fotografia não é reprodução, é possibilidade de novos modos de ver, de novas relações com o mundo por um sujeito que é determinado sócio-histórico e ideologicamente.

A partir de Souza (2000, 2001a, 2001b, 2006), compreendemos que a imagem funciona ora com o *status de linguagem*, ora o de *cenário* ou *ilustração*. E, nessa perspectiva, também funciona como um *operador de memória* que institui uma eficácia simbólica, como um

dispositivo que permite entender a eficácia simbólica, icônica, do político e colocar à mostra o seu papel de intervenção na construção da memória na ordem do discurso, do ideológico. Ainda para Souza (2000), a imagem aparece como *operador da passagem do visível - o acontecimento - ao nomeado - a memória, a história -*, na qual a imagem se constitui *um operador de memória social*, comportando, no interior dela mesma, um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar: falamos aqui do efeito de repetição e de reconhecimento que faz da imagem a recitação de um mito de transparência. De Souza, também é de suma importância retomar o conceito de policromia, entendido como lugar de rede de filiações de imagens que aponta os diferentes domínios do interdiscurso.

De Ramos (1998), recortamos a sua compreensão de que, na situação de filmagem mediada pela câmera, fica o traço da “impressão digital” da circunstância da tomada da imagem. Aqui, pensamos na subjetividade da imagem a partir da condição de produção da gravação e da edição, considerando que há desníveis no processo de autoria, de modo que podemos falar em uma sobreposição de autoria porque o produto final, notícia, passa pelo processo de produção através do modo como é filmado (o câmera), como é editado (editores) e julgado pelo editor-chefe, como é narrado pelo âncora e pelos repórteres.

E, de Goiffman (1998), adotamos a desconfiança de “semelhança fiel”, uma vez que a imagem de filme é um objeto físico que se compõe de uma distribuição espacial sobre a película de um filme que se reflete, se reproduz em telas, e a montagem das notícias em narrativas informativas. Enfim, a imagem em movimento é incitável, pois o texto escrito não consegue restituir o que só o aparelho de projeção pode dar: um movimento, cuja ilusão garante o efeito de sentido de retrato fiel da realidade exterior ao mundo do telespectador.

E com Sicard (2000), entendemos as imagens como portadoras, em si mesmas, de sistemas aparentemente contraditórios, ao mesmo tempo objetivos e subjetivos, que funcionam como fatores de evasão e de adesão. Deste modo, a função principal das imagens não seria dar visibilidade a um real invisível pré-existente, do qual elas constituiriam as provas, mas construir este real já que a imagem é discurso, *efeito de sentido entre interlocutores*.

E de Pêcheux (1999), resgatamos a compreensão da imagem pelo viés da opacidade e da mudez, ou seja, a imagem da qual a memória perdeu o trajeto de leitura, por ser constitutivo da linguagem o esquecimento e, por isso, é possível falar sobre uma textualização imagética lacunar.

A partir dos autores acima, observamos que a multimodalidade da textualização da notícia telejornalística (imagem em movimento, linearidade, diegese, palavras escritas e sonoras, ruídos, música, luzes, cores, *raccords*, movimento de câmera, gestos faciais) exige uma leitura multimodal; e eis o desafio deste tipo de análise pelo viés discursivo.

Por fim, trazemos a citação de Bucci (1998) para colocar a questão: a relação do verbal com o não verbal é sempre de complementaridade? Uma materialidade (não-verbal) tampa as lacunas da outra materialidade (verbal)? Esse autor, ao falar de cinco funções quase ideológicas da televisão, afirma que: “o sujeito contemporâneo achou seu lugar na descontinuidade do imaterial, ou talvez devêssemos dizer do virtual. Daí ele tira o sentido de um discurso que a ele se apresenta como fluxos interrompidos de frequências diversas, excludentes entre si” (BUCCI 1998, p. 24), ou não se excluem, aderem-se!!! A análise do último capítulo permitirá chegarmos a uma conclusão.

6- PALAVRA DITA, IMAGENS EM MOVIMENTO.

6.1- A textualização lacunar nas versões: a instituição (tele)jornalística e o lugar das notícias e das imagens na editoração

[...] O texto do filme escapa continuamente à linguagem que o constitui. [...] “A análise fílmica não deixa de imitar, de evocar, de descrever; ela só pode, com uma espécie de desespero de princípio, tentar uma concorrência desenfreada com o objeto que procura compreender. Acaba, de tanto procurar apreendê-lo e voltar a apreendê-lo, por ser o próprio local de uma renúncia perpétua. A análise do filme não cessa de preencher um filme que não cessa de fugir: ela é, por excelência, o tonel das Donaides” (“Le texte introuvable”, em *L’analyse du filme*) (Apud AUMONT e outros: 1995, p. 210).

Nos telejornais aqui em discussão, o efeito de testemunho da realidade é conferido pelas imagens dos fatos, entrevistas, tabelas, mapas, etc. Nessa medida, esclarecemos que compreendemos a sintaxe dos telejornais, já mencionada anteriormente, como uma sintaxe discursiva, dados os modos de organização *do* e *no* jogo discursivo, determinado sócio-histórico e ideologicamente, na rede dos sentidos para os fatos noticiados. Sendo assim, a sintaxe dos telejornais é uma sintaxe materializada na edição do filme, sintaxe material, sintaxe discursiva do acontecimento. E, aqui, lembramo-nos da análise discursiva que Pêcheux (1990b) faz ao explicitar a opacidade do enunciado *on a gangé* nas condições de produção da narração da vitória do presidenciável Mitterand, em 1981. Nessa reflexão, o autor discute o modo como a mídia televisiva apaga o acontecimento em si, reduzindo diferentes eventos a um só, no caso, a vitória não só de Mitterand, como a do socialismo.

Nesta perspectiva, cabe observar que, no cinema, o gesto de busca de prazer (lúdico) do espectador é mais significativo do que o gesto de busca de informação preponderante no telespectador do telejornalismo. Essa diferença produz efeitos de sentidos outros, uma vez que a “perda de vigilância do espectador do cinema inclina-o a simpatizar, por identificação, com qualquer personagem, contanto que a estrutura narrativa o conduza para isso”⁶⁹. Já no telejornalismo, temos um fechamento de sentidos estruturado pela sua própria materialidade, narratividade, pelo seu caráter autoritário (dissimulado por um discurso polêmico, polifônico) de impor uma única verdade produzindo efeito de vigilância no telespectador. Sendo assim, a imagem produz um efeito de evidência, e romper com este efeito permite observar que a imagem

⁶⁹ In: Aumont e outros (1995, p. 266).

tem enquadramento, foco, planos, etc., e ainda permite desnaturalizar o efeito de veracidade, de transparência, creditado pelos telejornais a partir das narrativas verbais e imagéticas dos fatos.

De acordo com Tenreiro (2005, p. 47), é preciso considerar “o plano de imagem como algo maior do que o simples enquadramento em determinado foco, posição, mais aproximado ou mais distante da ‘coisa’ filmada. No plano de uma imagem há um espaço que não é só o enquadrado, mas de significação”. Desse modo, um determinado plano de significação evoca outros planos, outras estruturas que o legitime, e este lugar do efeito metafórico é um modo de materializar a textualização lacunar. Os planos colocam o telespectador na relação de proximidade e distanciamento com o fato narrado. Este é um lugar de constituição de subjetividades e de interlocução, onde o movimento das imagens nem sempre permite o movimento dos sentidos, dado o enrijecimento da textualização das notícias, característico da linguagem midiática telejornalística, mais especificamente tratada nesta tese.

Salientamos que, nos recortes selecionados para análise, procuramos respeitar a mesma sequência temporal, narrativa dos telejornais, mas não desconsideramos o fato de que há um gesto do analista que recorta fotogramas na sequência do telejornal. Ainda, metodologicamente, optamos por colocar em sequência os recortes de cada notícia analisada para, depois, tecer a análise, visto que não os recortamos tomando-os como cenário ou ilustração da narrativa verbal, tal como faz o telejornalismo na maioria das vezes.

Vale ressaltar que as cenas têm uma duração temporal, um ritmo carregado de subjetividade, discursividade, pois o olho da câmera é atravessado pelo olho do câmera. Também na materialidade televisiva, tempo é dinheiro, e, por isso, na edição, é preciso levar em consideração o tempo reservado para exibição do programa. Tenreiro (2005, p. 67) afirma que “a essa propriedade do tempo podemos chamar de temporalidade” e, nessa medida, o tempo é a marcação material das cenas; as notícias são organizadas em relação ao tempo e à memória institucional, documental. De acordo com esse autor, os enunciados imagéticos e verbais inscrevem o discurso em temporalidades significantes, de modo a tornar materiais os efeitos de homogeneização de imaginários, pois as imagens têm a propriedade de projetar imaginários que identificam e associam sentidos no nível do simbólico. Logo, a gravação de imagens já é carregada de subjetividades, mas, para dar conta dos objetivos desta tese, a questão da temporalidade das imagens em movimento não será objeto específico de análise, conforme já dissemos anteriormente.

A partir das premissas acima, explicitamos o lugar em que as notícias recortadas para análise, nesta pesquisa, foram coladas nos telejornais a fim de apreendermos a diretividade argumentativa imposta e já determinada pela inscrição ideológica dos sentidos em uma determinada FD1, e não em outra. Descreveremos e interpretaremos o vídeo (imagens) dessas notícias a fim de tornar a leitura deste texto mais didática, coerente, já que fazemos análises de imagens em movimento em texto escrito para ser impresso.

Enfim, neste capítulo, propomos uma análise da editoração da notícia, da figura de fundo dos cenários utilizados nas narrativas, dos *chromos*, da regularidade dos planos e dos efeitos de sentido produzidos por estes. Ou seja, neste capítulo buscamos explicitar o funcionamento da textualização lacunar nos recortes verbais em relação aos recortes imagéticos. Para tanto, refletimos sobre a relação de complementaridade, ou não, entre os recortes analisados e as imagens com o objetivo de responder a seguinte questão: Como a textualização lacunar apontada na sintaxe da língua (recortes verbais) funciona em relação à sintaxe dos telejornais (recortes não verbais)? Ou: a relação do verbal com o não verbal é regularmente de complementaridade? Uma materialidade (não-verbal) tampa as lacunas da outra materialidade (verbal)?

Então, diante dos objetivos acima, a seguir, faremos uma descrição em batimento com interpretações das notícias que compõem o *corpus* analisado nesta tese e, para tanto, selecionamos recortes imagéticos colocados antes da análise de cada notícia.



IMAGEM 1 (PM)



IMAGEM 2 (PM)



IMAGEM 3 (PG)



IMAGEM 4 (PM)



IMAGEM 5 (PM)



IMAGEM 6 (PMC)



IMAGEM 7 (PMG)



IMAGEM 8 (PM)



IMAGEM 9 (PPP)



IMAGEM 10 (PMC)



IMAGEM 11 (PP)



IMAGEM 12 (PG)



IMAGEM 13 (PMG)



IMAGEM 14 (PM)



IMAGEM 15 (PMG)



IMAGEM 16 (DETALHE)



IMAGEM 17 (PMG)



IMAGEM 18 (PMG)



IMAGEM 19 (PG)



IMAGEM 20 (PP)



IMAGEM 21 (PMG)



IMAGEM 22 (PM)



IMAGEM 23 (PG)



IMAGEM 24 (PG)



IMAGEM 25 (PG)



IMAGEM 26 (CONTRA PLONGÉE)



IMAGEM 27(PC)

O Jornal da Record, no dia 24-06-03, no segundo bloco, notícia 1, narra o dizer do Presidente Lula sobre as Reformas quando afirmou que *nada, nem ninguém o impedirá de fazer as reformas de que o Brasil precisa* e, em seguida (notícia 2), o apresentador informa o lançamento da verba do PRONAF pelo governo. Logo depois, narra a ocupação dos pedágios do Paraná pelo MST.

Inicialmente, torna-se preciso assinalar que a sintaxe do telejornal na textualização imagética é marcada pela editoração das imagens, mais especificamente, pelos planos. Então, o fato de apenas o foco da câmera, o enquadramento mudar quando o apresentador âncora muda do comentário sobre a insatisfação dos parlamentares que correm o risco de serem expulsos dos respectivos partidos para, logo depois, narrar, em terceira pessoa, a fala do presidente Lula, produz um efeito de associação de sentidos para estas duas informações: o sentido de autoritarismo do presidente Lula. Também para passar da notícia 1 para a notícia 2, apenas o foco do rosto do apresentador âncora muda o que explicita que a imagem (editoração) produz sua própria ordem de sentido na medida em que impõe, mais uma vez, a associação de sentidos de autoritarismo de uma notícia em relação à outra.

A imagem de fundo do cenário do apresentador âncora, definida na área do jornalismo como *chromos*, nesta notícia, é o rosto do presidente Lula sorrindo. Compreendemos que o *chromos* funciona discursivamente como um recurso didático, apresentando a temática da notícia relatada, que é a mesma para as duas notícias mencionadas anteriormente. Essa recorrência também corrobora a associação de sentidos de autoritarismo, de negatividade para o governo Lula.

E, para passar da notícia 2 (o dizer do presidente Lula sobre a necessidade das Reformas) para a notícia 3 (sobre a liberação da verba do PRONAF e Reforma Agrária), muda a imagem de fundo do cenário do apresentador âncora, o *chromos* passa da imagem do presidente Lula sorrindo para a imagem de um trator, o que explicita ser uma outra temática em foco. Paralelo ao áudio da voz do repórter *in off*, o vídeo mostra, enfaticamente, imagens do presidente discursando e da plateia composta, em sua maioria, por parlamentares ouvindo o discurso do presidente. Ainda veicula imagens mais próximas de assessores do presidente, de militantes do MST identificados pelas camisetas vermelhas e agricultores identificados pelas camisetas verdes. Também vemos imagens significativas dos dirigentes nacionais do MST. A cena seguinte mostra

um coordenador regional cobrando a Reforma Agrária do então Ministro Miguel Rosseto, que promete a Reforma.

E a última notícia desse bloco, notícia 3, é sobre a ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST. O *chromos* muda para a bandeira do MST, o que permite ao telespectador, mais uma vez, ler que a temática mudou, mas está em diálogo com a notícia 2 anterior.

Uma cena mostra o rosto de um membro do MST com o foco que muda o enquadramento, lentamente, de primeiro plano para plano geral, mostrando os vários militantes ali presentes. A seguir, há uma mudança de cena do dizer legendado na tela “Reforma Agrária” para rostos de líderes e militantes do MST e, no áudio, é a voz do presidente Lula, *in off*, que diz: “Falta realmente fazer uma política de Reforma Agrária”. Faz-se necessário, aqui, explicitar que a superposição da imagem às legendas permite ao telespectador situar-se no fato que está sendo narrado a qualquer momento que sintonizar o telejornal. Logo, as legendas são elementos de uma textualização didática, de modo a não deixar o telespectador perder o fio do sentido, e funcionam discursivamente conferindo credibilidade e representatividade ao fato narrado. Esse tipo de imagem que superpõe outra imagem, chamada de superposição, é uma operação técnica que consiste em combinar uma imagem com outra no vídeo, de forma que as duas tenham a mesma intensidade.

No que diz respeito à faixa com o dizer “Ministério do desenvolvimento agrário. Brasil, um país de todos”, compreendemos que a imagem diz por si, de modo a explicitar o sentido da contradição entre o dizer do governo federal e a luta do MST, que se justifica pelo fato de não ter terra para todos e, por isso, os integrantes estão ali presentes. Então, os sentidos dessa imagem produzem um furo nos sentidos de desqualificação e ilegalidade impostos ao MST pelos telejornais, regularmente. Este é um lugar na edição que explicita a textualização lacunar.

O áudio seguinte é a voz do presidente, *in off*, dizendo que “só Deus será capaz de impedir que a gente faça esse país ocupar o lugar de destaque que nunca deveria ter deixado de ocupar” e, simultâneo a esse áudio, o vídeo mostra imagens (imagens 11 e 12) de uma freira balançando a cabeça em sinal de concordância com o dizer do presidente. A cena muda para a imagem do rosto do apresentador âncora que, com expressão de riso, ironia, comenta o dizer do presidente desejando boa sorte a ele.

Torna-se interessante descrever, aqui, a constituição da narrativa fílmica da notícia 3 sobre a ocupação dos pedágios do MST, que se dá a partir das imagens de Sem-terras e

sindicalistas liberando a passagem do tráfego, caminhões em congestionamento, integrantes do MST entregando panfletos aos motoristas. A polícia olhando, pacificamente, o protesto do MST. Essa cena da polícia (imagem 23) dialoga com o dizer do repórter, *in off*, “a polícia apenas acompanhou de longe”, e com o comentário do apresentador de que “é uma inversão da ordem da lei no Paraná”. Ainda são veiculadas muitas imagens de integrantes do MST entregando panfletos aos motoristas e uma faixa que diz “Pedágio é roubo e transgênico é veneno” (imagem 25). Simultâneo ao vídeo desta faixa, tem o áudio da voz do apresentador âncora, *in off*, dizendo “Sem-terras pediam redução dos pedágios, a aceleração da Reforma Agrária e a proibição dos transgênicos”.

Também nesse telejornal, observamos uma textualização lacunar na medida em que a imagem (imagem 13) do presidente entregando um cartão a uma agricultora não estabelece relação com a narrativa verbal; é uma imagem solta que sobra na edição. Sendo assim, o sentido fica aberto na medida em que o telespectador se pergunta: essa imagem do presidente entregando um cartão a uma agricultora significa um gesto bom do presidente? E ainda permite a pergunta: sobre a que se refere essa imagem? Ou seja, o que regularmente é feito na edição das notícias, isto é, o direcionamento de sentidos negativos para o presidente Lula e a descrição verbal de uma referência às imagens, não se deu na edição dessa imagem, uma vez que este é um apontamento que nos permite confirmar a conjectura de que o verbal não tampa as lacunas do não-verbal, e vice-versa.

A editoração dessa notícia centra-se nas imagens da passagem livre dos veículos em plano geral, o que produz sentidos de domínio sobre a amplitude do cenário do fato narrado e, nessa relação, produz referencialidade, efeito de credibilidade para a notícia. Também recortamos várias imagens de bandeiras do MST (imagens 14, 15, 16, 17, 18) porque entendemos que essa repetição imagética é significativa, na medida em que produz sentidos de demarcação, domínio ilegal do espaço público. Ou seja, essas imagens explicitam os sentidos de violência, ilegalidade, imputação de responsabilidade, que ficam implícitos na discursividade verbal, só podendo ser explicitados através de uma análise das duas ordens discursivas da forma material. Então, como discurso, essas imagens significam denúncia, acusação, julgamento.

Enfim, na notícia 3, observamos que a edição das imagens produz sentidos menos agressivos. Ou seja, os sentidos produzidos pelas imagens estão em outra FD, em relação à narração verbal feita pelo apresentador âncora, o que permite compreender que a materialidade

imagética nem sempre tampa as lacunas da materialidade verbal. E a voz *in off* do apresentador antecipa o que será visto nas imagens de modo que estas creditam a verdade dos fatos narrados verbalmente.

Por fim, entendemos que a editoração do bloco se dá como a narrativa de um filme, cujos fatos são apresentados com progressão e regressão, de modo que o não-verbal tem sua própria ordem, que pode dialogar em aliança ou contradição com o verbal, construindo o discurso da notícia como efeito de transparência da realidade. Nesta perspectiva, a textualização da narrativa telejornalística se constitui numa rede parafrástica de sentidos produzindo a coesão, a coerência e a progressão da narrativa: 1- dizer do presidente Lula sobre a necessidade das Reformas; 2- liberação da verba do PRONAF; 3- ocupação dos pedágios pelo MST.



IMAGEM 1 (PM)



IMAGEM 2 (PM)



IMAGEM 3 (PM)



IMAGEM 4 (PPP)



IMAGEM 5 (PP)



IMAGEM 6 (PM)



IMAGEM 7 (PM)



IMAGEM 8 (PA)



IMAGEM 9 (PMC)



IMAGEM 10 (DETALHE)



IMAGEM 11 (PMC)



IMAGEM 12 (PG)



IMAGEM 13 (PC)



IMAGEM 14 (PMG)



IMAGEM 15 (DETALHE)



IMAGEM 16 (PG)



IMAGEM 17 (CONTRA-PLONGÉE)



IMAGEM 18 (PG)



IMAGEM 19 (DETALHE)

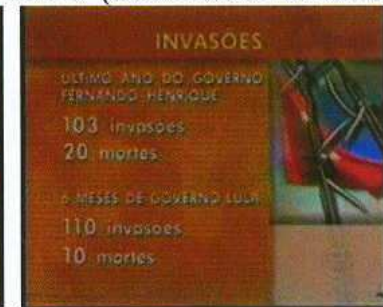


IMAGEM 20 (DETALHE)

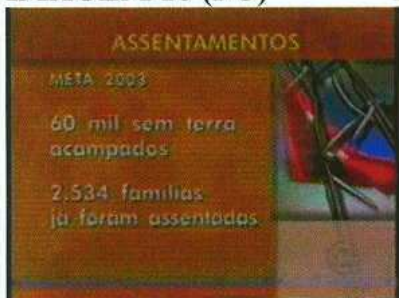


IMAGEM 21 (DETALHE)



IMAGEM 22 (PP)



IMAGEM 23 (PM)



IMAGEM 24 (PPP)



IMAGEM 25 (PMG)



IMAGEM 26 (DETALHE)



IMAGEM 27 (PMG)



IMAGEM 28 (PA)



IMAGEM 29 (PM)

No Jornal Nacional da Rede Globo, no dia 24-06-03, já na chamada das notícias, os apresentadores âncoras dizem: “o presidente Lula pede paciência aos afobados do MST e Sem-terras ocupam pedágios no Paraná” e, na tela, aparece o seguinte dizer legendado: “temperatura alta”.

Essa superposição da imagem pela frase funciona como uma metalinguagem da imagem de modo que a imagem não significa por si, mas, sim, é domesticada, significa o que a escrita quer que ela signifique.

Também no segundo bloco, dos cinco blocos que compõem o jornal, informa primeiro (notícia 1): a redução da taxa do COPOM e a meta de juros do governo. A seguir, o apresentador âncora informa que “os integrantes do MST ocuparam hoje oito praças de pedágio do Paraná” e, por último, informa sobre o plano de agricultura familiar, PRONAF. Logo depois, Bonner informa que “o Santos embarca para enfrentar o Boca Júnior e o fenômeno Ronaldo recebe mais um prêmio internacional”. Em seguida, a câmera focaliza a apresentadora Fátima Bernardes noticiando que “o ex-governador do MT divulgou hoje nota negando que recebeu dinheiro, para pagar despesas de sua campanha, do comendador chefe do crime organizado do MT”. Dando prosseguimento à narrativa, o apresentador âncora Bonner noticia: “a justiça do Rio determinou que a assembleia legislativa do Estado pague, em 48 horas, 52 milhões de Reais a 300 funcionários”.

A notícia seguinte é dada por Fátima Bernardes sobre “um estudo de empresários do setor do comércio prevê aumento da carga tributária com a proposta de Reforma que está no congresso e o governo nega”, de modo que a questão em pauta é a Reforma Tributária. A imagem volta para o apresentador âncora Bonner, que tem como pano de fundo do seu cenário o *chromos* com a imagem do rosto do presidente Lula sorrindo. Ainda esse apresentador informa que “em discurso na confederação nacional da indústria, o presidente disse hoje que só Deus poderá impedir o governo de aprovar os projetos que considera fundamentais para o desenvolvimento do Brasil”.

Aqui, vale chamar a atenção para o fato de que as imagens que conferem credibilidade a este relato em terceira pessoa são do presidente Lula dizendo: “só Deus será capaz de impedir que a agente faça as Reformas”. São as mesmas imagens já veiculadas no primeiro bloco, quando informava sobre a liberação da verba do PRONAF. Ou seja, foram utilizadas as mesmas imagens do presidente discursando e da freira acenando com a cabeça em sinal de concordância.

O que chama atenção é que essa notícia é editada com poucas cenas e é seguida por um comentário do apresentador âncora Bonner que diz: “o presidente do supremo tribunal federal, ministro Maurício Corrêa, disse que as previsões divinas do presidente Lula se realizem e que, enquanto isso, a constituição tem que ser respeitada”. Esse comentário do apresentador âncora Bonner dissimula o comprometimento do telejornal por ser narrado de modo indireto, pois não é interessante para a instituição comprometer-se com opiniões. Mas esse comentário do Jornal Nacional produz os mesmos efeitos de sentidos de autoritarismo para o governo Lula que os comentários do Jornal da Record, narrados de modo agressivo, direto. Esse penúltimo bloco do Jornal Nacional é finalizado com notícias sobre a previsão do tempo e sobre a guerra no Iraque.

Ainda no Jornal Nacional, quando a informação é sobre ocupação do MST, o *chromos* é a imagem de uma sombra de três pessoas com ferramentas de lida na agricultura e com as mãos frente a uma cerca de arame. Esse *chromos* significa a posição de luta por trabalho do movimento e a necessidade de quebrar uma cerca para ter acesso à terra porque a terra já tem dono. Também essas pessoas são sombras, não têm rostos visíveis e, por isso, as relacionamos com a imagem do bandido que precisa esconder o rosto porque exerce atos ilegais, isto é, de apropriação ilegal do que é do outro. Vemos que os significados produzidos por aquele *chromos* estão em aliança com os sentidos de ilegalidade para o movimento, regularmente veiculados por esse telejornal.

Nesta notícia, o apresentador âncora informa que “os integrantes do MST ocuparam hoje oito praças de pedágio do Paraná”. A seguir, simultâneo ao áudio da narração do repórter *in off*, o vídeo mostra imagens dos integrantes do MST ocupando as praças de pedágio, liberando as cancelas, e a imagem, de uma câmera, das cancelas quebrada; homens descarregando, de caminhões, sacos de alimentos, colchões; muitas pessoas no campo; homens armados e o foco numa arma. Simultâneo ao áudio do repórter *in off* dizendo que “a manifestação foi contra o valor dos pedágios e o cultivo dos transgênicos, e não pela Reforma Agrária”, o vídeo mostra uma imagem da bandeira do MST (pista da heterogeneidade discursiva), mas não mostra imagens de integrantes do MST entregando panfletos, e nem da faixa com o dizer “pedágio é roubo, transgênico é veneno”, tal como veicula a edição do Jornal da Record no mesmo dia. Aqui, temos o silenciamento de algumas imagens que se significam por não permitirem a leitura imagética das reivindicações do movimento, sendo este um dos funcionamentos da textualização

lacunar. Logo, assim como pelo processo de deslizamento de sentidos, uma palavra, para significar, apaga outras, uma imagem também apaga outras imagens.

Nesse sentido, na textualização lacunar, a ausência de imagens deixa em aberto a possibilidade de outros sentidos, e a imagem em detalhe de uma bandeira (imagem 7), de uma arma e homens armados (imagens 15, 16, 17), logo depois da imagem de militantes acampados na beira da rodovia (imagens 12, 13, 14), significa a relação de violência entre fazendeiros e MST que sempre resulta em militantes mortos em confrontos. Aqui, este sentido é silenciado, mas significa produzindo memória a partir da sintaxe dos planos. Paralelo a essas imagens, há o áudio da voz do repórter *in off* dizendo: “milícias armadas com revólveres e escopetas de calibre 12, exclusivo das forças armadas”. Logo, as imagens significam como operadores de memória a partir da relação com outras imagens na narrativa imagética, onde imagens são sugeridas, outras apagadas, de maneira a explicitar o caráter também heterogêneo, ideológico da linguagem imagética. Nesta perspectiva, a mídia narra os fatos de modo “ilusoriamente” linear, como se não houvesse historicidade, subjetividade na edição das notícias.

Enfim, no dizer do repórter *in off* e nessas imagens, observamos o funcionamento da textualização lacunar na medida em que o dizer permite ler o não dito no verbal. Ou seja, o dizer do repórter permite ler sentidos de violência na presença de seguranças armados com armas exclusivas das forças armadas. Na ordem do verbal, a nomeação legitima esses seguranças que são referidos, nomeados por milícias, que é a força militar de um país. Mas, a análise discursiva permite observar que essa é uma nomeação onde o equívoco se constitui, pois são seguranças particulares dos fazendeiros e, logo, não deveriam portar armamentos autorizados para a força armada nacional. Visto isso, os sentidos de violência para os latifundiários estão presentes nas imagens, mas não são explícitos. Estes sentidos estão implícitos, constitutivos no conjunto da narrativa, mas apagados através do léxico e de elementos de visibilidade tais como *takes*, ângulos que costuram e instituem um caráter policrômico às imagens. Sendo assim, a costura de imagens produz outras imagens e abre a possibilidade de outras, várias ou mesmas interpretações. Esta é uma textualização que aponta lacunas na edição de imagens.

A cena seguinte (imagem 13) é de acampados do movimento, famílias, homens, mulheres, e o áudio diz, na voz do repórter *in off*, que o número de famílias acampadas dobrou nos últimos tempos. A cena seguinte é a do coordenador regional do MST, contra-argumentando este dado ao dizer que “o governo Lula tem condições, instrumento jurídico, e necessita, neste

momento, de fazer a Reforma Agrária”. A seguir, temos imagens do Presidente de negociação fundiária do Paraná dizendo que “o governo nem tem condições de cumprir estas reintegrações”.

A próxima cena é a de um fazendeiro dizendo que “a lei não se negocia, cumpre-se. Cumpram-se as reintegrações de posse. Não tem nada a se negociar”. A narrativa continua após o fechamento da matéria dessa notícia com a informação dada pelo apresentador âncora Bonner dizendo que “no superior tribunal de justiça há um pedido de intervenção federal feita por um fazendeiro”. A apresentadora âncora, Fátima Bernardes, continua a temática com a informação de que “o governo perdeu a paciência e prometeu uma política de Reforma Agrária ao movimento dos sem-terra, mas o MST disse que, mesmo com a reunião marcada com o presidente Lula para o dia 7, as invasões vão continuar”. A narrativa tem prosseguimento com o áudio da voz de uma repórter *in off* informando que “mais da metade das invasões é em quatro Estados”, e é veiculada a imagem de Sem-terras segurando a bandeira do movimento e andando no pasto de uma fazenda (imagem 18). A cena muda para a imagem do mapa do Brasil (imagens 19, 20, 21), que indica os Estados que têm tido ocupações e, legendado na tela, acima do mapa, aparece o dizer “invasões”; depois do mapa, o vídeo mostra uma tabela com dados sobre “assentamentos” e não assentados e de mortos em confrontos pela terra.

Entendemos a utilização dos recursos tais como mapas, tabelas, dizeres legendados como uma didatização da notícia que produz um direcionamento de sentidos, de credibilidade, de cientificidade ao discurso telejornalístico. Este é um modo de dizer da textualização lacunar porque explicita sentidos que o verbal dissimula, apaga. Torna-se preciso ressaltar que as imagens telejornalísticas possuem uma linearidade narrativa própria, de modo que a inscrição do verbal escrito na tela impõe, regula a interpretação, pois o dizer oral e escrito é legitimado, preponderante sobre a imagem. Assim, opacifica a visão (interpretação) do sujeito telespectador regulando a formação de opiniões críticas. O modo de dizer característico do telejornalismo, ancorado na linearidade “aparente” das imagens e na narratividade, determina um processo de produção de sentidos preponderantemente parafrástico, lacunar.

A seguir, *in off*, o repórter narra “hoje o Ministro Miguel Rossetto foi claro” e, em seguida, vem a cena da entrevista do ministro afirmando que “terra invadida não pode ser desapropriada por dois anos, e o governo não vai mexer nessa medida provisória. Estamos seguros de que temos que deixar para o passado uma agenda de violência; nós queremos uma agenda de paz, uma agenda de produção, uma agenda de justiça social no campo brasileiro”. E,

na continuação dessa narrativa, a repórter, *in off*, simultânea à imagem do presidente na cerimônia de liberação da verba PRONAF no Palácio do Planalto, informa que “no dia 07 o próprio presidente se reunirá com representantes do MST e o movimento já avisou: as ocupações de terra vão continuar em todo o Brasil porque não é contra o Lula, é uma forma de luta que os trabalhadores construíram ao longo dos anos e é contra o latifúndio, para denunciar o latifúndio, portanto, as invasões vão continuar”. E a narrativa continua com a repórter Zuleide Silva informando que o governo ficou decepcionado com essa posição do MST e, mesmo assim, o encontro está mantido. “E hoje, no lançamento do plano de agricultura familiar, PRONAF, o presidente Lula pediu paciência aos afobados e apressados que, segundo ele, querem que as coisas aconteçam fora de hora”. A seguir, são veiculadas imagens do presidente na cerimônia de anúncio da liberação da verba do PRONAF. A cena volta para a imagem do apresentador âncora Bonner informando “como já disse a repórter Zuleide Silva, o governo anunciou hoje plano de safra para a agricultura familiar”.

Aqui, o *chromos* já não é da cerca com sombra de pessoas com ferramentas de trabalho no campo e as mãos levantadas em posição de luta, mas, sim, de uma máquina agrícola no campo, o que indica que a temática da narrativa mudou. O assunto agora é a produção agrícola, e não luta armada. Um tempo significativo dessa notícia é dedicado à narração da rotina de uma agricultora na lida com o campo, com o gado; a agricultora afirma que “a gente precisa de crédito, a gente ainda não tem condições de se virar sozinha”. Aqui, as várias imagens quebram o efeito de continuidade, a linearidade da narrativa, porque são imagens que se referem a um tempo e espaço diferente. Assim, temos uma quebra de sentidos de modo a ficarem abertos a várias interpretações. Em diálogo com a narrativa dos benefícios do PRONAF para essa agricultora, é exibida uma tabela (imagem 26) com o dizer acima: “Agricultura familiar”, e, dentro da tabela, o dizer: “5.4 bilhões em linhas de crédito”. A próxima cena é a de uma repórter dando progressão à narrativa ao informar que “numa teleconferência pequenos produtores de três cidades brasileiras acompanharam o anúncio feito em Brasília”. Enfim, essas imagens produzem um efeito de credibilidade a essa informação na medida em que mostram agricultores em três lugares diferentes, que remetem para a interpretação de serem as três cidades brasileiras referidas. No seguimento da narrativa, são veiculadas imagens (imagem 29) do presidente entregando um cartão de crédito e abraçando uma agricultora, que dialogam com o dizer do

repórter: “o presidente Lula entregou um cartão eletrônico que vai diminuir a burocracia na liberação do dinheiro”.

Por fim, outro repórter é colocado em cena para informar que “o governo se comprometeu a comprar parte da produção, inclusive para abastecer o programa Fome Zero”. Na entrevista, imagens do Presidente Federal da Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul são editadas para corroborar os sentidos positivos já produzidos na medida em que este afirma que “essa política nos ajuda, nos incentiva a ficar na roça”. E imagens de jovens matriculados em escolas agrícolas e mulheres, que também recebem o crédito agrícola (imagem 28 e 24), são veiculadas em diálogo com a narrativa verbal. Logo depois, sem *chromos* no cenário do apresentador âncora, a apresentadora Fátima Bernardes informa que o ministro extraordinário de segurança alimentar, José Graziano, foi buscar hoje em Roma apoio para o Fome Zero, o que marca a progressão da narrativa, que encerra o bloco com essa notícia.

JORNAL DA CULTURA, REDE CULTURA, DIA 24-06-03,



IMAGEM 1 (PM)



IMAGEM 2 (PG)



IMAGEM 3 (DETALHE)



IMAGEM 4 (DETALHE)



IMAGEM 5 (PM)



IMAGEM 6 (PG)

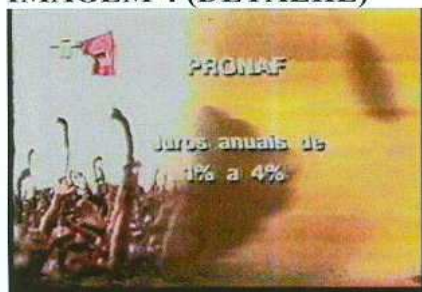


IMAGEM 7 (DETALHE)



IMAGEM 8 (PMG)

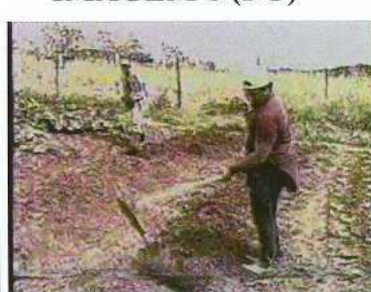


IMAGEM 9 (PMG)



IMAGEM 10 (PMG)



IMAGEM 11 (PMG)



IMAGEM 12 (PG)



IMAGEM 13 (PP)



IMAGEM 14 (PM)

O Jornal da Cultura, em 24-06-03, no primeiro bloco, noticia a liberação da verba do PRONAF e a política de Reforma Agrária no governo Lula. Depois, anuncia a decisão do governo federal em aumentar a meta de inflação no Brasil. A terceira notícia desse bloco comunicou a proibição do governo para a plantação de soja transgênica no Brasil.

Sobre a liberação da verba do PRONAF, o repórter notícia, *in off*, a liberação da verba e, aqui, vemos imagens de trabalhadores rurais na roça, com os pés no chão, capinando com enxadas (imagens 3 e 4). A seguir, são veiculadas imagens do presidente no Palácio do Planalto informando a liberação da verba do PRONAF e o número do telefone para que os agricultores possam reclamar sobre possíveis burocracias para receber o dinheiro (imagens 5, 6). Aqui, o telejornal não veicula a imagem do presidente entregando o cartão eletrônico a uma agricultora e abraçando-a. Também não mostra imagens de agricultores ouvindo o discurso do presidente, via teleconferência e presencialmente, tal como o Jornal Nacional e outros veicularam. Ou seja, temos um efeito de objetividade e de transparência também produzido pelas imagens através de um discurso imagético lacunar. Aqui, podemos pensar em elipse imagética do modo de dizer da textualização lacunar.

Uma tabela também é utilizada como recurso por esse telejornal, tal como fez o Jornal Nacional, o que confere um grau de veracidade, em aliança com os sentidos do discurso científico. A imagem da tabela (imagem 7) é utilizada para informar o número de famílias atendidas pelo PRONAF, a meta desse ano e a taxa de juros. A cena seguinte é novamente de imagens do presidente discursando no Palácio do Planalto e, no áudio, temos a fala do presidente “credibilidade a gente ganha com gestos, e não com discursos”. Uma imagem da repórter volta à cena dizendo que “para o governo a agricultura familiar é um setor estratégico porque produz alimento e gera trabalho”. Este dizer dialoga com os recortes do discurso do presidente. Simultaneamente a esse áudio, aparecem imagens de agricultores trabalhando no campo, de máquinas agrícolas (imagens 8, 9), o que produz efeitos de sentidos de desenvolvimento, riqueza, tecnologia.

Imagens do presidente discursando voltam a ser veiculadas, simultâneas ao áudio do presidente afirmando que “a agricultura familiar não gera um emprego formal que nós estamos acostumados a conhecer, com carteira profissional assinada, ele gera trabalho porque mantém as pessoas no campo”. Em seguida, imagens são veiculadas com foco longínquo (imagens 10, 11, 12, 13), em movimento rápido de homens discursando em cima de um caminhão e uma plateia

de pessoas na rua segurando faixas verdes e brancas, em movimento de protesto. O que é visível para o telespectador são as imagens 12 e 13. As imagens 10 e 11 foram possíveis com a aproximação do recurso *zoom* (de aproximação). A faixa pendurada no caminhão diz “Rumo ao projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável”.

Logo, aqui, temos uma textualização lacunar imagética, na medida em que os sentidos de contestação à verba do PRONAF são produzidos através das imagens veiculadas de modo muito rápido, com foco longínquo em relação às imagens anteriores. Este modo de dizer imagético implícito não está textualizado na narrativa verbal. Nesta medida, o não dito se produz pelo excesso de imagem e não pela falta de dizer. Logo, entendemos que esta é uma incisa imagética, que produz um efeito imaginário de uma narrativa linear, coesiva e coerente, mas uma análise cuidadosa permite “ver” os retalhos desta colcha com rasgos que é a notícia telejornalística. Sendo assim, a metáfora da textualização lacunar é um retalho descosturado, um rasgo no sentido.

Vale chamar a atenção para o fato de que um ritmo lento de imagens ser interrompido por imagens em ritmo acelerado é um modo de formulação da textualização lacunar porque explicita um furo na costura dos sentidos. Este é o lugar de um acontecimento discursivo em que a textualização lacunar do verbal e do não verbal se constitui na materialidade multimodal dos telejornais. Então, essa formulação da textualização lacunar permite o movimento de sentidos que aparentemente são homogeneizados, cristalizados por uma memória fabricada e legitimada pelos meios de comunicação significados como lugar da verdade. A não complementaridade do sentido comprometeria a posição autoral do editor, pois explicitaria o furo dos sentidos e, daí, as lacunas (dos sentidos) que se dão no diálogo das duas ordens do discurso telejornalístico: verbal e não verbal.

A cena que se segue às imagens rápidas e fragmentadas de homens discursando em cima de um caminhão é a de uma repórter em Brasília informando que “foi pensando no Fome Zero que o governo resolveu abrir uma linha de crédito especial para quem produzir arroz, feijão, milho e mandioca”, e da entrevista do Ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rosseto dizendo: “nós queremos, por isso a importância desse plano”. Observemos que a fala da repórter e do Ministro do Desenvolvimento contra-argumenta o dizer das imagens anteriores (imagens 10, 11, 12, 13).

Imagens do presidente discursando na cerimônia no Palácio do Planalto e dos líderes do MST, sendo um deles Stedille, sérios, de braços cruzados, voltam a ser veiculadas simultâneas ao dizer seguinte do presidente “falta realmente fazer uma política de Reforma Agrária, que é um sonho, um desejo”. Aqui, a ênfase imagética na postura pouco receptiva dos líderes com os braços cruzados e o plano próximo explicita um descontentamento com a fala do presidente. Temos aqui uma textualização lacunar entre as duas ordens do discurso, o verbal e o não-verbal, mas cada uma tem suas especificidades, sua própria ordem, sua independência. Sendo assim, esta textualização lacunar se dá no batimento descompassado da narrativa imagética e da narrativa verbal, na medida em que o telejornal produz sentidos de credibilidade para o PRONAF, sentidos de ilegalidade para os atos do MST e veicula, enfaticamente, imagens de descontentamento dos líderes do MST. Aqui, também, o verbal não complementa o não-verbal.

A imagem volta a ser do cenário do apresentador âncora, sem imagem de fundo (tal como a imagem 1) e lendo um papel, informa que “o presidente fez uma crítica indireta ao MST dizendo que o pessoal precisa ter um pouco de paciência para que esta Reforma Agrária se efetive, e o coordenador nacional do MST, Paulo Rodrigues, respondeu e disse que as invasões vão continuar; e o governo deu também aquele telefone para as pessoas que querem crédito agrícola”. Aqui, a falta de imagens veiculando entrevistas com os personagens do fato noticiado, o discurso relatado em terceira pessoa produz um efeito de estranhamento, de não credibilidade dada a materialidade multimodal da televisão que funciona como um espelho, um telescópio do que está fora do espaço do televisor produzindo um efeito de instantaneidade e transparência. A imagem da apresentadora Márcia vem à cena para informar que o “governo decidiu aumentar hoje a meta de inflação de 3.75% para 5.5%, e o ministro Antônio Palocci justifica a medida”.

É interessante notar, nesse telejornal, que não são veiculadas imagens (*chromos*) ao fundo do cenário dos apresentadores âncoras, e sim imagens da redação do telejornal, de modo a produzir sentidos de seriedade, credibilidade, instantaneidade da informação. Também permite uma aparente leitura menos orientada.



IMAGEM 1 (DETALHE)



IMAGEM 2 (PMG)



IMAGEM 3 (PG)



IMAGEM 4 (PMG)



IMAGEM 5 (PM)



IMAGEM 6 (DETALHE)



IMAGEM 7 (PG)



IMAGEM 8 (PC)



IMAGEM 9 (PMG)



IMAGEM 10 (PMG)



IMAGEM 11 (PM)



IMAGEM 12 (PMG)

E a última notícia do segundo bloco anunciou o discurso do Presidente Lula falando sobre a necessidade das reformas no Brasil



IMAGEM 13 (PG)



IMAGEM 14 (PM)



IMAGEM 15 (PC)



IMAGEM 16 (PA)

O Jornal da Noite, da Rede Bandeirantes, no dia 24-06-03, no segundo bloco, noticiou, primeiramente, que o Palácio do Planalto tentou abortar a CPI do BANESTADO (Banco do Estado do Paraná), mas que a Câmara dos Deputados vai investigar. A segunda notícia divulgada foi sobre a ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST e a chamada dessa notícia foi: “E o campo está em pé de guerra. MST avisa que vai continuar com as invasões mesmo depois da reunião marcada com o presidente Lula”; na tela aparece legendado “campo minado”. Logo a seguir, noticia as várias ocupações de terra no Brasil pelo MST e veicula a declaração do coordenador do MST. A última notícia anunciou o discurso do presidente Lula falando sobre a necessidade das Reformas no Brasil. Depois da notícia sobre a CPI do Banestado, o apresentador âncora Roberto Cabrini dialoga com um repórter em Brasília e com o comentarista Fernando Mitter sobre a aprovação das Reformas e a CPI do Banestado. Esse apresentador ainda anuncia, sem virar para outra câmera, sem mudar o foco, diferente de como os apresentadores normalmente fazem quando mudam a temática da notícia: “Clima de guerra no campo, MST avisa que nem a reunião marcada para o próximo dia 07 com o presidente Lula vai parar as invasões pelo país. No Paraná, o movimento expulsou os funcionários nas praças de pedágio e a ocupação é por tempo indeterminado”. A não mudança de foco, ao mudar de temática da notícia, produz uma associação direta entre as duas notícias e funciona orientando a interpretação.

Imagens de veículos passando livremente pelo pedágio (imagens 3, 4, 7), de motoristas comemorando, de um integrante do MST discursando com microfone em frente à praça de pedágio, de placas com valor do pedágio apagado (imagem 6), de militantes do MST sentados com panfletos nas mãos e outros entregando os panfletos (imagem 9). Simultâneo a essas imagens, tem o áudio da repórter *in off* dizendo que “os militantes entregaram panfletos explicando as razões do movimento” e, logo depois desse áudio, são veiculadas imagens de um militante deitado em um colchão tocando violão (imagens 11, 12). Temos, aqui, uma textualização lacunar imagética na medida em que a imagem do militante deitado tranquilamente, tocando violão, desconstrói a seriedade, a legitimidade da ocupação do MST, que se dá através das outras imagens veiculadas nessa notícia. Esse discurso imagético de desqualificação do movimento está em aliança, complementa os sentidos produzidos pelo discurso verbal.

Em seguida, é veiculada a imagem (imagem 10), em movimento rápido, alternado de plano geral para plano de meia-geral, de uma faixa colocada em frente à praça de pedágio com o

seguinte dizer: “Pedágio é roubo, transgênico é veneno”. E essa mudança de planos dá ênfase à imagem 10, orientando a leitura de que ali há um dizer que precisa ser lido. Esses sentidos não são ressaltados na narrativa verbal, dada a determinação da formação discursiva (FD1) dominante em aliança com os ideais dos latifundiários. Logo, este é um modo de dizer lacunar que põe juntos sentidos desnivelados discursivamente.

Ainda, a imagem da placa de tarifas do pedágio com preços apagados (imagem 6) permite uma leitura de sentidos de ilegalidade, de depredação, de reprovação da ocupação em aliança com os sentidos produzidos pela narração verbal, que se marca dentro de uma ideologia dominante contrária aos ideais do MST. Então, a relação da imagem 10, da faixa com o dizer “Pedágio é roubo, transgênico é veneno”, com a imagem 6, da placa com os preços apagados, permite observar a textualização lacunar da edição, que coloca juntos sentidos antagônicos, mas tamponados pela eficácia ideológica. Esta heterogeneidade discursiva imagética é dissimulada pelo efeito de sustentação.

As imagens (imagens 14 e 15) do presidente discursando, de Stedille e seu companheiro escutando-o de braços cruzados e semblante sério e uma primeira fileira da plateia da base aliada do governo ouvindo-o são simultâneas ao áudio do discurso do presidente. E, aqui, é significativa a relação destas duas imagens porque veicula a relação de aceitação e não aceitação das partes do público que ouve o discurso do presidente. Esse é mais um funcionamento, ilusório, de imparcialidade do discurso telejornalístico que produz sentidos de veicularem as várias partes envolvidas num determinado fato informado. É um modo de dizer lacunar.

Ao fim desse bloco, o apresentador âncora Cabrini volta a dialogar com o comentarista Fernando Mittre, cujo nome aparece legendado no vídeo, mas não é referido como comentarista, posição que ocupa. Ainda nessa notícia (imagem 16), é relevante assinalar a teatralização da discussão sobre a legitimidade da ocupação do MST através do apresentador âncora, do comentarista e do repórter, em cena, ao vivo, através do telão (pano de fundo do cenário desta discussão) em posição de telespectador passivo. Este processo de parafraseamento de imagens pelo verbal se dá, por exemplo, quando as imagens produzidas pela própria emissora são excessivamente “visíveis”. Por exemplo, entra em cena o repórter, significado como um informante legitimado para tal, e o comentarista, em geral tido como especialista em política, em economia, etc., determina a interpretação, oferecendo a leitura dos fatos, segundo o ponto de

vista da emissora, que se coloca no papel de juiz ao atribuir às imagens mostradas juízos de valor e, ao mesmo tempo, fazendo uma (re)leitura de tudo que foi exibido. Então, neste processo de parafraseamento, imagens são apagadas e outras exibidas por um processo de verbalização, de paráfrase, que reproduz determinados sentidos e apaga outros em função da determinação ideológica do telejornal e, num âmbito mais específico, do editor chefe. Eis um dos funcionamentos da textualização lacunar.

Nesse telejornal, as imagens são muito expressivas, prendem a atenção do telespectador devido à ênfase em planos mais próximos e fechados, à rapidez e variedade dos recortes imagéticos.



IMAGEM 1 (PP)

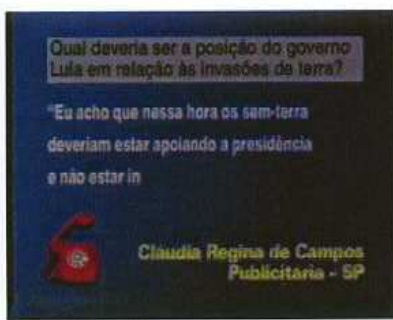


IMAGEM 2 (DETALHE)

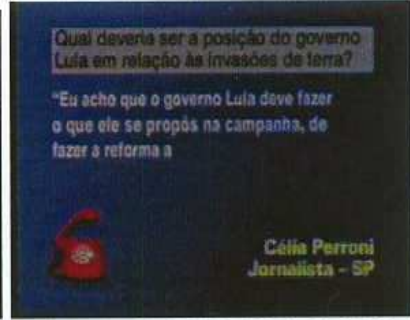


IMAGEM 3 (DETALHE)

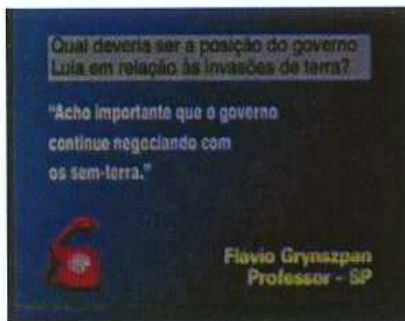


IMAGEM 4 (DETALHE)



IMAGEM 5 (DETALHE)

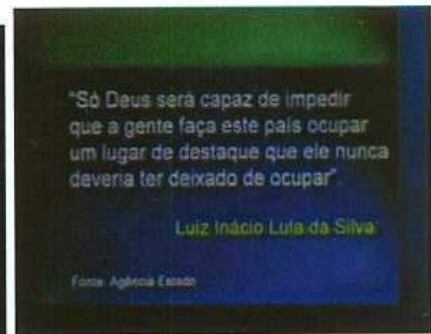


IMAGEM 6 (DETALHE)



IMAGEM 7 (DETALHE)



IMAGEM 8 (DETALHE)



IMAGEM 9 (DETALHE)

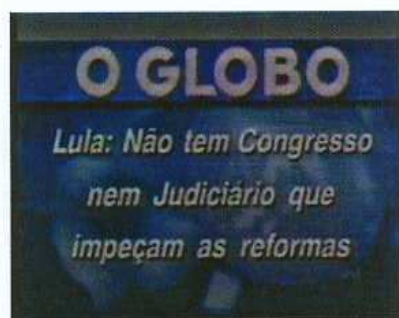


IMAGEM 10 (DETALHE)

O Jornal do SBT, veiculado em 24-06-03, no primeiro bloco, noticia a declaração do coordenador do MST dizendo que as ocupações vão continuar no Brasil. É significativo, aqui, o fato do âncora perguntar ao telespectador qual deve ser a posição do presidente com relação às invasões do MST. A pergunta aparece legendada e as respostas dos telespectadores, com seus respectivos nomes, profissões, Estados, aparecem descritas logo abaixo (e suas respostas aparecem legendadas na tela). Simultâneo ao vídeo, veiculando a imagem de um telefone fora do gancho com as respostas e identificação de seus telespectadores, temos o áudio com a voz do telespectador dando sua opinião já legendada na tela. Este é um dos funcionamentos da materialidade multimodal, que veicula a voz do entrevistado, mesmo sem a gravação de imagens, o que confere credibilidade à narrativa do telejornal e o efeito de sentido (imaginário) de interação, intimidade, de liberdade de opinião, na medida em que o telespectador participa ativamente e forma sua própria opinião sobre os fatos.

A cena volta a ser a do apresentador âncora; agora, com a imagem do presidente sorrindo como pano de fundo do seu cenário. O apresentador narra em terceira pessoa que “o presidente Lula disse nesta terça-feira, num discurso na confederação das indústrias, que nada nem ninguém vai impedir a aprovação dos projetos que considera importantes”. Depois da narração, em discurso indireto, feita pelo apresentador âncora, aparece legendado na tela o seguinte discurso direto, marcado por aspas e pelo nome do autor abaixo (Luis Inácio Lula da Silva) e a fonte (Agência do Estado) de veiculação do seguinte dizer narrado *in off* pelo apresentador: “Só Deus será capaz de impedir que a gente faça esse país ocupar um lugar de destaque que ele nunca deveria ter deixado de ocupar”. Aqui, temos a informação verbal sendo reforçada através da informação visual. Este é um dos funcionamentos discursivos da técnica de superposição de imagens. Ainda, nesse bloco, o apresentador anuncia o aumento das metas de inflação no Brasil.

Vale ressaltar que, nesse telejornal, não há imagem de fundo, *chromos*, no cenário do apresentador quando este noticia que “o coordenador nacional do MST disse, nesta terça-feira, que as invasões vão continuar”. Esse bloco é finalizado antecipando as manchetes do dia seguinte dos principais jornais do Brasil, legendadas na tela em primeiríssimo plano:

- O Estado de São Paulo: BB criará banco para baixa renda.
- Folha de São Paulo: Governo altera meta e aceita inflação maior.
- Jornal do Brasil: MST e UDR ignoram o governo e preparam confronto no campo.

- Correio Brasiliense: MST ignora apelo de Lula e mantém invasões.
- O Globo: Lula: “Não tem congresso, nem judiciário que impeçam as Reformas”.

Estas manchetes são narradas pelo apresentador *in off* e vale observar que a sua seleção não se dá de modo inocente, pois elas dialogam com as notícias veiculadas pelo jornal e estão dentro da mesma FD1 dominante. O fato de antecipar as manchetes do dia seguinte dos principais jornais produz o efeito de atualidade, de antecipação de informações, de credibilidade ao telejornal. Vejamos que são manchetes dos *principais* jornais, e não as principais manchetes.

Por fim, é significativo observar, nas imagens da edição das notícias nesse telejornal, o apagamento que se dá com a não veiculação de cenas do cotidiano do fato informado e o excessivo recurso iconográfico, a superposição da escrita na tela, de imagens referenciais para a relação do telespectador com a redação do telejornal via telefone. Aqui, observamos uma textualização lacunar mostrada não marcada na prática de editoração das versões, de modo que temos um efeito de sustentação no cruzamento do verbal com as imagens (da materialidade audiovisual). Ou seja, aqui, temos lugares imagéticos que não foram preenchidos com imagens do fato narrado.

No segundo dia de gravação dos telejornais, 25-06-03, tivemos a reatualização de alguns fatos noticiados no dia anterior. A reatualização dos fatos produz um efeito de sentido de sempre lá, ou seja, de sentidos já naturalizados, sempre presentes, e daí a anulação de capacidade crítica, de desconfiança necessária para a produção (e não imposição) de interpretações. Assim, sentidos são estabilizados como se só pudessem ser estes, e não outros, e as imagens funcionam para tal, eficazmente, já que produzem a ilusão de representação fiel da realidade, de modo que o trabalho de subjetividade, de direcionamento de sentidos fica “apagado” pela materialidade específica do telejornalismo, isto é, pela textualização lacunar característica dos telejornais brasileiros.



IMAGEM 1 (PP)



IMAGEM 2 (PG)



IMAGEM 3 (PA)



IMAGEM 4 (DETALHE)



IMAGEM 5 (PG)



IMAGEM 6 (PC)



IMAGEM 7 (PP)



IMAGEM 8 (PM)



IMAGEM 9 (PG)



IMAGEM 10 (PG)



IMAGEM 11 (PA)



IMAGEM 12 (PM)



IMAGEM 13 (PMC)



IMAGEM 14 (DETALHE)



IMAGEM 15 (DETALHE)



IMAGEM 16 (DETALHE)



IMAGEM 17 (CLOSE UP)



IMAGEM 18 (DETALHE)



IMAGEM 19 (PG)



IMAGEM 20 (PG)



IMAGEM 21 (PMG)



IMAGEM 22 (CONTRA PIONGÉE)



IMAGEM 23 (PA)



IMAGEM 24 (PP)



IMAGEM 25 (PP)

No Jornal da Record, 25-04-2003, no segundo bloco, a primeira notícia veiculada foi sobre a ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST. Logo a seguir, vemos a notícia sobre as ocupações do MST que reivindica a Reforma Agrária no país e, aqui, o apresentador faz críticas ao governo Lula. A segunda reportagem foi sobre a reparação do governo Lula no que diz respeito ao discurso em que disse que *nada, nem ninguém o impedirá de fazer as Reformas*. No segundo bloco, temos a notícia sobre o aumento da verba do PRONAF pelo presidente.

Na notícia veiculada sobre a ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST, a primeira imagem é do apresentador âncora, sem *chromos* (imagem 1), informando que Roberto Requião, governador do Estado do Paraná, não esperou a Assembleia Legislativa aprovar a lei que devolve os pedágios ao Paraná. Com a narração em áudio e o âncora *in off*, vemos imagens da rodovia fechada (imagem 5), de integrantes do MST entregando panfletos (imagem 3), carregando colchões nas mãos (imagem 6). Em seguida, é veiculada a fala de um integrante do MST dizendo, de modo agressivo, que “só passa ambulância em caso de emergência, e fim de papo” (imagem 7).

Respondendo a essa declaração, é recortada a entrevista de uma transeunte motorista dizendo que “Nos impede de ir e vir, o meu direito eles não podem cercear”. Ainda, a estrutura do LEAD é obedecida, de modo que se passa da informação geral acima para as informações mais específicas informando que “na região de Cascavel, os 70 manifestantes montaram acampamento à beira da estrada” (imagem 9). Aqui, são veiculadas imagens do pedágio sendo ocupado (imagem 2), do congestionamento na rodovia (imagem 5), de manifestantes em frente ao pedágio bloqueando a passagem de carros e, ao fundo, observamos que tem uma faixa com o dizer “pedágio é roubo, transgênico é veneno” (imagem 19), mas não é possível, ao telespectador, ler este dizer por causa da imagem longínqua. Só através do recurso *zoom* de aproximação e de uma análise contrastiva com os outros telejornais conseguimos ler o dizer que explicita uma das causas da ocupação dos pedágios.

Também aqui, nesse recorte imagético, é veiculada a imagem de uma placa do pedágio informando os preços das tarifas cobradas (imagem 4) e, no Jornal da Noite, Rede Bandeirantes, do dia 24-06-03, e no Jornal da Cultura, do dia 25-06-03, os preços das tarifas aparecem apagados, pichados na placa que é gravada em primeiro plano, permitindo ao telespectador lê-la.

A partir do diálogo do verbal com o não verbal, notamos que sentidos do verbal são creditados pelo não verbal na textualização lacunar, mas o não verbal tem rasgos que o verbal

não tampa, tais como as imagens de integrantes do MST entregando panfletos, placas com preços de pedágios apagados, faixa com dizer de manifestação. Ou seja, os integrantes estão entregando panfletos, assim como mostra também as imagens veiculadas por esse telejornal no dia anterior, porque têm reivindicações nos panfletos. Logo, eles não estão fazendo “baderna” tal como os sentidos do verbal impõem, eles têm uma causa legítima que justifica o ato noticiado através da produção de sentidos de ilegalidade.

Enfim, através de uma análise contrastiva dos telejornais, podemos, mais uma vez, explicitar os rasgos da textualização lacunar dos telejornais, uma vez que o plano é a representação visual de sentidos a serem produzidos, veiculados; e, do mesmo modo que cada palavra produz sentidos em determinadas direções, cada plano também. Logo, o trabalho de edição constrói um filme do fato noticiado de modo a informar direcionando sentidos e, visto isso, relaciona imagens, áudio, sons, etc. gravados em momentos e lugares diferentes do espaço real, elementos da materialidade multimodal dos telejornais. Deste modo, “cria-se” um produto notícia que atenda à ideologia dominante do telejornal.

Vejamos que temos uma textualização lacunar se compararmos a edição do Jornal da Noite, Rede Bandeirantes, de 24-06-2003 com essa edição do Jornal da Record, uma vez que, naquele, os preços aparecem apagados e o dizer da faixa explícito, permitindo a leitura do telespectador, pois explicita que há uma reivindicação do movimento. Então, não é só “baderna” o que eles fazem. Nessa edição do dia 25-06-03, do Jornal da Record, os preços aparecem explícitos e o dizer da faixa implícito por ser a imagem veiculada de modo muito rápido e longínquo. Portanto, temos uma textualização imagética lacunar corroborando com os sentidos de ilegalidade produzidos pela materialidade verbal, uma vez que veicula informações visuais, tais como preços dos pedágios cobrados pelas concessionárias, e não veicula o dizer da faixa com a reivindicação do MST, nem informa que o movimento distribui panfletos que informam suas reivindicações, tal com fazem outros telejornais. Assim, informações ficam implícitas, produzindo efeitos de sentidos pejorativos, desqualificadores para o MST.

Em seguida, são veiculadas imagens, em primeiro plano, do Governador Roberto Requião; ainda vemos imagens do congestionamento nas rodovias, que funcionam explicando a decisão do governador de tomar os pedágios do controle das concessionárias para passar ao controle do Estado, que cobrará tarifas 30 % mais baratas. A imagem volta a ser do apresentador âncora, Boris Casoy, agora com a imagem de fundo de cenário, *chromos*, da bandeira do MST

(imagem 8). Então, se no início da notícia a leitura não era orientada com a ajuda do cenário, agora, no meio da notícia, recorre a este recurso de didatização. O repórter *in off* narra a ocupação do MST com imagens ao fundo de muitas barracas montadas e de militantes armando barracas na beira da rodovia; uma senhora com vassoura varrendo a frente do barraco (imagem 11); militantes andando, tranquilamente, de bicicleta na rodovia (imagem 12); caminhonete transportando colchões, camas (imagem 14), etc. são veiculadas para descrever o cenário da ação narrada. Num segundo momento desse recorte imagético, é veiculada a imagem do repórter, imagens de barracos ao redor da rodovia, de crianças se alimentando dentro dos barracos, senhora lavando alimentos, imagens de uma coordenadora identificada pelo boné⁷⁰ orientando um militante a bater remédio na madeira da barraca, um caminhão com equipamentos de perfuração de poços artesianos (imagens 9, 10, 13, 15, 16). Em seguida, são veiculadas imagens da bandeira do MST no boné de um coordenador (imagens 17, 18) que diz ter crença, convicção de que a Reforma Agrária será feita. Essas imagens produzem sentidos de uma hipervisibilidade.

Em suma, nessa notícia, temos uma sequência de imagens que produzem sentidos de organização do movimento, de moradia fixa, ou melhor, de pretensão de permanência na ocupação da rodovia até que as reivindicações do movimento sejam atendidas. E esses sentidos de permanência ressoam como alerta para as autoridades, para o governo, que medidas precisam ser tomadas para resolver esta “baderna”. Estes sentidos estão em concordância com a FD1 dominante do telejornal.

Vale chamar atenção para uma provocação do telejornal, através de várias imagens, ao líder José Rainha conversando com militantes, mas “impedido, desautorizado pela coordenação do movimento a dar entrevistas à imprensa”, tal como afirma o telejornal. Aqui, temos, mais uma vez, a explicitação de sentidos dentro de uma formação discursiva contrária aos ideais do MST.

A segunda reportagem sobre a reparação do governo Lula, no que diz respeito ao discurso em que disse *que nada, nem ninguém o impedirá de fazer as Reformas*, traz, como *chromos*, a imagem do presidente Lula sorrindo. A seguir, são veiculadas imagens do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Senado, em Brasília DF. Vemos imagens do presidente Lula discursando no Congresso da Confederação Nacional da Indústria ao lado do presidente do Congresso e do presidente do Senado. Também são veiculadas imagens de uma freira fazendo

⁷⁰Em seguida, o boné será enfocado através da entrevista de um coordenador, o que permite ler que a imagem anterior era também de uma coordenadora.

gestos de concordância com o discurso do presidente Lula. Depois, temos imagens do repórter informando o descontentamento dos opositores com o discurso do presidente Lula no congresso da Confederação Nacional das Indústrias. Aqui, a imagem do Ministro da Casa Civil compondo a mesa não é veiculada. Vale notar que o Jornal Nacional recorta outros planos para noticiar este fato, como veremos depois.

Observamos que as imagens dessa notícia já dizem por si, ou seja, a representação dos três poderes através da relação entre seus espaços físicos e seus respectivos líderes, sentados lado a lado, significa uma união que desconstrói os sentidos de autoritarismo, individualismo, produzidos pelo discurso do presidente Lula e ainda apaga a imagem do Ministro da Casa Civil, José Dirceu, presente em recortes veiculados por outros telejornais. Essa imagem é significativa, também, na medida em que “corta” a presença na mesa do Ministro da Casa Civil, que é veiculada em plano geral numa cena seguinte. Logo, temos uma deriva que funciona como marca do excesso de imagem através da presença do Ministro da Casa Civil compondo a mesa, veiculada numa cena seguinte. Também esse “apagamento” é marcado pela materialidade verbal, que só veicula a fala do presidente da Câmara, do Senado e da República. A entrevista do Ministro da Casa Civil só é veiculada em outro cenário, numa cena seguinte, onde está em pé rodeado de repórteres, dizendo que “é da natureza do presidente Lula, do PT, de nós todos, a democracia”.

Para finalizar a notícia, o editor faz uso de imagens de vários parlamentares (líder do PSDB, presidente da OAB, presidente do TST) informando suas posições a respeito do discurso do presidente Lula. Também o apresentador âncora, sem imagem de fundo no cenário, tece seu comentário. Chamamos a atenção, aqui, para o fato de que a sigla dos partidos identifica o pertencimento de cada político a um determinado partido, ou uma determinada posição social, e significa-os ao fazer uma associação entre a memória de cada partido e o lugar social do sujeito do dizer. Salientamos que o recorte discursivo de um determinado dizer, num determinado momento, refere a uma posição-sujeito determinada sócio-histórico e ideologicamente.



IMAGEM 1 (PPP)



IMAGEM 2 (PM)



IMAGEM 3 (PG)



IMAGEM 4 (PMG)



IMAGEM 5 (PG)



IMAGEM 6 (DETALHE)



IMAGEM 7 (PC)



IMAGEM 8 (DETALHE)



IMAGEM 9 (PMG)

O Jornal Nacional da Rede Globo, em 25-06-03, no primeiro bloco, noticia a decisão do governo do Paraná de intervir na ocupação dos pedágios pelos membros do MST e, em seguida, noticia a marcha dos Sem-terra para a ocupação de uma fazenda no Rio Grande do Sul. No segundo bloco, é noticiada a liberação da verba do PRONAF pelo presidente e a reivindicação dos empresários contra os altos impostos. No terceiro bloco, é noticiada a reparação do Presidente no que diz respeito ao discurso em que disse que *nada, nem ninguém o impedirá de fazer as Reformas de que o Brasil precisa*. Nesse telejornal, é significativo notar que a questão das ocupações do MST e da falta de uma política de Reforma Agrária no Brasil por parte do PT é retomada tematicamente em cada bloco, de modo que funciona discursivamente administrando a memória.

A notícia sobre a decisão do governo do Paraná de intervir na ocupação dos pedágios pelos membros do MST dialoga com a notícia seguinte sobre a marcha do MST para a ocupação de uma fazenda no Rio Grande do Sul. Depois desta informação dada pelo apresentador âncora, há a narração do repórter *in off* respaldada por imagens que descrevem o cenário do fato noticiado, imagens de ônibus chegando ao pedágio; de militantes do MST quebrando, pichando as cabines do pedágio; de funcionários do pedágio saindo das cabines assustados, correndo; um militante discutindo com um funcionário. E, em seguida, o repórter aparece em cena andando enquanto relata a ocupação e, ao fundo, há uma grande movimentação de pessoas no pedágio. Ainda vemos imagens de uma fila de caminhões parados na rodovia ou passando pelas cancelas; imagens aéreas da rodovia, do congestionamento; imagens do governador do Estado do Paraná, do diretor das concessionárias de rodovias do Paraná, do Ministro do Desenvolvimento Agrário conferindo credibilidade para a narração do fato. Ao final da notícia, o repórter aparece *in off* acrescentando a informação de que, no Rio Grande do Sul, Sem-terras fazem uma marcha em direção a São Gabriel e os fazendeiros reagirão com uma contramarcha (imagens: 8 e 9).

Aqui, a narrativa verbal produz sentidos de que haverá confronto entre o MST e os fazendeiros, mas o sentido veiculado pelas imagens é de passividade. Ou seja, são veiculadas imagens de militantes do MST marchando em fila indiana, lentamente, com bandeiras do movimento nas mãos, pés no chão, crianças entre adultos explicitando uma textualização lacunar em relação ao não verbal; na medida em que os sentidos se contradizem, não estão em aliança na ordem discursiva imagética e verbal.

Os blocos seguintes estão em diálogo com a notícia sobre a liberação da verba do PRONAF pelo presidente, com a reivindicação dos empresários contra os altos impostos e com a notícia da reparação do Presidente em relação ao seu dizer: “nada, nem ninguém o impedirá de fazer as reformas de que o Brasil precisa”. Seguindo a introdução da notícia feita pelo apresentador âncora, segue a narração do repórter *in off* respaldada por imagens do presidente Lula discursando na Confederação Nacional das Indústrias ao lado de dois líderes da Câmara dos Deputados, do Senado e da Casa Civil, enquanto o Jornal da Record não veicula a imagem do Ministro da Casa Civil. Seguidas a essas imagens, vemos imagens de líderes e aliados do presidente na plateia ouvindo o discurso do Presidente e, ainda, vemos parlamentares no Congresso e no Senado.

Nesse telejornal, a imagem da freira concordando com o discurso do presidente através de gestos com a cabeça e com o semblante é justificada com a explicação verbal de que “o discurso do presidente se dirigia à freira por ser esta premiada pelo SESC”. Ou seja, o fato de dizer que o presidente se dirigia à freira ameniza, deslegitima os sentidos de autoritarismo, de desconsideração para com os outros poderes da República. Temos, então, uma deriva de sentidos que produz um rasgo nos sentidos de autoritarismo atribuído ao discurso do presidente pelos parlamentares da oposição e pela mídia. Este é um dos funcionamentos da textualização lacunar, que não consegue regular os sentidos, só ilusoriamente.

À imagem e à narração sobre a retificação do discurso feita pelo presidente Lula, seguem imagens de vários personagens do cenário político brasileiro, produzindo a ilusão de que várias interpretações são permitidas ao telespectador a partir de vários depoimentos de entrevistados, tais como o presidente do Senado, líder do PT, líder do PFL, líder do governo no Senado, presidente do TST, presidente do STJ.

Por fim, a apresentadora âncora conclui, através de um discurso indireto, que a retratação do governo federal foi tímida e representa uma ameaça à democracia brasileira. Cabe assinalar que o movimento entre os planos produz apagamentos do jogo político através da edição com imagens de deputados, de partidos da oposição apoiando determinadas ações do governo, ou explicitam o jogo político através de deputados incriminando, criticando determinadas ações do governo federal.

JORNAL DA CULTURA, REDE CULTURA, DIA 25-06-03



IMAGEM 1 (PA)



IMAGEM 2 (PM)



IMAGEM 3 (PP)



IMAGEM 4 (PPP)



IMAGEM 5 (PM)



IMAGEM 6 (DETALHE)



IMAGEM 7 (PP)



IMAGEM 8 (PM)



IMAGEM 9 (DETALHE)



IMAGEM 10 (DETALHE)



IMAGEM 11 (PP)



IMAGEM 12 (PG)



IMAGEM 13 (DETALHE)



IMAGEM 14 (PMG)



IMAGEM 15 (PC)



IMAGEM 16 (DETALHE)



IMAGEM 17 (PC)



IMAGEM 18 (PMC).....IMAGEM DETALHE



O Jornal da Cultura, em 25-06-03, no primeiro bloco, anuncia a liberação da verba do PRONAF pelo governo federal. Depois, noticia que empresários entregaram ao Ministro da Fazenda sugestões para a Reforma Tributária. A primeira notícia do segundo bloco foi sobre a intervenção do governo do Paraná nas negociações com o MST, no que diz respeito às ocupações dos pedágios daquele Estado. A segunda notícia desse bloco anunciou a reparação do Presidente da República sobre o discurso em que disse que *nada, nem ninguém o impedirá de fazer as Reformas*.

Esse telejornal faz uso de poucas imagens para creditar o fato narrado; são imagens em ritmo lento e editadas com enfoque na imagem e narração dos apresentadores âncoras.

As imagens (imagens 1 e 2) da notícia sobre a liberação da verba do PRONAF pelo governo federal dão ênfase a vários exemplos de pessoas que fizeram o empréstimo e foram bem sucedidas, à maneira como devem ser feitos os empréstimos e os seus benefícios. É uma notícia determinada eficazmente pelo discurso pedagógico, com legendas, imagens em plano detalhe (imagens 6, 9, 10), vários depoentes (imagens 3, 4, 5, 6, 7, 8). É relevante assinalar, nessa notícia, que as imagens destinadas a descrever a cena da liberação da verba do PRONAF não se referem à ocasião da solenidade em que a verba foi anunciada e, sim, ao dia seguinte à liberação da verba, quando o presidente reuniu os chefes dos três poderes para explicar o seu discurso, que significou como autoritário e, por isso, provocou a ira de vários parlamentares no que diz respeito ao fato de o presidente Lula ter dito que *só Deus o impediria de aprovar as Reformas necessárias para o Brasil crescer*.

Torna-se preciso esclarecer que esse dizer do presidente se deu na mesma ocasião da liberação da verba do PRONAF. Então, aqui é um lugar onde a textualização lacunar se constitui, na medida em que se dá como estratégia para tamponar a falta de imagens, para descrever o cenário do anúncio da verba do PRONAF. Este furo na textualização da edição desconstrói o mito da veracidade creditado às notícias, pois, aqui, o não-verbal não credita o verbal, não se complementam.

Na notícia sobre a intervenção do governo do Paraná nas negociações com o MST que ocupou pedágios, são veiculadas imagens do cenário em que se deu a ocupação dos pedágios, tais como militantes do MST reunidos, conversando, pichando cabines com o dizer “fora transgênico” (imagens 11, 13, 14, 15), do congestionamento na rodovia, da tabela com preços

das tarifas do pedágio (imagens 12 e 16). E, ao final dessa notícia, o apresentador âncora, com a redação do telejornal como cenário de fundo, faz uma avaliação sobre o fato narrado.

A notícia de retratação do discurso sobre a necessidade e das Reformas feitas pelo presidente Lula na Confederação Nacional das Indústrias também é editada com recurso a poucas imagens. Temos imagens do presidente do Senado, da Câmara dos Deputados e do Ministro da Casa Civil sentados ao lado do presidente para manifestar apoio, imagens de seus assessores ouvindo-os e de jornais escaneados com manchetes sobre o governo Lula (imagem 17, 18, 19). Vejamos que as imagens superpostas na tela das manchetes dos principais jornais produzem efeitos de sentido de credibilidade, de informatividade.

Também esse telejornal faz uso da veiculação de entrevistas com vários integrantes do cenário político brasileiro, tais como líder do PSDB, presidente da Câmara Federal, do Senado, líder do PT, líder do PFL na câmara, líder do governo no Senado. E, aqui, não é utilizado o comentário de fechamento da notícia, mas sim o recorte da fala do líder do governo no Senado dizendo sobre a importância das Reformas e de outras pautas que estão na câmara, tais como segurança pública e violência. Ou seja, essa fala do líder do governo no Senado funciona discursivamente tirando o foco da polêmica do discurso do presidente, no que se refere à Reforma Tributária e Previdenciária, ao mencionar a pauta da violência e da segurança pública.



IMAGEM 1 (PM)



IMAGEM 2 (DETALHE)



IMAGEM 3 (PM)

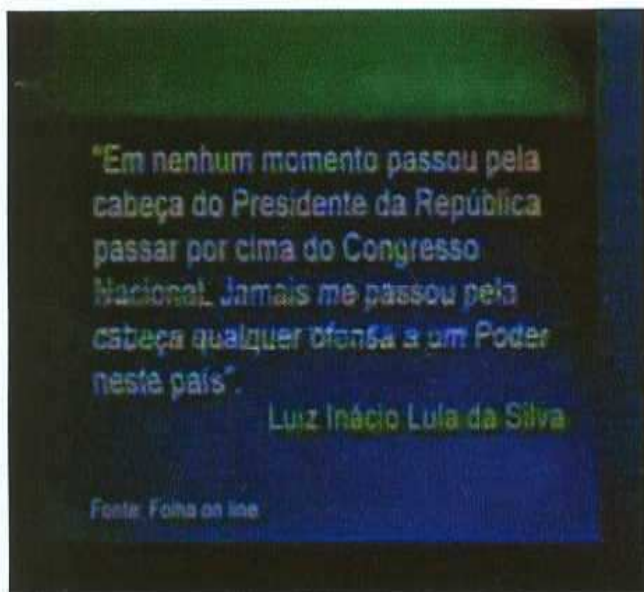


IMAGEM 4 (DETALHE)



IMAGEM 5 (DETALHE)



IMAGEM 6 (DETALHE)



IMAGEM 7 (DETALHE)



IMAGEM 8 (DETALHE)

O Jornal do SBT, em 25-06-03, no segundo bloco, tendo como cenário de fundo do apresentador âncora a imagem (imagem 1) do presidente Lula sorrindo com seu nome legendado abaixo de seu rosto, divulga a reparação deste presidente com relação ao seu dizer sobre a necessidade das Reformas no Brasil. Este dizer aparece legendado na tela e entre aspas (imagens 2 e 3), e em manchetes de outros jornais (imagens 5, 6, 7). Logo depois dessa notícia, informa a tensão no Oriente Médio, onde o exército de Israel volta a atacar a Palestina. Por último, o apresentador informa, rapidamente, a liberação da verba do PRONAF feita pelo governo federal.

Observamos, nesse telejornal, o mesmo funcionamento da edição do dia anterior. Ou seja, a edição é pobre em imagens que retratam o fato informado; é preponderante o recurso à edição gráfica, veiculando imagens de superposição da escrita, de tabelas sobre um fundo azul. Estes recursos, pelo estatuto de verdade, objetividade que o telejornal já construiu, dissimulam, direcionam, apagam sentidos outros, implícitos na superposição do verbal pelos recursos iconográficos.

JORNAL DA RECORD, REDE RECORD, DIA 26-06-03



IMAGEM 1 (PMG)



IMAGEM 2 (PG)



IMAGEM 3 (PP)



IMAGEM 4 (PP)



IMAGEM 5 (PM)

O Jornal da Record, em 26-06-03, reatualizou o discurso do presidente Lula quando disse que *nada, nem ninguém o impedirá de aprovar as Reformas que o país precisa* e, no final do segundo bloco, veiculou a declaração do Ministro da Fazenda comunicando que o presidente disse que vai continuar insistindo na necessidade das Reformas. A seguir, a primeira notícia do segundo bloco retomou o discurso do presidente Lula para dizer que os ministros estão falando pouco e o presidente se expondo demais. As imagens desta notícia funcionam como ilustração do cenário onde se deu o fato.

Ao veicular a declaração do Ministro da Fazenda dizendo que o presidente vai continuar insistindo na necessidade das Reformas, são recortadas imagens da repórter cumprimentando deputados, de deputados se cumprimentando em tom de cordialidade. Ainda veicula a imagem do líder do governo na Câmara dando entrevista sobre a necessidade de compensar o desgaste de votar pautas durante o recesso de julho (imagem 4). A seguir, é veiculada a imagem da repórter tomando nota da entrevista do líder do PSDB (imagem 5). Enfim, as imagens dessa notícia se concentram na repórter e nos entrevistados: líder do governo na câmera, líder do PSDB, líder do PT. Não é uma notícia rica em imagens; os sentidos produzidos pelo excesso de imagens da repórter empobrecem a textualização da notícia.

No Jornal Nacional, em 26-06-03, no segundo bloco, a apresentadora âncora Fátima Bernardes, com emblema JN como *chromos*, informa que o governador do Estado do Paraná voltou atrás na decisão de intervir na administração dos pedágios nas rodovias do Estado para atender ao protesto do MST. Em seguida, a apresentadora fala dos pacotes de boas medidas que o presidente lançou nos últimos dias, já direcionando a interpretação para o fato de que tais medidas se deram em função de acalmar os protestos no país, principalmente do MST.

E, no Jornal da Cultura, no dia 26-06-03, no primeiro bloco, a apresentadora âncora, que tem como cenário de fundo a redação do telejornal, informa que o governador do Paraná cancelou a intervenção nos pedágios do Estado, anunciada no dia anterior. Logo em seguida, diz que o governo Lula suspendeu o aumento das tarifas de telefonia. Aqui, a ênfase de foco da câmera se dá nos dois apresentadores âncoras através de imagens em primeiro plano e plano médio.

Ressaltamos que não recortamos imagens das notícias dos dois jornais acima (Jornal Nacional do dia 26-06-03 e Jornal da Cultura do dia 26-06-03) porque são poucas e não são relevantes para esta análise. São imagens que exercem a função referencial eficazmente.

JORNAL DA NOITE, REDE BANDEIRANTES, DIA 26-06-03,

O Jornal da Noite da Rede Bandeirantes, em 26-06-03, no primeiro bloco, informou que as ocupações do MST continuam e que o movimento marcha em direção ao Rio Grande do Sul para ocupar uma fazenda.



IMAGEM 1 (PG)



IMAGEM 2 (PC)



IMAGEM 3 (PC)



IMAGEM 4 (PC)



IMAGEM 5 (PM)



IMAGEM 6 (PA)



IMAGEM 7 (PM)



IMAGEM 8 (PG)



IMAGEM 9 (PMG)

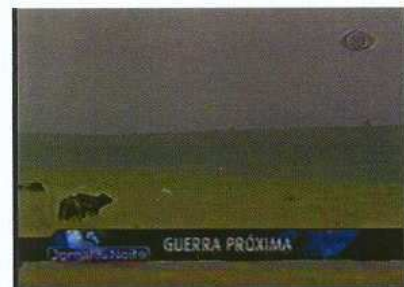


IMAGEM 10 (PG)



IMAGEM 11 (PP)



IMAGEM 12 (PPP)



IMAGEM 13 (PP)



IMAGEM 14 (PPP)



IMAGEM 15 (PMC)



IMAGEM 16 (PPP)



IMAGEM 17 (PM)



IMAGEM 18 (PMG)



IMAGEM 19 (PG)



IMAGEM 20 (PC)



IMAGEM 21 (PP)



IMAGEM 22 (PP)



IMAGEM 23(PP)



IMAGEM 24 (PMG)



IMAGEM 25 (PMG)



IMAGEM 26 (PMG)



IMAGEM 27 (PMG)



IMAGEM 28 (PMG)



IMAGEM 29 (PMG)

O Jornal da Noite, Rede Bandeirantes, em 26-06-03, no primeiro bloco, informa que as ocupações do MST continuam e que o movimento marcha em direção ao Rio Grande do Sul para ocupar uma fazenda. Em seguida, noticia as discussões do governo sobre a Reforma Tributária.

Na notícia da marcha do MST e a contra cavalgada e carreata dos fazendeiros (e não contra marcha como o telejornal nomeia, pois os fazendeiros não estão marchando), são veiculadas imagens de Sem-terras reunidos (imagens 2, 3, 11, 12, 13, 14, 15, 16), de fazendeiros conversando (imagens 4, 18), de policiais em posição de vigia com armas nas mãos, viaturas próximas (imagens 5, 6). Essas imagens produzem sentidos de uma organização de pessoas que vão para a guerra em concordância com a chamada legendada na tela: “guerra próxima”.

A seguir, a informação do repórter *in off* de que os Sem-terra vão ocupar a fazenda de São Gabriel é descrita através de imagens do campo esverdeado da fazenda, com gado no pasto, de cerca de arame amarrado (imagens 8, 9, 10). Aqui, vale chamar atenção dos sentidos de espaço privado, produzido pelo foco de imagens na cerca da fazenda, em relação aos sentidos de invasão ilegal desse espaço. Vejamos que estes sentidos estão implícitos, mostrados, mas não marcados. Ou seja, ressoam sentidos de que a fazenda é um espaço privado e, portanto, é proibida a entrada dos estranhos colonos. São sentidos já cristalizados pela memória discursiva.

O repórter volta a narrar *in off* e cenas do cotidiano da tranquila cidade são veiculadas conforme vemos nas imagens 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24. Imagens de anônimos, seguidas de imagens de personalidades conhecidas explicitam o jogo discursivo de uma aparente polifonia, de uma aparente imparcialidade de sentidos quando, na verdade, esta é mais uma estratégia discursiva de controle de sentidos. Ou seja, entendemos que os vários recortes de depoimentos de pessoas anônimas, regularmente, não funcionam discursivamente como lugares de tessitura, e sim como um jogo discursivo que, ao dar voz a muitos e ou anônimos, produz sentidos de que a emissora informou o fato verídico e deu voz a todos os envolvidos, pois é imparcial e não partidária. Por fim, o apresentador âncora, que tem como pano de fundo do seu cenário a redação do telejornal, faz um comentário pejorativo em tom de acréscimo de informação.

Em seguida, são veiculadas imagens com a superposição da escrita na tela do dizer “guerra próxima” (imagens 24, 25, 26, 27, 28, 29). Nessas imagens, a contradição dos sentidos produzidos pela superposição da escrita na tela (em aliança com os sentidos da narrativa verbal) e os sentidos produzidos pelas imagens são significativos. Haja vista que sentidos de passividade, tranquilidade, de colonos, crianças, mulheres dormindo ao relento produzem um

furo, lacunas, nos sentidos de confronto produzidos pelas imagens 5 e 6. É regular, aqui, a superposição da escrita na tela do dizer “guerra próxima”, que funciona como operador de sentidos de violência para imagens que não corroboram estes sentidos. Logo, aqui, a textualização lacunar se constitui pelo excesso (incisa) de imagens que permitem a leitura de tranquilidade, passividade, diálogo de sujeitos inofensivos para o MST, e a deriva de sentidos para interpretações não desejadas, pela formação discursiva dominante (FD1) desse telejornal.

Nos telejornais do dia 27-06-2003, apenas o Jornal da Noite, Rede Bandeirantes, reatualizou o fato da ocupação de uma fazenda em São Gabriel, RS. A regularidade nesse dia foi a notícia sobre os rebeldes do PT que passaram pela comissão de ética do partido. Essa notícia foi a primeira veiculada no primeiro bloco; a seguir, o âncora noticia ataques em Israel, troca de tiros entre bandidos da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, e policiais. Aqui, ressaltamos a associação de sentidos de ilegalidade, de violência associados ao MST.

JORNAL DA NOITE, REDE BANDEIRANTES, DIA 27-06-03



IMAGEM 1 (PP)



IMAGEM 2 (PG)



IMAGEM 3 (PMG)



IMAGEM 4 (PMC)



IMAGEM 5 (PG)



IMAGEM 6 (PG)

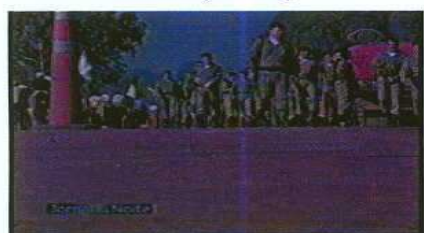


IMAGEM 7 (PC)



IMAGEM 8 (PMG)



IMAGEM 9 (DETALHE)



IMAGEM 10 (PC)



IMAGEM 11 (PMG)



IMAGEM 12 (DETALHE)



IMAGEM 13 (PM)



IMAGEM 14 (PMG)



IMAGEM 15 (PG)



IMAGEM 16 (PG)



IMAGEM 17 (DETALHE)



IMAGEM 18 (PP)

O Jornal da Noite, no dia 27-06-03, veicula a notícia sobre a ocupação de uma fazenda em São Gabriel e inicia com a chamada “Agora a tensão é no campo”. Este “*agora*” traz à memória a tensão nos pedágios informada no dia anterior. O apresentador Roberto Cabrini tem, como pano de fundo do seu cenário, a redação (imagem 1). Depois da chamada, um repórter relata, *in off*, a contramarcha dos fazendeiros e, como cenário desta narração, temos tratores na rodovia, cavaleiros, carros, policiais (2, 3, 4, 5, 6, 7, 8), imagem em plano detalhe de uma arma (imagem 9). Uma repórter entra em cena (imagem 13) e, ao fundo do seu cenário, vemos a marcha de cavaleiros. Em seguida, são veiculadas imagens dos “colonos” andando em marcha lenta, tal como o repórter nomeia, crianças, mulheres estão nesta marcha (imagens 14, 15); a seguir, são veiculadas imagens de uma fazenda com pasto verde e imagem, em detalhe, de uma cerca com arame amarrado (imagens 16 e 17).

Essa notícia é muito rica em imagens. Nas imagens 1 e 2, do apresentador na redação narrando a notícia e de tratores na rodovia, observamos a superposição do dizer “ao vivo” na parte superior à direita da imagem; este é um recurso que produz sentidos de credibilidade porque mostra a rapidez da informação.

Ainda, o conjunto de imagens produz sentidos de que uma guerra entre fazendeiros e colonos está armada. As imagens dialogam com a informação de que “o comboio formado por quatrocentos cavaleiros seguidos de máquinas agrícolas e quinhentos caminhões e automóveis foram revistados pela polícia. O objetivo é evitar que os manifestantes andem armados”. Anteriormente a essa informação, o apresentador informou que “os fazendeiros da São Gabriel seguem em marcha dispostos a defenderem suas terras”. Trouxemos esta narrativa verbal para explicitar os sentidos de ilegalidade, postos para o MST, que faz necessário que fazendeiros defendam suas terras, ou seja, os fazendeiros são “vítimas”. Também sentidos de segurança são garantidos aos Sem-terras pela fiscalização da polícia, que revistou os fazendeiros para que não sigam a contra marcha armados.

É significativa a relação das imagens 14 e 15 de Sem-terras marchando com as imagens 16 e 17 de um pasto esverdeado e uma cerca de arame. Esta sintaxe de imagens indica o percurso de leitura a ser feito, que pode ser Sem-terras caminhando rumo à fazenda, que é um espaço privado, fechado com cerca, porque tem dono. Mas, as poucas imagens, 14 e 15, que referem aos Sem-terras nessa notícia, produzem um furo na estabilização, linearidade de sentidos pejorativos para o MST, postos pela narrativa verbal, porque não produzem sentidos de guerra,

de luta armada. Nesta perspectiva, ainda é salutar observar o funcionamento da textualização lacunar na medida em que costura imagens no sentido de ilegalidade, violência para o MST. Entretanto, o movimento de análise em espiral permite compreender que os sentidos de violência, guerra, que referem ao MST na narrativa verbal, são postos para os fazendeiros na narrativa não-verbal, pois todas as imagens que se referem aos fazendeiros os significam em posição de luta armada (imagens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12).

Por fim, ressaltamos que os poucos planos gerais que aparecem na edição das notícias não tematizam a relação do MST com a terra e explicitam uma textualização lacunar.

6.1.1- Considerações Parciais

No *corpus* desta tese, encontramos a regularidade de notícias sobre ações do MST, sobre problemas do presidente Lula com os poderes e sobre a liberação de verbas para o programa de agricultura familiar (PRONAF) a serem veiculadas num mesmo bloco ou logo no bloco seguinte. Esta sintaxe explicita que os lugares onde a notícia é colada no telejornal são ideologicamente marcados. Neste sentido, Orlandi (2001a, p. 94) diz que “a forma da organização do dizer reflete o jogo das diferentes regiões de significação”, e essa citação nos faz atentar para o fato de que a informação tem espaços historicamente localizados no modo capitalista, burguês, em que a imprensa se constituiu. Visto isso, a função referencial é preponderante na materialidade multimodal dos telejornais, pois o fato de representar a realidade lhe confere credibilidade, rentabilidade, público em posição de (tele)espectador passivo onde o espetáculo da representação de fatos do cotidiano se dá pela mediação entre imagens e informações verbais. Sendo assim, a materialidade imagética dos telejornais conforma valores tais como credibilidade, veracidade, representação da realidade. Estes são os valores creditados pela hipervisibilidade conferidos à sociedade moderna dominada pelas tecnologias, pelas imagens.

Nos noticiários televisivos, é uma regularidade a filiação de sentidos a outros, filiação de planos a outros planos produzindo efeitos de sentidos de completude, transparência da linguagem, de objetividade do mundo, convenientes ao lugar de poder e coerção sobre a sociedade que a mídia exerce. O grande plano geral e o plano médio veiculam imagens mais amplas, panorâmicas, e servem para “descrever” o cenário. Os planos gerais não são muito

usados na televisão por uma questão técnica que dialoga com uma questão de gênero discursivo derivado do tamanho da TV. Vale notar que, na edição dos telejornais, vemos planos gerais associados a planos detalhes, e isso é discursivo na medida em que os manuais de telejornalismo orientam que, para uma maior captação de público, *mais vale noticiar uma briga entre dois homens do que entre dois exércitos*. O plano médio e o primeiro plano enfatizam a imagem de modo a produzir o efeito de verdade, transparência, visibilidade. Sendo assim, o modo como os telejornais editoram, organizam as notícias e a associação de planos já direciona a interpretação. Mas, porque a língua é falha, passível de equívocos, este é o lugar do efeito metafórico, de deslizamentos de sentidos, do qual fala Pêcheux (1988).

Portanto, não é inocentemente que a notícia sobre as ocupações do MST, sobre o discurso do presidente Lula, ao qual a mídia atribui sentidos de autoritarismo, e sobre a liberação de verba para a agricultura familiar foram “costuradas” no mesmo bloco ou no bloco seguinte e, ainda, foram coladas próximas às notícias que relatam fatos violentos. Essa regularidade explicita a filiação ideológica de cada telejornal, pois a própria “colagem” da notícia, nos blocos, ao lado de outros fatos noticiados resulta da posição (determinada ideologicamente) a partir da qual o fato é relatado.

Ainda no *corpus* aqui analisado, a textualização das notícias recortadas se inscreve em uma mesma FD1 dominante que produz sentidos pejorativos para a administração do governo petista e para as ações do MST. A eficácia ideológica se produz não só através da formulação das notícias, mas também através do modo como é editorado o telejornal que, através da organização (não inocente) de notícias em blocos, fixa sentidos, produzindo efeitos de transparência dos fatos, onde se apaga a estruturação ideológica da subjetividade. Em suma, compreendemos que, na textualização lacunar dos telejornais, temos um efeito de memória plena produzida por um modo de dizer que se dá ou por excesso de dizer ou de mostrar (editoração).

Nas análises, tomando por pressupostos da AD a compreensão de que *todo dizer se produz na relação entre dois eixos: o vertical (interdiscurso) e o horizontal (formulação)*. O eixo da formulação é determinado pelo eixo do interdiscurso e, por isso, os dizeres têm sempre relação com outros dizeres em outras condições de produção. Visto isso, os sentidos têm uma filiação histórica na rede da constituição e todo discurso pode produzir deslocamentos nessa rede dando lugar a mudanças, derivas, equívocos de sentidos (PÊCHEUX, 1988).

Nesta perspectiva, o efeito de memória plena instaura imaginariamente uma ilusão de plenitude dos sentidos que pode ser desestabilizada, na análise, através da compreensão de que a textualização das notícias telejornalísticas é lacunar, abrindo para a interpretação e, portanto, para outros sentidos. Sendo assim, a textualização lacunar é a formulação de um modo de dizer que conjuga várias linguagens (imagética, verbal, áudio, etc.) que funcionam eficazmente (re)produzindo sentidos cristalizados através da paráfrase, mas também provocando polissemia no cruzamento do eixo vertical com o horizontal. Visto isso, a materialidade multimodal das notícias produz um efeito de memória plena porque fecha, regula sentidos através de uma repetição excessiva que induz à amnésia. Em outras palavras, é próprio do funcionamento da memória lacunar constituir-se também pelo esquecimento, levando a deslocamentos de sentidos que podem ocasionar inconsistências na cadeia do reformulável, suturadas pela heterogeneidade enunciativa dos discursos em pauta.

O efeito de memória plena produz sentidos de completude, pois o fato da notícia se apresenta como um “sempre agora”, produzindo uma tensão entre o modo de dizer tudo e o não dizer tudo, daí a caracterização da textualização lacunar. Então, temos um efeito de um não tempo que produz sentidos de que os fatos são sempre novos, sempre da ordem do agora, do tempo instantâneo. Então, o efeito de memória plena esvazia os sentidos através da repetição excessiva. Em outras palavras, o efeito de memória plena, produzido pela textualização lacunar, ao tamponar sentidos que não podem ou não devem ser ditos, regula sentidos através de uma repetição excessiva produzindo amnésia.

A partir dessa compreensão, podemos dizer que os recortes sequenciais se estruturam por uma narratividade temporal permitindo uma regularidade estrutural. São vários os planos, as imagens do cenário do acontecimento do fato, dos envolvidos no fato, das autoridades competentes, etc. Estes são lugares de referencialidade através de posições-sujeito identificadas. Mas não é por essa diversidade de recortes, de visualidade, de várias vozes, polifonia, e várias imagens, policromia, que temos interpretações menos direcionadas.

Portanto, observar a quebra da continuidade dos planos, enfoques, planificação ou diversificação de enquadramento permite explicitar a materialização da textualização lacunar imagética. Aqui, o movimento dos planos significa, materializa os sentidos na textualização das notícias de modo a reatualizar ou cristalizar sentidos determinados ideologicamente, historicamente no plano da constituição dos sentidos.

Na análise da editoração das notícias, observamos que a textualização lacunar se constitui e se materializa a partir da sintaxe dos planos que coloca juntos “dizeres, sentidos” desnivelados ideologicamente que, pelo excesso de imagem, produz deriva de sentidos ou, pelo silenciamento de outras imagens, explicita sentidos que não podem ou não devem ser veiculados, dada a coerção de sentidos pelas emissoras. Ainda, a contradição entre a narrativa imagética e a narrativa verbal não tampona os sentidos vazados ou, pela associação de planos, direciona interpretações.

Por fim, no que diz respeito ao funcionamento discursivo dos *chromos*, compreendemos que essas imagens funcionam como cenário produzindo acontecimento. Ressaltamos que o acontecimento (fato) se dá na tensão entre formulação e edição. Nesta tensão, o plano temático traz sentidos já cristalizados na memória, ou seja, os *chromos* funcionam como operadores discursivos de modo a estabilizar sentidos e a orientar leituras.

Ressaltamos que a descrição analítica é direcionada para analistas do discurso e áreas afins e oscila entre o processo de produção de sentido e os efeitos que a textualização lacunar produz. Para o telespectador, em geral, os sentidos produzidos pela textualização multimodal são os do senso-comum porque a linguagem midiática é eficaz porque produz sentidos de credibilidade, objetividade, imparcialidade, etc. A importância da discussão desta tese é (entre outras) possibilitar um olhar crítico e outros modos de leitura para as discursividades midiáticas, principalmente no que diz respeito às leituras das imagens em movimento.

7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada à necessidade global que as sociedades têm cada vez mais de estarem informadas devido às injunções de modelos econômicos, estudos sobre a tecnologia das linguagens, aqui, em questão, o telejornalismo torna-se de fundamental importância. Assim, face ao poder de circulação de sentidos, de formação de opinião que a televisão tem sobre a sociedade, faz-se necessário que abordagens discursivas como esta proponham uma nova maneira de ler os telejornais através da desestabilização dos sentidos já (im)postos pela ideologia dominante.

Nesta pesquisa, analisamos três notícias veiculadas por cinco telejornais brasileiros a fim de compreender como se textualizam os sentidos a partir da injunção que a mídia jornalística tem de informar com instantaneidade, objetividade, credibilidade, etc. Para tanto, definimos a noção de textualização lacunar compreendida enquanto prática ideológica interpretativa sujeita ao equívoco, à deriva, à divisão do sentido. Assinalamos que a especificidade da noção textualização lacunar, em relação à incompletude, à falta de dizer que outros autores já discutiram, é o fato de que estes pesquisaram enfocando o nível de constituição dos sentidos, tendo como base a língua entendida enquanto estrutura aberta. Nós enfocamos nossa pesquisa no modo de dizer da formulação e edição, numa relação formas de linguagem/discurso.

Devido ao funcionamento da textualização lacunar e as especificidades materiais do *corpus*, fizemos dois movimentos de análise. Num primeiro momento, através de uma análise contrastiva de todos os telejornais, interpretamos e descrevemos o modo como cada fato noticiado é recortado e formulado, enfocando nosso olhar para o que falta e o que sobra em cada versão. Num segundo momento, interpretamos e descrevemos o funcionamento da língua no cruzamento da editoração com a formulação verbal.

As análises do *corpus* nos levaram a compreender que, no modo de dizer telejornalístico, temos uma textualização lacunar mostrada não marcada (na prática de editoração das versões) e marcada (na formulação), parafraseando Authier (1998), embora essa autora esteja pensando na relação língua-sujeito pela exploração do inconsciente. Para nós, a textualização lacunar é marcada linguística e discursivamente de modo que esta é uma noção operacional e teórica. Operacional porque trabalhamos com o observável nas formulações verbais e na editoração; teórica porque a tomamos como prática de textualização, como modo de dizer.

Na análise da narrativa verbal dos telejornais, alguns funcionamentos discursivos nos permitiram apreender em que consiste o específico da textualização lacunar e os pontos da formulação verbal em que aparece mais fortemente no *corpus* aqui analisado. Na linearização, encontramos lugares sintáticos que não foram preenchidos nas sentenças de diversas maneiras (isto é, sintaticamente e ideologicamente), deixando para o leitor a tarefa de preenchê-los através da interpretação. Os lugares sintáticos, tais como negação, denegação, a passiva ocultando o agente, orações com relação causa-consequência, orações coordenadas, dêixes discursivas, ordem sintática das palavras, verbo condicional, nominalização, elipse, incisa, sentenças saturadas/insaturadas funcionam marcando o funcionamento da textualização lacunar.

Ainda, pontuamos os funcionamentos discursivos presentes na análise do modo de dizer lacunar dos telejornais: equívoco, deriva, silenciamento, efeito de sustentação, de completude, de homogeneidade, de evidência, de transparência, de imparcialidade, de objetividade, de pré-construído, de despolitização; discurso relatado produzindo o efeito de transparência e de homogeneidade discursiva, o não-dito recalcado pelo viés da determinação interdiscursiva, determinação linguística e discursiva das formulações sobredeterminadas ideologicamente, a tensão entre os efeitos de memória plena e o funcionamento constitutivo da memória discursiva enquanto lacunar e estruturalmente afetada pelo esquecimento.

A partir desta textualização lacunar, que funciona apagando sentidos que não podem ou não devem ser veiculados, sentidos indesejáveis, temos, na mídia (no caso, os sentidos sobre o MST e Reforma Agrária), uma repetição que pouco produz ruptura porque é marcada por um acontecimento que se realiza por processos parafrásticos, cristalizando sentidos já-ditos e, por conseguinte, silenciando outros para evitar a deriva de sentidos. É fato a regularidade de efeitos de sentidos negativos para o MST e para o governo Lula, o que reverbera o jargão “a mídia trabalha a serviço da maioria, da direita” (Mariani, 1988, p. 138). Visto isso, é um obstáculo para o MST (e as chamadas minorias) divulgar sua ideologia e suas reais causas/reivindicações, pois estas atingem uma instituição poderosa e até hoje intocável, o latifúndio. Neste sentido, a seguinte norma do *Manual de telejornal*. Central Globo de Jornalismo (1985, p. 20) nos permite compreender o modo como o MST é significado na mídia: “Não escreva sobre ideias ou sobre coisas. Escreva sobre pessoas que fizeram alguma coisa. Faça, sempre que possível, referência a pessoas na notícia. A briga de dois homens é mais importante que a de dois exércitos”.

Portanto, a repetição/reformulação dos enunciados para constituir os sentidos para o MST inscreve uma determinada memória para este movimento, conseqüentemente, os sentidos atuais sobre o MST circulam como evidentes, como se somente pudessem ser estes e não outros. Este é o efeito da eficácia ideológica constitutiva dos sujeitos e dos sentidos e, também, é o efeito da memória plena. Nesta perspectiva, a textualização lacunar, ao tamponar sentidos que não podem ou não devem ser ditos, produz um efeito de memória plena que regula sentidos através de uma repetição excessiva produzindo amnésia. Sendo assim, a diretividade argumentativa da notícia se constrói sob domínio de uma posição ideológica sobre outras, e é por força de uma formação discursiva dominante (FD1), cuja marca é a defesa do direito à propriedade privada, sustentada pela grande mídia que tem, como suporte, uma textualização lacunar. Por outro lado, temos o discurso do MST que resiste aos sentidos dominantes, que resiste à manutenção de uma memória associada a sentidos de vandalismo, criminalidade, desordem, etc., constitutivos da FD2, de resistência à FD1 dominante. E é neste confronto de movimento e sentidos materializados em uma textualização lacunar, em que os sentidos são guardados - ora explicitados, ora apagados, ora determinados, ora indeterminados -, mas são sempre recalcados pelo viés da determinação interdiscursiva. Assim, a filiação a uma FD, e não a outra, nos permite apreender os vários sentidos produzidos na textualização das notícias e como a função autor se articula a um discurso.

Podemos dizer que a FD1 dominante (em todos os telejornais) é responsável pela textualização lacunar, e a FD2 antagônica permite ler nas lacunas os sentidos de resistência. Portanto, o jogo da relação da produção da notícia, a partir da posição de autoria e da leitura do telespectador, configura um modo de dizer que deixa ao telespectador o ônus de produzir sentidos para os fatos noticiados numa direção ou em outra. Em face disso, no telejornalismo, observamos o apagamento da responsabilidade social da posição autor pelos dizeres veiculados, o que é fundamental para a produção dos mitos da notícia.

No *corpus* analisado nesta pesquisa, apesar das diferentes versões, todos os recortes analisados produzem os mesmos apagamentos, ou seja, mesmo os telejornais recortando, segmentando diferentemente, todos permanecem se movimentando dentro da mesma FD1. E é no intervalo da relação entre a FD1 e FD2 antagônicas que esta é apagada pelos diferentes modos de textualização lacunar inscritos na FD1. Ou seja, as práticas discursivas (ritualizadas) do telejornalismo são marcadas pela heterogeneidade das FDs, sempre em movimento em função

dos jogos de luta ideológica, das posições ideológicas dominantes. Em concordância com Mariani (1998), acreditamos que toda a imprensa de referência, aqui em questão o telejornalismo, é determinada por uma FD conservadora que se opõe à FD de resistência. Sendo assim, no espaço midiático da nossa sociedade, as discursividades da esquerda continuam sufocadas, pois são sempre intermediadas pela posição enunciativa filiada a uma FD1 dominante.

Por fim, retomamos ao que dissemos anteriormente sobre a relação do verbal e não verbal, entendida enquanto espaço em que a textualização lacunar se constitui, para assinalar que o simbólico pode preencher a falta de dizer na formulação. Nesta perspectiva, a textualização lacunar pode estar relacionada com as diversas linguagens (imagens em foto, iconográfica, editorada, vídeo de gravação *in loco*, notícias veiculadas na rede, etc.), produzindo diversos efeitos de sentidos. Um dos lugares em que a textualização lacunar se constitui quando analisamos as imagens dos telejornais é através do processo de paráfrase que se dá com a narração verbal das imagens.

Também ao analisar as imagens das notícias telejornalísticas, enfocamos o funcionamento discursivo dos planos na edição porque entendemos que os planos carregam, na sua materialidade tecnológica, um caráter ideológico e materializam o político das formulações, dos sentidos já postos e circulados na sociedade. A eficácia deste modo de dizer se dá com o direcionamento de interpretações para as imagens, pois assim homogeneízam sentidos que estão entrelaçados, em dissenso ou consenso com o verbal. Estes efeitos imagéticos podem ser de complementaridade, conflito, paralelismo com o verbal ou não.

Logo, o encadeamento dos planos nas notícias sobre o MST permite-nos concluir que não são os indivíduos, seres humanos sem-terra para trabalhar e morar, que são significados e sim um sujeito coletivo subjetivado na linguagem e discursivamente historicizado a partir de uma luta conjunta contra o sistema burguês capitalista que permite a concentração de muita riqueza no poder de poucos.

Torna-se relevante dizer que, no desenvolvimento da análise da narrativa imagética dos telejornais, compreendemos que a textualização lacunar se materializa através dos recursos infográficos tais como aspas, mapas, gráficos, manchetes de jornais (aqui é o jornal materializado empiricamente que é o responsável pelo dizer), *chromos*, superposição de escrita na imagem (direcionamento a leitura relegando à imagem a responsabilidade pelo sentido), a relação entre planos, etc. Estes recursos, pelo estatuto de verdade, objetividade, cientificidade

que carregam consigo, dissimulam, direcionam, apagam sentidos outros implícitos na superposição do verbal pelos recursos iconográficos.

Ao falar sobre a superposição do não-verbal pelo verbal, é salutar retomar o que Souza (2001, 2006) fala sobre a relação de complementaridade da noção de polifonia (verbal) e policromia (lugar de apontamento dos diferentes domínios do interdiscurso no não verbal), que funcionam numa relação de independência de uma linguagem da outra. Sendo assim, a linguagem imagética, ao funcionar como cenário, pode ser descartada, uma vez que a interpretação dos sentidos não depende das imagens. Mas o olhar sobre as imagens e o descarte do verbal permite compreender sentidos “apagados” pelo verbal, de modo que a domesticação dos sentidos no não-verbal é mais difícil, pois a fronteira do não verbal é mais fluida que do verbal. Assim, a textualização remendada com vários retalhos, materialidades discursivas multimodais, confere uma textualização, ilusoriamente, homogênea, linear, sendo que esta polissemia é controlada. Isto permite a eficácia ideológica dos telejornais e, ao mesmo tempo, nos permite descosturar sentidos “amarrados, entrelaçados” pela ideologia. Vale lembrar o que Pêcheux (1969) fala sobre efeito metafórico, que é o efeito semântico que se produz por uma substituição contextual através de deslizamentos de sentido contínuos, numa distância entre x e y, que dá lugar à interpretação e à historicidade. Na perspectiva da Análise de Discurso de matriz francesa, a metáfora se coloca como transferência de sentidos, e não como comparação ou desvio. Sendo assim, quando pensamos no funcionamento discursivo dos planos imagéticos, observamos que estes também são lugares de transferência e deslizamentos de sentidos através da relação que estabelecem com os outros planos da narrativa imagética e, por isso, não significam por si só.

Então, o movimento dos planos das imagens materializa os sentidos na textualização das notícias, de modo a reatualizar e cristalizar sentidos determinados ideológico e historicamente na formulação dos sentidos. Na análise das imagens, observamos que algumas imagens são regulares e se sobressaem em relação a outras. A luz, o *zoom* ou enfoque mais próximo ou longínquo direciona sentidos que são divididos na luta pelo poder dizer. Ainda há, nas imagens, um ritmo discursivo que dá luz à memória ou a apaga ao produzir determinados sentidos a partir de sua relação de exterioridade com outras formulações, com outros sentidos possíveis. Assim, imagens de agressividade, de confronto, de atos ilegais são veiculadas na relação de descrição do verbal e, com isso, a memória de ilegalidade para o MST é evocada,

cristalizada, e as imagens que equivocam ou apagam estes sentidos é que constituem a textualização lacunar na materialidade imagética e se inscrevem numa FD2 antagônica aos sentidos de poder legitimado aos latifundiários.

Enfim, a linguagem multimodal dos telejornais comunica sentidos circulados pelo senso-comum. Os telejornais que dizem estar a trabalho da sociedade levam, até ela, a “verdade” dos fatos significados através da preponderância do verbal sobre o não-verbal, de modo a apagar a imagem (através do efeito de completude e transparência) em prol da narração verbal.

8- REFERÊNCIAS

AGUSTINI, Carmen Lúcia Hernandes. **A estilística no discurso da gramática**. Campinas: Pontes, São Paulo, Fapesp, 2004.

_____. “Dobras interdiscursivas e efeitos imaginários: a ilusão da subjetividade”. In: **Línguas e instrumentos linguísticos**. São Paulo: Pontes, n. 3, janeiro-junho de 1999.

ALTHUSSER, L. **Idéologie et appareils idéologiques d’État**. Paris: Éd. Sociales, 1976.

AMARAL, Marina. “O historiador do movimento”. In **Revista Caros Amigos**. São Paulo: Ed. Casa Amarela, n. 6, p. 22-23, outubro de 2000.

AUMONT, Jaques e outros. **A estética do filme**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

AUTHIER, Revus Jaqueline. **Palavras incertas**. Ed. Unicamp, Campinas, 1998.

_____. Paroles tenues a distance. **Matérialités discursives**. Lille, Presses Universitaires de Lille, 1981.

BAGDIKIAN, Bem H. **O Monopólio da Mídia**. Trad. bras. Editora Página Aberta Ltda, 1993.

BARBEIRO, Heródoto. **Manual de telejornalismo**. RJ: Campus, 2002.

BARROS, João de. “A vida no acampamento”. In: **Revista Caros Amigos**. São Paulo: Ed. Casa Amarela, n. 6, p. 05-09, outubro de 2000.

BUCCI, Eugênio. Cindo funções quase ideológicas na televisão. In: **Revista Imagens**, n. 8. Ed. Unicamp, Campinas, S.P, 1998.

CASSENS, Bernard. In: **Revista Porém**, ano: 2, n. 5, Ed. Neca Jahn. Porto Alegre – RS, 2004.

CENTRAL GLOBO DE JORNALISMO. **Manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro, Ed. Tv Globo Ltda. 1985.

COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2003.

COSTA, Antônio. **Compreender o cinema**. Trad. Nilson Moulin Louzada. 3. ed. SP: Globo 2003.

COURTINE, Jean-Jaques. Quelques problemes théoriques et méthodologiques em analyses du discours. In: **Langages**, n. 62, p.9-127, Paris, juin, 1981a.

_____ e MARANDIN. Quel objet pour l'analyse du discours? In: **Matérialités discursives**. Lille: Presses Universitaires, 1981b.

_____ La toque de Clementis. **Le discours psycanalytique**, 1983.

_____ Définition d'orientations théoriques et construction de procedures en analyse du discours. **Philosophiques**, v.IX, n.2, p. 239-264, oct.1985.

_____ Le Discours Introuvable: marxisme et linguistique. **Histoire, Epistemologie, Langage**, n. 13/II, p. 153-171, 1991.

CURADO, Olga. **A notícia na TV: o dia-a-dia de quem faz telejornalismo**. SP: Alegro, 2002.

DAVALLON, J. "A Imagem, uma Arte de Memória". In ACHARD, P. *et all.* **Papel da Memória**. Campinas, São Paulo, 1999.

FECÉ, J.L. "Do realismo à visibilidade. Efeitos de realidade e ficção na representação audiovisual." **Contracampo**. Niterói: 2, Universidade Federal Fluminense, 1998.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000.

FREGE, Gottlob. **Lógica e filosofia da linguagem**. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo, Cultrix, Ed. Da Univrsidade de São Paulo, 1978.

_____ Sobre o sentido e a referência. In: **Littera - Revista para professores de Português e de Literatura de Língua Portuguesa**. Ano II, n.º 5, maio/agosto, 1972.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini-Aurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2001.

FOLHA DE S.PAULO. **O Manual Geral da Redação**. São Paulo, Folha de S. Paulo, 1. Ed., 1984.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

_____. **A Ordem do Discurso**. Paris, France, Éditions Gallimard, 1971. Trad. Brasileira: São Paulo, Editora Loyola, 2004.

GALLO, S. L. Aútor: questão enunciativa ou discursiva? **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão-SC, v. 01, n. 02, p. 61-70, 2001.

GOIFMAN, Kiko. **Valetes em, slow motion - a morte do tempo na prisão: imagens e textos**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. **Os limites do sentido**. Campinas, SP: Pontes, 1995.

HAROCHE, Claudine. **Faire Dire, Vouloir Dire**. Lille: Presses Universitaires , 1984. Trad. Orlandi, E., SP: Hucitec, 1992.

HENRY, Paul. Constructions relatives et articulations discursives. **Langages**, 37, Paris: Didier-Larousse, 1975.

_____. **A ferramenta imperfeita**. Campinas, SP: Unicamp, 1992.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Tese de Doutorado da Unicamp. Org. Eni Pulcinelle Orlandi, 1997.

_____. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, n. 19: 117-122, jul/dez, 1990.

_____**LULA LÁ: Estrutura e Acontecimento.**In: **Revista Organon**. Revista do Instituto de Letras da UFRGS, volume 17, n. 35, 2003.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo, Cultrix, 1970.

JUNIOR, José Arbex. **Shownalismo, a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

KOLECZA, Carlos Alberto. In: **Revista Porém**, ano: 2, n. 5, Ed. Neca Jahn. Porto Alegre – RS, 2004.

KRESS, G & t. Van Leeuwen. **Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication**. London: Arnold, 2001.

LAGAZZI-RODRIGES, Suzy. **A construção do sujeito no movimento do discurso**. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, 1998.

MACHADO, Arlindo. Televisão: a questão do repertório. In: **Revista Imagens**, n. 8, Ed. Unicamp, Campinas, S.P, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. **L'analyse du discours: introduction aux lectures de l'archive**. Paris, Hachette, 1991.

_____**Géneses du discours**. Bruxelas: Madaga, 1984.

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP. UNICAMP, 1998.

_____**Discurso e Instituição: imprensa**. **Revista do Núcleo de Desenvolvimento da criatividade da UNICAMP – NUDECRI**. Campinas, SP, n. 5, março, 1999.

MEDINA, Cremilda. **Notícia um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo, Ed. Summus, 2. ed, 1988.

MILNER, Jean-Claude. (1978) **O amor da língua**. Trad. Ângela C. Jesuíno. Porto Alegre, Artes Médicas, 1987.

MOIRAND, Sophie. Formas discursivas da Difusão do Saber. In. **Rua**: Revista de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP – NUDECRI. Campinas, SP, n. 6, março de 2000.

MORELLO, Rosângela. **Redes de memórias e administração de saberes**. 2004. (mimeo)

NECKEL, Nádia Régia Maffi. **No discurso artístico a percepção de diferentes processos discursivos**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem na Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, sob orientação de Solange Leda Gallo, 2004.

NOVAES, Adauto. **Rede imaginária**: televisão e democracia. São Paulo, Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, 1991.

ORLANDI, E. Protagonistas do/no discurso. In: **Série Estudos**, n. 4, Uberaba, 1978.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas, SP: Pontes, 1983.

_____. Segmentar ou recortar? **Série Estudos**. Uberaba, (10), Faculdade Integrada de Uberaba, 1984.

_____. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez e Editora da Unicamp, 1988.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

_____. O Lugar das Sistematicidades Linguísticas na Análise de Discurso. In: **DELTA**. São Paulo: EDUC, v.10, n. 2, 1994a.

_____. (org.) **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994b.

_____. “Efeitos do verbal sobre o não-verbal”. In: **Rua**. Campinas: NUDECRI-UNICAMP, n. 1, março, 1995.

_____ **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, Vozes, 1996.

_____ E. “Discurso e Argumentação: um Observatório do Político”. In: **Fórum linguístico**. Florianópolis, v.1, maio, 1998.

_____ **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

_____ O estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento linguístico. **Línguas e instrumentos linguísticos**. São Paulo, Campinas: UNICAMP, v. 4 e 5, 2000.

_____. **Discurso e Texto: formação e circulação de sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2001a.

_____ (org) **Discurso Fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas, SP: Pontes, 2. Ed., 2001b.

_____ (org) **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas, SP: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. RJ: Campus, 2002.

PÊCHEUX, M. **Por uma análise automática do discurso. Uma Introdução a Obra de Michel Pêcheux**. Org. Françoise Gadet; Tony Hak. Tradutores Bethania S. Mariane...[et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 1997a.

_____ **Matérialités discursives**. Lille: Presses Universitaires, 1981.

_____ **Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990b.

_____. (1975). **Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 3. ed. 1997.

_____ L'ê role de la mémoire. In: ACHARD, Pierre; Gruenais, D; JAULIN, D. (orgs). **Histoire et linguistique**. Paris, Ed. CNRS, 1985. Trad. Bras. O papel da memória, Campinas, Pontes, 1999.

_____. e Gadet, F. **La Langue introuvable**. Paris: Maspero, 1981.

_____. e FUCHS, C. "A propósito de uma análise automática do discurso: atualização e perspectivas". In: **Por uma análise automática do discurso. Uma Introdução a Obra de Michel Pêcheux**. Org. Françoise Gadet; Tony Hak. Tradutores Bethania S. Mariane... [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 1997.

RAMOS, Fernão Pessoa. Bazim espectador e a intensidade na circunstância da tomada. In: **Revista Imagens**, Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1998.

REY, Marcos. **O roteirista profissional Televisão e Cinema**. Ed. São Paulo, SP, 1989.

REZENDE, Jorge Guilherme de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. SP: Summus, 2000.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **O discurso do confeito materializado no MST: a ferida aberta na nação**. Tese de Doutorado, USP, 2000.

RONDELI, Elizabeth. In: **Revista Imagens**. n. 8. Ed. Unicamp, Campinas, S.P, 1998.

SÉRIOT, Patrick. Analyse du discours politique soviétique. In: **Langages** 81, 1986.

SERVA, Leão Pinto. "Sobre o desafio, Terra em transe, O que é isso companheiro? Um balanço do cinema e da sociedade brasileira através da análise comparativa entre três filmes". In: **Revista Imagens**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1998.

SICARD, Monique. Os paradoxos da Imagem. In. **Rua: Revista de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP – NUDECRI**. Campinas, SP, n. 6, março de 2000.

SILVA, Telma Domingues da. **A televisão brasileira: a comunicação institucionalizada**. Campinas, SP: 2002. Tese de doutorado, Unicamp, Instituto de Linguagem. Orientador Roberto Junqueira Guimarães.

_____. **História da idéias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Org: Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: Unemat Editora, 2001.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos**. Petrópolis, R.J, Vozes, 1996.

_____. **O Monopólio da fala; função e linguagem da televisão no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1984.

SOUZA, Tânia Clemente de. Discurso e imagem: uma questão política. In: LENZI, L.H.C.; Da Ros, S. Z.; Souza, A.M. Alves de.; Gonçalves, M.M.. (Org.). **Imagem: intervenção e pesquisa**. 1. ed. Florianópolis: NUP, 2006, v. , p. 079-101.

_____. Carnaval e Memória: das imagens e dos discursos. **Contracampo**. Niterói, RJ, v. 5, p. 140-156, 2000.

_____. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. In: **Rua**. Campinas: NUDECRI-UNICAMP, n. 7, março 2001a.

_____. Discurso e Cinema: uma análise de LIMITE. In Revista eletrônica **Ciberlegenda**, n. 4, 2001b. In: www.ciberlegenda.com.br Consultado em 10 de Junho de 2007.

STEDILE, João Pedro, & FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente - A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

TENREIRO, Carlos Alberto Ferreira. **O sentido na rua, no meio do redemoinho. Espessuras e sinfonia atravessada nos entremeios de coberturas telejornalísticas em torno do funeral de Mario Covas**. Dissertação de mestrado, apresentada ao IEL, Unicamp, Campinas, SP, 2005.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. “Limiares do Silêncio: a leitura intervalar.” In: **A Leitura e os Leitores**. Orlandi, E. SP: Pontes, 1998.

_____. **Cidadãos modernos:** discurso e representação política. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

_____. Lugares de Enunciação e discurso. In: **Leitura-Análise do Discurso**. Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e linguística. n, 23, p. 15-24, jan/jun 1999, 2002.

VILCHES, L. **La lectura de la imagem**. Buenos Aires, Paidós, 1991.

XAVIER, Ismail. Parábolas Cristãs no século da imagem. A dialética entre continuidade e alegoria no cinema narrativo norte-americano. In: Revista **Imagens**, n. 5, Ed. Unicamp, Campinas, S.P, 1995.

Sites consultados em 20 de setembro de 2006:

www.wikipédia.com

www.jornalnacional.globo.com

www.rederecord.com.br/jornaldarecord

www.band.com.br/jornalismo/jornaldatv

www.redesbt.com.br/jornalismo/jornaldosbt

www.redecultura.com.br/jornaldacultura

ANEXO I- Transcrição da narrativa verbal dos telejornais recortados para análise discursiva

REDE RECORD DE TELEVISÃO

JORNAL DA RECORD, 24-06-03

1^A NOTÍCIA: A ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST

CHAMADA, APRESENTADOR Boris Casoy: Veja a seguir: Sem-Terras tomam oito pedágios em estradas do Paraná e Lula diz que fará a Reforma Agrária, mas tem de atacar uma frente de cada vez.

APRESENTADOR Boris Casoy:

O Presidente Lula oficializa a convocação do congresso para trabalhar em julho e garantir o andamento das reformas, mas a crise do PT continua e hoje foi destaque do plenário da Câmara. A reportagem é de Cristina Lemos.

REPÓRTER Cristina Lemos:

O Presidente vai convocar o trabalho extra do Congresso em nome da pressa na votação da Reformas, mas o problema está na falta de córum. Desde a última quarta-feira, o Congresso está às moscas, foram festejar o São João e há aqueles que preferem festejar aqui mesmo, no Senado. A pauta da convocação extraordinária deve ser oficializada amanhã, mas ela deve trazer além das reformas, as cinco CPIS que estão em andamento aqui na Câmara e uma prioridade extra: a lei da falência. E o governo aposta numa modernização das regras de falência e concordata e da aprovação do texto ainda em julho para tentar baixar o risco Brasil e também as taxas de juros. E para trazer de volta os Congressistas aqui para o Plenário da Câmara, no café da manhã hoje, entre líderes e o Ministro Dirceu ficou acertada uma fórmula: cada partido aliado terá uma cota de deputados que por rodízio serão levados a ficar em Brasília nas segundas e sexta - feiras.

DEPUTADO FEDERAL Aldo Rabelo/ PC do B:

O enquadramento não é necessário, os líderes já têm consciência de que precisamos preencher esse córum.

REPÓRTER Cristina Lemos:

Mas os problemas internos do PT continuam. Hoje, foi a vez do Deputado João Fontes reclamar, no Plenário, do processo sumário de expulsão do partido por ter divulgado uma fita em que o então Deputado Lula condena a Reforma da Previdência.

DEPUTADO Paulo Bernado:

Que Vossa Excelência encontre o partido que seja adequado a vossas convicções políticas porque com certeza no PT não tem condições de ter esse tipo de comportamento.

DEPUTADO João Fontes:

Paulo Bernado faz parte da tropa de choque aqui no Congresso Nacional, desta gestapo montada e é natural que ele defenda isso.

APRESENTADOR Boris Casoy:

O processo de punição sumária do Deputado Fontes e de outros Parlamentares que ousaram discordar ou criticar o governo os faz ser réus de delitos de opinião, ou seja, quem o tiver é proibido de o fazê-lo publicamente. Embora, muitos Parlamentares petistas mantenham a coerência e continuem se insurgindo contra as convocações extraordinárias, a maior parte sempre criticou esse tipo de ação, a maior parte aceita com prazer agora a convocação extraordinária para a votação em julho porque vem aí uma bela graninha a mais. É mais uma contradição, que o departamento esqueça o que eu escrevi, e está na hora de acabar com o injustificável recesso Parlamentar, que só justifica convocações extraordinárias e uma graninha a mais.

JORNAL DA RECORD, 24-06-03

2ª NOTÍCIA: O discurso do Presidente Lula em que disse que nada, nem ninguém o impedirá de fazer as reformas que o Brasil precisa.

APRESENTADOR Boris Casoy:

O Presidente Lula aproveitou o discurso de improviso na Confederação Nacional de Indústria para dizer que nem o Congresso, nem o Poder Judiciário vão impedir as mudanças no país. Ele também aproveitou outra solenidade no Palácio do Planalto para mandar vários recados.

PRESIDENTE LULA:

Não adianta plantar o seu feijãozinho e querer que ele nasça em dez dias, não vai nascer, vai ter que esperar noventa dias para ele nascer. Assim é que a gente quer que elas aconteçam, no tempo em que a gente prepara para elas acontecerem.

LULA FALA SOBRE A REFORMA AGRÁRIA:

Falta realmente fazer uma política de Reforma Agrária, nós sabemos os caminhos para a solução e sabemos o que vamos fazer. Agora, em política, de vez em quando, a gente ataca uma frente de cada vez, porque se atacar todas de uma vez você termina não executando bem nenhuma. Vamos fazer neste país tudo que puder ser feito para melhorar a vida do povo brasileiro, inclusive a Reforma Tributária. E fazer justiça no país é fazer todas as Reformas que eu vou fazer: a Política, a Sindical, a Trabalhista, a Previdenciária, a Agrária e tantas outras Reformas que vão se apresentar para a gente e nós vamos fazê-la com muita tranquilidade.

(a reportagem mostra membros do MST ouvindo Lula)

REPÓRTER Antônio Machado:

Depois, em cerimônia na Confederação Nacional da Indústria, Lula voltou a falar de Reformas.

PRESIDENTE Lula:

Não tem chuva, não tem cara feia, não tem o Poder Judiciário, só Deus será capaz de impedir que a gente faça este país ocupar o lugar de destaque que ele nunca deveria ter deixado de ocupar.

(A reportagem mostra uma freira acenando a cabeça em sinal de concordância com dizer de Lula)

APRESENTADOR Boris Casoy:

O Presidente mostra um entusiasmo pelas Reformas, acredita no que ele propõe, tem muita gana com relação a Reforma da Previdência e a Reforma Tributária. Evidentemente está enfrentando grandes dificuldades o que seriam normais nestes casos. E Lula além do Congresso, além da Justiça, confia em Deus para essas Reformas. Deus o ilumine.

JORNAL DA RECORD, 24-06-03

3ª NOTÍCIA: A liberação da verba do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) pelo governo federal.

APRESENTADOR Boris Casoy:

O governo lança o plano de safra da agricultura familiar e prevê a liberação de cinco bilhões e quatrocentos milhões de reais para financiar pequenos agricultores, mas representantes do MST cobraram definições para a reforma.

REPÓRTER Antônio Machado:

Na cerimônia, no Palácio do Planalto, com a presença de do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Ministro da Reforma Agrária, Miguel Rosseto, anunciou que os recursos vão começar a ser liberados no dia primeiro de julho. Segundo o governo, o volume de dinheiro vai permitir que o número de contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF, cresça de novecentos e setenta mil para um milhão e quatrocentos mil. Parte dos recursos será destinada a renegociação de dívidas antigas de pequenos agricultores familiares e de assentados as Reforma Agrária, mas representantes do MST cobraram definições para a Reforma.

COORDENADOR NACIONAL DO MST João Paulo Rodrigues:

O que nós estamos pressionando é que faça Reforma Agrária por isso vamos continuar as ocupações por todo o Brasil e as ocupações por todo o Brasil só vão diminuir na medida em que ir aumentando as famílias assentadas.

MINISTRO DA REFORMA AGRÁRIA Miguel Rosseto:

Nós temos como objetivo assentar todas as famílias acampadas e queremos, obviamente, iremos construir uma Reforma Agrária com qualidade e quantidade.

APRESENTADOR BORIS CASOY:

O MST já demarca lotes do Engenho Bonito invadido em Pernambuco, só no último fim de semana foram registradas dezoito invasões de terra naquele Estado.

ÂNCORA DIZ, *IN OFF*: No Paraná, os Sem Terras e Sindicalistas da CUT invadiram oito pedágios em rodovias. Numa ação casada, cerca de mil e quinhentas pessoas, entre agricultores do MST e Sindicalistas da CUT, tomaram oito pedágios dos vinte e seis existentes nas rodovias paranaenses. Por volta de uma hora da tarde, duzentos Sem-Terras chegaram ao pedágio de Mandaguari, na região de Maringá. Eles abriram as cancelas e liberaram o tráfego, distribuíram panfletos pedindo a aceleração da Reforma Agrária, a redução do pedágio e a proibição de plantação de trangênicos. A polícia apenas acompanhou de perto.

APRESENTADOR Boris Casoy:

Isso foi insuportável né! É uma inversão da ordem e da lei do Paraná. Enquanto o INCRA e o Ministério da Reforma Agrária não se entendem, o Ministro e o Presidente do INCRA têm posições diferentes em relação a Reforma Agrária. O MST, você viu, avisou que vai continuar as invasões. Com o governo federal paralisado no setor, sem tomar decisões, discutindo ad-infinito, como se diz em latim, essa questão da tensão no campo vai aumentando. A situação está se tornando um verdadeiro barril de pólvora. De repente, devido a essa omissão vamos ter uma imensa/gigantesca desgraça Parlamentar.

REDE GLOBO DE TELEVISÃO

JORNAL NACIONAL, 24-06-03.

1ª NOTÍCIA: A ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST

CHAMADA: Paraná: o MST ocupa pedágios de oito estradas.

APRESENTADOR Willian Bonner:

Integrantes do movimento dos Sem-Terras ocupam hoje oito praças de pedágio no Estado do Paraná.

REPÓRTER Fernando Paracho Lobato:

Integrantes do MST chegaram nas praças de pedágio para ficar. Levaram roupas e colchões para dormir e liberaram o tráfego de carros e caminhões. As concessionárias disseram que só hoje a estimativa de prejuízo é de quase meio milhão de reais. A manifestação foi contra o valor dos pedágios e o cultivo de transgênicos e não pela Reforma Agrária. No Paraná, os conflitos de terra criaram um clima de tensão. Um levantamento feito pelo governo do Estado mostra que existem mais de cento e vinte propriedades invadidas e acampamentos de Sem-Terras e o número de famílias vivendo nessas condições dobrou nos últimos seis meses.

COORDENADOR DO MST/ Pr.Roberto Bágio:

Nós acreditamos que o governo Lula tem condições, tem instrumentos jurídicos e necessita, nesse momento, de fazer a Reforma Agrária.

REPÓRTER:

Em sessenta e sete áreas invadidas a justiça já deu ordem para a desocupação, mas o governo não cumpre.

PRES. COM. EST. NEGOCIAÇÃO FUNDIÁRIA –Pr. Padre Roque Zimmerman:

O governo não tem como cumprir essas reintegrações, o que eu digo para eles é ter paciência. Eu não posso prometer para eles que vou resolver o problema deles rapidamente porque não existe solução rápida.

REPÓRTER:

Enquanto isso, os fazendeiros já contrataram seguranças. Polícias armadas com revólveres e escopetas calibre doze, de uso exclusivo das forças armadas, vigiam as fazendas.

FAZENDEIRO Marcos Prochet:

A lei não se negocia, a lei cumpre-se. Cumpram-se as reintegrações de posse, não tem nada o que negociar.

APRESENTADOR Willian Bonner:

No Superior Tribunal de Justiça, há um pedido de intervenção federal no Paraná, feito por um fazendeiro, por causa do não cumprimento de uma ordem de reintegração de posse.

JORNAL NACIONAL 24-06-03.

2ª NOTÍCIA: O discurso do Presidente Lula em que disse que nada, nem ninguém o impedirá de fazer as reformas que o Brasil precisa.

CHAMADA: Reforma virou assunto na convocação extraordinária.

APRESENTADOR Willian Bonner:

Em discurso na Confederação Nacional da indústria, o Presidente Lula disse hoje que só Deus poderá impedir o governo de aprovar os projetos que considera fundamentais para o desenvolvimento do Brasil.

LULA:

Nada, pode ficar certo de que não tem chuva, não tem geado, não tem terremoto, não tem cara feia, não tem o Congresso Nacional, não tem o Poder Judiciário, só Deus será capaz de impedir que a gente faça esse país ocupar o lugar de destaque que ele nunca deveria ter deixado de ocupar. Eu acredito nisso, vou trabalhar para isso, com a convicção que eu fiz o meu cursinho do SENAI para deixar de ganhar um salário mínimo.

APRESENTADOR Willian Bonner:

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Maurício Corrêa, disse que espera que as previsões divinas do Presidente se realizem e que enquanto isso a Constituição deve ser respeitada.

JORNAL NACIONAL 24-06-03.

3ª NOTÍCIA: A liberação da verba do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) pelo governo federal

CHAMADA: Lula diz que foram aprovados os projetos que considera fundamentais e pede paciência aos afobados pela Reforma Agrária.

APRESENTADORA Fátima Bernades:

O governo pediu paciência hoje ao movimento dos Sem-Terras e prometeu uma política de Reforma Agrária. Mas, o MST disse que mesmo com a reunião com o Presidente Lula, marcada para o próximo dia sete, as invasões vão continuar .

REPÓRTER:

Mais da metade das invasões é em quatro Estados: Zona da Mata em Pernambuco; Noroeste do Paraná; no Pontal do Paranapanema em São Paulo e o Triângulo Mineiro. No último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, foram cento e três invasões com vinte mortes. Em seis meses de governo Lula, foram cento e dez invasões com dez mortes. Até o fim do ano, o Ministério do Desenvolvimento Agrário quer assentar sessenta mil trabalhadores rurais Sem-Terras acampados. Já foram duas mil e quinhentas e trinta e quatro famílias e hoje o Ministro Miguel Rosseto foi claro: “terra invadida não pode ser desapropriada para a Reforma Agrária por dois anos. O governo não vai mexer nesta medida provisória”.

MIN. DO DESENV. Miguel Rosseto:

Nós estamos seguros de que queremos deixar para o passado uma agenda de violência, nós queremos uma agenda de paz, uma agenda de produção, agenda de justiça social no campo brasileiro.

REPÓRTER: No dia sete, o próprio Presidente Lula se reúne com representantes do MST, mas o movimento já avisou.

COORD. Do MST João Paulo Rodrigues:

As ocupações de terra vão continuar em todo o Brasil porque não é contra o Lula, é uma forma de luta que os trabalhadores constituíram ao longo dos anos e que é contra o latifúndio. Então, as ocupações de terra vão continuar .

REPÓRTER Zuleide Siva (Brasília):

O governo ficou decepcionado com essa posição do MST, mesmo assim o encontro está mantido. E hoje, no lançamento do plano de agricultura familiar (PRONAF), o Presidente Lula pediu paciência aos afobados e apressados, que segundo ele, querem que as coisas aconteçam fora de hora.

PRESIDENTE Lula:

Eu aprendi a contar até dez, apesar de só ter nove dedos que é para poder não cometer erros. Um erro em qualquer outro governo é mais um erro, no nosso não pode acontecer. Então, nós vamos pensar que cada coisa lançada aqui é pensada de forma muito meticulosa.

APRESENTADOR Willian Bonner:

Como já disse a repórter Zuleide Silva, o governo lançou hoje o plano de safra para agricultura familiar. O objetivo é estimular a produção de alimentos.

REPÓRTER:

O dia nem raiou e Ana já saiu para a lida no campo. Na pequena propriedade, é da ordenha que a família tira o sustento.

AGRICULTORA Ana Marmetim:

A gente precisa ainda do crédito, a gente ainda não tem condições de se virar sozinhos.

REPÓRTER:

Para estimular a agricultura familiar o governo anunciou hoje a liberação de cinco bilhões e quatrocentos mil reais em linhas de crédito. O dobro do que foi investido o ano passado e com

isso espera fechar um milhão e quatrocentos mil contratos. Numa teleconferência, pequenos agricultores, de três cidades brasileiras, acompanharam o anúncio feito em Brasília. O Presidente Luíz Inácio Lula da Silva entregou a uma agricultora o cartão eletrônico que vai diminuir a burocracia da liberação do dinheiro.

REPÓRTER:

O novo plano quer também estimular a produção de alimentos básicos da mesa do brasileiro. Quem plantar arroz, feijão, mandioca, trigo e milho terá cinquenta por cento a mais de crédito do que na safra passada e ainda a garantia de preço mínimo na hora da venda porque o governo se comprometeu a comprar parte da produção, inclusive para abastecer o programa fome zero.

PRES. FED. TRAB. DE AGRIC. FAMILIAR Eloir Grisoli:

Tem muita gente que quer comer, mas não tem muito agricultor que quer produzir, e essas políticas nos ajudam, nos incentivam a ficar na roça .

REPÓRTER:

Os jovens matriculados em escolas agrícolas e as mulheres também ganharam linhas especiais de crédito.

AGRICULTORA Ana Marmetim:

Isso é uma valorização, tava faltando isso, ainda bem que agora chegou né!

####

REDE TV CULTURA

JORNAL DA CULTURA, 24-06-03.

1ª NOTÍCIA: A ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST

Não noticiou.

JORNAL DA CULTURA, 24-06-03.

2ª NOTÍCIA: O discurso do Presidente Lula em que disse que nada, nem ninguém o impedirá de fazer as reformas que o Brasil precisa.

APRESENTADOR Heródoto Barbeiro:

O governo vai fazer amanhã a convocação extraordinária do Congresso para o período do recesso Parlamentar. Ele discutiu hoje a pauta do trabalho de julho em almoço com os presidentes do senado, José Sarney, e a Câmara, João Paulo Cunha, e será apresentada amanhã.

JORNAL DA CULTURA, 24-06-03.

3ª NOTÍCIA: A liberação da verba do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) pelo governo federal

CHAMADA: Mais crédito agrícola. Anunciada a liberação de 5,4 bilhões de reais para financiar a agricultura familiar.

APRESENTADOR Heródoto Barbeiro:

O governo vai liberar cinco bilhões e quatrocentos mil reais para financiar pequenos agricultores e assentados a partir de julho. Durante o anúncio do Plano de Safra da Agricultura familiar o Presidente Lula garantiu hoje que toda a produção excedente vai ser comprada e aproveitada pelo programa Fome Zero.

REPÓRTER:

O Plano de Safra da Agricultura Familiar vai permitir que não só o chefe da família tenha direito ao empréstimo para o plantio, a esposa agora pode adquirir uma outra linha de crédito e se o filho do casal apresentar um plano para a propriedade agrícola o governo promete que também haverá dinheiro. Outras novidades anunciadas pelo Presidente da República: menos burocracia para conseguir o dinheiro e um serviço telefônico para que o pequeno produtor rural possa reclamar, se essas promessas não forem cumpridas.

PRESIDENTE LULA:

É 0800 78 7000. Os companheiros e as companheiras que tiverem dificuldades de acesso ao dinheiro, por favor, não se façam de rogados, telefonem, briguem, xinguem porque nós não queremos ver sobrar nenhum centavo do dinheiro anunciado para agricultura familiar.

REPÓRTER:

Atualmente, novecentos e cinquenta mil famílias são atendidas pelo PRONAF, o governo quer aumentar esse número para 1,4 milhão de famílias, para isso vai liberar 5,4 bilhões de reais. Um volume de recursos 40% maior do que o ano passado. A taxa de juros desses empréstimos varia de 1 a 4% ao ano.

PRESIDENTE LULA:

Há muito tempo não saía o crédito para o agricultor familiar no mês de julho. Ou seja, muitas vezes, passava o tempo do plantio e ele não tinha acesso ao dinheiro. Se esse dinheiro não circular no tempo certo, o Ciro já me disse, alguém vai dançar. Então, nós precisamos liberar, até porque credibilidade a gente ganha com gestos e não com discurso.

REPÓRTER;

Apesar de nunca o setor ter recebido tanto dinheiro do governo, apenas 30% das famílias que vivem da agricultura e pequenas propriedades vão ser atendidas. Ao todo, são 4,5 milhões de famílias envolvidas nessa atividade. Para o governo, a agricultura familiar é um setor estratégico porque produz alimentos e garante trabalho.

PRESIDENTE LULA:

Muita gente diz que a agricultura familiar não gera um emprego formal que nós estamos acostumados a conhecer com carteira profissional assinada, mas a agricultura familiar gera trabalho porque ela mantém as pessoas no campo. Significa menos gente percorrendo o mundo a procura de oportunidade.

REPÓRTER Vera Souto:

Outro motivo de atenção do governo é que o setor é visto como potencial para o Fome Zero. Foi pensando no Fome Zero que o governo resolveu abrir uma linha de crédito especial para quem produzir arroz, feijão, milho, trigo e mandioca e mais, o governo se compromete a comprar a produção desses alimentos. Com essa estratégia duas coisas estão garantidas: o preço mínimo desses produtos e a renda do pequeno trabalhador da agricultura. Esses alimentos vão ser comprados pela Campânia Nacional de Abastecimentos, a CONAB, e vão servir para repor os estoques do Programa Fome Zero.

MINISTRO DO DES. AGRÁRIO Miguel Rosseto:

Nós queremos e por isso a importância desse plano, que grande parte desses alimentos seja produzido pelos nossos agricultores familiares e pelos assentados da Reforma Agrária.

PRESIDENTE LULA:

Falta realmente fazer a política de Reforma Agrária que é um sonho, um desejo e um compromisso moral, político e ético da minha vida e do meu governo e vamos fazê-la.

APRESENTADOR:

Pois é! O Presidente fez uma crítica indireta ao MST dizendo que o pessoal precisa ter um pouco de paciência para que essa Reforma Agrária se efetive. E o coordenador nacional do movimento dos Sem-Terra, o João Paulo Rodrigues, respondeu e disse que as invasões vão continuar porque afinal de contas eles não estão lutando contra o governo e sim contra o latifúndio, disse ele. E o Presidente deu aquele telefone; Márcia passa para o pessoal lá. E eu vou repetir aqui o telefone para as pessoas que querem adquirir o crédito agrícola é o 0800 78 7000.

#####

REDE BANDEIRANTES DE TELEVISÃO

JORNAL DA NOITE, 24-06-03.

1ª NOTÍCIA: A ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST

Campo minado (escrito na tela)

CHAMADA:

E o campo está em pé de guerra, o MST avisa que vai continuar com as invasões, mesmo depois da reunião marcada com o Presidente Lula.

APRESENTADOR Roberto Cabrini:

Clima de guerra no campo, o MST avisa que nem a reunião marcada para o próximo dia sete com o Presidente Lula vai parar as invasões pelo país. No Paraná, o movimento expulsou os funcionários de praças de pedágio e a ocupação é por tempo indeterminado.

Guerra sem fim (escrito na tela)

REPÓRTER:

A ocupação na praça de São Luís do Curumum, na BR 277, aconteceu por volta de uma hora da tarde. Cerca de 120 integrantes do MST, além de representantes da CUT, liberaram as cancelas

permitindo a passagem livre. De acordo com a concessionária, só aqui o movimento chega a 18 mil veículos por dia, os motoristas comemoram. O MST distribuiu um jornal explicando as razões da movimentação. Eles querem o fim dos pedágios no Paraná ou as reduções das tarifas, a proibição dos transgênicos e mais agilidade no processo da Reforma Agrária.

REPÓRTER:

Em São Miguel do Iguaçu, também no Paraná, cerca de 300 Sem-Terras saíram da fazenda onde vivem para bloquear um pedágio da região. O acampamento já foi montado com alimentos, roupas e colchões. As cancelas, nos dois sentidos da rodovia, foram liberadas.

DIRIGENTE NACIONAL DO MST: João Paulo Rodrigues:

Nossa luta é contra o latifúndio, não é contra o governo Lula. Então, nesse sentido, não tem porque parar a ocupação de terra, ainda mais porque nesse ano não foi feito nenhum assentamento de nenhuma família.

PRESIDENTE LULA:

Falta realmente fazer uma política de Reforma Agrária que é um sonho, um desejo e um compromisso moral, político e ético da minha vida e de meu governo e nós vamos anunciar logo, logo, um programa de Reforma Agrária no nosso país.

COMENTÁRIO do APRESENTADOR Roberto Cabrini:

Olha, fontes do governo Lula me garantiram hoje que desde que o governo Lula começou, pelo menos 3.000 famílias foram assentadas, mas é um número bem insignificante perto das necessidades do país. Mas hoje, Mittre, a gente viu o Lula falando e o MST reagindo. Como é que tudo isso vai acabar?

COMENTARISTA Fernando Mittre:

Tem uma concordância aparente, uma discordância básica. Aliás, a começar por esse número de assentados, o MST não concorda com isso, não acha que o governo assentou ninguém. Mas se você olhar o discurso do MST, o básico está ali, e o que é esse básico? É o que vem alimentando o movimento desde quando ele surgiu em 84, 1984, aliás, no Rio Grande do Sul, onde o pau vai comer agora. E é o seguinte, nossa luta é contra o latifúndio, no caso, adaptando para o governo Lula, não estamos lutando contra o governo e aguardamos o plano de Reforma Agrária do governo. Esse plano ainda não saiu e quando sair dificilmente vai ser o plano que o MST quer. O MST quer continuar o seu ritmo, essa é a lógica do movimento de ocupações forçando, legitimamente, do ponto de vista deles, essa Reforma Agrária. Não é seguramente o ritmo que virá do governo. Então, por aí não tem acordo, embora haja uma concordância básica entre o que Lula diz a Reforma Agrária, ele diz com muita emoção e legitimidade, e o MST diz também na superfície da retórica. Mas, na prática, esse choque de ponto de vista vai continuar.

APRESENTADOR Roberto Cabrini:

Mas, sabe o que acontece Mittre? Não dá para todo mundo ganhar nesse jogo, não dá para resolver a questão da Reforma Agrária com todo mundo ganhando. Algumas pessoas terão de perder em nome do bem comum. Eu acho que é a mesma questão da Reformas também, né! Os magistrados, por exemplo, dizem que as Reformas não são deles porque não afeta o dinheiro deles. É que nem aquela piada que o sujeito diz assim: olha, eu sou a favor de uma sociedade igualitária; você é a favor de uma sociedade igualitária? Sou. Então, se você tivesse dois aviões

daria em prol da sociedade? Daria, perfeitamente. Se você tivesse dois iates? Daria, perfeitamente. Se você tivesse duas fazendas? Daria a segunda, perfeitamente. E se você tivesse dois carros? Dois carros não, carro eu tenho dois. Quer dizer, não dá para as pessoas quererem ganhar o tempo todo.

COMENTARISTA Fernando Mittre:

É, mas no caso da Reforma Agrária é um movimento legítimo, que historicamente já devia ter sido resolvido, não tenho dúvida nenhuma sobre isso. Agora, há um desafio, é preciso que se resolva esse problema dentro da lei, e aí começa de fato esse conflito básico entre o que o governo deve ser e o que o MST é.

JORNAL DA NOITE, 24-06-03

2ª NOTÍCIA: O discurso do Presidente Lula em que disse que nada, nem ninguém o impedirá de fazer as Reformas que o Brasil precisa.

Não noticiou

JORNAL DA NOITE, 24-06-03

3ª NOTÍCIA: A liberação da verba do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) pelo governo federal.

Não noticiou.

####

REDE SISTEMA BASILEIRO DE TELEVISÃO (SBT)

JORNAL DO SBT, 24-06-03.

1ª NOTÍCIA: A ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST

APRESENTADOR:

Manchetes dos principais jornais do país nessa quarta-feira:

- _ MST e UDR ignoram o governo e preparam confronto no campo.(Jornal do Brasil)
- _ MST ignora apelo de Lula e mantém invasões. (Correio Brasiliense).
- _ Não tem Congresso nem Poder Judiciário que impeçam de fazer as Reformas. (O Globo)

APRESENTADOR Hermano Henning:

O coordenador nacional do MST disse, nessa terça-feira, em Brasília, que as invasões vão continuar e que eles não vão esperar a finalização do plano de Reforma Agrária do governo petista. O Presidente Lula já tinha pedido paciência ao MST. O jornal do SBT quer saber: Qual deveria ser a posição do governo Lula em relação às invasões de terra? (*telespectadores respondem*)

O Presidente Lula disse, nessa terça-feira, num discurso na Confederação Nacional da Indústria, que nada nem ninguém vai impedir a aprovação dos projetos considerados importantes pelo

governo dele. E desafiou que não tem chuva, nem geada, nem terremoto, não tem cara feia, não tem o Congresso Nacional, nem o Poder Judiciário .

(Escrito na tela: Frase do dia e dito pelo apresentador)

“Só Deus será capaz de impedir que a gente faça esse país ocupar um lugar de destaque que ele nunca deveria ter deixado de ocupar”. (Luiz Inácio Lula da Silva)

JORNAL DO SBT, 24-06-03

2ª NOTÍCIA: O discurso do Presidente Lula em que disse que nada, nem ninguém o impedirá de fazer as reformas que o Brasil precisa.

Não noticiou

JORNAL DO SBT, 24-06-03

3ª NOTÍCIA: A liberação da verba do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) pelo governo federal.

Não noticiou.

#####

REDE RECORD DE TELEVISÃO

JORNAL DA RECORD, 25-06-03.

1ª NOTÍCIA: A ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST

APRESENTADOR Boris Casoy:

Roberto Requião não esperou a Assembléia Legislativa aprovar a lei que devolve os pedágios ao governo. Hoje, na maioria dos pedágios invadidos, os Sem-Terras só deixaram passar ambulâncias provocando grandes congestionamentos. O protesto só terminou no começo da noite.

Dos 26 pedágios do Paraná, 11 foram tomados. Os invasores que ontem liberaram as cancelas, hoje mudaram de tática. Até as 10 horas da manhã permitiram apenas a passagem de carros de passeio e veículos com cargas perecíveis. Depois, fecharam completamente os pedágios provocando grandes congestionamentos na BR277.

SEM-TERA:

Só ambulância em caso de emergência e fim de papo.

MOTORISTA:

Nos impede de ir e vir, o meu direito eles não podem cercear.

APRESENTADOR:

Na região de Cascavel, os 70 manifestantes montaram acampamento a beira da estrada. Segundo o líder do MST, o pedágio nas rodovias paranaenses é um dos mais caros do país.

MOTORISTA:

Eu gasto em média dois mil reais por mês com esse caminhão, só em pedágio.

COORD. REGIONAL DO MST Camilo Rodrigues:

A solução para nós, nesse momento, é que o governo ou que o Estado do Paraná possa assumir, estes, essas rodovias novamente, que já eram nossas e que com essa retomada possa então baixar esses preços.

APRESENTADOR:

O governador Roberto Requião decretou a intervenção nos pedágios por 180 dias e pediu ao MST que desocupem os postos de forma pacífica até amanhã quando o governo passa a administrar parte do sistema com 30% de redução nas tarifas.

GOVERNADOR DO PARANÁ Roberto Requião:

Nós vamos reduzir a tarifa para eliminar a tensão e o Estado vai ocupar as praças dos pedágios.

APRESENTADOR Boris Casoy:

Ainda, mais de 300 famílias invadiram hoje uma fazenda de mais de dois mil hectares no sudoeste do Mato Grosso. Em todo Estado são mais de 70 áreas ocupações. Em São Paulo, no Pontal do Paranapanema, os acampamentos crescem a cada dia.

REPÓRTER Gustavo Marques:

Até agora já são três mil e quinhentas famílias nos barracos construídos nas duas margens da rodovia SPV 35 que liga Eptáfio a Teodoro Sampaio. De acordo com informações do movimento dos trabalhadores rurais Sem-Terra, diariamente são feitos de oitenta a cento e vinte novos cadastros. Segundo a coordenação do MST, Presidente Eptáfio foi escolhido porque teria quarenta mil hectares de terras devolutas a serem recuperadas pelo governo paulista até o final do ano. Os coordenadores regionais do MST planejam juntar mil famílias até o final de julho totalizando uma população acampada de vinte mil pessoas, mas o grande problema está sendo conseguir a alimentação, por isso a liderança do movimento vai pedir ao Ministro da Casa Civil, José Dirceu, a inclusão das famílias no programa Fome Zero. Para garantir a água, um poço semi-artesiano será perfurado.

COORD. REGIONAL DO MST Edir Ronan:

Nós acreditamos que o governo vai fazer a Reforma Agrária, não tenha dúvida disso de que ele vai fazer, e para isso nós estamos nos organizando de que forma? Agregando as famílias.

REPÓRTER:

O líder do MST, na região do Pontal, José Rainha Júnior, por enquanto, está proibido, pela direção nacional do movimento, de falar com a imprensa.

APRESENTADOR Boris Casoy:

O líder do movimento no Pontal do Paranapanema, José Rainha, está congelado, punido, desautorizado pela direção que ele deu ao movimento e a sua administração. No entanto, Rainha só houve sua própria voz, ele prometeu criar uma nova Canudos, no Estado de São Paulo. Enquanto isso, o governo federal dorme sobre a paralisia do Ministério da Reforma Agrária que

não quer usar a lei existente para punir algumas invasões, embora isso tenha como consequência o fato de um Ministro ter sido desautorizado com a intervenção de outros Ministros que, por decisão do Presidente Lula, negociam com setores considerados dialogáveis do movimento dos sem terra.

JORNAL DA RECORD 25-06-03.

2ª NOTÍCIA: O discurso do Presidente Lula em que disse que nada, nem ninguém o impedirá de fazer as reformas que o Brasil precisa.

APRESENTADOR Boris Casoy:

O Presidente Lula disse hoje que foi mal interpretado e negou qualquer ofensa ao Congresso e ao Judiciário no discurso de ontem na CNI. A reportagem é de Cristina Lemos:

REPÓRTER:

O clima amanheceu pesado entre os três poderes. Caiu mal entre os Parlamentares e juízes o discurso do Presidente Lula feito ontem na Confederação Nacional da Indústria: “Lula; não tem terremoto, não tem cara feia, não tem o Congresso Nacional, não tem o Poder Judiciário, só Deus será capaz de impedir que a gente faça esse país ocupar o lugar de destaque que ele nunca deveria ter deixado de ocupar”.

REPÓRTER:

Em sinal de protesto, logo pela manhã, os líderes oposicionistas do PFL e do PSDB, aqui do Senado, decidiram não comparecer ao Planalto para a solenidade de anúncio para a convocação extraordinária do Congresso em julho. Tentando se antecipar à crise, nessa mesma solenidade, o Presidente Lula fez questão de reler o trecho do discurso da véspera, alegando ter sido mal interpretado.

PRESIDENTE LULA:

Apenas para lembrar que em nenhum momento eu falei de Reforma no Congresso Nacional, em nenhum momento passou pela cabeça do Presidente da República qualquer ofensa ao Congresso Nacional ou ao Poder Judiciário. Em alguns momentos, nós temos sido ofendidos e eu tenho me pautado pelo Presidente Lula, do PT, de nós todos, a cautela de não responder. E, se quiser algum Deputado, algum Senador que tenha se sentido ofendido, estarei a disposição para conversar com ele quantas vezes for necessário.

REPÓRTER:

Aliados formaram um mutirão para apagar o incêndio. Telefonando para Parlamentares, juízes, em defesa do Presidente Lula.

MIN. da CASA CIVIL José Dirceu:

É da natureza do Presidente Lula, do PT, de nós todos, a democracia.

REPÓRTER:

Mas, o Congresso, a oposição não se acalmou, como considerou meias desculpas de Lula.

LÍDER DO PSDB Sen. Arthur Virgílio:

Ele não tem o direito de atirar a voz e arrancar numa reunião a custa da imagem do Congresso Nacional.

REPÓRTER:

O Judiciário, primeiro a reagir ao discurso, lembrando a Lula que acima de tudo está Constituição, hoje, amenizou as críticas.

PRES. Da OAB Min. Rubens Aprobato:

Se pisar na bola, até Ronaldinho já pisou na bola, um penta campeão mundial.

PRES. do TST Min. Francisco Fausto:

Se ele estender a mão, nós acataremos a mão. Agora, precisa fazer outra coisa além disso: abrir uma banca par negociação com o Judiciário.

APRESENTADOR:

Ontem, ao ouvir Lula falando, sinceramente, não me pareceu que ele tenha procurado afrontar ou ofender o Judiciário ou o Legislativo. Mas, quem lê atentamente o que o Presidente falou, percebe que essa interpretação de afronta é perfeitamente possível. Na verdade, ao fazer pronunciamento de improviso, o Presidente corre esse tipo risco, no caso, de parecer extremamente autoritário. E não é a primeira vez que isso acontece não, Lula não é mais um líder sindical é o Presidente da República, tudo o que ele disser ou fizer pode ter conseqüências graves e irreversíveis. Vale lembrar que o nome do indicado por Lula para a presidência da ANP foi recusado pelo Senado. Uma derrota extremamente grave e que mostra que há algo de errado no relacionamento do governo com o Senado Federal.

#####

REDE GLOBO DE TELEVISÃO

JORNAL NACIONAL (25-06-03)

1ª NOTÍCIA: A ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST

APRESENTADOR Willian Bonner:

O governo do Paraná decidiu intervir nos pedágios das estradas do Estado. A decisão foi anunciada no mesmo dia em que integrantes do movimento dos Sem- Terras ocuparam mais de três praças de pedágio.

REPÓRTER:

Os Sem-Terras chegaram de ônibus, rapidamente forçaram a abertura das cancelas e picharam as cabines de cobrança. Assustados, os funcionários recolheram o dinheiro e se esconderam num escritório da empresa. Desde ontem, o MST ocupou onze, das vinte e seis praças de pedágio do Paraná.

SEM-TERRA:

Você não fala nada aqui, quem fala somos nós. *(Sem-terra falando para um funcionário da praça de pedágio)*

REPÓRTER:

Em menos de cinco minutos, todas as cancelas da praça de pedágio foram liberadas para passagem dos motoristas. Começou, então, a manifestação dos caminhoneiros que apóiam o protesto, eles pararam os caminhões no meio da rodovia, logo surgiu o congestionamento nos dois sentidos da estrada que leva a safra até o porto de Paranaguá. Quando liberaram as pistas, os caminhoneiros fizeram um buzinasso. Depois dos protestos, o governo Roberto Requião decidiu intervir nos pedágios da Estado.

GOVERNADOR DO ESTADO, ROBERTO REQUIÃO:

O interventor vai baixar a tarifa para eliminar a tensão social e vai fazer definitivamente os cálculos para que a população saiba quanto custa a manutenção, quanto essa gente gasta e quanto eles ganham.

REPÓRTER:

Os donos de concessionárias vão entrar na justiça contra a decisão.

DIRET. ASS. DAS CONCESSSS. DE ROD. PR. João Chiminazzo Neto:

A intervenção, ela não tem cabimento porque o serviço está sendo prestado com regularidade e com presteza.

REPÓRETER:

No Rio Grande do Sul, os Sem-Terras fazem uma marcha em direção a São Gabriel no oeste do estado. A medida em que se aproximam, aumenta a tensão na cidade. Os fazendeiros também prometem sair numa marcha nos próximos dias em sentido contrário.

REPÓRTER:

Em Porto Alegre, o Ministro do Desenvolvimento Agrário disse que a sociedade gaúcha tem consciência de que não há espaços para confrontos.

MINISTRO Miguel Rosseto:

Nós não trabalhamos em hipótese alguma com a transformação de um legítimo direito de manifestação em um ambiente de violência que não interessa a ninguém.

JORNAL NACIONAL, 25-06-03.

2ª NOTÍCIA: O discurso do Presidente Lula em que disse que nada, nem ninguém o impedirá de fazer as reformas que o Brasil precisa.

CHAMADA: APRESENTADORA Fátima Bernades:

O Presidente Lula anunciou hoje a convocação extraordinária do Congresso para discutir, entre outros assuntos, as Reformas Tributária e da Previdência. Durante o anúncio, o Presidente explicou as declarações que fez ontem e disse que não quis ofender os outros poderes da República.

REPÓRTER IN OFF:

O efeito do discurso de Lula foi imediato. O Judiciário e o Congresso reagiram. Líderes da oposição e até aliados não foram ao Planalto para a cerimônia de anúncio da convocação do

Congresso.O Presidente Lula aproveitou para explicar o discurso do dia anterior quando se dirigia a uma freira premiada pelo SESC.

PRESIDENTE LULA:

Eu, a cada dia que passa, a cada dificuldade, me sinto o brasileiro mais otimista que esse país já teve. Nada, podem ficar certos de que não tem nada, nem chuva, nem geada, nem terremoto, não tem cara feia, não tem o Congresso, nem o Poder Judiciário, só Deus será capaz de impedir que a gente faça esse país ocupar o lugar de destaque que ele nunca deveria ter deixado de ocupar. Apenas para lembrar que em nenhum momento eu falei de Reforma no Congresso Nacional. Se eu não acreditasse nas instituições, não teria ido ao Congresso Nacional como eu fui, duas vezes depois da posse, e não estaria tentando um espaço imenso na relação Poder Executivo e Poder Legislativo para que as coisas possam andar da melhor forma possível e para que a gente possa fazer as coisas acontecerem no nosso país. Em nenhum momento, passou pela cabeça do Presidente da República qualquer ofensa ao Congresso Nacional ou ao Poder Judiciário.

REPÓRTER:

Parecia estar encerrada a questão.

PRES. DO SENADO. José Sarney:

Eu devo testemunhar que as relações de Vossa Excelência com o Congresso Nacional têm sido marcadas além dos mandamentos da nossa constituição de independência e de harmonia entre os poderes com um relacionamento de absoluta confiança.

REPÓRTER Delis Ortiz:

Essa explicação foi acertada antes quando os Presidentes da Câmara e do Senado mostraram ao Presidente Lula a péssima repercussão das declarações de ontem. Embora acreditassem na boa intenção do Presidente, eles sugeriram a Lula que esclarecesse melhor o discurso, mas nada disso impediu a dura reação do Congresso durante toda a tarde. A Crítica mais forte foi do líder do PDT, partido aliado.

LÍDER DO PDT Sem. Jefferson Peres:

O Presidente foi extremamente infeliz, ele deve se conscientizar de que não pode continuar dizendo o que quer.

LÍDER DO PFL Dep. José Caros Aleluia:

Nós podemos transformar esse incidente num incidente de comunicação que pode ser resolvido com mais diálogo entre o Presidente e o Poder Legislativo e entre o Presidente e o Poder Judiciário.

LÍDER DO GOVERNO Sem. Aloísio Mercadante:

Esse episódio está superado, nós precisamos agora é discutir o mérito das coisas e fazer esse país crescer, gerar empregos e superar as imensas dificuldades que ainda existem.

REPÓRTER:

Mas, na posse dos três novos Ministros no Supremo Tribunal Federal, o assunto ainda era o discurso de Lula.

PRESIDENTE DO TST Francisco Fausto:

Ele tem que respeitar as instituições, seja o Congresso Nacional, seja o Poder Judiciário.

PRESIDENTE DO STJ Nilson Naves:

Está superado né, e para fazer qualquer Reforma, nós precisamos dos dois, dos outros dois poderes, do Legislativo e também do Judiciário.

APRESENTADORA Fátima Bernades:

Numa nota divulgada a pouco, a executiva nacional PSDB classificou a explicação de hoje, do Presidente, como uma retratação tímida. A nota afirma ainda que dificuldades momentâneas não justificam atitudes políticas que representem ameaças a consolidação do regime democrático.

JORNAL NACIONAL, 25-06-03

3ª NOTÍCIA: A liberação da verba do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) pelo governo federal

Não noticiou.

#####

REDE TV CULTURA

JORNAL DA CULTURA, 25-06-03.

1ª NOTÍCIA: A ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST

CHAMADA:

-Deputados do Paraná aprovam a lei que permite ao governo retomar as rodovias privatizadas.

-No próximo bloco, você vai acompanhar aqui a notícia de que a assembléia do Paraná autoriza o governo a retomar as rodovias privatizadas.

APRESENTADOR Heródoto Barbeiro:

A Assembléia Legislativa do Paraná autorizou hoje o governo do Estado a retomar os controle das rodovias privatizadas. O governo quer que as concessionárias reduzam o valor dos pedágios e é apoiado pelo MST (movimento dos Sem-Terras) que invadiu e depredou várias praças de pedágios.

REPÓRTER:

Praças de pedágios fechadas, poucas cancelas liberadas, câmaras que monitoram o trânsito destruídas, cabines de cobrança fechadas. O MST protesta nas estradas do Paraná por tarifas mais baratas no pedágio.

COORDENADOR DO MST Celso Ribeiro:

Quem está sofrendo com o pedágio muito caro é o pequeno agricultor porque tudo que o consumidor, tudo o que tu pensa vai e paga para o pedágio.

REPÓRTER:

As rodovias do Paraná foram privatizadas em 1998, antes disso não pagava pedágio no Estado. Quando a iniciativa privada assumiu a administração, os motoristas passaram a pagar em média três reais e vinte centavos, hoje este valor chega a quatro reais e oitenta centavos.

MOTORISTA;

Tá muito alto, tá muito alto demais. Este valor é um valor muito alto para pagar.

REPÓRTER Celso Soruco:

Cinco anos depois da privatização, as empresas que administram as rodovias podem perder a concessão. O governo considera o preço do pedágio abusivo e ameaça, se as concessionárias não reduzirem em 30% o valor da tarifa, o estado assume o controle. Com a aprovação pela Assembléia Legislativa o governo tem a liberdade de retirar a concessão das seis empresas que administram os vinte e seis postos de cobrança.

LÍDER DO GOVERNO NA ASSEMBLÉIA Ângelo Vahoni:

Nós vamos agora, vamos novamente, autorizar o governo a trazer de volta, pagando as empresas aquilo que é devido, trazer de volta a administração das estradas. Possivelmente, com certeza, cobrando pedágio porque o governo, nós não temos dinheiro suficiente para administrar as estradas hoje, no Estado do Paraná. Nem o Paraná tem, acho que nenhum outro Estado da federação tem.

APRESENTADOR Heródoto Barbeiro:

Bom, as tarifas de pedágio que o governo vai cobrar, se retornar a administração das rodovias, ainda não ficaram definidas, deverão ser menores. E até me surpreendeu essa decisão do governador porque conversei com ele hoje de manhã e o governador disse que ia cumprir a lei e ele disse: “eu vou mandar retirar o pessoal do MST lá porque eles estavam desrespeitando a lei” e o governador nem esperou acertar, ele já declarou a retomada das rodovias, depois que a Assembléia Legislativa do Paraná aprovou a proposta. Mas, vai acontecer o seguinte, vai ser resolvido na justiça, como diz inclusive aqui o advogado das empresas concessionárias.

JORNAL DA CULTURA 25-06-03

2ª NOTÍCIA: O discurso do Presidente Lula em que disse que nada, nem ninguém o impedirá de fazer as reformas que o Brasil precisa.

CHAMADA:

-Olá! Você já está com o jornal da cultura para saber que o Presidente Lula disse hoje que foi mal interpretado nas críticas ao Congresso e ao Poder Judiciário.

-E você vai ver ainda o Presidente Lula nega ter atacado o Congresso e o Poder Judiciário.

APRESENTADORA:

E o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva negou hoje ter atacado o Congresso e o Poder Judiciário. Ontem, num discurso sobre o esforço pra aprovar as Reformas. Lula deu a entender que nem o Congresso nem o Poder Judiciário poderiam atrapalhar. O Presidente deu essas explicações durante o evento que marcou a convocação extraordinária do Congresso em julho.

MANCHETES DOS JORNAIS DO DIA(escrito na tela):

- Lula afronta Poderes e diz que só Deus impedirá êxito do país.
- Lula: não tem Congresso nem Judiciário que impeçam as Reformas.
- Mal estar generalizado no Congresso e no Supremo.
- As palavras do Presidente Lula ecoaram como ofensa aos dois Poderes.
- O Presidente do Supremo respondeu dizendo que a constituição está acima das Reformas propostas pelo governo.
- No Senado, os líderes da oposição e o do PDT desistiram de ir a uma solenidade no palácio do planalto em que o Presidente anunciou a convocação em julho.

LÍDER DO PSDB NO SENADO Arthur Virgílio:

O Lula que eu conheço, que eu tenho preservado aqui bastante, quem me ouve sabe que eu sou contundente com o governo, mas muito ameno com ele, esse Lula precisa renascer sob pena de nós aqui recrudescermos a luta contra ele.

REPÓRTER:

Alertado sobre a rebelião, o Presidente se explicou, segundo ele, no discurso de ontem, não havia qualquer ofensa Congresso Nacional ou ao Poder Judiciário.

REPÓRTER:

Os Presidentes da Câmara e do Senado manifestaram apoio ao Presidente Lula.

PRES. da CÂMARA FEDERAL João Paulo Cunha:

Em sendo as nossas resoluções, os nossos compromissos com as instituições do nosso país, a opção por este caminho que nós fizemos, tinha certeza de que não poderia ser diferente essa colocação de respeito e consideração com o Congresso Nacional.

PRES. do SEN. José Sarney:

Nesse instante, eu aproveito para ressaltar a confiança do Congresso em Vossa Excelência cuja biografia é sem dúvida um compromisso indissolúvel com a democracia, com os valores da liberdade e com o Estado de direito.

REPÓRTER in off:

Mas no Congresso, mesmo depois da retratação, muita gente ainda reclama.

LÍDER do PDT no SEN Jefferson Peres:

Ele disse ao pé da letra que estaria desejoso de fazer as mudanças que ele entende necessárias, mesmo contra o Congresso e contra o Poder Judiciário. Olha isso, em última instância, seria o quê? Seria uma revelação de uma vocação ditatorial.

LÍDER do PFL na CÂMARA José Carlos Aleluia:

Por que são declarações feitas de improviso e declarações de improviso são aquelas feitas da alma, da convicção, do coração e elas foram inteiramente desrespeitosas.

LÍDER do PMDB na CÂMARA Eunício Guimarães:

Eu tenho certeza de que pela relação que ele tem tido conosco aqui no Congresso Nacional, pela relação de respeito que tem tido conosco, todas as vezes que esteve aqui no Congresso, todas as vezes que se dirigiu ao Congresso ele não quis atingir o Congresso Nacional.

REPÓRTER Maurício Muller:

Na segunda-feira, o governo envia ao congresso a pauta da convocação extraordinária que começa no dia primeiro de julho. Para trabalhar no recesso, Deputados e Senadores vão receber dois salários extras num único mês. O contra-cheque deles virá recheado de trinta e oito mil reais e quem vai pagar a conta? Vinte e dois milhões e quinhentos mil reais é o Executivo. Na Câmara, vários projetos vão estar na pauta, mas a intenção do governo é dar andamento nas Reformas Tributárias e da Previdência. No Senado, a pauta é mais extensa.

LÍDER do GOVERNO no SENADO Aluizio Mercadante:

Reforma Tributária e Previdenciária na Câmara, é evidente, são prioritárias, mas há outros projetos importantes que estarão na pauta da Câmara, para o Senado Federal. Nós vamos nos concentrar, principalmente, no tema da violência e da segurança pública; tem várias matérias importantes a serem votadas. No tema da Reforma do Poder Judiciário, que também já está há algum tempo aqui paralisada esta matéria. E sessenta e dois vetos, medidas provisórias que ainda precisam ser votadas. Então, são matérias bastante complexas que contribuem para enfrentar o grande sistema nacional do Brasil, além das duas Reformas que são essenciais.

JORNAL DA CULTURA, 25-06-03

3ª NOTÍCIA: A liberação da verba do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) pelo governo federal.

Não noticiou.

####

REDE BANDEIRANTE DE TELEVISÃO, 25-06-03

JORNAL DA NOITE, 25-06-03

1ª NOTÍCIA: A ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST

Não noticiou.

JORNAL DA NOITE, 25-06-03

2ª NOTÍCIA: O discurso do Presidente Lula em que disse que nada, nem ninguém o impedirá de fazer as reformas que o Brasil precisa.

Não noticiou.

JORNAL DA NOITE, 25-06-03

3ª NOTÍCIA: A liberação da verba do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) pelo governo federal.

Não noticiou.

#####

REDE SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO (SBT)

JORNAL DO SBT, 25-06-03.

1ª NOTÍCIA: A ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST

Não noticiou.

JORNAL DO SBT, 25-06-03.

2ª NOTÍCIA: O discurso do Presidente Lula em que disse que nada, nem ninguém o impedirá de fazer as reformas que o Brasil precisa.

MANCHETES DOS PRINCIPAIS JORNAIS (ESCRITOS/) DO DIA:

-Lula recua e abafa entre poderes. (Correio Brasiliense)

-Sob chuva de críticas, Lula nega crise entre poderes.(Jornal do Brasil)

APRESENTADOR Hermano Henning:

Para evitar uma crise institucional, o Presidente Lula disse que as declarações dele, dessa terça-feira, foram mal interpretadas. Nós mostramos aqui numa dessas frases do dia que o Presidente falou: “Não tem Congresso Nacional, não tem Poder Judiciário que vai impedir o Brasil de crescer”, disse o Presidente Lula. Nesta quarta, ao lado dos Presidentes da Câmara e do Senado, Lula pediu que os dois falassem com os congressistas para impedir um abalo na relação do Executivo com outros poderes.

FRASE DO DIA: “Em nenhum momento passou pela cabeça do Presidente da República passar por cima do Congresso Nacional. Jamais me passou pela cabeça qualquer ofensa a um Poder neste país”. (Luíz Inácio Lula da Silva)

JORNAL DO SBT, 25-06-03.

3ª NOTÍCIA: A liberação da verba do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) pelo governo federal

Não noticiou.

#####

REDE RECORD DE TELEVISÃO

JORNAL DA RECORD, 26-06-03

1ª NOTÍCIA: A ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST

Não noticiou.

JORNAL DA RECORD, 26-06-03

2ª NOTÍCIA: O discurso do Presidente Lula em que disse que nada, nem ninguém o impedirá de fazer as reformas que o Brasil precisa.

APRESENTADOR Boris Casoy:

O Presidente Lula está se expondo demais e os Ministros falando pouco. O recado foi dado ao Ministro da Casa Civil que hoje reuniu líderes aliados. A reportagem é de Cristina Lemos.

REPÓRTER:

O chamado foi da Casa Civil, o Ministro José Dirceu quis ouvir cada um dos líderes aliados sobre a pauta da convocação extraordinária do Congresso em Julho.

LÍDER do GOV. na CÂMARA Dep. Aldo Rabelo / Pcd B:

Ela tem que contemplar, necessariamente, a pauta do Executivo já que a convocação foi feita pelo Presidente da República.

REPÓRTER:

Para o Planalto, o esforço de julho tem de compensar o desgaste. As Reformas Tributárias e da Previdência tem de serem votadas na Câmara até o final de agosto para chegar em setembro ao Senado.

REPÓRTER:

A avaliação geral do PT é que o Presidente anda se expondo demais, respondendo pessoalmente a ataques e se desgastando justamente porque há pouca gente no governo fazendo o mesmo. Os Ministros estariam falando de menos, porque estaria havendo uma hipertrofia da Casa Civil, dizem os mais críticos do Ministro José Dirceu. De toda forma, a ordem é tirar o Presidente Lula da linha de frente. E o Ministro da Fazenda, Antônio Pallosi, está sendo escalado a voltar ao Congresso para uma maratona de reuniões com cada bancada para tentar unificar o discurso dos aliados em defesa da Reforma Tributária.

Já na oposição o clima anda pesado. O PSDB responsabiliza o governo por ter perdido só essa semana oito deputados e podem perder mais seis, semana que vem.

LÍDER do PSDB Dep. Jota Júnior:

Os mais fracos não resistem, vão buscar água rápida no governo e é o que está ocorrendo. Mas, o PSDB está menor, mas mais forte.

LÍDER do PT Dep. Nelson Pelegrino:

O governo e o PT não patrocinam o aliciamento, não busca os parlamentares, mas nós não vamos impedir que nenhum parlamentar apóie o Presidente Lula.

COMENTÁRIO do APRESENTADOR Boris Casoy:

O PT busca, alicia e o PSDB, o PFL também fez isso no governo de FHC. É um problema da política brasileira. Tirar, estou mudando de assunto, tirar Lula do embate direto com a população talvez seja uma boa idéia, agora precisa ver se ele concorda. O presidente anda messiânico, dizendo que precisa salvar o Brasil. Falando coisa que um Presidente da República devia

meditar, ler um discurso, portanto, vai ser difícil conter o Lula que está extremamente verborrástico.

JORNAL DA RECORD, 26-06-03

3ª NOTÍCIA: A liberação da verba do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) pelo governo federal

Não noticiou.

#####

REDE GLOBO DE TELEVISÃO

JORNAL NACIONAL 26-06-03

1ª NOTÍCIA: A ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST

APRESENTADORA Fátima Bernades:

O governador do Paraná, Roberto Requião, voltou atrás na decisão de intervir nos pedágios das estradas do Estado. Segundo o governador, a intervenção havia sido anunciada por causa da ocupação dos Sem-Terras que já voltaram aos acampamentos nas fazendas. Hoje, as empresas cobraram as tarifas normalmente e disseram que ao recuar o governo agiu com bom-senso.

JORNAL NACIONAL, 26-06-03

2ª NOTÍCIA: O discurso do Presidente Lula em que disse que nada, nem ninguém o impedirá de fazer as reformas que o Brasil precisa.

Não noticiou.

JORNAL NACIONAL, 26-06-03

3ª NOTÍCIA: A liberação da verba do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) pelo governo federal

Não noticiou.

#####

REDE TV CULTURA

JORNAL DA CULTURA, 26-06-03

1ª NOTÍCIA: A ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST.

APRESENTADORA Márcia:

Governador do Paraná, Roberto Requião, cancelou a intervenção nas rodovias do Estado anunciada ontem. Segundo a assessoria do governador, o motivo foi a desocupação dos pedágios pelo MST. Os deputados estaduais aprovaram ontem uma lei que autoriza o governo a retomar as rodovias privatizadas quando julgar necessário. O governo do Paraná quer que as concessionárias reduzam as tarifas de pedágio. Bom, hoje pela manhã Márcia, eu conversei com o diretor da associação das estradas do Paraná e ele estava me dizendo que para desapropriar o governo do Estado teria que pagar a importância de três bilhões de reais para retomar as estradas e eu disse: mas o pedágio não está muito caro? Ele disse não, está mais barato do que os do Estado de São Paulo.

JORNAL DA CULTURA, 26-06-03

2ª NOTÍCIA: O discurso do Presidente Lula em que disse que nada, nem ninguém o impedirá de fazer as reformas que o Brasil precisa.

Não noticiou.

JORNAL DA CULTURA, 26-06-03

3ª NOTÍCIA: A liberação da verba do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) pelo governo federal

Não noticiou.

#####

REDE BANDEIRANTES DE TELEVISÃO

JORNAL DA NOITE, 26-06-03

1ª NOTÍCIA: A ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST

APRESENTADOR Roberto Cabrini:

Jornal da noite, um jeito diferente de fazer telejornalismo.

CHAMADA: (escrito na tela: Sangue no campo)

Sem-Terras buscam encontrar com fazendeiros no interior do Rio Grande do Sul. As autoridades temem um grave conflito.

APRESENTADOR:

Os fazendeiros de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, vão mesmo se encontrar com os Sem-Terra. Nesta sexta-feira, eles começam a marcha para garantir as terras, que elas não sejam ocupadas. Veja só:

REPÓRTER:

A declaração do MST de que os colonos vão invadir a fazenda de São Gabriel, que está em disputa na justiça, confirmou o temor dos fazendeiros e do prefeito do município.

PREFEITO DE SÃO GABRIEL Rossano Gonsalves:

O MST vem com a intenção de invadir esta ou outras propriedades por isso estamos fazendo esse nosso movimento. Tudo o que nós não queremos é o confronto, e me parece que tudo o que o MST quer é exatamente o confronto.

REPÓRTER:

Os colonos afirmam estarem prontos para cultivar a terra de treze mil hectares. As terras foram destinadas ao assentamento pelo governo federal, mas a justiça suspendeu a desapropriação.

SEM-TERRA, LÍDER DA MARCHA DO MST:

Nós estamos indo desocupar essa área porque essa área vai ser assentamento.

REPÓRTER:

A marcha dos fazendeiros parte de São Gabriel amanhã depois do meio-dia, eles percorrem um trajeto de quarenta e cinco quilômetros e no domingo fazem um ato público contra a polícia de Reforma Agrária do governo federal. Nas ruas o protesto dos ruralistas ganha cada vez mais apoio.

TRANSEUNTE 1:

É muito válido né! Vão procurar defender seus interesses.

TRANSEUNTE 2:

Assim como os Sem-Terras têm direito de vir em marcha para cá, os ruralistas têm direito de ir. Só que eu tenho em mente que vai dar um conflito muito grande entre eles né!

REPÓRTER:

Os oitocentos colonos estão agora em Jacutinga Seca. É difícil prever quando e se vai acontecer o encontro deles com os proprietários rurais, já que o MST não descarta a possibilidade de fazer parte do trajeto de ônibus ou até mesmo prolongar a marcha.

APRESENTADOR Roberto Cabrini:

Olha! Até agora, apenas três mil famílias foram assentadas no governo Lula. O Presidente já disse que no segundo semestre vai ser diferente, que a Reforma Agrária vai entrar num ritmo mais intenso. Mas, na minha opinião todo esse conflito que está existindo é motivado também pela inoperância, mas também não sou o dono da verdade, cada um tem a sua própria opinião.

#####

JORNAL DA NOITE, 26-06-03

2ª NOTÍCIA: O discurso do Presidente Lula em que disse que nada, nem ninguém o impedirá de fazer as reformas que o Brasil precisa.

Não noticiou.

JORNAL DA NOITE, 26-06-03

3ª NOTÍCIA: A liberação da verba do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) pelo governo federal

Não noticiou.

#####

REDE SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO (SBT)

JORNAL DO SBT, 26-06-03

1ª NOTÍCIA: A ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST

APRESENTADOR Hermano Henning:

No Paraná, na queda de braços entre governo e concessionárias, venceram as concessionárias.

JORNAL DO SBT, 26-06-03

2ª NOTÍCIA: O discurso do Presidente Lula em que disse que nada, nem ninguém o impedirá de fazer as reformas que o Brasil precisa.

Não noticiou.

JORNAL DO SBT, 26-06-03

3ª NOTÍCIA: A liberação da verba do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) pelo governo federal

Não noticiou.

#####

REDE RECORD DE TELEVISÃO

JORNAL DA RECORD, 27-06-03

1ª NOTÍCIA: A ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST

Não noticiou.

JORNAL DA RECORD, 27-06-03

2ª NOTÍCIA: O discurso do Presidente Lula em que disse que nada, nem ninguém o impedirá de fazer as reformas que o Brasil precisa.

Não noticiou.

JORNAL DA RECORD, 27-06-03

3ª NOTÍCIA: A liberação da verba do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) pelo governo federal.

Não noticiou.

REDE GLOBO DE TELEVISÃO

JORNAL NACIONAL, 27-06-03.

1ª NOTÍCIA: A ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST

Não noticiou.

JORNAL NACIONAL, 27-06-03.

2ª NOTÍCIA: O discurso do Presidente Lula em que disse que nada, nem ninguém o impedirá de fazer as reformas que o Brasil precisa.

Não noticiou.

JORNAL NACIONAL, 27-06-03.

3ª NOTÍCIA: A liberação da verba do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) pelo governo federal

Não noticiou.

REDE TV CULTURA

JORNAL DA CULTURA, 27-06-03.

1ª NOTÍCIA: A ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST

Não noticiou.

JORNAL DA CULTURA, 27-06-03.

2ª NOTÍCIA: O discurso do Presidente Lula em que disse que nada, nem ninguém o impedirá de fazer as reformas que o Brasil precisa.

Não noticiou.

JORNAL DA CULTURA, 27-06-03.

3ª NOTÍCIA: A liberação da verba do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) pelo governo federal.

Não noticiou.

#####

REDE BANDEIRANTES DE TELEVISÃO

JORNAL DA NOITE, 27-06-03

1ª NOTÍCIA: A ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST

CHAMADA: Agora a tensão é no Rio Grande do Sul.

APRESENTADOR Roberto Cabrini:

(escrito na tela: conflito no campo)

Cresceu a tensão no campo. Os fazendeiros de São Gabriel, do Rio Grande do Sul, seguem, em marcha, dispostos a defenderem as terras. Oitocentos colonos do MST estão a caminho da cidade.

REPÓRTER:

A contra marcha dos fazendeiros partiu no começo da tarde. O comboio formado por quatrocentos cavaleiros seguidos de máquinas agrícolas e quinhentos caminhões e automóveis que foram revistados pela polícia militar. O objetivo é evitar que os manifestantes andem armados. O grupo seguiu lentamente pela BR290 em direção a marcha dos colonos que está a caminho de São Gabriel.

PRES. da FARSUL Carlos Spirotto:

Isso é o compromisso que os produtores tem de justamente continuar com o apoio do Rio Grande do Sul produzindo alimentos em paz, em tranqüilidade.

REPÓRTER Luci Jorge:

Os proprietários rurais vão acampar a quarenta e cinco quilômetros de São Gabriel para esperar os Sem-Terras, mas é difícil prever quando vai acontecer o encontro, já que o MST resolveu atrasar em marcha. Hoje, os colonos passaram o dia em Restinga Seca, a cento e setenta quilômetros daqui, e podem alterar o rumo da caminhada nos próximos dias. A estratégia do movimento é evitar um possível confronto com os ruralistas e ganhar tempo, enquanto a justiça avalia a legalidade da desapropriação de uma área de treze mil hectares em São Gabriel.

PREFEITO DE SÃO GABRIEL Rossano .Gonsalves.:

Acho que eles devem recuar, devem parar onde estão. Não queremos conflito, nós queremos manifestar a contrariedade a esse modelo de Reforma Agrária e pedir a garantia do direito à propriedade e paz no campo, paz nas nossas comunidades.

JORNAL DA NOITE, 27-06-3

2ª NOTÍCIA: O discurso do Presidente Lula em que disse que nada, nem ninguém o impedirá de fazer as reformas que o Brasil precisa.

Não noticiou.

JORNAL DA NOITE, 27-06-03.

3ª NOTÍCIA: A liberação da verba do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) pelo governo federal

Não noticiou.

#####

REDE SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO (SBT)

JORNAL DO SBT, 27-06-03

1ª NOTÍCIA: A ocupação dos pedágios no Paraná pelo MST

Não noticiou.

JORNAL DO SBT, 27-06-03

2ª NOTÍCIA: O discurso do Presidente Lula em que disse que nada, nem ninguém o impedirá de fazer as reformas que o Brasil precisa.

Não noticiou.

JORNAL DO SBT, 27-06-03

3ª NOTÍCIA: A liberação da verba do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) pelo governo federal

Não noticiou.